



MARANHÃO: CAMPO E CIDADE

Séculos XX-XXI

Isaac Giribet Bernat
Marcia Milena Galdez Ferreira
Wendell Emmanuel Brito de Sousa
(org.)

EDITORA
UEMA
SÃO LUÍS

MARANHÃO: CAMPO E CIDADE (séculos XX-XXI)

Isaac Giribet Bernat
Marcia Milena Galdez Ferreira
Wendell Emmanuel Brito de Sousa
(orgs.)



São Luís
2019

Revisão: Liana Mafra e Lussandra Barbosa de Carvalho

Capa: Amanda da Silva e Silva (Imagem da capa: Vincent van Gogh, Vista de Les Saintes- Maries-de-la- Mer, 1888)

Editoração: Bruno Azevêdo

Livro aprovado na Chamada Interna N° 32/2018 PPG/ Editora UEMA.

EDITORA UEMA

Cidade Universitária Paulo VI – Av. Lourenço Vieira da Silva Tirirical - CEP-
65055-979 São Luís- MA

www.editorauema.uema.br – editora@uema.br – Telefone (98) 3245- 8472

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO

Claudio Eduardo de Castro

EDITOR RESPONSÁVEL

Claudio Eduardo de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Gomes de Moura

Fabiola Oliveira Aguiar

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcelo Cheche Galves

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Maria Sílvia Antunes Furtado

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

M311

Maranhão: campo e cidade (séculos XX-XXI) / Isaac Giribet Bernat, Marcia Milena Galdez Ferreira, Wendell Emmanuel Brito de Sousa (Orgs.) – São Luís: Editora UEMA, 2019.

446 p. Coletânea de artigos.

ISBN: 978-85-8227-259-6

1. Maranhão. 2. Campo. 3. Cidade. I. Bernat, Isaac Giribet. II. Ferreira, Marcia Milena Galdez. III. Sousa, Wendell Emmanuel Brito de. IV. Título

CDU: 94(812.1)

PRODUÇÃO EDITORIAL

PITOMBA! livros e discos

Rua 1, ed Arari/305, São Francisco

São Luís-MA. CEP 65076-180

(98) 98159-0200/pitombalivrosediscos@gmail.com/pitomba.iluria.com

parte 1: CAMPO

- 1. Pelo Bem-Viver: resistências e lutas por territórios no Maranhão contemporâneo**
Daisy Damasceno Araújo 21
- 2. “Quando a pedra valorizou”: a “briga” pelo território diante os empreendimentos minerários na comunidade quilombola Miranda do Rosário – MA**
Barbara de Sousa Cascaes 61
- 3. Casamento e *branquidade*: solidariedade, diferenças e união consanguínea entre maranhenses e migrantes cearenses no Médio Mearim em meados do século XX**
Marcia Milena Galdez Ferreira 87
- 4. Conflitos agrários no Médio Mearim-MA: a experiência do Povoado Aldeia nos Anos 1980**
Jaciara Leite Frazão 123
- 5. Conflitos de Terra no Médio Mearim: resistência no Povoado Pau Santo (1985)**
Dayane Sousa Lima 149
- 6. Nas trilhas da resistência camponesa no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento em Açailândia-MA: o assentamento João do Vale como uma expressão da luta pela terra e dos conflitos sócio – ambientais**
Leila Andréa Fernandes de Sena 183
- 7. A Regional Itapecuru do MST**
Isaac Giribet Bernat 215

parte 2
CIDADES

- 8. Pavilhões de Desinfecção:
a loucura e seus espaços de cerceamento**
Pyetra Cutrim Lins Damasceno 253
- 9. A Typogravura Teixeira e a revelação
da imagem na Revista do Norte**
Amanda da Silva e Silva e José Ferreira Júnior 281
- 10. A Princesa do Sertão em Tempos
Republicanos: o sentir-se moderno da cidade**
Jakson dos Santos Ribeiro 311
- 11. O (re)fazer de uma cidade moderna:
a política de modernização urbana sob o
governo do Interventor Paulo Ramos (1936-45)**
Marcelo Lima Costa 351
- 12. Trabalhadores e vagabundos: gênero e
violência em uma cidade do interior do Maranhão**
Cayo Cezar de Farias Cruz 379
- 13. Cidade republicana: rituais cívicos,
concepções de República e políticas de
memória nas Comemorações do
tricentenário de São Luís (1912)**
Wendell Emmanuel Brito de Sousa 407

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Maranhão: campo e cidade (séculos XX e XXI)* traz a público um corpo denso de artigos resultantes de pesquisas de mestrado, doutorado e projetos com fomento elaboradas por pesquisadores e profissionais da educação que, vinculados como estudantes de pós-graduação ou professores às Universidades Estadual e Federal do Maranhão, contribuem para um vasto campo de pesquisa que expande a história regional ao mesmo tempo em que a conecta a discussões globais, latino-americanas e nacionais.

Reunimos 13 artigos, dentre os quais quatro de professores doutores de IES (UEMA Campus Paulo VI, CESC -UEMA, UFMA Campus Bacanga) um de doutoranda (UFMA Ciências Sociais), sete de mestres e um de mestranda vinculados a distintos Programas de Pós-graduação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio Regional e Cartografia Social UEMA, Mestrado em História Social UFMA, Mestrado Profissional em História UEMA, Mestrado em Antropologia UFPA).

A multiplicidade das temáticas tem um eixo comum: discutir as transformações processadas ou em curso no Maranhão ao longo dos séculos XX e XXI no campo e na cidade. A incursão por referenciais oriundos da História, da Antropologia, da Sociologia e da Comuni-

cação Social tornam o mergulho mais amplo e profundo, pois o leitor pode adentrar problemas, temas e fontes diversas que propiciam a construção de um olhar holístico e transdisciplinar sobre os espaços tempos investigados.

Para facilitar a leitura optamos por dividir a obra em duas partes: *Campo e Cidade*, em ambas constam artigos sobre espaços diversos, buscando contemplar o propósito de abranger situações problemas distintas e largamente relevantes para a historiografia e as Ciências Sociais a nível regional, nacional e global.

Na Parte 1, *Campo*, o leitor depara-se com abordagens desde meados do século até a contemporaneidade, passando por temas diversos que englobam as migrações, a questão agrária, os movimentos sociais, os conflitos de terra e as políticas públicas. Os dois primeiros artigos dedicam-se a refletir sobre as transformações no campo desde a década de 1960 até o tempo presente, tomando como foco especialmente comunidades remanescentes de quilombos, bem como outros grupos sociais como trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas, ribeirinhos, praieiros, quebradeiras de coco. As ações do Estado, a Constituição e a apropriação de seu texto e a mobilização de tais grupos são os eixos que perpassam o objeto e o percurso metodológico adotado pelas autoras.

Daisy Damasceno em **Pelo Bem-Viver: resistências e lutas por territórios no Maranhão contemporâneo** analisa como movimentos sociais do Maranhão, ligados à luta por territórios, têm se apropriado e acionado, em diferentes repertórios de ações coletivas, o novo paradigma do Bem Viver/Buenvivir, presente especificamente nas Constituições Federais da Bolívia e do Equador. Na tentativa de abandonar a ideia convencional de desenvolvimento, o Bem-Viver tem se apresentado como possibilidade de luta, resistência e enfrentamento frente a grandes empreendimentos privados e/ou público-privados, que avançam sobre os territórios tradicionais e originários. A análise

apresenta algumas mobilizações específicas, como realizações de encontros, seminários, marchas, passeatas e acampamentos em órgãos públicos, a exemplo das constantes ocupações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão (INCRA-MA). Realizadas inicialmente pelas comunidades remanescentes de quilombos (CRQ's) do estado, vinculadas ao Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), essas ocupações contaram com a posterior e expressiva adesão de outros grupos sociais como trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas, ribeirinhos, praieiros, quebradeiras de coco, entre outros grupos sociais, que mantêm constante diálogo com entidades como a Comissão Pastoral da Terra local (CPT-MA), Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) além de agentes de comunicação, juristas, grupos de pesquisas vinculados às universidades do estado e intelectuais de diferentes áreas.

Em seguida, em **“Quando a pedra valorizou”: a “briga” pelo território diante dos empreendimentos minerários na comunidade quilombola Miranda do Rosário – MA**, Barbara de Sousa Cascaes trata da luta pelo território da comunidade remanescente de quilombo Miranda do Rosário no Maranhão, buscando compreender as formas de mobilização deste grupo diante dos seus antagonistas e do próprio Estado. Tal comunidade foi gravemente afetada pela atuação de mineradoras voltadas à exploração de pedras para a construção civil, iniciada no final da década de 1960 e princípio da década de 1970, período em que o Maranhão se insere nas políticas de incentivos fiscais para implantação de projetos agropecuários, quando ocorrem vendas de antigas fazendas na região de Rosário. O agravamento do conflito leva a referida comunidade a tomar como principal forma de mobilização a afirmação de sua identidade étnica enquanto comunidade remanescente de quilombo, ao acionar o artigo 68 dos ADCT da Constituição de 1988. O discurso das agências do Estado quanto

à formação rochosa do Município de Rosário, enfatizam um determinismo geográfico que parece justificar a chegada dos empreendimentos na região de Rosário, com anuência do mesmo Estado que garante os direitos às comunidades remanescentes de quilombo de permanecerem em seus territórios em condições de continuidade de seu modo de vida.

Em sequência, três artigos tratam da região do Médio Mearim, localizada no centro do estado do Maranhão desde os anos 1950, quando ocorre uma intensa migração de nordestinos e maranhenses de outras regiões do estado para esta área, até os anos 1980, quando os conflitos agrários passam a ser ordinários e atingem alto índice de violência. Abordam-se especialmente as ações e narrativas de trabalhadores rurais e de agentes ligados à Igreja Católica durante as invasões dos povoados Aldeia e Pau Santo.

Em **Casamento e *branquidade*: solidariedade, diferenças e união consanguínea entre maranhenses e migrantes cearenses no Médio Mearim em meados do século XX**, Marcia Milena Galdez Ferreira aborda a migração de nordestinos para o Médio Mearim em meados do século XX, a partir da narrativa oral de duas mulheres, uma dona de casa e uma professora que permitem adentrar no universo das relações de gênero, do papel do casamento, bem como compreender outros meandros das transformações no campo que ocorrem a partir da década de 1960 na região, quando as *terras soltas* tornam-se latifúndios. O conceito de *branquidade* é ferramenta que possibilita analisar os casamentos consanguíneos como estratégia acionada em relação a questões que envolvem tensões e identidades em jogo entre maranhenses e migrantes nordestinos. O artigo possibilita ainda compreender experiências femininas de estudo, trabalho, casamento e maternidade nesse espaço tempo das migrações.

Em **Conflitos agrários no Médio Mearim-Ma: a experiência do Povoado Aldeia nos Anos 1980**, Jaciara Leite Frazão aborda a luta

pela terra no povoado Aldeia, Bacabal-MA, nos anos de 1980. Através de entrevistas e da imprensa, analisa experiências tecidas em um espaço que se tornou cenário da materialização de conflitos e de resistência. A autora aborda como a partir do final da década de 1960, diante das mudanças em curso com a Ditadura Civil- Militar, o acionamento do discurso de modernização e desenvolvimento expulsou milhares de camponeses de diversas áreas rurais dos estados brasileiros, No caso específico do campo maranhense foi intensificado com a Lei de Terras 2.979 de 1969, que fomentou a privatização de terras públicas, o incentivo aos projetos agropecuários e agroindustriais, e ampliou os conflitos no campo maranhense, resultando na expulsão de milhares de camponeses das áreas rurais do estado. A região do Médio Mearim- MA, palco de intensos conflitos agrários nas décadas de 1970 e de 1980, contou com o engajamento de setores da Igreja Católica, inspirados na Teologia da Libertação que passam a mediar, como em outras regiões do país, a luta pela terra. Organizam-se movimentos de resistência e de mobilização política dos trabalhadores rurais com apoio das CEB's, CPT e da ACR.

Em **Conflitos de Terra no Médio Mearim: resistência no Povoado Pau Santo (1985)**, Dayane Sousa Lima versa sobre a região do Médio Mearim na década de 1980 e sobre as consequências da implantação da Lei de Terras Nº 2.979 de 17 de julho de 1969, também conhecida como "*Lei de Terras Sarney*", que viabilizou a privatização de terras públicas favorecendo a expansão de projetos agropecuários. A autora trata especificamente do conflito no Povoado Pau Santo em 1985, povoado pertencente ao município de Lago do Junco. Este conflito ocasionou a morte do Sr. Manoel Monteiro de 76 anos de idade e posteriormente a resistência dos posseiros desta área na luta pelo direito de permanecer. O conflito fora mediado pela Diocese de Bacabal e pela Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, instituições da Igreja Católica, que recebiam denú-

nicias recorrentes da violência que se propagava diante do grande número de expropriação de posseiros que habitavam nas terras reivindicadas por latifundiários.

Finalmente, os últimos artigos da primeira parte da coletânea trazem duas experiências de luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organização camponesa que se caracteriza pela reivindicação da política pública de Reforma Agrária como instrumento de transformação social. O primeiro artigo versa sobre o processo de criação de um assentamento de desenvolvimento sustentável na cidade de Açailândia, região marcada pelo avanço acelerado do agronegócio e setor minero-siderúrgico. Enquanto o segundo texto, resgata o histórico de conformação da estrutura organizativa que adotam os acampamentos e assentamentos vinculados ao MST nas Microrregiões de Itapecuru Mirim, Chapadinha e Coelho Neto.

Em Nas trilhas da resistência camponesa no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento em Açailândia-MA: o assentamento João do Vale como uma expressão da luta pela terra e dos conflitos socioambientais, Leila Andréa Fernandes de Sena aproxima-se aos aspectos socioeconômicos e espaciais do município de Açailândia, situando-o no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento configurados no agronegócio e no setor minero-siderúrgico, ambos os setores econômicos de grande envergadura sob o âmbito do desenvolvimento regional da Amazônia Legal. É nessa dinâmica econômica que Açailândia evidencia-se como área estratégica de expansão do grande capital representada nas corporações nacionais e internacionais a reboque dos graves problemas estruturais incidentes no campesinato, aprofundando a questão agrária e redimensionando as lutas e estratégias dos camponeses do Assentamento João do Vale/MST diante dos impactos socioambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento rural hegemônico fortalecido com a dinâmica minero-siderúrgica.

Em **A Regional Itapecuru do MST**, Isaac Giribet Bernat trata sobre o processo histórico vivenciado pelo MST nas Microrregiões de Itapecuru Mirim, Chapadinha e Coelho Neto, conhecida como Regional Itapecuru. Através de suas ações propositivas, iniciadas no território de influência da Regional em 1998, percorre-se de forma sucinta as conflitualidades passadas e presentes criando uma continuidade histórica nos processos de luta e na forma de organizá-los. O artigo faz comparecer na cena analítica esta forma orgânica mostrando-a com dinâmica própria e conteúdos diferenciados, sem obviar que a Regional Itapecuru não tem razão de ser nem possibilidade de análise fora dos processos de luta pela emancipação e contra a subordinação ao capital que o MST veicula através da reivindicação de um amplo programa de Reforma Agrária. Por intermédio do histórico da Regional Itapecuru transparecem as características do MST num determinado território, tanto para qualificar as conflitualidades passadas como para dimensionar a situação atual dos acampamentos e assentamentos, nas interfaces dos processos sociais protagonizados pelas famílias Sem Terra.

A parte 2- Cidade reúne artigos e pesquisas acerca dos séculos XX e XXI. Os múltiplos olhares sobre as dinâmicas urbanas: fragmentos do cotidiano, sociabilidades e espaço aparecem como campo de problematização e objeto de reflexão por parte dos autores. As primeiras décadas do século XX parecem ser um tempo chave para a maioria dos escritos. Contudo, a tessitura urbana os direciona para caminhos distintos. Cidades alienadas, cidades visuais, cidades modernas, cidades rituais e cidades marginais evocam contextos históricos específicos, mas de maneira geral, põem o urbano como objeto de reflexão sob vários aspectos.

Em **Pavilhões de Desinfecção: a loucura e seus espaços de cerceamento**, Pyetra Cutrim Lins Damasceno aborda a cidade de São Luís em processo de construção no início da República, onde a cada

dia, discursos e personagens participam da tessitura da trama histórica. A análise destes aspectos e das práticas na cidade de São Luís nas primeiras décadas do período republicano, permitem perceber como os espaços foram pensados e construídos, como as doenças e a loucura delimitavam os locais relegados aos portadores desses males. A principal saída encontrada foi *desinfectar*. A tentativa de desodorização dos hospitais, pavilhões e da própria cidade, não era prática recente, mas demonstrava que as teorias humanizadoras caminharam a passos lentos, uma vez que a continuidade das medidas profiláticas ainda obedecia a tratamentos utilizados em larga escala no século XIX. Assim, os primeiros anos da República deram continuidade ao processo de construção de locais de reclusão e a tratamentos não convencionais como a hipnose para tratar das anomalias mentais.

Em **A Typogravura Teixeira e a revelação da imagem na Revista do Norte**, Amanda da Silva e Silva e José Ferreira Júnior realizam uma investigação sobre a Revista do Norte, uma publicação de literatura e arte, ilustrada com fotografias, produzida e impressa no Maranhão, por Alfredo Teixeira e Antônio Lobo, entre os anos de 1901 e 1906. O trabalho contextualiza a Revista do Norte e seus realizadores na história da imprensa ilustrada, não só maranhense, mas brasileira, no final do século XIX e início do XX, dando evidência para o cenário da circulação da fotografia publicada no Maranhão. Tudo isso em virtude do aperfeiçoamento das técnicas tipográficas e do progresso dos processos de reprodução e impressão de imagens. O destaque é para o pioneirismo do uso de fotografias nos trabalhos gráficos (revistas e álbuns) realizado na Typogravura Teixeira e, conseqüentemente, do desenvolvimento das artes gráficas no Maranhão do início do século XX.

Em **A Princesa do Sertão em Tempos Republicanos: o sentir-se moderno da cidade**, de Jakson dos Santos Ribeiro, apresenta Caxias no período da Primeira República. Através de uma leitura dos códigos de posturas, jornais e relatórios locais, busca compreender o

sentido da modernidade implementada na cidade e como tais configurações cercearam espaços e interferiram nos padrões comportamentais dos caxienses.

O (re)fazer de uma cidade moderna: a política de modernização urbana sob o governo do Interventor Paulo Ramos (1936-45), trabalho de Marcelo Lima Costa discorre sobre os anos de Paulo Ramos, interventor do Maranhão no governo Vargas. Através de uma postura desenvolvimentista (introduzida em 1936 e reafirmada em 1937 com o golpe do Estado Novo) as reformas administrativas e, sobretudo urbanísticas, propostas por Ramos repousariam em sua *expertise* técnica. O pano de fundo para tais reformas era a necessidade de o Maranhão estar alinhado à ideia desenvolvimentista nacional; daí a importância da nova disciplina administrativa aplicada às coisas do governo, oriundas do suposto perfil apolítico de Ramos: um técnico, especialista em Ciências Jurídicas, conhecedor das leis tributárias, elementos que o Maranhão e o Brasil necessitavam, segundo os ideólogos de época. Assim intervenções no tecido urbano da capital eram importantíssimas, uma vez que eram iniciativas alinhadas às diretrizes modernizantes do *varguismo*, a fim de romper com a rotina e abrir os olhos dos homens inteligentes da cidade às novas perspectivas administrativas eficientes, vindas da Europa e da América do Norte.

No seguinte, **Trabalhadores e vagabundos: gênero e violência em uma cidade do interior do Maranhão**, Cayo Cezar de Farias Cruz trata das práticas de violência entre homens em um bairro de uma cidade-pequena do interior do estado. Aqui, os termos cidade-pequena e interior são tomados como categorias êmicas e de grande importância para se compreender o contexto das sociabilidades no qual os interlocutores dessa pesquisa estão inseridos, por vezes, esses termos configuram articulações das quais emergem diferentes tipos de conflitos. Duas práticas distintas: roubo e assassinato; eluci-

dam fronteiras, performances e redes de sociabilidade, fazendo-nos pensar como a violência é significada num contexto de eminente generificação. Diferentes modalidades de violência são comparadas nesse processo; e suas (re)configurações de formas de vida e de morte, marcadamente atravessadas e condicionadas por relações de gênero e classe. Bares, esquinas e demais importantes pontos de sociabilidade, as quais estão inseridos os moradores locais, foram imprescindíveis para a constituição da rede percorrida durante a construção dessa etnografia, rede cujos fios conectam também cadeias e bocas de fumo.

Por fim, **Cidade republicana: rituais cívicos, concepções de República e políticas de memória nas Comemorações do tricentenário de São Luís (1912)**, Wendell Emmanuel Brito de Sousa problematiza as comemorações do tricentenário de fundação de São Luís em 1912. A celebração contou com rituais cívicos e Exposições Estaduais com produtos vindos de diversas regiões do estado. As Comemorações seriam o primeiro gesto público que conferira aos franceses a paternidade da cidade. Nesse sentido, o autor compreende o rito através do triunfo daquilo que define como *tradição francesa*: enredo ritualístico e simbólico que buscou aproximar o Maranhão das concepções de República do centro político do país. A fundação francesa seria, portanto, uma tentativa de construir laços históricos com a tradição republicana, ou seja, uma aproximação com as noções e ideias de nação através do modelo liberal-oligárquico sintetizado no projeto da *Belle Epoque*. As Comemorações, de certa maneira, buscaram enaltecer as riquezas materiais e espirituais do estado, centradas na tricentenária São Luís. Para o autor as comemorações estavam muito mais preocupadas em converter imagens e representações locais em símbolos semelhantes ao da experiência da *Belle Epoque*: civilização, progresso, modernidade. Tais símbolos atestariam o estágio de evolução da cidade e de seus habitantes.

Esperamos que a coletânea *Maranhão: Campo e Cidade (séculos XX e XXI)* traga ao público questionamentos e inquietações, conhecimentos e reflexões sobre o tempo e o espaço e suas relações com as ações humanas. Esperamos ainda que incite o leitor a questionar a realidade do estado e do país e a sonhar com a construção um mundo melhor. O mundo precisa de utopia.

São Luís, 30 de outubro de 2018

Isaac Giribet Bernat

Marcia Milena Galdez Ferreira

Wendell Emmanuel Brito de Sousa

PARTE 1:

CAMPO

PELO BEM-VIVER: resistências e lutas por territórios no Maranhão contemporâneo

Daisy Damasceno Araújo¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta analisar como movimentos sociais do Maranhão, ligados à luta por territórios, têm se apropriado e acionado, em diferentes repertórios de ações coletivas, o novo paradigma do *Bem-Viver*/Buen vivir, presente especificamente nas Constituições Federais da Bolívia e do Equador. Na tentativa de abandonar a ideia convencional de desenvolvimento, o *Bem-Viver* tem se apresentado como possibilidade de luta, resistência e enfrentamento frente a grandes empreendimentos privados e/ou público-privados,

¹ Professora de História do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA); Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (PPGCSoc); é integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão LIDA (Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades) e do Grupo de Pesquisa Estado Multicultural e Políticas Públicas (GPEMPP).

que avançam sobre os territórios tradicionais e originários. A análise apresenta algumas mobilizações específicas, como realizações de encontros, seminários, marchas, passeatas e acampamentos em órgãos públicos, a exemplo das constantes ocupações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão (INCRA-MA).

Realizadas inicialmente pelas comunidades remanescentes de quilombos (CRQ's) do estado, vinculadas ao Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), essas ocupações contaram com a posterior e expressiva adesão de outros grupos sociais como trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas, ribeirinhos, praiheiros, quebra-deiras de coco, entre outros grupos sociais, que mantêm constante diálogo com entidades como a Comissão Pastoral da Terra local (CPT-MA), Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de agentes de comunicação, juristas, grupos de pesquisas vinculados às universidades do estado e intelectuais de diferentes áreas.

Sempre que abordamos a temática da questão fundiária no Maranhão é impossível não falarmos em conflitos e em violência no campo e nas cidades, fruto de uma dinâmica de luta por territórios marcada historicamente por processos de expropriação. Esses conflitos são, em geral, travados entre, de um lado, grandes proprietários de terra, Estado, iniciativa privada, grandes projetos de desenvolvimento e, de outro, povos e grupos sociais que nem sempre possuem o título da terra, mas que ocupam esses espaços há muitos anos, como é o caso de muitos dos grupos sociais mencionados acima e que são constantemente ameaçados de perder seus territórios.

Neste cenário de conflitos vinculados à questão fundiária, esses grupos sociais desenvolveram, nos últimos anos, instrumentos e lutas cotidianas como formas de resistências, enfrentando, do outro lado, um forte oponente: o desenvolvimentismo que, desde meados do século XX, tem se fortalecido e convencido aqueles a quem se apresen-

ta, com fortes representantes da modernidade e do progresso, que deliberaram sobre a vida da população e acionam discursos de qualidade de vida e avanço econômico-social.

Essas estratégias desenvolvimentistas começaram a se configurar no Brasil a partir da década de 1950, segundo nos mostram Ferreti, Esterci e Ramalho (2009), quando muitas terras, especialmente no norte do país, foram alienadas pelos governos estaduais, tomando como base o discurso do “vazio demográfico”, interpretação equivocada acerca da Amazônia brasileira que, pelo contrário, era ocupada por diversos grupos sociais, em diferentes localidades. Essa justificava reforçava a exploração da região, vista como potencial econômico que proporcionaria crescimento a outras regiões do país.

A partir da década de 1970, essa situação tornou-se ainda mais grave, quando antigos habitantes foram pressionados a desocupar suas terras e grandes áreas da região amazônica foram degradadas, fator que se agrava nas décadas posteriores quando este processo alcança as cidades, fruto da ação do Estado e das empresas nessa região.

Os estados do Maranhão e Pará foram fortemente impactados por esses processos: foram instaladas grandes corporações, empresas multinacionais, siderúrgicas, ferrovias, bases aeroespaciais, complexo portuário, estradas, hidrelétricas, termelétricas, entre outros projetos. No entanto, grande parte desses empreendimentos não se fizeram por vias legais, mas se deram através de fraudes no processo de apropriação da terra, causando um alto índice de migrações para as cidades e intensos conflitos sociais no campo, alterando as relações sociais existentes até então, e permitindo a formação de novas sociabilidades (FERRETI; ESTERCI; RAMALHO; 2009).

Desta forma, o fortalecimento dos ideais desenvolvimentistas influencia diretamente a dinâmica social de muitos grupos, alterando seus modos de vida e, muitas vezes, gerando o efeito contrário: o da reação. Os autores acima mencionados enfatizam que todo esse con-

texto de violência material e simbólica contribuiu para que formas de resistência e organização política fossem criadas, com a formação de novos atores políticos e de “coletividades que se beneficiam da associação positiva entre seus interesses e práticas”, a partir dessas resistências:

Essa resistência e a aliança de missionários, antropólogos e indigenistas com os camponeses e povos indígenas lograram atenuar e, em alguns casos, chegaram a reverter os processos de destruição em curso. Foi com o advento de novas e mais favoráveis conjunturas, que povos indígenas multiplicaram seus contingentes e seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores, posseiros e colonos acumularam força e se constituíram como novos atores políticos, afirmando identidades coletivas, com apoio de igrejas, partidos, sindicatos, organizações não-governamentais, profissionais liberais, intelectuais. Como vários autores têm posto em evidência, a partir do final dos anos de 1980, essas coletividades puderam se beneficiar da associação positiva entre seus interesses e práticas e as preocupações com a conservação da natureza que então se difundiam no país. (FERRETI; ESTERCI; RAMALHO; 2009, p. 7).

Essa dinâmica de luta e resistência aos ideais desenvolvimentistas permanecem ou se renovam nesse início do século XXI, quando nos deparamos com uma retomada acelerada de grandes projetos de desenvolvimento. Conforme nos apresentam Sant’Ana Júnior, Pereira, Alves e Pereira (2009), muitos projetos, pensados durante a ditadura civil-militar brasileira e não implantados naquele período, são agora repensados e reapropriados, envolvendo agências do Estado e iniciativas privadas, assim como foram idealizados no período ditatorial, com a forte participação da iniciativa privada nacional e internacional e grandes agências internacionais de financiamento.

Os autores chamam atenção para o cuidado que devemos ter ao pensarmos numa continuidade do modelo desenvolvimentista do período ditatorial nos dias de hoje, por se tratar de momentos históricos diferentes, mas ressaltam as permanências visíveis, visto que esses projetos continuam a promover consequências ambientais e sociais, extremamente impactantes sobre os povos e os ambientes em questão. Mesmo nos dias atuais, o imaginário que concebe a Amazônia brasileira como um grande vazio demográfico permanece, desconsiderando a existência dos povos e grupos sociais que aqui vivem.

Souza Filho (2009) chama atenção para os argumentos utilizados na implementação desses projetos de desenvolvimento na região amazônica, relacionados à exploração dos recursos naturais e à localização estratégica dessas áreas. Como exemplo temos o município de Alcântara – MA, onde se encontra instalada uma base espacial, o Centro de Lançamento de Alcântara, desde a década de 1980, gerando disputa territorial entre os remanescentes de quilombos dessas áreas e os setores do Estado. O autor demarca que a implementação desses projetos reitera o equívoco em torno da ideologia do vazio demográfico, demarcando a presença de grupos sociais e o surgimento de diferentes formas de enfrentamento por parte destes grupos que lutam, em geral, contra o processo de expropriação territorial comum nessas empreitadas desenvolvimentistas.

O autor constrói uma analogia interessante entre o passado e o presente, com ênfase nas disputas travadas entre as comunidades remanescentes de quilombos e o Estado, pensando a guerra como elemento de expropriação.

No passado, a relação entre as estruturas de poder colonial e imperial e os quilombolas foi mediada pela guerra, via campanhas militares, para evitar que se verificasse a consolidação da autonomia social, econômica e territorial dos escravos sublevados. No presente, a relação entre setores do Estado (em su-

cessivos governos desde a década de 1980) e os denominados remanescentes de quilombos de distintas localidades do município de Alcântara pode ser entendida como pautada num tipo particular de guerra não caracterizada como confronto armado, como no passado, mas como ações estratégicas acionadas por setores do Estado e pelos quilombolas. Postas em funcionamento pelas partes em litígio, ameaçam, por uma parte, a autonomia territorial e o controle de ecossistemas indispensáveis à reprodução material e social de centenas de famílias e, por outra, buscam assegurar a manutenção dos territórios historicamente ocupados. (SOUZA FILHO, 2009, p. 120).

Diversos estudiosos da temática têm nos mostrado que essa guerra histórica, apontada por Souza Filho (2009), reafirma-se nos dias de hoje, onde essas ações de impacto e expropriação desses grupos continuam a gerar reações, “em menor ou maior intensidade”. Na contemporaneidade, esse protagonismo dos diversos grupos sociais impactados por grandes projetos desenvolvimentistas reafirma-se em face da situação fundiária a que foram submetidos e aos conflitos vivenciados cotidianamente.

Além de reagir e enfrentar, esses grupos têm se articulado e proposto “alternativas aos modelos de desenvolvimento que os impacta, na medida em que seu modo de vida entra em confronto com a lógica do desenvolvimento industrial ou da agropecuária de grande porte”. (SANT’ANA JÚNIOR; PEREIRA; ALVES; e PEREIRA, 2009, p. 18).

É com base nesse olhar, em torno das ações coletivas construídas por esses grupos, que analisamos como se dá o processo de crítica aos impactos que sofrem e ao modelo desenvolvimentista que lhes é imposto, quais alternativas oferecem e como engrossam o caldo de suas lutas com o suor dos companheiros e companheiras que vivenciam o mesmo processo de ameaça e expropriação de seus territórios.

Se pensarmos, por exemplo, na luta pela garantia dos territórios às comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão, desde a formação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ) em 1997, até o surgimento do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), no ano de 2011, temos um cenário de diferentes repertórios de ação coletiva, com constantes encontros e mobilizações, que vão além da luta pela titulação dos territórios, conforme assegura o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)², presente na Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/88).

Neste cenário de luta pela garantia do direito constitucional expreso no artigo 68 (ADCT), algumas mobilizações específicas, como realizações de encontros, seminários, marchas, passeatas e acampamentos em órgãos públicos, realizados nos últimos anos, têm merecido nossa atenção, não apenas pelo caráter mobilizador, mas especialmente pelo caráter aglutinador, reunindo diferentes grupos que, com pautas diversas, unem vozes e forças em múltiplos repertórios de ação coletiva.

Desde o ano de 2011 temos um cenário de constantes mobilizações que, iniciadas por um grupo de comunidades remanescentes de quilombos do Maranhão, vão aos poucos ganhando a expressiva adesão de outros parceiros (como trabalhadores rurais sem-terra – vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST e diferentes nações indígenas) e mantendo diálogos constantes com a Comissão Pastoral da Terra local (CPT-MA), a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outros parceiros.

Observando as diferentes pautas de reivindicações destes grupos, podemos perceber que a luta pela garantia e permanência em seus

2 O artigo 68 dos ADCT da Constituição Federal de 1988 preceitua: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

territórios está no centro do debate, ganhando lugar de destaque nas pautas comuns a todos eles, que enfrentam cotidianamente obstáculos diversos contra latifundiários, grandes projetos desenvolvimentistas, além da lentidão dos processos de titulações de seus territórios junto aos órgãos responsáveis e da ausência de políticas públicas específicas.

Nos últimos documentos produzidos a partir de acampamentos e encontros de diferentes coletividades, vemos a presença da temática do *Bem Viver/Buen Vivir* ((*Sumak Kawsay*³ – em *quéchua* – Equador; ou *Suma Qamaña*⁴ – em *aymara* – Bolívia), um novo paradigma constitucional latino-americano, presente nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009), que prega a valorização, o respeito e luta por uma relação harmoniosa entre os povos e a natureza.

No Maranhão, vemos que alguns grupos começam a acionar o *Bem Viver* como alternativa ao modelo desenvolvimentista que está posto, que desconsidera as formas de reprodução social, material e simbólica desses grupos. Tecer o *Bem Viver* apresenta-se como a culminância de um longo processo de luta, tendo neste paradigma uma alternativa de vida que contempla as peculiaridades de cada grupo, sem suprimir seus diferentes mundos e sociabilidades.

POR QUE REPENSAR O DESENVOLVIMENTO?

O BEM VIVER COMO NOVO PARADIGMA DE LUTA

Sempre que nos deparamos com o debate contemporâneo acerca da categoria *desenvolvimento*, voltamos para o ano de 1949 e para o famoso discurso de posse de Harry Truman, na presidência dos Estados Unidos, que trouxe para o cenário uma nova categoria, a de *subdesenvolvimento*, pensada relacionalmente a partir da primeira. A ideia de que países ricos deveriam auxiliar países pobres a alcança-

3 Deriva do idioma *quéchua* – ou *quechua*: “Sumak” significa plenitude e “Kawsay”, viver.

4 Deriva do idioma *aymara*: Suma – plenitude, excelente, bem; e qamaña – viver, estar sendo, conviver. Suma qamaña faz referência ao Bem Viver/Boa Vida.

rem o progresso e um estilo de vida semelhante ao seu ganhou espaço significativo nas políticas externas e na relação de dependência construída entre muitos países de diferentes lugares do globo.

Desta forma, quando a alternativa de vida a muitas sociedades passa a ser o desenvolvimento, qualquer que seja ele, de antemão estamos considerando essas sociedades como subdesenvolvidas, com toda a carga simbólica do termo. Desde a política externa de Truman e sua “violência colonizadora”, escapar da condição de “subdesenvolvido”, “uma experiência de vida de subordinação, de discriminação e de subjugação”, passou a ser a meta de muitos países, governos e instituições (ESTEVA, 2000, p. 61). Muitos projetos foram implementados com essa perspectiva, com significativa exploração do meio ambiente para fins das políticas de mercado, com objetivos majoritariamente econômicos, além do descaso para com as realidades socioculturais dos grupos e das áreas impactadas.

Após anos de balanço negativo no que diz respeito às questões socioambientais, esses ideais desenvolvimentistas passaram a ser questionados e surgiram alternativas ao termo e à carga semântica que o mesmo carrega. Alternativas como *desenvolvimento local*, *etnodesenvolvimento*, *desenvolvimento sustentável*, entre outros termos pensados por especialistas no tema, foram vistas como respostas imediatas ao “problema” do desenvolvimento.

Com o passar dos anos e dos usos e abusos feitos em nome do desenvolvimentismo, o que temos é um cenário semântico de incompreensões, de termos que nos apresentam soluções, saídas, alternativas que ora avançam no debate, ora parecem não resolver o problema, conforme nos apresenta Esteva (2000).

Quando Nyerere – ciente da loucura que era correr no encaixo de metas estabelecidas por outros – sugeriu que desenvolvimento deveria significar a mobilização política de um povo para atingir seus próprios objetivos; ou quando Rodolfo Stavenhagen propõe

o etnodesenvolvimento ou desenvolvimento com autoconfiança, ciente de que precisamos “olhar para dentro” e “buscar nossa própria cultura” em vez de usar visões alheias emprestadas; ou quando Jimoh Omo-Fadaka sugere um desenvolvimento “de baixo para cima”, ciente de que todas as estratégias baseadas em um modelo “de cima para baixo” não conseguiram atingir os objetivos que essas próprias estratégias haviam explicitamente formulado; ou quando Orlando Fals-Borda e AnisurRahman insistem que o desenvolvimento deve ser participativo, cientes das exclusões feitas em nome do desenvolvimento; ou ainda quando JunNishikawa propõe um “outro” tipo de desenvolvimento para o Japão, ciente de que a era presente está chegando ao fim; quando esses e tantos outros qualificam o desenvolvimento e usam a palavra com advertências e restrições como se estivessem caminhando em terreno minado, tem-se a impressão de que não compreendem como seus esforços são contra produtivos. O terreno minado já explodiu. (ESTEVA, 2000, p. 61).

Ao discorrer sobre o *desenvolvimento*, o autor apresenta alguns “esforços contra produtivos”, afirmando que a maioria das pessoas nos dias de hoje, ao utilizar o termo *desenvolvimento*, está dizendo exatamente o oposto daquilo que querem dizer; uma palavra tão carregada de conotação causa confusão, dúvida e, na maioria das vezes, uso inapropriado.

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento. (ESTEVA, 2000, p. 61).

Sabemos que problematizar uma categoria tão cristalizada nas Ciências Sociais e constantemente acionada em diferentes situações sociais é uma tarefa árdua, o que faz com que, muitas vezes, seja usada de forma reificada, totalizante, universal, esvaziando o seu significado ou generalizando realidades que não são contempladas por essas denominações. É nessa perspectiva que Esteva (2000) nos convida a percorrer o histórico do termo e suas diferentes compreensões, como metáfora, história distorcida, inflação conceitual, um convite à desnaturalização do termo, um olhar sobre sua formulação no tempo e na história.

Essa política econômica do desenvolvimento, conforme nos apresenta Hidalgo-Capitán (2012, p. 2), percorreu, desde meados do século XX, sete perspectivas epistemológicas: “la escuela de la modernización; la escuela estructuralista; la escuela neomarxista; la escuela neoliberal; la escuela neoinstitucionalista; la escuela islamista; y la escuela alternativa.” A última delas, a *escala alternativa*, tem dado atenção especial aos aspectos territoriais, culturais, étnicos, comunitários e ambientais e pensado em alternativas ao desenvolvimento, como é o caso da proposta do *Bem Viver*, que abordaremos adiante.

Esta última escuela ha prestado especial atención a la multidimensionalidad del concepto de desarrollo, incorporando los aspectos no materiales, los territoriales, los culturales, los étnicos, los comunitarios, los ambientales, etc. E incluso uno de sus enfoques, el postdesarrollo, ha llegado a negar la conveniencia de aspirar al desarrollo, no proponiendo desarrollos alternativos, sino alternativas al desarrollo. Entre dichas alternativas al desarrollo, a finales de la década del 2000, ha surgido en los países andinos y, muy especialmente en el Ecuador, la propuesta del Buen Vivir.

Podemos perceber que com o passar dos anos e das trágicas experiências socioambientais vivenciadas sob a justificativa desenvolvi-

mentista, esse processo de desnaturalização levou-nos a outro caminho: o desenvolvimento deixou de servir como meta e, mesmo com a insistência de reparação do termo, a solução discutida por muitos estudiosos tem sido a de “superação do modelo como um todo”, conforme nos têm sugerido muitos olhares do antropólogo Arturo Escobar (1996; 2005), que tem contribuído significativamente para este debate.

Radomsky (2011), ao dialogar com as perspectivas teóricas de Escobar (1996; 2005), afirma que o tema do desenvolvimento perpetua-se insistentemente nas Ciências Sociais e, mesmo com os desgastes e tentativas de superação/ressignificação/alternativa para a carga conceitual do termo, ele não perde força imaginativa e poder conceitual, pelo contrário, parece permanecer resistente diante das tentativas de desconstrução, o que reforça a necessidade de serem construídas alternativas a esses ideais. O autor destaca a arquitetura que reveste o desenvolvimento com novos adjetivos, “revitalizando sua importância, tanto na academia como nas relações entre organizações da sociedade e do Estado”. (RADOMSKY, 2011, p. 150).

Esse debate epistemológico permite-nos entender o cenário de lutas e disputas que fazem parte deste universo. Para isso, é preciso estarmos atentos a um processo recorrente nas ciências sociais como um todo: a importação de categorias, modelos de análise e esquemas analíticos que, aplicada a diferentes situações sociais, nos limitam a reflexão a partir da nossa realidade.

A partir desse olhar, retomo o diálogo com Esteva (2000, p. 81) que nos convida a “andar com nossos próprios pés, nosso próprio caminho, para sonhar nossos próprios sonhos. Não os sonhos que o desenvolvimento nos emprestou”. Sendo assim, onde buscar a crítica ao desenvolvimento? Como superá-lo? Como argumentar, diante das empreitadas desenvolvimentistas do Estado e do mercado, com elementos que dizem respeito à nossa realidade? A resposta mais coerente nestes últimos anos tem sido aquela que propõe a busca da crítica

a partir daqueles grupos mais impactados pelo desenvolvimentismo; buscar forças naqueles que estão diretamente ligados à causa.

Como mencionado anteriormente, temos no Maranhão atual uma série de grupos sociais resistindo às grandes empreitadas desenvolvimentistas, que põem em risco, especialmente, a manutenção desses grupos em seus territórios, ocupados há décadas, séculos ou mesmo milênios. Muitos desses grupos têm recusado essas alternativas desenvolvimentistas como sinônimo de qualidade de vida e começaram a traçar caminhos alternativos como respostas a essas imposições, dialogando diretamente com outras coletividades que também resistem.

Diante da diferença de olhares sobre o desenvolvimento e da necessidade de renovação da crítica, a filosofia do *Bem Viver/Buen vivir*, institucionalizada nas constituições latino-americanas do Equador (2008) e da Bolívia (2009), apresenta-se como um paradigma alternativo, conforme apresentamos no diálogo com Hidalgo-Capitán (2012). Como resposta a vários questionamentos, indo nas raízes das concepções naturalizadas de desenvolvimento e propondo ir além delas, o *Bem Viver* tem suporte em outras bases: nos saberes de povos andinos e na relação destes com a natureza.

Os termos *Sumak Kawsay*, em *Quechua*, *Suma Qamaã* em *Aymara* ou *Buen Vivir/Vivir Bien*, terminologia mais utilizada nos últimos anos, representam uma visão holística de mundo, construída há muitos anos pelos povos andinos. No entanto, enquanto conceito, o *Bem Viver* é recente e as diversas contribuições para o debate não se limitam apenas aos significados e interpretações na Bolívia e no Equador. O debate amplia-se em países sul-americanos como Argentina, Brasil, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, e países da Europa como Espanha e França.

Alcântara e Sampaio (2017, p. 234) afirmam que o conceito de *Bem Viver* é interpretado de diferentes formas por diferentes autores: como “filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), ati-

tude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011).” No caso da análise construída neste texto, dialogaremos de forma mais direta com a interpretação de Acosta (2010; 2011; 2012; 2016) e, ainda, com a interpretação de Gudynas (2011), que concebem o *Bem Viver* como filosofia/paradigma e alternativa ao desenvolvimento.

Gudynas e Acosta (2011)⁵, em reflexão conjunta, apresentam importantes contribuições para o debate conceitual, compreendendo as diversidades de posturas acerca do *Bem Viver*. Para os autores, o *Bem Viver* apresenta-se como uma postura alternativa ao desenvolvimento e não como um desenvolvimento alternativo, questionando os ideais de progresso e reivindicando outras relações com a natureza.

O *Bem Viver* é, portanto, concebido pelos autores como um “conceito plural e em construção”, que não transita apenas no campo dos debates teóricos, mas se faz presente nas práticas, seja enquanto construção política, nas recentes constituições da Bolívia e do Equador, ou nas ações dos povos indígenas e dos movimentos sociais na atualidade. Os autores apresentam uma série de elementos que caracterizam tanto o *Sumak Kawsay*, no Equador, quanto o *Suma Qamaña*, na Bolívia, além de semelhanças e diferenças entre as propostas apresentadas em cada constituição.

No primeiro caso, na Constituição equatoriana, o paradigma de vida é apresentado como um direito, integrando os “direitos do Bem Viver”, que inclui outros direitos como educação, saúde, ambiente saudável, mas que não são direitos hierarquizados. Nela existem ainda os regimes: “regime do bem viver” e “regime do desenvolvimento”, acentuando que

5 Versão original disponível em espanhol. A versão em português foi disponibilizada na internet, sem páginas definidas, publicada em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>. Acesso em 18 de outubro de 2018. Ver as duas referências ao final do texto.

existem diferenças entre eles, de forma que o regime do desenvolvimento é, segundo o artigo 275, “o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantem a realização do Bem Viver, do *sumak kawsay*”⁶.

De acordo com os autores, o caso equatoriano coloca o *Bem Viver* no plano dos direitos, sendo necessárias mudanças substanciais nas estratégias de desenvolvimento, que devem ser redesenhadas de maneira inovadora para assegurar o *Bem Viver* (GUDYNAS, ACOSTA, 2011). Hidalgo-Capitán (2012, p. 2), ao pensar o caso equatoriano, por exemplo, afirma que existem três correntes do *Bem Viver* no país: a indigenista/pachamamista, la socialista/estatista y la postdesarrollista/ecologista.

Ao discorrer sobre o caso boliviano (2009), os autores afirmam que o *Bem Viver* aparece na seção das bases fundamentais do Estado. Segundo o artigo 8, se “assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não sejas frouxo, não sejas mentiroso, nem sejas ladrão), suma qamaña (viver bem), ñandereki (vida harmoniosa), tekokavi (vida boa), ivimaraei (terra sem mal) e qhapajñan (caminho ou vida nobre).”⁷ Para Gudynas e Acosta (2011), a Constituição boliviana traz uma maior amplitude cultural, visto que se postulam diferentes concepções do *Bem Viver*, além da tradição indígena da aimara, tais como o quéchua e o guarani.

Ampliando as reflexões propostas por Gudynas e Acosta (2011), é interessante dialogarmos com Boff (2009)⁸, ao discorrer sobre o que

6 “Art. 275.- El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del *sumak kawsay*”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoDoEquador.pdf> Acesso em 18 de outubro de 2018.

7 Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf Acesso em: 18 de outubro de 2018.

8 Texto, sem páginas definidas, publicado na *web*: <http://www.leonardoboff.com/site/vista/2009/mar27.htm> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

denomina de Ética do Bem Viver. O autor convida-nos à reflexão: O viver melhor ou o bem viver? Boff faz uma analogia com os ideais dominantes capitalistas, onde a sociedade em geral afirma querer viver melhor, com qualidade de vida. Em termos práticos, qualidade de vida, sob a ótica da ideologia dominante, está diretamente associada ao Produto Interno Bruto (PIB) do país, que leva em consideração as riquezas materiais produzidas, que no ranking mundial demonstra a desigualdade socioeconômica existente entre os países do mundo.

O “viver melhor” supõe uma ética do progresso ilimitado e nos incita a uma competição com os outros para criar mais e mais condições para “viver melhor”. Entretanto para que alguns pudessem “viver melhor” milhões e milhões têm e tiveram que “viver mal”. É a contradição capitalista.

Em contraposição a essa visão capitalista do processo, Boff (2009) apresenta-nos o Bem Viver:

Contrariamente, o “bem viver” visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo. O “bem viver” supõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com a *Pacha Mama* (Terra), com as energias do universo e com Deus. A preocupação central não é acumular. De mais a mais, a Mãe Terra nos fornece tudo que precisamos. Nosso trabalho supre o que ele não nos pode dar ou a ajudamos a produzir o suficiente e decente para todos, também para os animais e as plantas. “Bem viver” é estar em permanente harmonia com o todo, celebrando os ritos sagrados que continuamente renovam a conexão cósmica e com Deus. O “bem viver” nos convida a não

consumir mais do que o ecossistema pode suportar, a evitar a produção de resíduos que não podemos absorver com segurança e nos incita a reutilizar e reciclar tudo o que tivermos usado. Será um consumo reciclável e frugal. Então não haverá escassez. Nesta época de busca de novos caminhos para a humanidade a ideia do “bem viver” tem muito a nos ensinar.

Um dos principais elementos de reflexão a partir do paradigma do *Bem Viver*, e que aqui nos interessa para o propósito desta análise, é refletirmos sobre os paradigmas da modernidade, eurocêntricos, que são colocados em cheque a partir dessas propostas. Enquanto a modernidade trouxe ideais de supervalorização do indivíduo e do progresso, separação entre a natureza e ser humano, este último dominando o primeiro, a busca da racionalidade objetiva, entre outros, o *Bem Viver* questiona esses paradigmas e saberes importados/ocidentais/europeus/norte americanos, propondo-nos olhar com os nossos olhos o chão que pisamos. Parece que essa tem sido a proposta de vida e de luta de muitos dos povos e grupos sociais que aqui vivem.

O BEM VIVER PARA TODOS:

AÇÃO COLETIVA E LUTA PELA TERRA

Conforme mencionamos em outros momentos do texto, quando tomamos como base o cenário de conflitos vinculados à questão fundiária, diversos grupos sociais no Maranhão têm se articulado coletivamente e traçado metodologias de enfrentamento aos constantes processos de violência que sofrem, no campo e na cidade, provocados, dentre outros motivos, pela implantação (ou tentativa) de grandes projetos de desenvolvimento nas regiões em que vivem, além de constantes embates com grandes proprietários de terra. A partir de diversas ações coletivas, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas, ribeirinhos, praieiros, quebradeiras de coco, entre

outros, têm acionado o paradigma do *Bem Viver* como alternativa ao modelo de vida que lhes é imposto.

Para a construção desse percurso analítico, destacamos a continuidade de ações desenvolvidas desde o ano de 2011, tomando como marco referencial as constantes ocupações do INCRA-MA, realizadas inicialmente pelas comunidades quilombolas do estado vinculadas ao MOQUIBOM. Na ocasião, 2011, as comunidades “acampadas” pressionavam o Instituto de Reforma Agrária e Colonização do Maranhão (INCRA-MA) a regularizar a situação fundiária dos territórios que ocupavam, em razão das constantes violências nessas áreas e do assassinato de líderes importantes nesse processo de resistência. A exigência maior era a de que o dispositivo constitucional, o artigo 68 (ADCT-CF/88), fosse cumprido.

Das mais de 3.000 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)⁹ até o momento, 699 estão localizadas no Maranhão, com 511 certidões emitidas¹⁰. Deste total apenas 57 territórios foram titulados¹¹ no estado, de um total de 175 comunidades tituladas em todo o país. Muitas são as reivindicações feitas pelas comunidades remanescentes de quilombos de todo o Brasil, que vão além da titulação de seus territórios, envolvendo também a demanda em torno de políticas públicas.

As mobilizações das comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão configuram-se, na atualidade, através de duas instâncias de representatividade: a Associação das Comunidades Negras

9 Instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira e responsável pela emissão das certificações que reconhecem os direitos das comunidades quilombolas no país. Ver: <http://www.palmares.gov.br/> Acesso: 18 de outubro de 2018.

10 Dados atuais da FCP, de 15.12.2018. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/QUADRO-GERAL-29-01-2018.pdf>. Acesso: 18 de outubro de 2018.

11 Ver: <http://www.cpis.org.br/terras/asp/uf.aspx?terra=t> Acesso em 18 de outubro de 2018.

Rurais Quilombolas (ACONERUQ), fundada em 1997, fruto de diversas lutas do movimento negro no estado e sinônimo de muitas conquistas, e o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM)¹², bem mais recente, iniciando suas ações coletivas em 2011.

O MOQUIBOM teria surgido, segundo interpretação dos próprios militantes, como crítica e reação à forma como a ACONERUQ vinha se organizando politicamente nos últimos anos e suas formas de atuação perante o poder público na luta por direitos específicos. Desta forma, o MOQUIBOM¹³ surge em meados do ano de 2011, apresentando como pauta principal a necessidade de titulação dos territórios que ocupam. Diante dos problemas que os grupos enfrentam no campo maranhense, os integrantes do movimento trazem para o debate as situações de violência vivenciadas nas localidades em que residem, devido à situação de grilagem dos territórios e dos conflitos com latifundiários, originados dessa situação.

As reivindicações feitas pelo grupo, desde 2011 até os dias atuais, manifestam-se, especialmente, através de acampamentos/ocupações de órgãos estatais como o INCRA e o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), protestos em frente à sede do governo estadual do Maranhão – Palácio dos Leões, participação em Marchas, além de pequenos encontros realizados no interior do estado. Esses encontros têm sido articulados a partir do diálogo com agentes da CPT, MST, CIMI, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Cáritas-MA, além de pesquisadores das Universidades Estadual e Federal, entre outras instituições.

O primeiro destes encontros, realizado também no ano de 2011, aconteceu, no “sítio dos padres”, no povoado de Mangabeira, municí-

12 É importante destacar, nos dias de hoje, a existência do MOQBEO – Movimento Quilombola do município de Bequimão, que surgiu em 2016.

13 Inicialmente denominava-se Movimento das Comunidades Quilombolas da Baixada Maranhense; hoje usa-se apenas Movimento Quilombola do Maranhão.

pio de Santa Helena – MA. Sobre a proposta de criação do MOQUIBOM, a Profa. Dra. do Departamento de Ciências Sociais da UEMA, Marivânia Furtado (2012, p. 269) afirma que:

O MOQUIBOM, diferentemente dos demais segmentos do movimento quilombola no Estado, tem primado pela pauta da terra como ponto primordial para reprodução socioeconômica e cultural das comunidades negras rurais. Enquanto as outras entidades negociam com o poder público a inserção em programas vinculados às políticas assistenciais, o diferencial do MOQUIBOM é a luta pela terra, ou melhor, pela titulação de seus territórios. Com o lema “Território quilombola livre, já!” o MOQUIBOM iniciou o acampamento no dia 01 de junho e determinou sua suspensão somente no dia 10 daquele mês, depois de garantias avaliadas como conquistas do “tempo do acampamento”.

A primeira ocupação do INCRA ganhou o nome de “Acampamento negro Flaviano” e representou uma estratégia criada pelo grupo, depois de diversas reuniões junto a representantes do INCRA e ITERMA e manifestações no entorno do Palácio dos Leões. Flaviano Pinto Neto, líder da comunidade quilombola Charco, localizada no município São Vicente de Ferrer, foi assassinado com sete tiros em outubro de 2010. De acordo com informações de familiares e comunidades vizinhas ao Charco, os mandatários do crime são grandes latifundiários da região que, em constantes disputas por terras na região da Baixada, têm reagido brutalmente contra moradores de diversas comunidades remanescentes de quilombos da região.

No dia 30 de maio de 2011, a casa de Almirandir Pereira Costa, outra liderança importante da comunidade, vice-presidente da associação do Charco, foi atingida por três tiros. Almirandir foi um dos acampados que, como estratégia de pressão ao poder público, entrou

em greve de fome durante o acampamento, juntamente com o Padre Clemir, da CPT de Pinheiro – MA e outros 15 quilombolas de diversas comunidades.

Em documento redigido no dia 03 de junho de 2011, direcionado a diversas autoridades estatais, com a assinatura de mais de 40 comunidades acampadas e diversas instituições de apoio, e com uma lista de 52 pessoas ameaçadas de morte no campo maranhense, as exigências eram:

1. Realização de concurso público para que o INCRA pudesse atender a política de regularização fundiária das comunidades;
2. Reestruturação do órgão com a inclusão de uma diretoria de regularização fundiária;
3. Titulação das comunidades com processo de titulação;
4. Implementação de políticas públicas do Programa Brasil quilombola;
5. Instalação de um escritório da Fundação Cultural Palmares no estado;
6. Conclusão dos relatórios técnicos (RTID) pendentes;
7. Vistoria de algumas fazendas específicas;
8. Portaria de reconhecimento para as comunidades que ainda não receberam;
9. Titulação de alguns territórios sem alteração da área delimitada pela comunidade;
10. Garantia de contratação de relatório antropológico;
11. Defesa judicial nas ações possessórias que envolvam as comunidades;
12. Inclusão dos ameaçados nos programas de proteção;
13. Presença da Força Nacional nas regiões com maior índice de violência e;
14. Garantia de proteção aos ameaçados¹⁴.

O acampamento foi suspenso dos dias 13 a 22 de junho, assim como as respectivas greves de fome, após conversa, via telefone, com a ministra dos Direitos Humanos naquele momento, Maria do Rosário Nunes, e a garantia de que a mesma estaria em São Luís no dia 22 de junho daquele ano para reunir com os acampados e deliberar acer-

14 <http://biradopindare.blogspot.com.br/2011/06/pauta-de-reivindicacoes-do-acampamento.html>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

ca das pautas do acampamento. Neste dia, não apenas a ministra dos Direitos Humanos, mas também estavam presentes a ministra em exercício do Desenvolvimento Agrário (MDA), Márcia Quadrado, a representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, o Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, e contou ainda com a presença dos presidentes do INCRA, Celso Lacerda, e da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira.

Após as negociações, o acampamento e as estratégias de mobilização usadas pelos quilombolas foram considerados uma vitória, em razão da pauta de reivindicação ter sido avaliada pelos gestores, que apresentaram propostas de resolução de parte dos problemas, como a contratação de 30 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) para comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão, dentre os 100 que seriam licitados para todas as Superintendências do INCRA no país (FURTADO, 2012).

No entanto, apesar das “conquistas”, não tardou acontecer a próxima ocupação, em fins do mês de agosto, dois meses depois de encerrado o primeiro acampamento. Mais ou menos 300 pessoas, entre quilombolas, lideranças indígenas e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ocuparam a sede do Tribunal de Justiça do Estado em São Luís e, em seguida, ocuparam a sede do INCRA. Os quilombolas, desta vez, contaram com a solidariedade de povos indígenas e trabalhadores rurais sem-terra. Os grupos acampados afirmavam que o acordo de junho não havia sido cumprido, conforme depoimento de Inaldo Serejo, à época coordenador estadual da Comissão da Pastoral da Terra (CPT)¹⁵

Ao cobrarmos do superintendente do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues Sodré, sobre a celeridade na conclusão dos

15 Ver: <http://jornalpequeno.com.br/2011/08/26/sede-do-incra-ma-e-ocupada-por-quilombolas-sem-terras-e-indios/> Acesso em 18 de outubro de 2018.

processos, visitas técnicas e emissão de relatórios, ele foi taxativo em dizer que não há condições de cumprir o acordo porque infelizmente o órgão não tem orçamento para isso. (Entrevista concedida ao Jornal Pequeno, 26.08.2015).

Nesta mesma reportagem, temos as considerações da líder quilombola Maria Teresa Bitencourt, do povoado Cruzeiro, em Palmeirândia, que declarou que os representantes do Governo do Estado afirmaram que a pauta não foi devolvida depois que foi levada a Brasília e que a verba federal para dar cumprimento ao acordo não havia sido repassada ao INCRA. Ela ressaltou que o contato com as autoridades federais também foi cortado e, por isso, ficava difícil detectar de onde está partindo a omissão.

Na ocasião, representantes indígenas das etnias Krikati, Guajajara e Krenyê também fizeram parte do acampamento. Dária Krikati explicou que “a população indígena também sofre com a precariedade nas áreas da saúde e educação, além das disputas de terras provocadas pela interferência dos não-indígenas”.

Os acampamentos permaneceram nos meses e anos seguintes sendo um repertório de ação coletiva importante neste cenário de luta. Em setembro do mesmo ano, ocorreu um novo acampamento, novamente com a pauta de reivindicações direcionada para a necessidade de cumprimento do acordo feito em junho. Em março de 2012, mais um acampamento: setenta comunidades remanescentes de quilombos participantes do MOQUIBOM deram início à quarta ocupação do INCRA.

Em 2013, trabalhadores rurais que fizeram parte do Grito da Terra 2013, organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão (Fetaema), ocuparam novamente a superintendência do INCRA e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes), agora com pautas contemplan-

do as diversas categorias de trabalhadores e povos do campo, entre elas: ajuizamento de ações expropriatórias em onze áreas; vistorias em 30 imóveis rurais; publicação de decreto de desapropriação de duas áreas; reunião com o Conselho Nacional de Justiça para tratar de onze áreas que se encontravam *sub judice*; regularização de nove territórios quilombolas; assistência técnica; ações de meio ambiente e emissão de declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, especialmente, a Reforma Agrária.

Em 2014, diversos repertórios de ação coletiva, para além das ocupações do INCRA, também foram realizados: a Marcha contra o genocídio do povo negro, a qual o MOQUIBOM teve intensa participação; o Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas realizado pela Articulação Nacional de Quilombos, em Brasília – DF; a interdição da MA 014 em abril daquele ano, para protestar contra o descaso do governo federal com as comunidades quilombolas; a Marcha nos Trilhos da Resistência, realizada pelo Seminário Carajás 30 anos; manifestações contra a ADI 3239¹⁶; atos em apoio à criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim; entre outras mobilizações, também com a participação de diversos grupos ligados à questão fundiária e à luta por territórios.

No ano de 2015, mais uma ocupação do INCRA que, assim como as demais ocupações, ganhou destaque na mídia nacional, em especial pelo tempo que os manifestantes permaneceram em greve de fome. O acampamento, que durou de 08 a 18 de junho de 2015, teve a adesão de quilombolas, indígenas gamelas, camponeses, extrativistas e apoiadores, reivindicando ações efetivas para a titulação dos seus territórios. Ganhou o nome de *Acampamento Bem Viver*. A greve de

16 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239, proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), questiona o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.887/2003.

fome coletiva foi deliberada após uma assembleia geral, conforme declaração feita pelos acampados e contando com a solidariedade e assinatura de diversas representações¹⁷:

Desde o dia 08 de junho de 2015 iniciamos o acampamento com a presença de comunidades entre indígenas, quilombolas e camponeses. As atividades se iniciaram com uma manifestação em frente ao Palácio dos Leões (sede do Governo estadual) em solidariedade à luta de comunidades do interior de São Luís, pela Criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim (RESEX), considerando que durante anos estas comunidades vêm sofrendo todo tipo de violência por parte de grandes empreendimentos privados que contam com o apoio formal e acordos econômicos firmados com gestões do governo estadual. Para denunciar a violência policial contra comunidades e contra a juventude negra de periferia. Na tarde do mesmo dia ocupamos a sede da Superintendência estadual do INCRA a fim de denunciar a violência promovida pelo Estado brasileiro, a partir do descumprimento do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que reconhece às comunidades quilombolas a propriedade definitiva dos seus territórios, devendo o Estado emitir-lhes

17 Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Brasileira Regional Maranhão, Associação dos Professores da UFMA (APRUMA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Jornal Vias de Fato, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Irmãs de Notre-Dame de Namur, CSP-CONLUTAS, Teia de Povos e Comunidades Tradicionais, Grupo de Estudos Desenvolvimento, Meio Ambiente e Modernidade (GEDMA), Articulação Nacional Quilombola, Movimento Quilombo Raça e Classe, Quilombo Urbano, Movimento Quilombo Brasil, Movimento Luta Popular, Coletivo Mandacaru, SINTRAJUF GESERMES/UFMA, GEPOILIS/UFMA, NERA/UFMA, LIDA/UEMA, LEPEC/UFPE, Movimento Mulheres em Luta, PSTU, Movimento Eu Quero uma Casa no Campus, ANEL, Centro Acadêmico de Direito (UFMA) – Gestão Fagulhas e CAGEQ/UFMA, Núcleo de Extensão e Pesquisa com populações e comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI) da UFMA e Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI).

os respectivos títulos. A ação violenta do Estado atinge também comunidades indígenas que tem seus direitos a terra e ao *bem viver* negados pelas instituições que deveriam fazer cumprir o mandado constitucional, tais como a FUNAI. Diante do silêncio e indiferença do Estado Brasileiro perante estas graves violações aos direitos destes povos, 26 lideranças quilombolas, indígenas e camponesas decidiram em assembleia iniciar uma greve de fome, semelhante à realizada em 2011, a greve foi iniciada a partir das 7 da manhã do dia 10 de junho de 2015. Diante do exposto, declaramos que as consequências deste ato são de inteira responsabilidade do Estado brasileiro que continua a prática do racismo institucional e do genocídio contra nós¹⁸. (Grifos meus).

Em matéria publicada pelo site do CIMI¹⁹ em 24 de junho de 2015, podemos perceber que tanto o acampamento quanto a greve de fome foram ações realizadas diretamente pelo Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), ganhando adesão posterior de outros parceiros na luta. Segundo a matéria, “a isso chamam de Teia, uma articulação iniciada há poucos meses, mas que começa a demonstrar o quanto a unidade de povos e comunidades do campo e das florestas pode fortalecer a luta.” Nailton Braga, quilombola que fez greve de fome, afirma que:

Nas horas mais difíceis, de maior fome, dávamos as mãos e apoiávamos uns aos outros. Cara, tem camponês que precisa dar para o fazendeiro parte do que planta como pagamento. Mulheres quebradeiras de coco precisam pagar para o fazen-

18 Disponível em: http://www.viasdefato.jor.br/index2/index.php?option=com_content&view=article&id=1202:-quilombolas-indigenas-e-camponeses-acampados-no-incrama-iniciam-greve-de-fome&catid=34:yootheme&Itemid=204 . Acesso em: 18 de outubro de 2018.

19 Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/06/37360/> Acesso em 18 de outubro de 2018.

deiro para trabalhar. Em terras que lhes pertencem! Esse foi o alimento desses dias²⁰.

Vemos no documento elaborado pelos acampados, mencionado anteriormente, que a menção ao *Bem Viver* parece estar relacionada especificamente aos povos indígenas, possivelmente pela leitura feita a partir do novo constitucionalismo latino-americano do Equador e Bolívia, onde o *Bem Viver* mantém relação direta com esses povos. Na Semana dos Povos Indígenas realizada pelo CIMI nacional, em 2011, a temática do Bem Viver dava seus primeiros passos no Brasil e começava a ser apresentada como alternativa, como o tema: “Vida para todos e para sempre: a Mãe Terra clama pelo Bem Viver”.

O tema pretendia ampliar a reflexão sobre os sistemas de vida experienciados por muitos povos indígenas na América Latina, em contraposição ao sistema capitalista, a partir de um modelo de vida em harmonia com a sociedade e com a natureza. Beatriz Catarina, antropóloga e agente do CIMI, destaca que os povos indígenas no Brasil, mesmo vivendo “situações diferenciadas” de outros povos latino-americanos, possuem lutas e demandas em comum. “Uma delas é a ação em defesa da terra. Muitos territórios são invadidos por fazendeiros, madeireiros e pelo agronegócio”²¹.

Em contraposição às comemorações oficiais referentes ao “Dia do Índio”, a semana propôs debates e reflexões sobre a realidade indígena, com temas vinculados a causas como meio ambiente, combate ao desmatamento e à depredação das terras, combate aos empreendimentos que causam danos irreversíveis às florestas, aos rios e à biodiversidade, sugerindo, a partir desses temas, reflexões em torno do *Bem Viver*, com destaques para os “Desafios do ‘Bem Viver’ hoje” e

20 Ibidem.

21 Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1302011852_Folder%20-%20Semana%202011.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2018.

“O sonho e a realidade do bem viver”, destacados no editorial lançado pela organização²².

Nas publicações seguintes, a temática do *Bem Viver* se fez presente: 1. Nov/Dez – 2011: Bolívia – O Bem Viver: entre a fala e a prática; Evo Morales e o Bem Viver²³; 2. Jan/Fev – 2012: Construindo um novo projeto de vida; O direito a viver do nosso jeito²⁴; 3. Mar/Abr – 2012: Alternativas e propostas (que fazem menção ao Bem Viver)²⁵.

Com passar dos anos e a parceria entre os grupos e as ações coletivas desenvolvidas por eles, o *Bem Viver* apresenta-se como um caminho possível, na construção de territórios livres e autônomos, não apenas para os povos indígenas, mas para os grupos sociais que lutam pelos seus territórios. No ano de 2015, a temática do Bem Viver continuou a ser apresentada pelo CIMI – Maranhão, na defesa da luta dos povos indígenas pelo *Bem Viver*, conforme documento da 36ª Assembleia, realizada de 10 a 14 de agosto de 2015 em São Luís. O documento redigido enfatiza o compromisso “com a defesa e vida, dos territórios livres e dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades tradicionais”²⁶, enfatizando que os modos de vida desses grupos “são um Bem Viver para todos”.

Durante o *Acampamento Bem Viver*, mencionado anteriormente, foi redigido um Manifesto aos Povos do Brasil e do Mundo, com ênfase nos elementos que pregam a luta pela manutenção harmoniosa entre os povos e a natureza, reafirmando a crença no *Bem Viver* como um caminho possível:

22 Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/mensagem-ro-186_jan-fev-2011.pdf Acesso em: 18 de outubro de 2018.

23 Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/mensagem-ro-190_nov-dez-2011.pdf Acesso em: 18 de outubro de 2018.

24 Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/mensagem-ro-191_jan-fev-2012.pdf Acesso em: 18 de outubro de 2018.

25 Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/mensagem-ro-192_mar-abr-2012.pdf Acesso em: 18 de outubro de 2018.

26 <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8266> Acesso em 18 de outubro de 2018.

Somos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão que, desde o dia 08 de junho de 2015 ocupamos a sede da Superintendência do INCRA MA para exigir o respeito e o cumprimento de Direitos Fundamentais assegurados na Constituição Federal do Brasil. Ao longo de quinhentos e quinze anos choramos a dor pela morte matada de muitos companheiros e companheiras; muitos ainda na mais tenra idade – os cemitérios de anjinhos pontuam os caminhos e quintais de nossas comunidades. Sofremos a dor de ver muitos filhos e muitas filhas crescerem sem a presença física dos seus pais assassinados por latifundiários sob os olhares e proteção das instituições públicas. Mas sempre tivemos a ESPERANÇA como companheira e compartilhamos a SOLIDARIEDADE de muitas mãos amigas estendidas para partilharem seus dons e para não nos deixar desanimar ao longo do caminho. De modo muito intenso vivenciamos a solidariedade vinda de todos os cantos do país e do mundo. Permanecem conosco nossos Ancestrais, Encantados, Caboclos, Orixás e a Trindade Santa como Presença Animadora. Com nossos cantos, nossos tambores, nossos maracás e rituais somos fortalecidos e continuamos a luta para honrar a Memória dos nossos Ancestrais e Mártires. Carregamos em nossa alma o canto dos pássaros, em nossas veias correm as águas de todas as nascentes, igarapés e rios. Nossos pés e mãos acariciam as terras dos nossos Ancestrais, as mesmas terras e entregaremos aos nossos filhos e filhas quando nossos corpos nela virarem sementes. Garantir a Mãe Terra às novas gerações significa fortalecer os nossos modos de vida que valorizam o SER e não TER, a proteção e o cuidado da natureza, da pessoa humana. *Acreditamos no Bem Viver como um caminho possível.* (Grifos meus) ²⁷.

27 <http://www.portalafricas.com.br/v1/manifesto-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-que-ocuparam-o-incra-maranhao/> Acesso em 18 de outubro de 2018.

No II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado entre os dias 27 de fevereiro e 01 de março de 2015, realizado no território do povo Gamela, em Viana, Maranhão, povos e comunidades tradicionais reuniram-se para compartilhar lutas. Com o tema: *Territórios Livres – Tecendo o Bem Viver*, mais um documento foi redigido trazendo para o cenário a temática em questão.

Ao som de maracás e tambores, desde o dia 27 de fevereiro até o dia 01 de março de 2015, nós, povos e comunidades tradicionais, nos encontramos no território do povo Gamela, em Viana, Maranhão, para compartilhar nossas caminhadas. Viemos de muitos lugares e carregamos em nossa memória muitas vidas, todas as vidas e fizemos desta Casa de Convivência do Povo Gamela um Lugar bonito, *expressão do Bem Viver*. Maracás, tambores e cantos insurgentes evocam nossa ancestralidade fazendo a gente se encontrar dentro da gente mesmo e reafirmar nosso modo de vida. Nossos encantados, santos, caboclos e orixás nos acompanham e *animam nossas lutas e resistências pela defesa dos nossos territórios*. Compartilhamos nossos saberes e fazeres, o trabalho em mutirão, *o respeito pelo tempo da terra, o cuidado com nossas águas, nossas matas, com os animais*. Compartilhamos também nossas preocupações, angústias, temores, diante das diferentes ameaças e violências que nos cerca. Denunciamos o avanço do latifúndio, a mineração, o genocídio da juventude negra, promovida, inclusive, por agentes do Estado. *Denunciamos ainda os megaprojetos, promotores de um suposto desenvolvimento*, apoiados pela retirada dos nossos direitos, via poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Diante desta realidade, estamos assumindo um compromisso de tecer uma rede de povos e comunidades tradicionais com o objetivo de articular nossas lutas e resistências em vista da garantia e preservação dos nossos modos de vida

e territórios demarcados pelos nossos pés. Taquaritiua - Viana (MA), 01 de março de 2015. (Grifos meus)²⁸.

Vejamos que o Bem Viver começa a se apresentar constantemente nos discursos e documentos elaborados coletivamente por esses grupos. O reforço em defesa do território e da natureza se fortalece e vai além de temáticas específicas a cada grupo. Na 12ª Romaria da Terra e das Águas do Maranhão, realizada no município de Chapadinha, nos dias 17 e 18 de outubro de 2015, a crítica ao desenvolvimento se faz presente e traz como tema *Territórios Livres para o Bem Viver dos Povos*, com o lema: *Tire as Sandálias por que este chão é sagrado, visando o bem viver de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, pequenos agricultores e pescadores*:

A XIIª Romaria Estadual da Terra e das Águas pretende um retorno às origens, ao propor o debate sobre a valorização dos povos e comunidades tradicionais, da defesa de seus territórios e seus modos de vida. O “desenvolvimento” instalado no estado prioriza o modelo de enclaves, pautado por megaprojetos, principalmente o agro e hidro negócios (monoculturas, pecuária, hidrelétricas etc.) e a mineração, privilegiando a exportação de commodities. O preço deste modelo excludente é pago por indígenas, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, pequenos agricultores e pescadores, entre outros, que são sistematicamente expulsos de seus territórios e têm seus direitos violados. Grande parte destas populações expropriadas do campo acaba inchando a periferia dos centros urbanos, em precárias condições de vida. (...) *O Maranhão é nosso chão, lugar de nossas identidades, pertencimentos e ancestralidades. Como tal, é o lugar de*

28 <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/2463-ii-encontro-de-povos-e-comunidades-tradicionais-do-maranhao> Acesso em 18 de outubro de 2018.

construção do anunciado bem viver, que se traduz em vida plena, participação, vivência da paz como fruto da justiça e respeito à pluralidade étnico-cultural e religiosa. (Grifos meus) ²⁹.

Na edição 2015 da Marcha Nacional das Mulheres Negras, como o tema *Contra o racismo, a violência e pelo bem viver*, as mulheres quilombolas participantes afirmaram que assim como as indígenas, ribeirinhas, geraizeiras e tantas outras identidades, elas também vivem em harmonia com a terra, protegendo as nascentes, a fauna e a flora do país e, por isso, devem lutar para alcançar o Bem Viver³⁰. Mais uma vez vemos o acionamento da temática do *Bem Viver* estender-se aos outros grupos, além dos povos indígenas.

Em documento redigido no Primeiro Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado³¹, realizado entre os dias 23 e 25 de novembro de 2015, na região de Araguaína, Tocantins, a temática do *Bem Viver* volta a ser acionada na luta contra a destruição do Cerrado pelo MATOPIBA³². Camponeses(as), agricultores(as) familiares, povos indígenas, quilombolas (o MOQUIBOM assina o documento), geraizeiros(as), fundos e fechos de pasto, pescadores(as) e quebradeiras de coco proclamam o Bem Viver.

Estes grupos afirmam que o Projeto de Desenvolvimento Agrário (PDA) Matopiba³³ não é um projeto de desenvolvimento sustentável,

29 <http://www.cptnacional.org.br/index.php/acoes/romarias-da-terra-e-da-agua/romarias-2015/2925-12-romaria-da-terra-e-das-aguas-do-maranhao-territorios-livres-para-o-bem-viver-dos-povos> Acesso em 10.02.2016.

30 <http://www.palmares.gov.br/?p=39527> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

31 <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/3001-carta-aberta-a-sociedade-brasileira-e-a-presidencia-da-republica-e-ao-congresso-nacional-sobre-a-destruicao-do-cerrado-pelo-matopiba>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

32 Região considerada a grande fronteira agrícola brasileira nos dias de hoje, referente ao bioma Cerrado dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA), responsável por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras.

33 Criado pelo Governo Federal através do Decreto 8447, de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de

pois “mata a água, a terra, o bem viver dos povos indígenas, quilombolas e camponeses; aumenta a degradação ambiental, agravando ainda mais os problemas hídricos e trazendo mais impactos negativos ao meio ambiente e às populações tradicionais do entorno, com destruição das matas e solos pelo uso intensivo de tratores e correntões, e pelo abusivo uso de agrotóxicos com pulverização aérea intensiva”.

O balanço sobre a Questão Agrária brasileira, ano 2015, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra – Regional Nordeste II, aponta desmontes do governo, cortes de recursos públicos para a Reforma Agrária, intensificação da aliança do Estado com o Agronegócio, com forte influência sobre os povos do campo, aumento do número de assassinatos no campo, permanência e aumento na destruição das florestas, mais veneno nos produtos agrícolas que consumimos e aumento no impacto e privatização da natureza.

No entanto, o relatório ressalta um elemento bastante positivo a meu ver: os grupos sociais impactados por esses processos permanecem lutando: “Foram inúmeras ocupações e retomadas de terra, marchas, jornadas e protestos que alimentaram a rebeldia necessária para manter a esperança na construção da Terra sem males, do Bem Viver.” Não podemos deixar de mencionar, nessa luta, os Encontros realizados pela Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão³⁴.

Aqui não nos debruçaremos especificamente sobre a Teia, mas reiteramos que esta organização tem desempenhado papel importantíssimo nesse cenário de luta e de conexão com o paradigma do *Bem Viver* junto a outros povos da América. Segundo definição feita pela organização:

A Teia se organiza através da partilha de experiências entre povos e comunidades tradicionais do Maranhão, que percorrem um

seu Comitê Gestor.

34 Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/12/vii-encontro-da-teia-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-do-maranhao-tem-inicio-no-quilombo-cocalinho/>
Acesso em: 18 de outubro de 2018.

processo de descolonização à ideologia do grande capital. O movimento composto por indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros, sertanejos e pescadores artesanais, surgiu no ano de 2011, como um levante de resistência e organização popular. Tem como base, a luta pela manutenção dos princípios do bem-viver, soberania alimentar e a preservação das mais diversas práticas culturais, que se manifestam de maneira ancestral³⁵.

Os Encontros (chamados Encontrões) que a Teia tem realizado são muito interessantes para entendermos esse cenário de lutas e acionamento da temática do *Bem Viver*:

Em 2013, em Mangabeira – Santa Helena, compreendemos que uma vara sozinha se quebra fácil, mais se juntar um feixe ninguém pode quebrar. Em 2014, no Taim – São Luís, ao redor do poço da memória, fizemos a descolonização do saber, do ser e do sentir, e assumimos o Bem Viver como horizonte possível. Em 2015, no Território do Povo Gamela, Viana, MA, na simbologia da Mandala – compreendemos que cada um de nós é um ponto que se liga a tudo que vive! – afirmamos o sonho do Território Livre. Ainda em 2015, no Território Quilombola Santa Maria dos Moreira/Bom Jesus, município de Codó, MA, nos encontramos para reafirmar, a partir das experiências das nossas vivências, a urgência em aprofundar a autonomia do próprio processo de organização, gestão e produção. Em 2016, entre os rios Balsas e Parnaíba, no território da comunidade sertaneja de Forquilha, Benedito Leite – MA, foram denunciadas as ameaças e agressões aos Territórios de vida, causadas pelo modelo de desenvolvimento baseado nos projetos do capital, nossas vidas não cabem nos seus mapas³⁶.

35 Ibidem.

36 <https://www.miqcb.org/single-post/2017/05/31/Carta-final-do-VI->

O VI Encontro foi realizado no Território Quilombola Alto Bonito, dos dias 25 a 28 de maio de 2017, tendo como tema *Não estamos extintos. Estamos de pé, em luta. Esta terra é nossa!* No VII Encontro, realizado em dezembro de 2017, na comunidade quilombola de Cocalinho, o tema foi *Nosso território sagrado: bem viver, memória, luta e esperança*, tendo como principal objetivo “discutir os processos de enfrentamento no campo e formas de organização autônoma”, sendo anfitriã uma comunidade quilombola que tem vivenciado diretamente o enfrentamento ao agronegócio, por viver cercada pelos eucaliptos da empresa Suzano Papel e Celulose.

O VIII Encontro, realizado em junho de 2018, teve como anfitriã a comunidade sertaneja Gostoso, localizada no município de Aldeias Altas. Com o tema *Retomar Nossas Raízes com Luta e Resistência, Defendendo a Vida e o Bem Viver*, um número aproximado de 400 lideranças do estado reuniram-se para debater temas relativos às ameaças sofridas por comunidades que estão em luta pela permanência em seus territórios.

Vejamos que o Bem Viver passa a ser acionado num cenário de luta que permanece, ainda que o projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro continue a perdurar. Essa luta intensifica-se com a forte aliança entre os grupos, que vislumbram ideais comuns, ainda que tenham suas especificidades e ainda que a guerra pareça não ter prazo para acabar. São os primeiros passos na busca pelo *Bem Viver* enquanto projeto de vida, mas são passos que reforçam lutas anteriores, que se renovam e se fortalecem.

[Encontr%C3%A3o-da-TEIA-de-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-do-Maranh%C3%A3o](#) Acesso em 18 de outubro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim que o MOQUIBOM surgiu, em 2011, algo bem peculiar chamou atenção: algumas comunidades remanescentes de quilombos ficavam receosas em participar do movimento, quando este pregava o discurso de “negação” da participação da ACONERUQ nas ações realizadas pelas comunidades. O motivo é algo bem simples: gratidão à ACONERUQ, pioneira nesse processo e que durante anos, mesmo com todas as limitações, trabalhou junto às comunidades, levou conhecimento, formação e atuou em diversas frentes de lutas no campo. No entanto, mesmo com a manutenção da gratidão, havia a necessidade de combater a violência no campo, de garantir a titulação dos territórios, de lutar por políticas públicas que garantissem a qualidade de vida da população e de superar a “condição de miséria”, objetivos estes que, para muitas desses grupos, pareciam inatingíveis.

Por isso, a possibilidade de superação desse quadro de violência e “condições de miséria” foi a luta. Desde a primeira ocupação em junho de 2011 até o presente ano de 2018, o que temos visto é uma “rotinização do ativismo”, onde não apenas quilombolas, mas trabalhadores rurais sem-terra, indígenas, extrativistas, entre outros grupos, de forma mais ou menos integrada, têm realizado constantes ocupações/acampamentos no INCRA-MA, encontros, além de outras ações coletivas, com o apoio de diversas organizações já mencionadas.

O discurso inicial, que contemplava questões específicas de determinados grupos, amplia-se. Os quilombolas que, protagonistas em 2011, construíam suas demandas em torno da efetivação do artigo 68 (ADCT), direcionado especificamente a esses grupos, ampliam seus discursos e constroem demandas coletivas em parceria com os outros parceiros na luta. O cenário hoje é mais amplo e envolve uma luta não apenas apoiada no caráter étnico, identitário; hoje a luta é do quilombola, mas é também do indígena, do trabalhador rural sem-terra, do camponês, do extrativista, do irmão na luta.

Os anos vão se passando, as mobilizações vão acontecendo, algumas lutas vão sendo alcançadas, outras vão sendo adiadas. Os repertórios, muitos deles aprendidos ou herdados no passado, vão sendo constantemente transformados pelos atores do presente, ganhando novas formas e nuances. O objetivo dessas lutas, faz-nos crê, continua o mesmo: a luta pela regularização fundiária dos territórios que ocupam. Segundo análises dos próprios militantes, hoje essas lutas são mais “eficazes”, porque são muitas vozes. E os objetivos são muitos; hoje eles lutam pelo *Bem Viver*, por uma vida de harmonia com a natureza. O embate é direto, ganhando visibilidade nos meios de comunicação, apoio e assessoria de diversas instituições. Para muitos deles, a garantia dos direitos a todas as comunidades está longe de acontecer, mas ela será conquistada com muita luta.

Indígenas, sem terras, extrativistas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, praieiros e quilombolas vão fazendo do ativismo uma rotina e escrevendo novos capítulos, ao som dos tambores e de músicas que resgatam suas lutas diárias: “Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar, a luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar”! Do lugar de sujeitos que tinham seus territórios expropriados, passam a ser atores que se mobilizam, lutam, ocupam, debatem, acreditam.

Na construção do *Bem Viver* para todos, esses grupos olham para a realidade em que vivem, para o chão que pisam, para a água que bebem. Mesmo que a referência sejam valores compartilhados com seus irmãos latino-americanos, os grupos estão olhando para os seus modos de vida e para as necessidades que precisam superar. Ainda que tenhamos tantas vezes importado paradigmas, ideais, modelos e saberes, o objetivo desses grupos, mais uma vez, é conseguir “ganhar a guerra”, que parece vencida pelos ideais do “avanço” e do “progresso”.

No enfrentamento com o Estado e com a iniciativa privada, na valorização do território, no apoio aos irmãos ameaçados de morte,

na vida partilhada, esses grupos vão “tecendo o bem viver”, em busca da tão sonhada harmonia entre a humanidade e a mãe natureza, seja na lei ou na marra!

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi*. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, 2010.

ACOSTA, A. *Buen Vivir Sumak Kawsay. Una oportunidad para imaginar nuevos mundos*. Quito: Abya Yala, 2012.

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/ Elefante, 2016. 264 p.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, p. 231-251, abril 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/48566-201423-3-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/48566-201423-3-PB%20(1).pdf) Acesso: Outubro, 2018.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. “*Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola*”: o processo de construção identitária em Rio Grande – Maranhão. São Luís: Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2012. (Dissertação de Mestrado).

BOFF, Leonardo. *O viver melhor ou o bem viver?* Disponível em: <http://www.leonardoboff.com/site/vista/2009/mar27.htm>. Acesso em: Outubro, 2018.

BOFF, Leonardo. Contribución de America Latina a una geosociedad. In: *Revista Fusion*. Publicada em 19 de Ago. 2011. Disponível em: <http://www.revistafusion.com/201108192207/Firmas/Leonardo-Boff/contribucion-deamerica-latina-a-una-geosociedad.htm> Aces-

so em: Outubro, 2018.

BOFF, Leonardo. ¿Vivir mejor o ‘el buen vivir’? In: *Revista Fusion*.
Publicada em 03 Abr 2009.

Disponível em: <http://www.revistafusion.com/20090403817/Firmas/Leonardo-Boff/ivivir-mejor-o-el-buen-vivir.htm> . Acesso em: Outubro, 2018.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad. Vera Lucia M. JOSCELYNE; Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERRETI; ESTERCI; RAMALHO. Introdução. In: FERRETI; Sérgio Figueiredo; RAMALHO; José Ricardo. (Orgs.). *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: Edufma, 2009.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente. Presidente Prudente: mimeo. 2012.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa> . Acesso em: Outubro, 2018.

GUDYNAS, E.; A. Acosta. 2011. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana* 16 (53): 71-83.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. El buen vivir ecuatoriano en el contexto de la economía política del desarrollo. En: Dominguez, R.; Tezanos, S. (Eds.). *Actas del I Congreso Internacional de Estudios*

del Desarrollo. Santander: Universidad de Cantabria: 2012. Disponible en: <https://cooperacionecuador.files.wordpress.com/2014/03/el-buen-vivir-ecuatoriano-en-el-contexto-de-la-economia-politica-del-desarrollo-antonio-luis-hidalgo-capitulo-1-n-universidad-de-huelva.pdf> Acesso em: Out, 2018.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26. Nº 75, fevereiro de 2011. P. 149-193.

RADCLIFFE S. A. Desenvolvimento para uma era pós-neoliberal? Sumak kawsay, viver bem e os limites para a descolonização no Equador. *Geoforum*, 43(2), 240-249, 2012.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (Orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais*: aRESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

SOUZA FILHO, Benedito. Identidade e território: a “guerra” como instrumento de expropriação. In: FERRETI; Sérgio Figueiredo; RAMALHO; José Ricardo. (Orgs.). *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: Edufma, 2009, p. 119-136.

THOMSON, B. P. Perspectivas indígenas, buen vivir, kawsay Sumaq e decrescimento. *Desenvolvimento*, 54(4), 448-454, 2011.

WALSH, C. Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (de) envolvimentos coloniais. *Desenvolvimento*, 53(1), 15-21, 2010.

ZHOURI, Andrea; Laschefski, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-31.

“QUANDO A PEDRA VALORIZOU”: a “briga” pelo território com o avanço de grandes empreendimentos na comunidade quilombola Miranda do Rosário – MA¹

Barbara de Sousa Cascaes²

INTRODUÇÃO

Miranda do Rosário está localizada no município de Rosário, Maranhão, a 70 km da capital São Luís. Grandes Projetos fomentados pelo Estado instituem diferentes situações de conflito na região da Amazônia Oriental, sendo a região de Rosário uma área de interesse à política desenvolvimentista. O anúncio da implantação da Refinaria Premium I da Petrobrás em Bacabeira, este limítrofe de Rosário, no ano

1 Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado intitulada “*Miranda era essas pedras*”: Estado, mineração e conflitos em uma comunidade quilombola. Ano: 2017, no âmbito do Programa Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA da Universidade Estadual do Maranhão.

2 Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia – Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão.

de 2009, gerou impactos em diversos setores dos municípios vizinhos, inclusive Rosário, atingindo também uma diversidade de grupos e comunidades tradicionais com o aumento da especulação imobiliária, ameaças de deslocamentos compulsórios e danos ambientais. Neste artigo, trago uma reflexão sobre a situação de conflito vivida por esta comunidade dentro do contexto das questões ligadas ao recente reconhecimento de direitos destes grupos pelo Estado Brasileiro.

A promulgação da Constituição de 1988 trouxe para o Brasil uma série de temas que passam a ser amplamente debatidos nas várias esferas da sociedade civil, sendo a questão dos direitos quilombolas tematizada não só pelos movimentos sociais negros – até então não havia um movimento quilombola específico – mas por diversos setores no âmbito público e privado. Em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, a Constituição brasileira definiu o direito às comunidades remanescentes de quilombo à propriedade definitiva dos seus territórios devendo o Estado lhes conceder os títulos respectivos.

Nos debates sobre o tema, os artigos 215 e 216 da Constituição também passam a ser citados como garantias dadas pelo Estado brasileiro ao direito quilombola, bem como outros dispositivos internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata dos direitos de povos indígenas e tribais visando respeitar a diversidade, ratificada pelo governo brasileiro no ano de 2002.

No início dos anos 2000, o Decreto 3.912/2001 do governo Fernando Henrique Cardoso vem regulamentar o artigo 68 do ADCT definindo como critério para reconhecimento de quilombos somente aquelas terras ocupadas no ano de 1888 por escravos fugidos e que continuassem ocupadas até a promulgação da Constituição de 1988 (GOMES, 2014). O caráter passadista deste texto limita o acesso de toda uma diversidade de situações que caracterizam a realidade das

comunidades quilombolas no Brasil e que não estão limitadas a uma única via de explicação quanto ao seu processo de territorialização, tomando aqui este conceito a partir da perspectiva teórica do antropólogo Alfredo Wagner B. Almeida, evidenciando “uma conjunção de fatores que envolvem a capacidade mobilizatória em torno de uma política de identidade e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado”. (ALMEIDA, 2008, p. 118).

Este decreto deixava claro o cenário de disputa de diferentes projetos políticos entre diferentes setores. De um lado governistas da chamada bancada ruralista e os projetos voltados à propriedade privada, de outro, os movimentos sociais quilombolas e a luta por uma identidade política de autorreconhecimento com vistas à propriedade coletiva de terras de uso comum. Os grupos de comunidades quilombolas tomam cada vez mais consciência de seu processo histórico de formação acionando uma memória de um passado “que deve corresponder a uma forma atual de existência”. (O'DWYER, 2002).

A perspectiva jurídico-colonial na definição de quilombos permanecia, de acordo com Alfredo Wagner B. Almeida (2011), no senso comum, e somente a partir da década de 1980 percebe-se uma mudança nesta perspectiva avançando as pesquisas sobre as comunidades negras no Maranhão.

Tal perspectiva foi duramente criticada diante das diversas realidades e processos históricos particulares da formação dos quilombos no Brasil, envolvendo, também, o debate sobre a etnicidade e a reprodução de grupos sociais em distintas realidades sociais. O debate sobre o conceito de etnia constitui-se como importante ferramenta em estudos e identificação das comunidades quilombolas no Brasil.

Segundo O'Dwyer (2002), o texto constitucional de 1988 no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) confere direitos territoriais aos denominados “remanescentes de quilom-

bos” que estejam ocupando suas terras. Para a antropóloga, não trata apenas de evocar uma “identidade histórica”, pois torna-se necessário que estes grupos existam no presente seguindo uma “perspectiva antropológica mais recente” conceituando tais grupos enquanto “grupos étnicos que existem ou persistem ao longo da história como um tipo organizacional”. (O’DWYER, 2002, p. 14).

Uma nova compreensão das chamadas fronteiras étnicas é proposta pela disciplina antropológica que busca romper com a perspectiva vigente até então de vincular o conceito de etnicidade ao conceito de raça como delimitador de uma cultura específica. Para Frederic Barth, seguir nesta perspectiva seria pensar grupos étnicos tais como “ilhas”, e, para a sua manutenção cultural, tais grupos estariam isolados como “unidades portadoras de cultura”. (2000, p. 29).

No ano de 2003, o Decreto 4.887 do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva reflete o avanço nos debates quanto à necessidade de pensar os quilombos no Brasil a partir de um viés antropológico afastando-se da concepção historicista do quilombo como local de fuga limitado a uma temporalidade específica que prevalecia nos discursos oficiais do Estado brasileiro. Este decreto é fundamental na luta pelo direito quilombola e regulamenta os procedimentos para “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

A Convenção 169 torna-se fundamental neste processo de reconhecimento às comunidades quilombolas pela subjetividade trazida em seu texto quando traz o critério da autodefinição como fator chave no reconhecimento destes grupos perante o Estado, permitindo novo sentido que não aquele dado pelo texto constitucional de um quilombo preso a um passado colonial.

Passa a ser responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a realização do processo administrativo

de regulamentação dos territórios quilombolas devendo, a partir de solicitação formal dos grupos que se autodeclararem como quilombolas, definir as áreas a serem tituladas de acordo com o que as comunidades definem como sendo seu território, podendo ir além daquela área utilizada cotidianamente.

No estado do Maranhão, as pesquisas sobre as chamadas *terras de preto* ganham maior proporção na década de 1980 dentro do contexto político nacional de revigoramento das lutas sociais que culminaria no texto da Constituição de 1988. As comunidades que se autodeclararam como quilombolas no estado estão localizadas em várias regiões, concentrando-se na Baixada Maranhense, Região dos Cocais, do Baixo Parnaíba, Itapecuru-Mirim e Região do Munin. Estão localizadas tanto no meio urbano como rural recebendo designações como comunidades negras rurais, *terras de preto*, mocambos e outras.

Estas comunidades trazem como características um modo de vida peculiar em que o sentido da “natureza” contrapõe-se ao sentido dado por órgãos governamentais e propriedades privadas voltadas aos grandes projetos desenvolvimentistas. Estes grupos utilizam como sistema de vida o uso comum de terras estabelecendo uma relação com os recursos naturais e com a terra que extrapola o sentido da reprodução econômica, constituindo-se também como um elemento identitário.

A necessidade do respeito no manejo dos recursos naturais entra em oposição aos projetos voltados ao grande capital que trazem ameaças ao meio ambiente colocando em risco a reprodução do modo de vida destes grupos. Deste modo, a tematização da questão ambiental torna-se uma pauta necessária no debate da questão quilombola no Brasil. Estes temas cruzam-se quando se ampliam os debates sobre a necessidade de proteção dos considerados patrimônios históricos e culturais do Brasil e o fortalecimento das lutas sociais pelos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

Os moradores de Miranda trazem em suas narrativas sobre a história do lugar os diversos conflitos por que passam a comunidade desde a década de 1970, período do incentivo de agências governamentais a projetos agropecuários, dificultando o acesso do grupo aos recursos naturais como cercamento de babaçuais até então de livre acesso. Nas décadas seguintes os conflitos mudam de configuração com o avanço de empresas mineradoras interessadas na exploração de pedras para a construção civil causando grandes danos ambientais e ameaças de expulsão. A comunidade resiste aos avanços de seus antagonistas e aciona como principal forma de luta a afirmação de sua identidade étnica diante do Estado brasileiro enquanto *comunidade remanescente de quilombo*. Neste artigo serão apresentadas as diversas situações de conflitos enfrentados pelo grupo e como este se posiciona diante do Estado e das empresas privadas, o que nos permite perceber como o Estado posiciona-se de forma ambígua dentro de uma lógica burocrática de atuação entre o reconhecimento de direitos e a concessão de políticas de incentivo aos grandes projetos do capital privado.

A CHEGADA DE GRANDES EMPREENDIMENTOS:

A REFINARIA PREMIUM I

Miranda é uma comunidade que está localizada entre as terras de duas antigas propriedades do período escravista, terras denominadas de Santa Rita e Vila Nova, o que se tornou um gerador de conflitos para o grupo. Após período de abandono por seus antigos proprietários do período escravista, estas terras passam a ser alvo de disputas em diferentes momentos e contextos políticos e econômicos. A microrregião de Rosário continua a despertar o interesse do Estado para implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, bem como interesse do capital privado, com posseiros, fazendeiros e empresas privadas que chegam à região. O último grande projeto planejado pelo

Estado para a região foi o da implantação da Refinaria Premium I da Petrobrás no município de Bacabeira.

A implantação da Refinaria foi anunciada formalmente pelo Governo Estadual do Maranhão e Governo Federal no ano de 2009 como um grande projeto de inserção do Maranhão no mercado externo dentro da lógica do estado neoliberal de acumulação de capital. E o discurso das agências estatais para justificar sua implantação é o mesmo que sempre buscou justificar a implantação de projetos desenvolvimentistas na Amazônia Oriental, do desenvolvimento do Estado com aumento do Produto Interno Bruto (PIB) interno e do município, geração de milhares de empregos diretos e indiretos, aumento da renda familiar, geração de maior infraestrutura da cidade com melhoria nos índices de educação.

Os impactos a serem gerados com a efetiva implantação e funcionamento da Refinaria afetaria diretamente a vida de várias comunidades da microrregião de Rosário, em específico, os municípios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira, além do município de São Luís, em zona rural localizada próximo ao Complexo Portuário, pois a quantidade de produção petrolífera e toda a estrutura para seu escoamento e exportação afetariam diretamente o meio ambiente e comunidades tradicionais que vivem da pesca, da coleta, da agricultura familiar, e teriam seus modos de vida e relação com a natureza diretamente afetados.

A produção da Refinaria, de acordo com planejamento da Petrobrás, deveria atender ao mercado externo, mais precisamente à Europa, portanto, de acordo com Sant'Ana (2003), o interesse não seria o mercado interno, mas sim o grande capital externo. Mais uma vez o discurso oficial do progresso para a região entra em total contradição com os efeitos reais gerados por tais empreendimentos.

Este anúncio, do que seria a “maior refinaria já construída na América Latina e uma das maiores do mundo” (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013, p. 2), gerou grande “impacto” em toda a região, e aqui

destaco duas situações imediatas ao seu anúncio: o *boom* imobiliário com a corrida pela venda de casas e terrenos a preços especulativos bem mais elevados que o mercado da região e os conflitos com os deslocamentos compulsórios³ de comunidades rurais de Bacabeira, com alguns exemplos de maior resistência como a comunidade de Salva Terra II que recusou deixar suas casas por não aceitar a imposição do Estado em abandoná-las por estarem localizadas dentro da área delimitada pelo Estado a ser implantada a Refinaria.

O anúncio da suspensão da implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira pela Petrobrás no ano de 2014 gerou em toda a população (principalmente à classe empresarial e aos grupos populacionais que já sofreram com o deslocamento compulsório) um sentimento de frustração diante de todas as mobilizações e impactos já sofridos na região. Ainda que não efetivada sua implantação, este projeto causou grandes impactos nas relações e meios de vida em um número considerável de povoados e comunidades tradicionais que se estabeleceram há mais de um século naquela região. A sua suspensão também não garante que este empreendimento não possa voltar a ser uma pauta de interesse do Estado em outro momento. Assim, Miranda, que está localizada na área classificada de Área de Influência Indireta deste empreendimento, está em uma área que continua sendo de interesse do Estado e de outros empreendimentos privados.

No entanto, em trabalho de campo realizado na comunidade entre os anos de 2012 e 2015, percebi uma aparente situação de tranquilidade em relação ao projeto da Refinaria. De acordo com agentes sociais da comunidade, o problema enfrentado não era com este em-

3 Por deslocamento compulsório tomamos a definição de Almeida (1996, p. 30): “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”. (Apud SANT’ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

preendimento, mas sim com as pedreiras instaladas no município de Rosário, chegando a se instalar dentro da comunidade de Miranda.

A grande briga que a comunidade enfrentava era por causa das pedras usadas para a construção civil, exploradas por empresas minerárias que ameaçavam de expulsão do território a comunidade e utilizam explosivos para a extração de pedras, atingindo de forma muito violenta durante anos a comunidade, causando um cenário de medo, ameaças e destruição.

No entanto, no discurso de seu Zé Ribeiro⁴, ao relatar o conflito por causa das pedras, sempre se reportava ao que, pra ele, foi o início dos conflitos pela terra em Miranda, a “guerra” pelo babaçu num processo de “cercamento” das terras.

O “CERCAMENTO” DAS TERRAS E A LUTA PELO BABAÇU

A partir das narrativas dos agentes sociais de Miranda, torna-se válida uma atenção maior à especificidade do grupo quanto à formação de seu território. Tal como nos sugere Almeida (2002), a “territorialidade específica”⁵ do grupo está relacionada com os “casos de doações de terras, quando o impacto da queda do preço dos produtos, no caso do algodão e da cana-de-açúcar foi tão grande que alguns engenhos centrais foram completamente abandonados pelos proprietários e as terras doadas aos ex-escravos”. (2002, p. 63)

4 No trabalho de pesquisa em que se baseia este artigo utilizo como metodologia uma aproximação com a prática etnográfica com pesquisa de campo na comunidade e nas diversas agências governamentais, para descrever as várias situações de conflitos que se cruzam com a história do grupo a partir das vozes dos próprios agentes sociais. Utilizo aqui as falas do senhor Zé Ribeiro, pescador, uma das lideranças do grupo, dono do grupo de tambor de crioula da comunidade e ex-presidente da Associação de Produtores Rurais do Povoado de Miranda. E também de Dona Elza Cantanhede, professora, presidente da Associação Cultural Tambor de Crioula Santa Maria, também uma liderança na comunidade.

5 Ver também Almeida (2008) onde utiliza este conceito para compreender diferentes processos sociais de territorialização e como se delimitam dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

O senhor Zé Ribeiro parece recuperar a memória desse contexto ressaltando uma situação de doação de terra ocorrida no contexto pós-abolição: “Aí tudo que veio a liberdade, aí passaram os tempos, que eles começaram a ir embora, os Machado, o ricos, começaram a vender as propriedades, eles deram pros negros pra não ficar sem nada, porque trabalhavam pra eles, aí eles deram esse povoado de Miranda; deram o Miranda, porque ele era desmerecido”.

Seu Zé Ribeiro apresenta-se como descendente direto dos primeiros moradores de Miranda, indicando que os primeiros negros a se estabelecerem naquelas terras datam de período anterior ao fim da escravatura, e que, findo o sistema escravista, esses negros permaneceram nessas terras por doação dos “ricos”, os brancos, donos das antigas propriedades, entre as quais o Miranda está localizado, entre as terras das antigas propriedades denominadas de Santa Rita e Vila Nova.

Esta atribuição das terras de Miranda como “desmerecidas” presente na fala de seu Zé Ribeiro será um importante ponto de análise em todo o processo de conflitos que envolveram e envolvem o grupo, pois o que era motivo do desmerecimento naquele contexto pós-abolição, de uma economia agroexportadora em “decadência”⁶, no século XX passa a ser motivo da maior briga pelo território: as pedras.

Ainda segundo seu Zé Ribeiro: “Então, quando eles doaram as terras do Miranda para os escravos, eles doaram esta parte da terra, no sentido de vou te dar aqui por que não presta!” Ou seja, de toda a propriedade, o pior terreno é onde se localiza Miranda, por este se localizar em cima de uma rocha.

Em Miranda, a briga pelo babaçu, por vezes mencionado pelos entrevistados como “guerra”, foi um período de intensa mobilização

6 Em seu Livro *A ideologia da Decadência*, Almeida (1983: p. 68) utiliza este termo, na perspectiva dos administradores da província e seus intérpretes oficiais, para designar “o que deixou de ser de um passado idealizado. Passado que é, ao mesmo tempo, de certo modo, aonde se quer chegar. O passado idealizado representa para os administradores provinciais uma perspectiva de futuro desejado”.

e resistência diante das ameaças que cresciam contra seu território. Pois o grupo tinha livre acesso à toda área de babaçuais que estava localizada nas antigas propriedades de seu entorno, considerada as terras mais ricas em recursos naturais. A história da forma de constituição da propriedade que hoje é Miranda e a falta de preocupação ou informação da necessidade de legalizar a propriedade da terra em cartório trouxeram grandes preocupações e ameaças de terem suas terras tomadas por posseiros e fazendeiros a partir da segunda metade do século XX.

“Por que essas terras apareciam muitos donos.” Explicou seu Zé Ribeiro sobre a situação de disputas que envolveram até bem pouco tempo as terras de Miranda. As terras da propriedade de Santa Rita, onde havia maior concentração de babaçu e andiroba, além de outros recursos naturais como juçara, madeira de pau d’arco e paparaúba, foi muito disputada, sendo vendida várias vezes. “Então qual era o valor da propriedade? era o babaçu e a andiroba.” Afirma seu Zé Ribeiro. O babaçu passa então a ser o alvo principal na briga com aqueles que buscavam se estabelecer nas terras das propriedades em torno de Miranda.

Dentro desse contexto, já de segunda metade do século XX, do avanço de projetos agropecuários na Amazônia, bem como de outros grandes projetos que na década de 2000 trazem a lógica das “novas estratégias empresariais” como a produção siderúrgica, a produção do ferro gusa em Açailândia, sudoeste do estado, a exploração madeireira, plantio de eucalipto, sojicultora, exploração minerária, resultam em uma série de conflitos que põe em risco as florestas de babaçu e direitos de povos e comunidades tradicionais que praticam a quebra do coco e se reconhecem a partir desta atividade.

Em Rosário, a economia do babaçu já teve mais força, ocupando uma posição central, juntamente com a atividade da “roça” na economia familiar da região. No período em que são vendidas as terras da propriedade Santa Rita, a comunidade de Miranda passa a ser alvo de

posseiros que cercam as terras dificultando o acesso aos recursos naturais como o babaçu. De acordo com o Sr. Zé Ribeiro, “com o cerco das terras as coisas mudaram.” Até este período, a luta foi pelo acesso aos babaçuais, e não à propriedade do território de Miranda.

O processo de levantamento de cercas estava dentro de um projeto agropecuário de criação de gado e consequente abertura de pastos que devastou grande parte dos babaçuais que até então eram acessados livremente. Os interesses do capital privado também limitaram o acesso a áreas onde eram desenvolvidas as “roças” que, segundo seu Zé Ribeiro, não eram fixas, e eram utilizadas como áreas de plantio tanto as terras de Miranda quanto as terras das propriedades Santa Rita e Vila Nova. Esta situação imposta à comunidade de Miranda também se faz presente em diversas outras comunidades tradicionais no estado do Maranhão a partir das políticas governamentais das décadas de 1960 e 1970.

Estas ações asseguradas pelo próprio Estado “justificam-se” pelo argumento de uma “racionalidade econômica”, que, segundo Almeida (2008), esteve presente nos “atos” do Estado desde o período imperial até a transição para a República, com programas e planos de desenvolvimento para a Amazônia pautados em medidas repressoras de não acesso à terra impostos a uma diversidade de populações que não estavam inseridas dentro dos interesses governamentais.

Com relação ao enfrentamento da comunidade diante de seus antagonistas, até o momento em que “não mexiam” com o grupo quanto à propriedade da terra, mas somente pelo acesso aos babaçuais, não havia enfrentamento direto; mas com a ameaça de tomar as terras num contínuo processo de venda fraudulenta com a utilização de documentos forjados, o enfrentamento passou a ser de forma direta. A resistência por vezes de forma disfarçada, discreta, dá lugar a um enfrentamento mais visível, onde os agentes colocam-se diante dos fazendeiros como donos de sua propriedade.

A VALORIZAÇÃO DAS PEDRAS E A LUTA PELO TERRITÓRIO

As condições na formação geológica do município de Rosário são descritas no Relatório Antropológico, parte do processo de regularização fundiária junto ao Incra, esclarecendo que “Rosário encontra-se sobre um *horst* que é uma estrutura geológica resultante de uma falha geológica que surge com movimentos tectônicos.” (p.29). A explicação de seu Zé Ribeiro sobre as condições geológicas da comunidade é que a comunidade de Miranda está em cima de uma rocha só, rocha grande e muito dura que serve pra construção civil. “Aqui neste Miranda só tinha pedra, nós mora em cima da rocha, da pedra”.

O discurso enfatizando um determinismo geográfico parece justificar a chegada dos empreendimentos na região de Rosário com anuência do mesmo Estado que garante os direitos às comunidades remanescentes de quilombo de permanecerem em seus territórios em condições de continuidade de seu modo de vida. No Brasil, o direito de uso e exploração do subsolo são regulamentados pelo Código de Mineração vigente no Brasil desde o ano de 1967 e também pela Constituição em seu artigo 176.

O início da exploração minerária de pedras voltadas para a construção civil, como a pedra brita, deu-se no final da década de 1960 e início da década de 1970, período de venda das antigas fazendas no entorno de Miranda, em que os novos proprietários interessaram-se pela atividade de exploração para a construção civil. Note-se que o Maranhão está inserido dentro do contexto dos incentivos fiscais para implantação de projetos agropecuários na década de 1970 e, como já me referi, em Rosário também houve projetos de implantação de gado. Nesse contexto de vendas e compras de terras, em Miranda surge um outro interesse de atividade econômica, a exploração minerária de pedras.

Segundo nos conta seu Zé Ribeiro,

Aí foi que Zé de Barros caçou um comprador da terra do Santa Rita que vendeu pra **Zé Gomes de São Luís que era rico e explorava muito pedra. Na época eu ainda trabalhei pra eles, aí já foi mais tempo, mais novo. Isso foi de 67 pra 69, já tinha 18 ou 19 anos de idade, aí nós explorava pedra. Botava ali pro armazém do Estado de São Luís, depois passou pro aterro do Bacanga, botaram pra pedra no Itaqui. Aquelas pedras por trás do Cajari, pedra saiu foi daqui e aí ele chegou e explorou muita pedra, o Zé Gomes aqui. (Abril, 2015).**

Até então, não há nesta fala um conflito entre a comunidade e os novos proprietários das terras da antiga fazenda Santa Rita. Seu Zé Ribeiro enfatiza inclusive que nessa época, início das explorações, trabalhou para o senhor Zé Gomes, que inicia a exploração exportando para São Luís. Nos relatos de seu Zé Ribeiro não fica claro quais as áreas eram exploradas neste primeiro momento, visto que as terras de Santa Rita aparecem nas narrativas como um dos locais mais antigos e de mais acesso pelo grupo, sendo inclusive mencionado que lá é que era o antigo povoado (Miranda), mas entendo que a exploração minerária que acontecia neste primeiro momento não acontecia de forma tão degradante ao meio ambiente, ou a comunidade até então não previa o nível dos impactos a serem gerados gradativamente ao seu modo de vida.

Os conflitos da comunidade com as pedreiras vão se dando a partir do momento em que o grupo vai percebendo o avanço dos empreendimentos e os danos causados quanto à crescente dificuldade no acesso aos recursos naturais, principalmente o acesso à água. Quando estas se instalam dentro da comunidade em contínuos processos de venda de terras que incluíam o território de Miranda começa a “briga”.

Essa “briga”, segundo seu Zé Ribeiro, deu-se quando resolvem vender as terras da propriedade Santa Rita e, nesse processo de venda, ten-

tam inserir as terras de Miranda. Essa briga acontece entre os anos de 1978/1979, período relatado como do levantamento das cercas. Desse período para cá o avanço da exploração das pedras só aumentou em todo o município de Rosário, constando no Departamento Nacional de Produção Minerária - DNPM uma “pluralidade de cessões de direitos minerários” no entorno e dentro do território de Miranda.

Em consulta ao Processo de Regularização Fundiária verifiquei que consta junto ao DNPM a abertura de processos de Requerimento de Extração/Requerimento de Lavra entre os anos de 2002 e 2007 que se instalaram próximos à comunidade de Miranda e outras até mesmo dentro do território reivindicado pelo grupo. As empresas referentes a esses processos são: Vila Nova Indústria Mineradora de Granito Ltda. (DNPM 806.011/2003), Impar Serviços de Mineração (DNPM 806. 012/03), cessionária da empresa Vila Nova Industrial, a Serveng, a Formex, a Granature e a Edeconsil Construções e Locações Limitadas.

Sobre o avanço das pedreiras no município de Rosário e nos povoados vizinhos de Miranda seu Zé Ribeiro fala:

Só quem tem terra muito desocupada por aí é o Miranda. São Simão, Providência ali, Itamirim **não têm mais onde você faz uma casa, é o rio, aí depois do rio é só as firmas, todo lugar as pedreiras encostaram e tomaram conta de tudo.** (Abril, 2015).

O avanço dos empreendimentos minerários chegou a acabar com alguns povoados, segundo seu Zé Ribeiro, onde todos venderam suas casas e foram embora. Em Miranda, houve resistência ao avanço destes empreendimentos e a recusa do grupo em vender suas casas e a terra.

Miranda hoje é tragicamente marcada pela exploração minerária, com a existência de uma grande cratera, hoje chamada de “piscinão”, deixada pela exploração de mais de cinco anos da pedreira Serveng.

A empresa Vila Nova, que explorou por vários anos nas proximidades de Miranda, no ano de 2011 cedeu seus direitos minerários para a Impar, com quem a comunidade continuou numa relação conflituosa contra as investidas em seu território.

No ano de 2010, os conflitos entre a comunidade e as mineradoras acirram-se. A comunidade se vê cada vez mais pressionada pelos danos ambientais causados pela degradante exploração de pedras com uso de explosivos e produtos químicos além das constantes ameaças de perder seu território em processos fraudulentos de venda de terras. Um dos casos mais sérios no enfrentamento com as mineradoras deu-se contra a Vila Nova Industrial Mineradora e Granitos Ltda. Esta Empresa tenta se instalar dentro da comunidade que ofereceu forte resistência contra a instalação de seus maquinários na área denominada de Vila Nova, território que hoje corresponde a parte de cima de Miranda.

Com a chegada dos falsos proprietários, a comunidade enfrentou não permitindo a instalação da empresa na área em que alegavam ser de sua propriedade. A comunidade negou que esta área reivindicada pela empresa Vila Nova fosse deles e reunidos homens e mulheres barraram a entrada de funcionários à área pretendida dentro da comunidade. Esse enfrentamento contra os proprietários da empresa Vila Nova Mineradora, impedindo a instalação de maquinários, fez com que a empresa entrasse com um pedido de liminar junto à Comarca de Rosário, solicitando as condições de segurança para que conseguissem se instalar dentro da comunidade e dar início à exploração minerária. O conflito passa a ter caráter judicial, com a abertura de processo movido pelos proprietários da empresa que alegaram se sentir ameaçados pelos quilombolas, solicitando a escolta policial permanente que garantisse a segurança de seus funcionários. O processo foi julgado em favor da empresa Vila Nova, em que a juíza da Comarca concedeu liminar autorizando o início das atividades de mineração na área pretendida em 12 de janeiro de 2010.

A comunidade contestou formalmente contra a decisão da juíza da Comarca de Rosário e esta, por conta da contestação e diante das informações obtidas de que se tratava de território quilombola, decidiu em março de 2010 notificar a Defensoria Pública do Estado do Maranhão para que esta tomasse ciência do pleito, e, para fins de legitimar a contestação de que se trataria de um caso de interesse da União, intimou a manifestação de advogado da União. Caso fosse de interesse, o caso seria declinado para a justiça federal, saindo da esfera estadual.

Diante do agravamento da situação e decisão em desfavor da comunidade, esta toma como principal forma de mobilização a afirmação de sua identidade étnica enquanto comunidade remanescente de quilombo, enviando carta de autodeclaração em fevereiro de 2010 ao Incra, para que fosse encaminhada à Fundação Cultural Palmares a fim de certificar o grupo e dar início ao processo de Regularização Fundiária.

A Defensoria Pública passa a atuar na defesa da comunidade quilombola e peticiona o Incra para que esta autarquia instaurasse o processo de reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo e laudo antropológico a fim de favorecer a defesa judicial do grupo. Também pede que a Superintendência se manifestasse diante do pleito para fins de comprovação de interesse da esfera federal em defesa do grupo.

O Incra formaliza o processo de Regularização Fundiária da comunidade de Miranda em fevereiro de 2010 e apenas em junho de 2010 manifesta interesse no pleito em defesa da comunidade de Miranda solicitando à Comarca de Rosário – Poder Judiciário – a suspensão de atividades minerárias e o deslocamento do processo movido pela Vila Nova Mineradora para a justiça federal. É também neste mesmo mês que a comunidade recebe a Certificação de Autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo.

Diante de todo esse processo, a comunidade enfrenta uma série de ameaças de diversos empresários com interesse direto na exploração minerária na área. O medo passa a fazer parte do cotidiano do grupo, principalmente daqueles que estavam à frente das mobilizações em papel de liderança.

O COTIDIANO DAS EXPLOSÕES

Sobre as situações sofridas pelo grupo causadas pela exploração destas empresas, são relatadas as situações de degradação ambiental, poluição e até intervenções de estradas que ligam o povoado de Miranda a povoados vizinhos, tal como o acesso da estrada que liga Itamirim e Miranda, interdita pela mineradora Serveng, proibindo o acesso do grupo, dificultando a vida de seus moradores, sendo este um importante caminho de acesso ao povoado diminuindo o trajeto em cerca de meia hora.

A exploração minerária da Serveng e da Impar causou grande impacto na comunidade. Foram alguns anos de exploração da Serveng, segundo seu Zé Ribeiro, mais de cinco anos e deixaram como resultado uma cava minerária que, segundo relatos, chega a ter mais de 50 metros de profundidade, o “piscinão”. A exploração de pedras é feita com uso de explosivos e produtos químicos muito danosos ao meio ambiente, causando não só a devastação da mata nativa mas também a contaminação das águas e do solo. A Impar declarou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA que utilizaria doze toneladas de explosivos por mês na área de exploração em área próxima à comunidade de Miranda.

Os anos de funcionamento das mineradoras geraram um cenário de bombardeios diários. Em conversa com moradores da área mais próxima ao local de atividade minerária da Serveng, eles descrevem o cenário de medo e do perigo pelo qual todos passavam.

Relataram que os barulhos de máquinas eram dia e noite e as ex-

plôsões causavam um tremor nas casas e caíam muitas pedras bem pequenas e outras grandes que matavam os seus animais, como vacas e bois. A maioria das casas localizadas mais próximas da área de explosões estava rachada, algumas em risco de desabamento, sendo avaliadas pela Defesa Civil.

Sobre a rotina das explosões, relatam que estas aconteciam com frequência e sem aviso, o que era ainda mais perigoso, porque, além de atingir os animais, corria o risco de atingir as pessoas. As pedras após serem dinamitadas causavam um impacto muito grande e os fragmentos que se soltavam no ar eram enormes e voavam a grandes distâncias. Após reclamações da comunidade sobre essa situação, a empresa passou a avisar com alarmes o momento das explosões. Então, quando as pessoas iam lavar roupa nos igarapés que ficavam próximos à pedreira e soava o alarme, tinham que sair correndo para suas casas, trazendo crianças e o que desse porque tinham que chegar em casa antes da explosão, caso contrário, poderiam morrer atingidas pelas pedras que voavam.

Depois de levarem a situação ao Incra e aos demais órgãos como Defensoria Pública do Maranhão e Ministério Público Federal no ano de 2010, a pedreira foi desativada e a área do “piscinão” ficou para uso da comunidade. A água passou a ser utilizada para lavar roupas e banhos, apesar de toda poluição presente na mesma. Durante o período de verão, este passou a ser o único recurso de água para o grupo que mora mais próximo à área explorada, pois o único igarapé que resistiu a todo processo de invasão dos empreendimentos minerários sofreu um grande processo de assoreamento, e durante o período de escassez de chuva ele seca quase que totalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação de conflito que envolve a comunidade quilombola Miranda do Rosário mostra a atuação do Estado brasileiro e suas diversas estratégias de ação dentro de um campo de poder estabelecido a partir de suas agências oficiais e seus agentes, que trazem em seus “atos” (BOURDIEU, 2014) e discursos uma tomada de posição quanto ao reconhecimento de direitos territoriais de uma referida comunidade quilombola, bem como seu posicionamento em relação aos direitos de exploração mineral de empresas privadas.

O processo de regularização fundiária da comunidade de Miranda enfrenta a burocracia do Estado e sua morosidade no andamento dos processos da regional do Incra no Maranhão, o que não difere das dificuldades enfrentadas em outras regionais do país. Os caminhos por que passam o processo de titulação de territórios quilombolas no Brasil é longo e moroso e envolve inúmeras agências governamentais até que se consiga finalmente o título definitivo do território. Após certificação da Palmares e abertura do processo é iniciado o RTID. Concluído o RTID, o documento passa por uma análise do Comitê Regional do Incra, sendo aprovado este é publicado nos Diário Oficial da União e no Diário da unidade federativa referente ao pleito. Seguindo o processo, é dado um prazo para contestação e também são informados os vários órgãos da administração pública sobre o referente processo a fim de identificar se a área quilombola incide sobre áreas administradas por algum desses órgãos. A fase seguinte é a de Análise da Situação Fundiária, em que atuará o Incra sozinho ou em conjunto com outro órgão caso seja área que se sobreponha a área indígena, de proteção ambiental ou de segurança nacional. O processo de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do Presidente do Incra reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola.

As diferentes situações levam a diferentes encaminhamentos do

processo a partir desta fase. Podem ser realizadas as etapas de Desapropriação, Anulação de Títulos Viciados, Reassentamento de posseiros ou envio para a Secretaria de Patrimônio da União. As etapas finais do processo fundiário são a demarcação física do território reconhecido, a posterior Outorga do Título e encerra-se com o registro do título em cartório de localização do território feito em nome da Associação que representa o grupo ou os grupos.

Neste caminho longo, a comunidade de Miranda aguarda a finalização desse processo para que finalmente tenha seu território demarcado e titulado, mas o processo está parado após conclusão do Relatório Antropológico.

Neste caso aqui tratado, o Estado atua em três níveis de diálogo: na concessão de direitos garantidos ao reconhecimento enquanto comunidade quilombola; na relação junto aos planos e projetos de desenvolvimento, os processos de licenciamento ambiental; e aparece como mediador entre a comunidade e os fazendeiros e/ou empreendimentos minerários nos processos judiciais.

Todos esses níveis de diálogo sobrepõem-se no caso de Miranda a partir do ano de 2010, com o acirramento dos conflitos minerários e avanço dos projetos desenvolvimentistas na região de Rosário.

Ao buscarem seu reconhecimento diante do Estado brasileiro, a comunidade de Miranda coloca-se na contramão de uma lógica neoliberal, desafiando uma tradição conservadora, passando a questionar uma “ordem” estabelecida, moral e socialmente, pelos cânones da tradição, até então inquestionáveis.

No acirramento de suas lutas com o avanço das empresas mineadoras de extração de pedras para a construção civil, o grupo passa a se manifestar de forma cada vez mais forte fora de seu espaço territorial, reivindicando seus direitos às instâncias de um mesmo Estado que também garante esses direitos sociais. São nestes momentos de acirramento dos conflitos que a busca por um reconhecimento

de uma identidade mais específica, no caso de Miranda, como comunidade quilombola seja acionada de forma menos generalizante, mais enfática. Para Stuart Hall, esses “deslocamentos” ou contradições acontecem tanto na sociedade ao qual um indivíduo pertence e estabelece suas relações quanto “dentro da cabeça de cada indivíduo”. (HALL, 2011, p. 21).

Pensar aqui as comunidades tradicionais, no caso, a comunidade remanescente de quilombo Miranda do Rosário permitiu compreender como estas identidades acionadas pelos agentes sociais não são fixas. Hall (2011) fala-nos de um “jogo de identidades”, ou seja, um sujeito social não pode ser visto de forma única quanto à sua identidade, podendo este, em diversos momentos, acionar diversas outras. Os agentes declaram-se pescadores, quebradeiras de coco ou simplesmente quilombolas, de acordo com a situação em que são interpelados, e é nesse contexto que a busca pela afirmação de uma identidade torna-se uma ação politizada.

A politização do grupo dá-se diante das diversas situações narradas em que ganha força a busca pelo reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo, quando se autodeclaram quilombolas exigindo o reconhecimento como tal pela Fundação Cultural Palmares que certifica o grupo no ano de 2010.

A situação de conflito enfrentada pela comunidade de Miranda envolve uma série de agências do Estado em diversos níveis, municipal, estadual e federal, e partir de uma análise de toda uma produção técnica burocrática destas agências percebe-se o Estado como um “lugar de conflitos”, entre as diferentes agências e a comunidade, entre as agências e os empreendimentos e entre as próprias agências em suas comunicações referentes ao conflito.

Seguindo a análise de Bourdieu (1998) e diante da pesquisa realizada sobre o processo de reconhecimento do território quilombola de Miranda mediante o Estado brasileiro, tomo o Estado como uma rea-

lidade ambígua que não se pode dizer apenas que é um instrumento a serviço dos dominantes, mas que, sem dúvidas, não é completamente neutro, tomando diferentes posições de acordo com diferentes interesses e políticas nacionais.

As estruturas burocráticas criadas pelo Estado colocam à margem da sociedade aqueles grupos que não se inserem dentro desta lógica social, assim como de outras formas de produção e uso da natureza que não aquela voltada ao lucro do capital privado. Nesse contexto, a ideia de progresso aplica-se em conformidade com a ideia de anulação dos povos que ali vivem de forma tradicional. Estes são apagados de todo o processo de ocupação da Amazônia ou tidos como atrasados, inferiores, classificados como “figuras típicas” ou tipos “antropogeográficos”. (ALMEIDA, 2008, p. 33).

Assim, tais lutas configuram-se como lutas identitárias em face de um sistema excludente de anulação das “territorialidades específicas” não só de quilombolas, mas de diversos povos tradicionais que se mobilizam e ganham maior notoriedade no Brasil na década de 1970, chamados de os “novos movimentos sociais”. Foi este o período dos grandes programas de inserção do capital privado em terras da Amazônia⁷, que negaram as “territorialidades específicas” gerando uma ampla situação de conflitos envolvendo diferentes grupos sociais e interesses opostos.

Os diversos grupos que foram silenciados durante todo o processo de ocupação da Amazônia, tais como seringueiros, pescado-

7 A implantação do Projeto Grande Carajás, na Amazônia Oriental, sudeste do Pará, é para Sant’Ana Júnior (2013) a maior expressão do modelo de desenvolvimento trazido pelo governo ditatorial. Com a sua implementação, foi necessário gerar toda uma infraestrutura de apoio à escoação de produção, gerando a necessidade de outros projetos como:” Complexo Portuário de São Luís, em permanente expansão, com a construção e planejamento de novos píeres e portos; a Hidrelétrica Estreito (município de Estreito, na divisa com o estado do Tocantins), a Termelétrica Gera Maranhão (no município de Miranda) e a Termelétrica do Porto do Itaqui (no município de São Luís), essas últimas em fase de construção.”(SANT’ANA JÚNIOR, 2013, p. 5)

res, comunidades indígenas, quilombolas e tantas outras identidades coletivas, viram seu modo de vida ameaçado com a perda de seus territórios numa justificativa do Estado de levar melhorias de condições de vida a essas comunidades na visão ocidental de que “a verdadeira sociedade só se desenvolve sob a sombra protetora do Estado”. (CLASTRES, 1974, p. 205).

Todos os conflitos presentes na atuação do Estado brasileiro quanto à temática dos direitos quilombolas mostram o caminho ainda a ser percorrido na busca pela efetivação destes direitos que, embora reconhecidos pela legislação brasileira, ainda esbarra na burocracia do próprio Estado dificultando todo o processo de reconhecimento e titulação dos territórios das comunidades que se autodeclararam remanescentes de quilombo. A comunidade de Miranda do Rosário esbarra nessa morosidade, pois desde o ano de 2010 espera pela titulação definitiva de seu território como forma de garantia de continuidade do seu modo de vida e de sua existência. A busca por uma “liberdade” continua a fazer parte do cotidiano do grupo que se reconstrói a partir do acionamento de suas memórias que ganham novos elementos a partir do seu presente.

REFERÊNCIAS

Documentação Jurídico - Administrativa

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Pedido de Liminar – Paralisação de empreendimentos minerários nocivos à população. ICP / PR/MA Nº 1.19.000.000432/2010 – 73 8ª vara – Seção Judiciária do Maranhão. 14/03/2014.

INCRA. Processo de Regularização Fundiária da Comunidade Miranda do Rosário. SR12/MA Nº 64230.001057/2010-21. 25/02/2010.

INCRA. Relatório Final Antropológico. Relatório Final Antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultu-

ral da Comunidade Remanescente de Quilombo Miranda do Rosário, Rosário – MA. DEMACAMP, Campinas, outubro de 2014.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. *A ideologia da decadência: leitura antropológica e uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 2008, 270p.

_____. *Terra de Quilombo, Terra de indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp 43-81.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.243 pp.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: Cursos no Còllege de France (1989-92)*. (trad) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

CLASTRES, Pierre. *Sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. (trad) Theo Santiago, 1974.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional

dos antropólogos. In: *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PROJETO VIDA DE NEGRO. *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. São Luís: SMDC/CCNMA/PVN, 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. [et. al.] Refinaria Premium: Presença da Petrobrás no Maranhão. In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (Org.). *50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal*. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 239-252.

CASAMENTO E BRANQUIDADE: solidariedade, diferenças e união consanguínea entre maranhenses e migrantes cearenses no Médio Mearim em meados do século XX

Marcia Milena Galdez Ferreira¹

INTRODUÇÃO

Pensar o Médio Mearim e sua transformação ao longo das décadas de 1930 a 1960, momento de intensa migração de nordestinos e maranhenses vindos de outras regiões do estado (FERREIRA,2015), possibilita

¹ Prof. Adjunta II do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST) desta IES. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Ciências Sociais e Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão. É Membro do NEHISLIN (Núcleo de Estudos em Historiografia e Linguagens) e coordenadora do projeto universal *Luta pela terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências e deslocamentos*. Atualmente desenvolve pesquisas especialmente sobre o Maranhão Contemporâneo nas áreas de História Agrária, História da migração e do trabalho, Memória e Identidade.

sinalizar para construções societárias e identitárias ainda obliteradas na historiografia regional e nacional. Diferente das sociedades litorâneas e pastoris do Maranhão (CABRAL, 2008), com séculos de presença de elementos da colonização, sua região central experimenta mudanças irreversíveis na história contemporânea. O ingresso de um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras nordestinos, principalmente, cearenses e piauienses, e de maranhenses egressos de regiões de ocupação mais antiga do estado, principalmente dos vales do Itapecuru e do Baixo Parnaíba, onde, há muito, não existiam mais *terras sem dono* e os foros abusivos e tensões entre agregados e grandes e médios proprietários provavelmente funcionam como elementos expulsores.

Ângela de Castro Gomes (2013) sinaliza para um intenso deslocamento de trabalhadores nordestinos no território brasileiro durante as décadas de estudo, apontando como principais destinos Amazônia, São Paulo e Brasília. Nesse momento, o Médio Mearim, no Maranhão, configura-se também como eldorado de muitos retirantes da seca e de trabalhadores que partem em busca de melhoria, como um local onde haveria condições naturais e materiais propícias à fixação.

Neste artigo, proponho pensar a migração para o Médio Mearim a partir da narrativa oral de duas mulheres, nelas, figuram memórias dos mundos do trabalho, das questões relativas à terra, do estudo e da família, da maternidade e do casamento, das relações de solidariedade e das diferenças entre migrantes nordestinos (especialmente cearenses, que migram em maior número a partir da década de 1950).

Tomo como principal metodologia a História Oral, que possibilita acesso a experiências na sua subjetividade. A opção pela provocação, registro e análise de narrativas orais, no entanto, não se justifica pelo suprimento de lacunas nas fontes escritas, mas pela riqueza que esse material construído na pesquisa de campo oferece. A História Oral viabiliza o acesso à subjetividade do vivido, posto que a narrativa não congela a experiência passada. Por ser uma reconstrução provocada

a posteriori e uma representação, vai além do vivido, sistematizando-o e dotando-o de sentido no ato de transformação da memória em narrativa. Segundo Verena Alberti,

Outra especificidade da entrevista de história oral é o fato de um de seus principais alicerces ser a narrativa. Um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui, (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. (ALBERTI, 2006, p.170-171).

As narrativas femininas, especificamente, podem fazer vislumbrar aspectos não contemplados nas narrativas masculinas. Não se trata de endossar concepções hoje em desuso que pensavam a narrativa oral feminina fecunda para o estudo dos detalhes, da vida privada ou de elementos supérfluos, mas sim de percebê-las como potentes para rememorar e interpretar a partir de outro ponto de vista, elementos não percebidos nas narrativas femininas.

Nos relatos de Ceci Ana Barreto e Graça Aragão, encontramos e exploramos elementos que permitem pensar as relações de gênero e a condição feminina no contexto da migração e das transformações no campo e nas cidades do Médio Mearim entre as décadas de 1950 e 1970.

BRANQUIDADE E SOLIDARIEDADE NO ELDORADO MARANHENSE

Nesse território pontilhado de *terras de pretos* e de camponeses e camponesas negros, afluem milhares de migrantes nordestinos que articulam o discurso e a posição da *branquidade* recorrentemente como forma de distinção dos nativos da região. A noção de *bran-*

quidade, proposta por Ruth Frankenberg (2004, p.308), é ferramenta útil para a compreensão de representações e tensões dos sujeitos que ocupam o Médio Mearim entre 1930 e 1970: “Assim, um dos desafios do exame crítico da *branquidade* está em nos atermos à irre realidade das raças, ao mesmo tempo em que aderimos tenazmente ao reconhecimento de seus efeitos sumamente reais”.

A noção de *branquidade* discutida por Ruth Frankenberg (2004), possibilita pensar a posição e o discurso acionados por esses e outros migrantes nordestinos diante das suas diferenças culturais e fenotípicas em comparação ao maranhense. Conforme essa autora, “a branquidade tem uma posição assimétrica em relação a todos os outros termos raciais e culturais [...]. A branquidade e as pessoas brancas, sugiro, denominaram-se ao longo da história principalmente para dizer: “não sou aquele Outro.” (FRANKENBERG, 2004, p.311). Portanto, é como elemento de distinção ao corpo e às práticas sociais e culturais do maranhense “preto”, que muitos migrantes nordestinos fixados ou de passagem no/pelo Médio Mearim colocam-se no lugar de “brancos”, embora nem sempre essa posição ou autodenominação apresente correspondência fenotípica.

Ruth Frankenberg (2004, p. 312-313) assim define a condição e prática da branquidade:

1. A branquidade é um lugar estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquidade é um ponto de vista, é um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os ‘outros’ e as ordens nacionais e globais.
3. A branquidade é um lócus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, normalmente não marcadas e não denominadas ou denominadas como nacionais e ‘normativas’, em vez de especificamente raciais.
4. A branquidade é comumente denominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.

5. Muitas vezes a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controvertida, e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos.; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam e modificam.
7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais não tem um lugar intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições os significados da branquidade tem camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso seus significados; além disso seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos.

A *branquidade*, portanto, não existe essencialmente, é um ponto de vista, uma posição relacional, um *locus* de elaboração de práticas e identidades, acionada como lugar de superioridade e de demarcação da alteridade. Portanto, esse conceito, elaborado por Ruth Frankenberg após dez anos de estudos na África do Sul, auxilia a compreensão de uma posição e um discurso recorrente em narrativas de homens e mulheres fixados ou de passagem no/pelo Médio Mearim, que ora se autodenominam brancos, ora nordestinos ou, ainda, cearenses, para demarcar nitidamente suas diferenças diante do Outro: o maranhense “preto”, violento, bárbaro, bruto, acomodado, preguiçoso, macumbeiro, feiticeiro, amasiado.

Dentre os que acionam essa posição relacional no Médio Mearim, figuram proprietários e agregados, ricos e pobres, beneficiados pela grilagem e militantes da luta pela terra, ou seja, a condição e o discurso

da *branquidade* atravessam classes sociais, posições ideológicas e experiências distintas. Pesquisas anteriores, como as de Regina Luna (1984) e Viviane Barbosa (2013), sinalizam para a forte tensão “racial” ou tensão cultural expressa a partir do ponto de vista da *branquidade*, perceptível no Médio Mearim. Em visitas aos municípios de Lima Campos, Pedreiras e Lago da Pedra, buscando definir seu campo de estudo², a socióloga traça a seguinte impressão da região e de seus moradores:

Pelo que podemos verificar, atualmente há poucos posseiros na região. A maior parte deles tem se transformado em rendeiros ou foreiros ou tem ido procurar terras mais distantes para plantar suas roças, caminhando em direção à região do Pindaré.

Percebemos, também, várias referências à presença de terras de ex-escravos ou “terras de negro”, e toda uma elaboração de estereótipos em relação aos ex-escravos– “preguiçosos”, “afastados da gente”, “não gostavam de trabalhar com isso aqui”. (LUNA, 1984, p.23).

O trabalho de campo e as *entre/vistas* realizados por essa socióloga três décadas antes desta pesquisa, portanto, sinalizam também para o acionamento do ponto de vista e da posição da *branquidade* em municípios do Médio Mearim, no início dos anos 80.

Muitas diferenças nas práticas culturais e sociais são assinaladas pelas narrativas ouvidas e interpretadas nesse estudo. Além das características físicas (cor da pele mais escura), o costume de se amasiar dos maranhenses, os casamentos consanguíneos entre cearenses, as técnicas agrícolas distintas, a introdução das cercas pelo migrante nordestino, o caráter não cumulativo da concepção de produção e trabalho, a larga difusão de práticas religiosas afro-brasileiras, os hábitos

2 Regina Luna opta por estudar a região contígua ao Médio Mearim, denominada Pindaré, que passa, no momento da sua pesquisa, pelo processo de transformação do acesso à terra pelos trabalhadores rurais, já em fase de consolidação, no Médio Mearim.

alimentares, o sotaque e o “bom português” falado pelo maranhense são pontuados nas narrativas migrantes como elementos dissonantes.

A recorrente afirmação das diferenças entre nordestinos e maranhenses, mesmo quando acompanhadas da interpretação dos hábitos dos últimos como preguiça e acomodação, não sinaliza propriamente para conflitos na convivência. É como bons acolhedores e povo hospitaleiro que os maranhenses figuram na maioria dos relatos registrados. A diferença entre sujeitos sociais de procedência e tempos de fixação distintos não institui na região central do Maranhão uma configuração do tipo *estabelecidos e outsiders* proposta por Norbert Elias (2000). Assim se refere Maroca Medeiros (2013): “Era, achava bom quando a pessoas chegava, né? Chegou os cearense, piauiense!, que cearense também veio muito pra cá, né? Chegava aqui e as pessoas se dava tudo de amigo, né? Não tem revolta não.” O cotidiano de privação e trabalho duro faz da solidariedade com os recém-chegados um imperativo de sobrevivência e um conforto para os moradores antigos, por representarem a possibilidade de ampliação das redes de auxílio mútuo no cotidiano dos *centros*. Assim, Nésio Medeiros (2010) corrobora a fala da esposa e de outros narradores ouvidos: “Os imigrantes que chegam de algum lugar, mas os outros não se importavam não, faziam era ajeitar”.

A constata chegada de novas *levas* à região, principalmente de cearenses e piauienses, é interpretada a partir da formação de *teias migratórias* que inserem os recém-chegados nas estruturas de trabalho disponível. Acolhimento e exploração andam juntos na agregação de conterrâneos, parentes e conhecidos que, através de cartas ou notícias promissoras, dirigem-se à região. Empréstimos de moradia (para alojamento de famílias e indivíduos recém-egressos) e de dinheiro (para viabilizar a vinda de parentes ainda residentes no sertão nordestino, suscetível a secas periódicas), oferta de empregos na agricultura e em tropas de burro, e a existência de uma intensa comercialização do

coco babaçu, articulada por *compradores de coco* presentes em *centros* e povoados de difícil acesso, inserem rapidamente o migrante nordestinos nos mundos do trabalho do Médio Mearim.

As representações do espaço de fixação nas narrativas de migrantes nordestinos e descendentes vão do eldorado à fábula. Diversas ideias-imagens do eldorado são construídas: “melancias espocando na roça”, três safras de arroz num ano, “nuvens de mangas e cajus”, “tanto arroz, que não tinha quem vencesse”, movimento intenso de caminhões, chegada de “raparigas novas” quinzenalmente nos cabarés, abundância de caça nas matas, de chuvas e fontes de água potável. Outros relatos apontam para o espaço como inferno: mosquitos, febres e malária, lugar perigoso e assombroso (pela violência e presença de pretos), ausência de vias de circulação que permitissem o escoamento satisfatório da produção.

Como assinala Alessandro Portelli, o campo da memória é um lugar de reescrita da história, onde nem sempre as representações do fato correspondem ao fato. Conforme Alessandro Portelli (2006, p.111):

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos, os fatos são organizados e reconhecidos de acordo com as representações, tanto fatos como representações convergem na subjetividade de seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa intenção seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.

A necessidade de construir outra memória do migrante nordestino, em contraposição à tão difundida ideia-imagem dos *flagelados* propagada na imprensa e na literatura regional, fornece uma chave de leitura para a reconstrução do eldorado como mentira em várias narrativas.

Outra imagem largamente divulgada na imprensa e acionada em discursos oficiais – a do nordestino como bom trabalhador, forte, corajoso e desbravador – semelhante à concepção euclidiana presente na obra *Os Sertões*, é recorrente nas representações de si elaboradas nas narrativas migrantes. Os elementos positivos presentes no imaginário social do período são reificados, enquanto os elementos negativos, construídos a partir da noção de que a seca e a fome miserabilizam o retirante, são combatidos na maioria dos discursos.

A história da migração de nordestinos está impressa em muitos nomes de povoados e *centros*³ da região, mapeados pelas narrativas orais e pelos Livros de Casamento: ⁴Olho d'Água, Água, Lagoa, Lago, Igarapé, Poção, Pedra, Pau, Potó, Abelha, Andirobal, Bacaba são al-

3 A região de estudo é pontilhada ao longo do recorte temporal adotado por *centros*. Maristela Andrade e Murilo Santos (2009, p.31) conceituam *centros* como “agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta”. Distinguem dos povoados pela inexistência de uma ligação mais direta com a sociedade nacional, perceptível na ausência de representantes da Igreja, de chefes políticos, de delegados sindicais e de autoridades investidas de poder de polícia. O constante deslocamento é outra característica dos *centros*, que “podem mudar constantemente no interior da mata, em função da grilagem ou de outros problemas tais como conflitos de família, disputas entre líderes religiosos e outras questões” (2009, p.32). Os *centros* são concebidos por esses autores como espaços de autonomia e solidariedade: “No âmbito dos centros o convívio familiar ganha maior autonomia, baseando-se nos laços entre famílias e em regras de reciprocidade entre elas estabelecidas, enquanto nos povoados, a ligação mais direta com o comércio e com as várias instâncias do poder local, determinaria a quebra dessa autonomia interna”. (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.33)

4 Utilizamos como documentação na tese de doutorado em História aprovada na Universidade Federal Fluminense diversos Livros de Casamento, onde contam informações sobre os nubentes, (nome completo, local de nascimento e de residência, idade, etc.). A tabulação de dados constantes nos Livros de Casamento das Paróquias de São Luiz Gonzaga e Bacabal permitiram mensurar, a partir da amostragem da população adulta residente no Médio Mearim, um movimento já assinalado por antropólogos e geógrafos: um fluxo contínuo e intenso de camponeses maranhenses das áreas de ocupação antiga e saturadas de tensões pelo uso da terra. Como os migrantes nordestinos, muitos maranhenses são pioneiros no desbravamento e exploração de terras férteis da região central do Maranhão. Através desses dados foi possível, também, mapear denominações dadas aos lugares de fixação, o que permitiu também um estudo toponímico do processo migratório. Vide FERREIRA (2015, pp 154-156).

guns dos termos referentes às características físicas do espaço muito frequentes nas denominações dos lugares. Muitos nomes de santo também batizam povoados e *centros*: Santa Rita, Santo Antônio, Santa Isabel, São Benedito, São Francisco, São Raimundo, São João, São José, São Vicente, São Miguel, Todos os Santos. Outros ainda sintetizam a ideia-imagem do eldorado: Canaã, Promissão, Abundância, São João do Mata Fome, Alívio, Deus Quer, Vertente, Bom Lugar, Esperantinópolis. Ao lado deste, compõem também a toponímia da região *centros* que levam a denominação dos considerados pioneiros: Centro dos Rodrigues, Centro do Tancredo, Centro do Julião, Centro dos Boas, Centro dos Gomes.

A região do Médio Mearim também é historicamente caracterizada pela presença de *terras de preto*: Bom Jesus, Santa Amália (onde se institui a Colônia Lima Campos), Seco das Mulatas, Andirobal dos Pretos, Aquinabam. Essa toponímia contém a cultura plural construída pelo encontro de pretos e brancos, católicos, praticantes de religiões afro-brasileiras e evangélicos, maranhenses e nordestinos.

O eldorado maranhense do Médio Mearim tem data de encerramento. Ela varia entre os municípios da região, mas tem como divisor de águas o fim do tempo das *terras sem dono*. No município de São Luiz Gonzaga, desde a década de 1950 muitos migrantes nordestinos afluem à região para trabalhar como agregados em terras de proprietários ou ditos proprietários. No município de Bacabal e nos desmembrados a partir dele, observa-se desde a década de 1960 tensões pela posse da terra que estimulam o êxodo rural. No município de Pedreiras, as referências aos conflitos e às disputas pela terra dão-se a partir de 1970. Em todos os municípios do Médio Mearim, nos anos 70 e 80, a *Canaã de nordestinos e maranhenses* transforma-se em faroeste. Invasão e incêndios de povoado, ameaças e execuções de lavradores, pressões pelas vendas de pequenos lotes mudam drasticamente a paisagem e a composição dos mundos do trabalho. Gados,

cercas e latifúndios tomam o lugar outrora habitado por pequenos proprietários e posseiros que viviam da agricultura do arroz e do algodão e da coleta e quebra do coco babaçu. Finda o tempo da *terra sem dono*, finda o tempo do eldorado.

Pelas muitas vozes que narraram, por vezes sedentas de escuta, foi possível, ainda que em traços breves, esboçar elementos de uma sociabilidade camponesa construída na cooperação e na afirmação da diferença entre maranhenses e nordestinos, muitos deles egressos de um tempo em que grandes contingentes de camponeses se dirigiam rumo ao sonho das grandes cidades. Nas *terras sem dono* do Mearim, muitos passaram a maior parte da sua vida e reconfiguraram esse espaço, assim como foram reconfigurados por ele.

CASAMENTO ENTRE PRIMOS: SOLIDARIEDADES, DIFERENÇAS E UNIÃO CONSANGUÍNEA ENTRE MARANHENSES E CEARENSES

“Aí ficou rapazinho, rapazinho ficou rapazão começou a trabalhar. Aí, ele namorou com uma irmã minha, eu menina. Aí um dia ele tava conversando assim com minha irmã e eu saí, ele disse assim ‘Eita Ceci, mas tu tá ficando bonita.’ ” Aí minha irmã, sempre foi muito ciumenta, disse assim “Tu tá querendo eu ou a minha irmã? ”

(Ceci Ana Barreto)

“Aí a gente foi crescendo, se conhecendo, eu sempre olhava ele na casa da minha irmã, era muito bonito, aí... e trabalhador também e tinha que ver isso também, como ele tratava o pai e a mãe e os irmãos. Eu achava muito bonita a maneira dele cuidar do tio e da tia, trabalhar pra ajudar. Aí sempre eu olhava assim, às vezes isso vai dar um bom marido porque ele muito bom pro pai dele e pra mãe dele e pras irmãs, então... Aí ele também se

olhava assim pra mim e dizia assim “Vou me casar com aquela menina, que eu tou apaixonado por ela, mas não tenho coragem pra dizer pra ela porque ela ainda é criança”.

(Graça Aragão)

Nesse tópico, interpreto simultaneamente as narrativas de uma cearense, Graça Aragão, e uma maranhense descendente de cearenses, Ceci Ana. Seus relatos aproximam-se em diversos aspectos, especialmente em relação às suas representações sobre o mundo do trabalho nos *centros* e as discussões sobre os casamentos entre primos, muito frequentes entre migrantes nordestinos e seus descendentes.

Ceci Ana Barreto nasceu em 1943 em Baturité, povoado pertencente ao município de São Luiz Gonzaga. Seus pais, cearenses de Crato, migram para ali recém-casados e ainda sem filhos em 1932. A viagem é feita a pé, com algumas mulheres e crianças em lombo de animais. Ceci vem de uma família de cinco irmãos, um dos quais falece aos dois anos de idade. Rememora a viagem de Crato a São Luiz Gonzaga, narrada muitas vezes pelos pais como ato coletivo. Parentes e aparentados juntam-se na mesma empreitada.

Ceci atribui o caráter coletivo da viagem à maior união das pessoas no passado. Provavelmente, as dificuldades a serem enfrentadas tornavam indispensável a composição de um grande grupo: “Aí, esse pessoal de antigamente, eles era mais unido que o povo de hoje em dia. Eu acho. Aí, compadre, comadre, cunhado, isso e aquilo, aí: ‘Vamos morrer de fome, vamos embora pro Maranhão, que no Maranhão tem fartura’”. (BARRETO, 2013).

A viagem é rememorada como extenuante para homens, mulheres, crianças e animais (jumentos, burros e cavalos, usados para transportar a mudança, as crianças e as mulheres). Muitos animais não resistem e precisam ser deixados pelo caminho: “se não aguentassem, se eles enfraqueciam, eles tinham que deixar aqui.

Eles, morrendo de pena, mas deixava, é que às vezes o animal não aguentava, enfraquecia de fome, de sede, porque às vezes eles não encontravam nem o milho pra comprar pra dar pro animal, a água pra dar”. (BARRETO, 2013).

Apesar dos seus pais não viverem como agregados – Ceci Ana recorda que a mãe recebe uma pequena herança no Ceará – também enfrentam dificuldades durante a viagem, provavelmente pela dificuldade de encontrar alimento e água potável no longo caminho percorrido. Um episódio envolvendo invasão e saque de água e alimento, numa casa localizada em certa rota migratória percorrida, é narrado por Ceci Ana do mesmo modo como foi narrado na *entre/vista* de seu esposo cerca de três anos antes.

Uma vez eles chegaram numa casa e pediram, os menino estavam morrendo de fome, e eles já não tinham mais nada. É vinha junto com meu pai e os menino, ele trazia menino pequeno. E vinha e outro parece que o irmão dele, o Raimundo José, o Raimundo José e o Nonato José que eram irmão, viu? Vinham junto. Aí chegaram, aí os menino com fome, aí diz “quando chegar numa casa nós vamos pedir comida, pra dá aos meninos, pras criança.” Aí chegaram e pediram e a mulher disse que não tinham e nem água não tinham pra dá. Aí ele disse “tem não”. Aí (riso), ele pegou e invadiu a casa. Chego lá na cozinha pegou as panela que tinham cheia de comida e levou lá pra onde eles tavam, pra estrada e levou o pote cheio de água e deu de comer pros menino comer até encher a barriga e deu água e ainda encheu umas cabacinha que eles trazia de água e montaram e foram simbora. (BARRETO, 2013).

Esse saque familiar é rememorado com orgulho e alegria. A ação, perpetrada por um dos membros das famílias que viajam juntas, é considerada heroica. Do ponto de vista moral, a ação é justificada pela necessida-

de de sobrevivência dos membros mais frágeis da caravana: as crianças. Como nas ações das multidões nas grandes cidades cearenses, estudadas por Frederico de Castro Neves (2012), o ato não é criminalizado e chega a ser apoiado por quem assiste à cena e pelas próximas gerações que escutam e reproduzem essa história como ato de resistência, bravura e moralidade.

As dificuldades da longa viagem, não só pelo trajeto, mas pelo tempo do percurso, é um dos motivos pelos quais a mãe de Ceci resistiria à ideia de retornar ao Ceará. É comum, dentre os migrantes que chegam à região do Médio Mearim entre as décadas de 1930 e 1960, retornar ao local de origem em anos de bons invernos. Esse é o caso da família dos sogros de Ceci Ana Barreto (2013):

agora meu sogro era assim, ele tava aqui no Maranhão, se dissesse olha no Ceará tá chovendo, ela ia embora pra lá. Lá, a mulher engravidava de um filho, tinha aqui no Maranhão. Aí depois, engravidava de um aqui, e ia ter outro lá no Ceará. Era assim minha sogra mais meu sogro. E minha mãe mais meu pai veio só uma vez, nunca mais voltaram.

Normalmente, as mulheres são contrárias à migração e a um possível retorno. O “viver com os cacarecos na cabeça”, como se refere a mãe de Ceci Ana, implica em muitas alterações no cotidiano feminino. Além do trabalho na organização da viagem, muitos objetos, móveis, plantas e animais domésticos precisam ser deixados para trás. A mãe de Ceci Ana soma a tais desconfortos e perdas, o trauma que a viagem de migração lhe causou. A lembrança do sofrimento, principalmente das crianças, é muito intensa na narração:

Aí minha mãe, é por isso que minha mãe não voltou mais, é que ela criou trauma de vim de lá pra cá, vendo aquele sofrimento daquelas criança. Ela não tinha nenhuma ainda, mas vendo os sofrimentos das crianças da comadre dela, das amigas, das conhecidas. Aí ela criou aquele trauma e disse que não ia voltar

mais pra morar lá, pra depois, quando viesse uma seca. papai querer vim embora pra cá, lá ia outro sofrimento. Por isso, ela disse que não ia mais. (BARRETO, 2013).

Mas dentro do Maranhão, a família de Ceci Ana faz algumas mudanças entre os *centros* e povoados próximos. Para essa narradora, o Médio Mearim é, no momento da chegada dos pais e na sua infância, um lugar ainda em grande parte despovoado.

Agora aqui quando chegou no Maranhão, porque o Maranhão nesse tempo não tinha muita gente ainda não, encheu de gente de fora, né? Aí eles ficavam de um lugar para o outro, de um interior para o outro. Moravam um tempo num interior e lá a terra era boa pra plantar, depois não sei o que... Aí depois eu pequenininha, meu pai comprou esse sítio ali depois do aeroporto, comprou esse terreno, sítio não, aí veio embora pra lá, eu era pequenininha, tinha uns 3 anos mais ou menos. (BARRETO, 2013).

No *ir e vir* entre os *centros* e povoados do Médio Mearim, Ceci Ana recorda a mudança do povoado de Baturité, no município de São Luiz Gonzaga, para o Centro do Tancredo, município de Pedreiras, em 1946, onde seu pai compra terras e permanece até 1972. A família conta com a solidariedade de parentes, amigos e compadres que vão, com seus animais, auxiliando na mudança. Como aponta Antônio Cândido, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das reações culturais desenvolvidas sob o estímulo das necessidades básicas.” (CÂNDIDO, 1982, p.28). A rusticidade e a precariedade material de muitas sociedades camponesas fazem da solidariedade e dos mutirões práticas culturais corriqueiras.

Mudanças entre *centros* e povoados, construção de casas, abates de animais, são algumas das atividades referidas pelos(as) narradores(as)

ouvidos(as) que realçam a solidariedade como traço corriqueiro das relações estabelecidas nos *centros* e povoados do Médio Mearim. A ausência de estradas trafegáveis em grande parte dessa região, entre as décadas de 1950 e 1960, faz da cooperação um imperativo.

Maria das Graças Aragão⁵, natural de Viçosa-CE e residente, a partir dos oito anos de idade, no Centro do Julião, zona rural de Pedreiras, aponta, como Ceci Ana, para redes de solidariedades ali estabelecidas entre migrantes nordestinos e maranhenses. Ela narra que sua família encontra boa receptividade dos maranhenses quando chega ao *centro*, pois o aumento do número de moradores ampliaria as redes de solidariedade preexistentes. Cotidianamente, os moradores ajudam-se em circunstâncias em que se faz necessário formar grupos para executar tarefas urgentes: como transportar doentes para hospitais, trocar dias de trabalho na lavoura, construir casas, etc.

Pra eles [maranhenses residentes no Centro do Julião] foram assim... foi um movimento pra eles. Eles acharam foi bom, porque lá tinha poucas pessoas morando, né? E meu pai com um monte de filho casando, fazendo casa pra um e pra outro, então eles acharam foi bom, porque cresceu o número de vizinho. *E*

5 Graça Aragão nasce em 1950, em Viçosa. O pai tinha uma propriedade no povoado Boqueirão, Viçosa, Ceará. Assim como o irmão, Lucas Aragão, afirma que o pai não tinha “precisão” de vir para o Maranhão. Antes de vir, envia um filho na frente para ver as condições. Para o deslocamento, seu pai freta um pau de arara, onde vêm três famílias, além da sua. O pai tinha propriedade, muito gado e muitos moradores (agregados), mas não vende as terras nem os animais, deixa o marido de uma irmã vigiando. Graça recorda sua ansiedade e a dos irmãos menores com a viagem, e que sua mãe não era favorável à mudança. A família se hospeda alguns dias em Pedreiras, na casa de José Cândido, filho de um dos fundadores do *Centro* do Julião e de quem o pai compra terras, onde, além do trabalho dos filhos, emprega moradores no cultivo da banana, para comercialização, e do arroz, milho e feijão, para subsistência. Em Viçosa, sua família dedicava-se principalmente à lavoura de algodão e à criação de gado, criado solto, enquanto as roças eram cercadas. Graça atuou como professora do Mobral de 1965 a 1969 nesse *centro*, pois a alfabetização era um pressuposto para o direito ao voto. Depois de casada, a partir de 1969, volta a estudar em Pedreiras e leciona da primeira à quarta série primária. Em 1982, muda-se com a família para a cidade de Pedreiras para facilitar o estudo dos filhos.

lá toda a vida foram unidos, tantos os maranhenses como os cearenses. Quando uma família tinha uma pessoa que adoecia, que não tinha estrada, tinha que trazer pra cidade, pro hospital, não tinha como se deslocar de lá pra cá. Era numa rede que botavam, né? Eu mesma vim umas vezes na rede, pra quando eu tinha neném, aí vinha pro hospital, aí tinha de manhã e de tarde vinha pra casa; era na rede que levava. Aí se você visse era mais quem queria ajudar. Dizia assim fulano, o filho de fulano tá doente tem que levar pro hospital! Menino, se ofereciam mesmo! Muita gente chegava na hora, não dava pra quem quisesse, viu? Um caminhava dois pedacinho, aí “Me dá, agora é eu.” E ele com maior prazer ia ajudar. [...] Eu sei que ficava 20, 30 homem pra trazer uma pessoa na rede aqui pro hospital. Muito unidos eles, e não tinha briga. Lá ninguém brigava, todo mundo era unido como se fosse uma família só. Um servia o outro.

Quando um tava com muito serviço, aí ele chamava trocar dia de serviço. Aí dizia “Fulano, tua roça tem muito mato? Vamos fazer um mutirão aí, trabalhador. Hoje nós vamos limpar tua roça e amanhã limpar de fulano.” E sempre era assim, trocando dia de serviço. Era motivo de paz, união e alegria. (ARAGÃO, 2013, grifos meus).

Normalmente, os mutirões oferecem um contraponto aos integrantes. Graça descreve-os como festa, pelo clima de alegria, pela fartura e pela cachaça que, comumente, se bebia quando os trabalhos terminavam.

Tinha que ter almoço pra todo mundo. Assim quando a casa era coberta de palha, né, quando as palha tavam ficando velha, aí juntava aquele mutirão de homem pra cobrir a casa de novo e nesse dia era uma festa, viu. Eles pediam até cachaça que eles gostavam de beber. Era uma animação, era um divertimento,

quando ia cobrir as casa dos moradores. Muita comida, comida pra todo mundo. (ARAGÃO, 2013).

A imagem abaixo, cedida por Graça Aragão, retrata o abate de gado no Centro do Julião, nos anos 60. A narradora afirma que são comuns ocasiões de trabalho coletivo e oferta de pedaços de carne aos vizinhos. Crianças e adultos participam do episódio.



Imagem 1: Mutirão no Centro do Julião
Fonte: Acervo fotográfico de Graça Aragão

No Centro Julião, onde Graça passa a infância e a juventude, vê o pai prosperar com o árduo trabalho na lavoura. Em sua narrativa, a fartura é indissociável do trabalho, da inteligência e da dedicação do lavrador. Assim rememora com orgulho o êxito do pai e dos irmãos:

Ele chegou num terreno que não tinha banana. Tinha muito era laranja, lima, mas tudo no mato. O dono desse pedaço de terra abandonou, tava abandonado. Ele ia roçar o mato pra

plantar a roça e descobriu os pé de lima tudo carregado. Aí fez banana. Ele vendia muita banana, cortava de 15 em 15 dia ele tirava de 40, 50 milheiro de banana e um moço da cidade comprava e levava pra Teresina, São Luís. Assim meu pai não quis criação de gado até porque o terreno não era muito grande. [...] Arroz, meu pai também plantava muito arroz, muita fartura de arroz, feijão, mandioca. Plantava muita mandioca pra fazer farinha. *E graças a Deus meu pai era um homem trabalhador mesmo e muito inteligente, ele era muito inteligente. Ele era pedreiro, carpinteiro, alfaiate, fazia...*

[...] Aí meu pai sempre... muito filho homem, né, trabalhador igual assim uns tratores... De repente a gente progrediu, né? A gente ficou bem, meus irmão ficaram tudo bem, trabalhador fazendo muita fartura, que a terra era muito boa aqui pra se plantar, né? Tudo que se plantava dava. Era da parte de sítio tudo bem, mais legume, arroz, milho, feijão... Meu pai fez tanta fartura que ele fazia era servir para os outros lugares maranhense que moravam perto da gente. Quando eles não tinham eles iam até o meu pai e meu pai fornecia. Aí muita gente dizia assim “Orra! Mas esse Sebastião é um homem abençoado. Chegou ontem bem dizer aqui e hoje tá tão bem, tanta coisa”. Aí eu pequena dizia assim “*Mas é porque ele não é preguiçoso e os filhos dele também não são preguiçoso, são todos trabalhadores e honesto também. A pessoa ser trabalhador e honesto é muito bom e abençoado por Deus. ” E hoje é difícil, é muito difícil você ver os imigrante vindo de outros estados para cá e fazer o que meu pai mais meus irmão fizeram.* (ARAGÃO, 2013).

Acerca das terras do Centro do Tancredo, onde passa boa parte da infância, Ceci Ana Barreto também elabora imagens de fartura na sua narrativa; a produção seria tanta, que se fariam nuvens de frutas

no chão. A concepção de que a riqueza provém do trabalho exaustivo figura no seu relato, assim como no de Graça Aragão. De modo mais sutil, Ceci Ana reitera o binômio *natureza maranhense exuberante/migrante nordestino corajoso, empreendedor, bom trabalhador*:

Aí lá quando eles chegaram só tinha mesmo uma casinha velha, ele mandou construir uma casa muito boa de tijolo e telha, aí mandou fazer uma casa de farinha, de fazer farinha, a gente chamava casa de farinha, muito grande. Aí minha mãe plantou tudo quanto foi de verdura, de fruta, mais ele, dava laranja, lima, o limão, a condessa, a ata, o ananá, o abacaxi. Coco da praia, café, pimenta do reino, viu. Manga e caju, era pra fazer nuvem no chão. (BARRETO, 2013).

Apesar da fartura na produção, nem todos os gêneros são vendidos. Ceci Ana Barreto (2013) refere-se à comercialização de verduras pelo pai e irmãos na feira de Pedreiras. O transporte das mercadorias é feito em lombo de animais: “meu pai e meus irmão, meu pai fazia a vazante, plantava o quiabo, o maxixe, o pepino, o jerimum, o feijão e o tomate. E aí eles pegavam e vinham vender aqui [sede de Pedreiras]”.

Nem sempre o eldorado dos bons invernos acontece no Mearim. Ceci Ana recorda também a “seca” de 1951. Outros migrantes também se referem ao inverno fraco ou à seca de 1951 na região do Médio Mearim. Seu esposo, João Barreto (2011), narra esse tempo como o das lagoas secas, paisagem estranha ao Médio Mearim, normalmente pontilhado de lagos, igarapés, olhos d’água, além do seu maior manancial, o rio Mearim.

Ceci recorda a ação dos padres de Pedreiras e lavradores em procissão com São Benedito:

É foi. Aí foi e não chuvia. Me lembro bem, eu tinha 7 anos. Eu lembro que meu irmão ia pra roça, Nhozinho, meu tio Nhozinho, aí chegava banhado de lágrima, chorando, aí mamãe dizia

“O que foi meu filho?”. “Mamãe faz muita pena, os pezinho de arroz, os pezinho de milho tudo estiradinho naquela terra seca. Mamãe ta secando tudinho, mamãe a gente vai morrer de fome”. Mamãe: “Meu filho tenha fé em Deus”. Aí nesse tempo quem era o padre aqui era o Monsenhor Gerson. O que monsenhor Gerson fez? Convidou, que lavrador nesse tempo era muito querido dos padres, convidou os lavrador tudin, as pessoas tudin pra se juntarem tal dia, tal hora aqui na igreja de São Benedito. Aí juntou, aí nós vamo pegar a imagem de São Benedito, vamo sair andando pelas ruas, nós só volta quando Deus e ele mandar chuva, viu? Aí muita gente acreditou, aí “Padre o senhor...” “Não, eu não to doido não. Eu não estou doido. Vocês vão ver.” Aí diz que saíram, os lavrador com ele. Diz que nesse tempo padre não tirava a batina, *diz que a batina chega pregou no corpo dele, rua acima, rua abaixo*. Aí diz que, de lá pra cá quando eu era bem 2 horas da tarde começou nublando, começou nublar. Aí ele disse “Vocês tão vendo, o tempo tá nublando e nublando. Aí quando vieram, quando vieram aí disse “Agora nós vamos voltar pra igreja. ” *Aí quando foram chegando ali na praça Correa de Araújo, aí a chuva caiu, a chuva caiu, aí até mesmo o pessoal terminou de entrar na igreja já se molhando. Aí não faltou mais inverno não.* (BARRETO, 2013, grifos meus).

A região de estudo e, principalmente, a cidade de Pedreiras, são constantemente alagadas pelas águas do rio Mearim em anos de invernos rigorosos. No episódio narrado por Ceci Ana, a seca – leia-se: inverno fraco – finda com um ato de fé e nunca mais se repete. A penitência – horas de procissão – e o apelo aos céus, possivelmente, são compartilhados pelos lavradores da região, dentre os quais figuram muitos migrantes nordestinos, por remeter a práticas culturais sertanejas. Em anos de seca, muitas promessas são feitas pedindo chuva.

Monsenhor Gerson antecipa-se e sai em penitência até seu pedido ser cumprido. O sacrifício físico das muitas horas de procissão, congelada na imagem da batina pregada ao corpo do padre, e o milagre da chuva no seu encerramento, passam a fazer parte do repertório de histórias que compõem o imaginário social da cidade de Pedreiras. Pedreiras, o Médio Mearim e muitas cidades de outras regiões do Maranhão são marcados pela forte presença do Catolicismo Popular, onde são corriqueiros o apelo aos santos e o pagamento de promessas. Em Pedreiras, há dois padroeiros: São Benedito e São Francisco. Todos os anos, no final de setembro e início de outubro, vários ônibus de romeiros saem das cidades de Pedreiras, Bacabal e São Luiz Gonzaga.

Como católica praticante, Ceci Ana casa na igreja. Nascida no Maranhão e filha de dois cearenses, como muitos migrantes cearenses e seus descendentes, casa com um primo. Os dois conviviam dentro da casa da mãe de Ceci Ana, onde João mora por alguns anos para concluir os estudos, já que seus pais vivem em um povoado afastado.

Anos antes do casamento, João namora outra prima, uma irmã mais velha da atual esposa. A busca dos cônjuges dentro da própria família parece uma escolha consciente. A proximidade e os fortes laços de solidariedade consanguíneos vão enredando vidas.

Apesar do parentesco próximo, o fato de Ceci Ana ser maranhense gera comentários entre os parentes do esposo que vivem no Ceará. Muitos se espantam quando a conhecem, porque no Ceará dizia-se que João teria casado com uma negra. Ceci Ana Barreto narra outros casos de preconceito racial corriqueiro em famílias de cearenses. O casamento da filha de uma cearense com um negro no Maranhão gera comentários mais incisivos na família. Apesar da postura contrária da mãe, a noiva branca casa com um maranhense negro.

Mas enquanto a filha dela não casou com um preto, ela discriminava muito o preto, ela não gostava de jeito nenhum. É tão tal que no dia do casamento dele, da filha dela, esses parentes

de vocês, esses parentes de João foram de longe e não foram convidados. Foram de longe e disseram assim, foram lá em casa e disseram assim “Eita Ceci, você sabe que o homem que se casou é um negro, negro, negro, negro, negro, que não tem no mundo quem seja mais negro que ele. De longe a gente vê a tia branca, Cida branca no meio e ele parece a mosca no leite.” Foi desse jeito e passaram muito tempo sem aceitar o marido de Cida. (BARRETO, 2013).

Sobre os costumes dos casamentos entre parentes, seu filho, Samuel Barreto (2013), alerta: “os cearenses, eles são muito preconceituosos. Eles casaram entre si pra não misturar as famílias.” Além do preconceito racial explícito nesse e em muitos outros relatos ouvidos de cearenses e descendentes no Médio Mearim, Ceci Ana Barreto (2013) aponta o temor de nordestinos às práticas culturais dos maranhenses, principalmente em relação ao mundo do trabalho.

Havia medo. Medo. Quando a gente tinha uma filha que ela namorava com uma pessoa daqui ou vindo lá do outro lugar, aí a mãe mais o pai se juntava e os parentes, e era conselho em cima de conselho e brigando com aquela filha e privando, aí vinha “*Minha filha, maranhense não tem o que dar não, minha filha, maranhense não tem o que dar não.*” *Tudo o maranhense tem o negócio de dizer dos maranhenses ser preguiçoso. Todo maranhense é preguiçoso.*” Os cearenses, os pernambucanos que vieram embora pra cá, só quem eram trabalhador era eles também, viu. E aí achavam que os maranhenses era que eram preguiçosos. Eles tinham muito medo de casar um filho, uma filha com gente, o cearense com gente maranhense. Eles tinham muito medo de casar uma filha com uma pessoa que é maranhense. Era preciso conhecer muito. (grifos meus).

Graça Aragão corrobora a representação do maranhense como preguiçoso e acomodado, distinguindo o trabalhador cearense pelo maior número de horas e empenho.

O maranhense era mais acomodado. Só ia pro serviço depois da oito horas, quatro horas já vinha. O meu pai com meus irmão acordavam e sete horas já tinha merendado, já ia pro trabalho. Aí onze horas vinha para o almoço. Aí doze e meia já voltava, aí cinco horas voltavam de novo pra casa. E os outros assim... eu observava, né, eu chamava eles “Maranhense é preguiçoso”, eu dizia desse jeito. Sempre tinha um que às vezes precisava de alguma coisa e ia lá em casa, né, aí eu dizia pra minha mãe “Oxente, mãe, porque eles não tem, porque eles não trabalham que nem nós?” Aí ela dizia “Oh filha, não é assim, nem todo mundo que é igual não, sempre tem umas pessoas meio...” Sempre falavam pra mim assim. Eles vão ver meu pai aí trabalhando, meus irmãos aí trabalhando...

[...] mas eu noto sempre o maranhense, aquele que trabalha na agricultura, eu acho, muito assim, acomodado. Nem é criativo, né, pra fazer isso e aquilo. (ARAGÃO, 2013).

Graça não logra ter o distanciamento de Ceci Ana para refletir sobre os diversos casamentos entre primos de primeiro grau ocorridos na sua família. Graça casa com um primo, que migra para o Centro Julião em 1965. Ela já tinha outro primo como pretendente, mas prefere o primo recém-chegado, reiterando em toda a narrativa as qualidades do esposo: dedicação ao trabalho e honestidade. A narradora avalia os diversos casamentos entre primos, comuns na sua e em outras famílias de cearenses, como escolhas pautadas na relação de confiança estabelecida mediante a consanguinidade e no destino. Apesar de temor difundido da possibilidade de ter filhos com deficiência, sobressaem as escolhas pelos parentes e conterrâneos.

É sempre a gente observava assim, porque sendo parente já se quer bem, né? Tem um dizer que eles que diziam “O sangue se dói, o sangue cheira.” Porque sendo parente... um primo não vai querer fazer mal pro outro, né, quer fazer o bem. Então eu via assim... Um irmão meu casou com uma maranhense, aí ele se separou. Outro irmão meu também casou com outra maranhense e também se separou. Eu não sei...

[...] Mas acho que também é a sina mesmo porque o Luca [Lucas Aragão, irmão de Graça] ele fala assim, porque ele casou com uma conterrânea e mais dois irmão dele casou com as outras duas irmãs dela. Tem três irmão casados com três irmã. E eu sou casada com meu marido e minha irmã também era casada com o irmão do meu marido. E o meu bisavô é o mesmo do meu marido. São parente bem próximo, só que não é considerado irmão, porque o pai do meu marido se casou com uma prima legítima e os pais eram irmãos, tanto os pais quanto as mães tudo era irmão. A mulher do Murilo era filha da irmã da Sula, a mulher do Lucas, e o pai o irmão do Lucas. E aí ele teve duas filhas muito bonitas, muito sadia e aí diziam “Ah parente casados assim com primo legítimo que nem irmão, aparece defeito, nasce os filho com defeito.” Mas graças a Deus, são muito inteligentes os filhos do meu irmão. (ARAGÃO, 2013).

Sobre o casamento, Graça Aragão e Ceci Ana fazem opções opostas. A de Ceci Ana tem como custo a impossibilidade de dar continuidade aos estudos. Em 1960, aos 17 anos, vai viver com o primo no povoado Caneleirinho, onde este mantinha uma farmácia. Como muitas mulheres do seu tempo e espaço, Ceci Ana abre mão dos estudos para dedicar-se ao cuidado da casa e dos sete filhos.

Meus irmãos, como eu disse, eles frequentaram colégio também, mas quando ele chegava em casa eles só iam botar defeito

na professora pra papai e mamãe raiava e era aquele negócio todo, terminaram e não aprenderam ler nada, nem escrever. Eu ainda aprendi ler e escrever um pouco, não sabe, mas eles não. Eu fiz até o quarto ano, eu fiz que naquele tempo pra fazer o quinto ano era como hoje em dia tem que fazer uma prova pra entrar no vestibular tem que fazer uma prova, né. E naquele tempo pra entrar pra fazer o quinto ano tinha que fazer uma prova. Se passasse ia fazer o quinto ano, mas se não passasse, não fazia. Aí fui eu e mais três colega minha, nós fizemo e nós... duas passaram e uma não passou. Aí foi o tempo que eu namorei com ele, passei me matriculei já ia fazer o quinto ano, e ele disse que não ia morar aqui, ia morar em Caneleirinho e mamãe ainda perguntou, ainda pediu pra ele: “Não, deixa pra Ceci casar só quando terminar os estudos.” Aí “Não eu preciso me casar porque não to morando aqui, to morando longe daqui” e não sei o que. Aí mamãe disse “É ela que sabe se vai te acompanhar ou vai terminar os estudos dela?” Aí eu peguei e aceitei pra me casar mesmo.

Graça Aragão, por sua vez, vê o casamento como possibilidade de retomar os estudos, interrompidos pela sobrecarga de trabalho doméstico que passa a lhe caber após a morte da mãe. Para casar, Graça precisa (e consegue), primeiramente, arrumar uma esposa para o pai. O casamento com o primo representa a liberdade da dura rotina de cozinhar, lavar e limpar casa para o pai, os irmãos e seus trabalhadores. Além de lhe permitir voltar a estudar, o “amor à primeira vista”, a honestidade, honradez, o afincio ou trabalho observado ao longo de muitos anos de convivência, convencem Graça Aragão (2013) ao casamento: “Aí a gente foi crescendo, se conhecendo, eu sempre olhava ele na casa da minha irmã, era muito bonito, aí... e trabalhador também e tinha que ver isso também, como ele tratava o pai e a mãe e os irmãos”.

Graça narra com detalhes a sua decisão e espera por anos para poder deixar as tarefas da casa do pai e dos cinco irmãos solteiros sob a responsabilidade de outra mulher:

quando minha mãe morreu eu fiquei com 17 anos de idade. Aí tava estudando, parei de estudar. Aí um dia ele conversando comigo assim, aí perguntou porque eu tinha parado de estudar. Aí eu disse “É porque agora eu to só fazendo o de comer pros meus irmão todo.” Cinco irmão solteiro dentro de casa trabalhando, meus irmãos eram muito trabalhador e eu tinha que cozinhar, tinha que lavar, engomar as roupas toda pra eles. O arroz era pisado no pilão. Era muita dificuldade, mas eu apesar de ser tão nova eu fazia tudo até perder a hora. Deus me ajudava e quando dava onze e meia o almoço tava na mesa, nunca faltava roupinha lavada e engomada pra eles. Fiz tudo direitinho, aí eu fui e disse pra ele que não tinha quem fizesse as coisas pros meus irmãos e nem pro eu pai e parei de estudar. Aí ele disse assim pra mim “Pois daqui há três anos nós vamos se casar e quando a gente se casar você vai voltar a estudar.” Aí eu doida pra voltar pra estudar, fiquei e disse assim. Já tinha o amor à primeira vista, né. Mas sempre a gente... ele falou isso pra mim nesse dia, mas eu sempre falando assim, que ele era um homem trabalhador e que eu tinha gostado muito dele. (ARAGÃO, 2013).

Quando Graça apresenta uma pretendente ao pai viúvo, ele fala sem rodeios à futura esposa: “Minha filha quer se casar, quer estudar e eu só libero ela pra fazer isso depois que eu arrumar uma pessoa pra tomar de conta da casa. Eu quero saber se você não quer casar comigo?” Liberta pelo aceite da madrastra, Graça e Raimundo casam-se e ela torna-se livre para estudar: “Aí quando eu me casei, logo depois voltei a estudar. Voltei lá no centro Julião, na estrada com a barrigona

deste tamanho e ia pro colégio estudar. Tive três filho estudando, morando e vindo estudar aqui”.

Desde a época de solteira, Graça trabalha como professora no Centro do Julião. O interesse dos políticos por eleitores leva-os a procurar seu pai, conhecido como homem influente na região. Assim, Graça ingressa no magistério para alfabetizar adultos e torná-los aptos ao voto:

É, o pai no começo ele me chamou pra ajudar os moradores dele pra eles votar também que meu pai ele nunca ganhou nada de político, mas sempre ele, por causa da família grande, ele era procurado pelos políticos, né. Quando era época de eleição, ai eles iam naquela época de tirar foto, pediam petição, chamavam de petição, né. Aí os políticos iam, eles tratavam prefeito aqui, era deputado e iam pra casa do meu pai e lá era cheio desses homem. Mas só dava muito era prejuízo, nunca chegou um com nada pra ajudar assim, levava assim 30 até com 40 pessoa. Era tudo, era tudo lá em casa que meu pai fazia. Aí os morador dele ficavam com raiva porque eles não ia nem lá porque não votavam, né, eram analfabeto. Aí o prefeito chamou ele e perguntou se ele não tinha uma filha que alfabetizasse aqueles homem pra eles votar porque eles viviam lá com raiva. Aí eu comecei a ensinar a noite e depois o Mobral. Antes não era pelo Mobral não, antes era de graça mesmo que aprendiam a ler e escrever, pra tirar o título. (ARAGÃO, 2013).

Depois do casamento, Graça volta a ministrar aula para crianças de primeira à quarta série no Centro do Julião: “A parede era assim, era tão pequenininha que levava um tijolinho, ficava em pé e ficava só daqui pra cima (coloca a mão na altura do nariz).” Seu acervo fotográfico permite-nos visualizar a escolinha onde leciona no final dos anos 60 e início dos 80.



Imagem 2: Escola do Centro do Julião
Fonte: Acervo fotográfico de Graça Aragão

Graça Aragão migra para Pedreiras no início da década de 1980, principalmente para assegurar a continuidade dos estudos dos filhos e dar-lhes o conforto que ela não teve, deslocando-se muitas vezes por lameiros para estudar na cidade. Sua narrativa não menciona o fim das *terras sem dono*, já que o pai compra terras no Centro do Julião, em 1958, ao chegar ao Maranhão. Para sua história de vida, o fim das terras soltas não se constitui em clivagem.

Já Ceci Ana e João Barreto vivem alguns anos no Centro Caneleirinho e mudam para a cidade de Pedreiras quando a farmácia do marido vai à falência. Em Pedreiras, João Barreto trabalha muitos anos na ACIAP (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pedreiras).

Como dona de casa que transita por mercados, Ceci Ana também constrói, na sua narrativa, imagens de uma intensa movimentação nas feiras de Pedreiras, que reúnem produtos do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte: “Uma feira que sempre tinha aqui, dia de quarta-feira, era de gente que vinha de fora,

né, e vendiam rede, lençol, alumínio, solanca velha, tudo em quanto era vendido assim a preço de banana, não sabe? Tudo quanto vendia, louça, tinha de tudo”. (BARRETO, 2013).

O comércio de miudezas na feira de Pedreiras é apontado em seu relato como uma das possíveis formas de enriquecimento do migrante nordestino. Não só de arroz, algodão e babaçu se construíram fortunas no eldorado do Médio Mearim. Assim se refere a um próspero comerciante cearense da cidade de Pedreiras:

Eles enricou assim trazendo, digamos assim, calcinha velha de mulher e cuequinha de homem trazendo na sacola, pra revender aqui que o povo dizia até assim “O fulano de tal chegou aqui puxando uma cachorrinha e voltou, e inda hoje, e agora ele não puxa mais a cachorrinha, ele é rei não sei de que do tecido, não sei como é que o povo diz com ele que ele trazia na sacola depois deu pra trazer em carro.” Aí dia de quarta-feira ele trazia o carro cheio de roupinha velha, calcinha, calção pra menino homem e instalava lá no mercadinho e começava aquela propaganda toda quando até tinha vendido tudo ou quase tudo. Assim quando a gente deu fé ele se estabeleceu, o homem tinha um armazém era lá, ainda hoje ele tem lá de vender tudo em quanto, ele começou vendendo essas solanquinha velha numa sacola e depois ele enricou que tem é armazém de tecido, só se você vê, e é armazenado de baixo até em cima. (BARRETO, 2013)

Para pequenos proprietários, como seu pai, o enriquecimento é menos viável, especialmente após a Lei de Terras de 1969. Em 1972, Laurindo Barreto não resiste às pressões de um usineiro que se torna grande proprietário no município de Pedreiras e vende a preço barato seu sítio, localizado no Centro Tancredo. Como muitas famílias do Médio Mearim, os pais de Ceci Ana são forçados,

pelas circunstâncias, ao êxodo rural, mudando-se para a sede do município de Pedreiras.

Samuel Barreto (2013b) refere-se às pressões enfrentadas pelo avô para permanecer na terra: “em detrimento de um fazendeiro chamado J⁶, que passou a comprar as terras todinha da região que foi comprando dos vizinhos dele e ele ficou acuado, encurralado e ele vendeu morrendo de dó. Ele não queria vender.” Aponta também a substituição das plantações pelo gado, mudança que se torna corriqueira nos municípios que, em décadas anteriores, fizeram do Maranhão o celeiro do Nordeste: “o cara depois não produziu mais nada, só capim, essa questão que voltou, essa questão do gado lá dos Pastos Bons veio pra cá e os caras não produziram mais nada. Mataram a terra, mataram o solo”.

Ceci Ana Barreto (2013) também narra a resistência do pai, apesar das pressões e ameaças indiretas: “Aí convocava ele e os outros para uma reunião, pra pressionar eles e que eles não podiam, que eles não tinham terreno ali.” Laurindo Barreto resistiu à venda até ficar só, depois os demais pequenos proprietários e posseiros vão se retirando das terras do Centro Tancredo: “se o lavrador fosse fraco, caía logo na lábia dele, né. Mas se não fosse... Meu pai resistiu, meu pai resistiu até ficar sozinho. Ele comprou aqui, comprou ali, comprou aqui, meu pai ficou no meio. Aí um dia ele, ele pegou meu pai”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ceci Ana, Graça, mães, donas de casa, professoras, podem e querem contar histórias do Médio Mearim e de um momento fundamental de sua ocupação, desde quando as terras são soltas até quando deixam de ser libertas. Possuem saberes, aprendidos na escola e/ou no trabalho, e narram com detalhes e profundidade experiências vividas

⁶ Opto por omitir o nome.

e observadas. Resta interpretar seus atos, reflexões, inflexões, deslocamentos, sentimentos.

Suas narrativas sugestionam o leitor a inferir a pluralidade do vivido a partir da subjetividade do relato e do impacto da experiência concreta e irreversível sobre suas ações e representações. Narram a fartura da terra, a dureza do trabalho, os confrontos políticos. A partir de silenciamentos e esquecimentos, ou da luta e da denúncia, percebem claramente que o fim das terras devolutas e as pressões vividas por pequenos proprietários e posseiros, na passagem dos anos 60 para os anos 70, transformam, irreversivelmente, o Médio Mearim.

Suas imagens do eldorado são plurais como suas trajetórias de vida, desde o lar e do trabalho, sempre intenso, vivem e interpretam o espaço e o tempo narrado. Suas memórias são detalhistas, mas não se atêm aos adereços e enfeites, às futricas e credices. Como os homens, elaboram ideias-imagens que permitem pensar o processo de construção e desconstrução do eldorado de modo holístico, ao mesmo tempo em que, pela riqueza de detalhes, permitem ler essa história das fímbrias das janelas, do cotidiano do lar, vislumbrando elementos que comumente escapam ao olhar dos narradores.

Graça e Ceci Ana percebem com sagacidade o papel dos mutirões nos *centros* onde a precariedade material faz da solidariedade um imperativo. Observam, ainda, que maranhenses e nordestinos se ajudam mutuamente no cotidiano, mas muito raramente unem suas vidas pelos laços do matrimônio.

Nessas e em outras narrativas orais sobressaem os binômios maranhense, preto, preguiçoso *versus* nordestino – mais comumente o cearense – branco, trabalhador. O imbricamento de práticas culturais e as relações de solidariedade não são bastantes para diluir o discurso da *branquidade* e da engenhosidade. As mulheres, mais que os homens, dizem-no nas suas narrativas.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

ARAGÃO, Lucas Carneiro. Centro Julião, Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*.

ARAGÃO, Graça. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013*.

BANDEIRA, José. Bacabal *Entrevista realizada em junho de 2013*.

BARRETO, Ceci Ana. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013*.

_____. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013*.

BARRETO, João. Pedreiras *Entrevista realizada em março de 2011*.

BARRETO, Samuel. Pedreiras *Entrevista realizada em dezembro de 2013*

MEDEIROS, José Rodrigues de. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*.

MEDEIROS, Maria da Conceição Oliveira. Pedreiras *Entrevista realizada em fevereiro de 2011*.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1932-1933).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1934-1935).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1935-1938).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1941-1944).

Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949).

Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1954-1955).

Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1955-1957).

- Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1959-1960).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga, (1963-1967).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1963-1964).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1964-1968).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1964-1979).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1970-1973).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (1971).
- Livro de Casamento da Paróquia de São Francisco das Chagas, Bacabal, (interior), (1973-1976).

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- _____. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *Manual de História Oral*. -3ª ed- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e MOURÃO, Laís. Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: *Pesquisa Antropológica*, n.º 9 e 10, Brasília, UNB, 1976.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terra tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. *Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2009.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado*. São Luís: EdUFMA, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand, 1985

_____. *O mundo como representação*. In Revista Estudos Avançados. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991, v.5, n.11, pp 173-191

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: uma sociologia das relações de poder dentro de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Ferreira, Marcia Milena Galdez. *Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

FRANKEMBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. in WARE, Vron (org) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV,

2008.

GOMES, Ângela de Castro. *População e Sociedade*. In GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010). -Vol 4.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. São Paulo: Relume Dumará, 2000.

_____. A seca na história do Ceará. in SOUSA, Simone de e GONÇALVES, Adelaide. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PEDRO, Joana. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. Revista Brasileira de História. V.23, nº45, pp 239-260, 2003.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

_____. *O Massacre de Chivitella Val di Chiana. (Toscana, 29 de julho de 1949): mito, política, luta e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Graal, 1981

_____. *A economia moral da multidão inglesa no século XX*. in *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CONFLITOS AGRÁRIOS NO MÉDIO MEARIM-MA: a experiência do Povoado Aldeia nos anos 1980

Jaciara Leite Frazão¹

INTRODUÇÃO

O estado do Maranhão possui um vasto território, porém com alto índice de concentração de terras nas mãos de poucos. Esse cenário evidenciou-se a partir da segunda metade do século XX, quando aluta pela posse de terra tornou-se frequente no campo maranhense, e foi marcada, sobretudo, por diversas formas de violência (física, psicológica, material e simbólica) praticadas por latifun-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão - PPGHIST. Membro integrante da equipe do Projeto Universal: *Luta pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos*, coordenado pela Prof^a.Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira (DHG/UEMA), e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA).

diários, grileiros e outros agentes que ameaçaram e expulsaram os posseiros² da terra.

O Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km². Significa também que ocupa o montante de 33.336.560 hectares do país, sendo o oitavo Estado da Federação em extensão territorial e o segundo da região Nordeste. Apesar de imenso, o Estado possui um pequeno número de proprietários que detém a maioria das terras, causando conflitos e violências no campo. Grande parte da população vive na zona rural (2.511.008 - 48,08%) e é constituída por posseiros (cerca de 200 mil). (PEDROSA, s/d, p.1).

O aumento do número de migrantes no Maranhão propiciou a disputa por terras e o acréscimo no valor do foro³, uma vez que houve a ampliação da demanda por terras, resultando em deslocamentos de espaços de ocupação mais antigos, como o Vale do Itapecuru, para outras áreas em busca de terras livres. As correntes migratórias, que ocuparam o Maranhão até o início do século XX, estabeleciam-se principalmente na região do Itapecuru. Viviane Barbosa (2013, p.139) afirma que, no entanto, foram direcionando-se para o vale do Médio Mearim em busca de *terras livres*. O movimento migratório ocorria de forma acelerada ocasionando um desequilíbrio na demanda de terras disponíveis aos camponeses. Provavelmente, a elevação do valor do foro da terra levou cam-

2 Trabalho com a categoria *posseiro* como sendo aquele que ocupa terras devolutas antigas, trabalham nela, constitui casa e constrói família. Na perspectiva de Airton Pereira: “como sendo aquele que ocupa terras devolutas antigas, trabalha nela, constitui casa e constrói família.” PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migração, conflito e violência no campo. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. (Tese de Doutorado). Para mais, ver também o trabalho de LUNA, Regina Celi Miranda Reis. *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA*. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

3 Prática recorrente no campo em que proprietários de terra alugam determinadas áreas e cobram pelo uso uma taxa.

poneses nordestinos e maranhenses a migrarem para o oeste do estado, em busca de novas oportunidades.

O Médio Mearim localiza-se na região central do estado do Maranhão, é caracterizado como um espaço de grandes trocas culturais e permeado pela presença de correntes migratórias de nordestinos e de maranhenses de outras regiões do estado, com uma experiência de ocupação no final do século XIX⁴, estenderam-se na década de 1920, e fortificadas a partir de 1950.

A ocupação do Médio Mearim advém de migrantes nordestinos, principalmente do Ceará e Piauí, e de maranhenses que se deslocam de terras antigas do Leste do Maranhão, como do Itapecuru e do Vale do Parnaíba, em direção ao oeste, fixando-se na região central do estado.

Uma frente maranhense e uma frente nordestina rumam concomitantemente ao Médio Mearim, região de muitas terras soltas e muitas águas. Os migrantes maranhenses que se dirigem para essa região vêm majoritariamente de áreas de ocupação mais antiga, o Itapecuru e do vale do Parnaíba, onde, provavelmente, o aumento do foro e a impossibilidade de viver como posseiros estimula-os a buscar terras devolutas dentro do próprio estado. (FERREIRA, 2015, p.25 e 26).

A região do Médio Mearim foi altamente pontilhada de conflitos, por dispor de terras livres e férteis, ser um lugar de condições ambientais favoráveis, abrigar uma frente agrícola de expressão que a fez se tornar conhecida e representada por muitos como “*eldorado*”⁵

4 Para mais, ver o trabalho de FERREIRA, Márcia Milena Galdez. *Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado).

5 Representação social que difundia a região do Médio Mearim como um espaço de terras livres e férteis, em condições ambientais favoráveis, sendo assim atrativo para as correntes migratórias. Ver Ferreira, op.cit.

tão propagado por migrantes, em jornais de circulação, entre outros veículos; foi dando lugar aos grandes latifúndios, e as chamadas “terras livres” foram desaparecendo do *imaginário social*⁶, que passou a vivenciar intensos conflitos no que diz respeito à terra.

A partir do final da década de 1960, com a posse de José Sarney⁷ como Governador do Estado, a promulgação da Lei 2.979, mais conhecida como Lei Sarney de Terra, tornou obrigatória a comprovação de titularidade, respaldou a privatização das terras públicas e incentivou a expansão de projetos agropecuários, agroindústrias, dentre outros. “Aos poucos a terra que era livremente usufruída pelos camponeses foi assumindo valor de mercado.” (BARBOSA, 2013, p.143). As mudanças no campo maranhense desdobraram-se no avanço da grilagem, e a expulsão de diversas famílias de trabalhadores rurais da região.

O resultado da Lei de Terras (Lei nº 2.979, de 17/07/1969) foi devastador para o campesinato maranhense, em virtude de um discurso desenvolvimentista que considerava as terras dos pequenos proprietários rurais improdutivas por não produzirem em larga escala, sendo então incentivados os grandes projetos e a expulsão dos trabalhadores rurais, que resistiram às medidas impostas.

6 Nessa pesquisa, trabalho com o conceito de imaginário social pensado por Sandra Pesavento, como representações coletivas do real. “A representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.18, 1995.

7 A eleição de 1966 para o pleito de Governador do Estado foi vencida por José Sarney, dando início a uma oligarquia no sistema político local e com instância Nacional. Ver o trabalho COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JUNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). *História do Maranhão em Tempos de República*. 1 ed. São Luís/ MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

O trabalho desenvolvido por parte da Igreja Católica e das entidades ligadas à mesma foi importante no processo de resistência e mobilização. O final da década de 1960 foi marcado por um processo de revolução na postura da Igreja Católica, que se voltou para os pobres, passando a criticar o sistema que causava a pobreza e as formas de opressão. Foi nesse contexto que nasceu o que se designou Teologia da Libertação, um novo jeito de ser igreja, numa perspectiva de libertação dos jugos econômicos, políticos e sociais e no intuito de mudar o quadro de desigualdades em que estavam envolvidos. Inspirados na Teologia da Libertação⁸, voltam-se para a defesa e a formação política do campesinato. A instituição assumiu um compromisso com as necessidades do povo, buscando libertar os considerados oprimidos.

Assim, organizaram-se nas décadas de 1960 e 1970 os movimentos de resistência e mobilização política, com a criação de CEBS⁹, da CPT¹⁰ e da ACR¹¹ visando, dentre outros objetivos, apoiar a luta pela terra e denunciar ações de violência cometidas contra trabalhadores rurais.

O Médio Mearim foi ocupado por sujeitos que tiveram experiências de vida diversas, dentre elas, podemos citar a vivência de pessoas

8 Para mais, ver o trabalho de BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

9 AS CEBS são criadas na década de 1960, em conformidade com as decisões tomadas no Concílio do Vaticano II (1962-1965), que sinaliza a necessidade de uma adequação da Igreja Católica à realidade do mundo, em uma ação mais participativa na sociedade. Uma nova estrutura da Igreja, buscando aproximação com seus fiéis, uma inovação na maneira de evangelização e de presença mais direta nas bases.

10 A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 no Brasil, encarregada de assistir aos trabalhadores, fazendo registro da violência, dos assassinatos, mapeando as áreas em litígio, faziam denúncias aos órgãos competentes, concedia assessoria jurídica, dentre outros trabalhos realizados.

11 A Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) é uma instituição ligada à Igreja Católica, que também foi muito atuante no Médio Mearim. A ACR surgiu em Pernambuco, teve suas ideias anunciadas no Maranhão pelo Frei Godofredo no fim da década de 1960, sua atuação de forma mais intensa ocorre na década de 1980, com atuação na paróquia de Bacabal. Para mais, ver LOHER, Eurico. *Franciscanos no Maranhão e Piauí*. Teresina, Halley, 2009.

ligadas aos movimentos de luta pela terra e vinculada à Igreja Católica, que contou também com a atuação de Freis Franciscanos da Ordem dos Frades Menores oriundos da Alemanha¹². Sua vinda foi em virtude de uma “crise de vocação”, precisando ocupar os cargos de vacância da Igreja e ampliação do seu campo de atuação. A escolha do Brasil foi acertada após várias reuniões, o Arcebispo de São Luís Dom Adalberto Sobral teria feito solicitação de religiosos para reatar tradições de franciscanos no Maranhão.

Os Freis Franciscanos chegam ao Brasil em 1952 para atuar nos estados do Maranhão e Piauí. No Maranhão, a proposta inicial era trabalhar na diocese de São Luís, e, após perceberem que Bacabal estava em crescimento e contava com uma população considerável de migrantes, ampliaram o projeto de missão para Bacabal em 1953, dando início a trabalhos voltados à evangelização, educação, saúde, entre outros aspectos, como a terra que foi se tornando uma necessidade diante dos conflitos deflagrados e da grande luta que se tornou permanecer na terra. Os trabalhos desenvolvidos junto às comunidades espalhadas pelo Médio Mearim, possibilitaram uma logística aos trabalhadores de se organizarem politicamente e buscarem formas de resistência nos embates da luta pela terra, que foi mais enérgica nas décadas de 1970 e 1980.

A luta pela permanência e posse da terra tornou-se uma bandeira de luta de famílias camponesas, pequenos proprietários, entre outros segmentos da sociedade. Uma realidade que abateu diversos estados do Brasil. O Maranhão, não diferentemente, passou a ser palco de inúmeros conflitos agrários. O Estado de exceção e as medidas de violência, marcas da Ditadura Civil-Militar, favoreceram o cenário de negação de direitos e de retaliações aos questionamentos das novas ordens.

12 Ver LOHER, op.cit.

O campo maranhense foi brutalmente atacado por políticas que visavam os “grandes projetos” em detrimento da população camponesa, que passou a ter que enfrentar grandes latifundiários que contavam com o poder do capital, utilizado em larga escala, e do apoio do Estado e de seus agentes, na empreitada de apoderar-se das terras públicas do Estado.

O presente trabalho propõe, através de entrevistas¹³ e da imprensa, analisar a luta pela terra no povoado Aldeia, localizado no município de Bacabal. O povoado foi invadido duas vezes na década de 1980 e a comunidade vivenciou diversas formas de violência. Aldeia foi se configurando como um espaço de intensas disputas ao sofrer as investidas de latifundiários e de seus cúmplices no intuito de expulsar seus moradores. A participação da Igreja Católica e de suas entidades foi de grande importância na luta pela permanência na terra. O povoado Aldeia é, no período de estudo, a materialização de uma experiência de conflito e de resistência.

Nessa abordagem, utilizarei a História Oral como metodologia que viabiliza que vozes do campesinato maranhense narrem e interpretem suas experiências. Ao rememorar os fatos passados, os sujeitos selecionam, silenciam e “esquecem”. Como afirma Michel Pollak (1989, p.5), a discussão da memória e das disputas de memória requer, também, a problematização de esquecimentos e silêncios.

Conforme Verena Alberti (2005, p.167), a memória está em constante negociação, os fatos rememorados são selecionados e instituem a identidade do indivíduo e/ou da sociedade. Nessas disputas, prevalece o que tem importância para um determinado grupo, o que nos ajuda a entender o porquê de tal seleção, pois existem múltiplas me-

13 Centro minha análise da história dos conflitos de terra, na década de 1980, em Aldeia na entrevista de A. P. A, de A. J. C, de I. S. S e de R. M, pois encontrei certa resistência para conseguir entrevistar outros moradores. Alguns, pelo avançar da idade, tendo dificuldade de rememorar; outros que evitam falar sobre as invasões do povoado, pelo medo ainda muito visível da experiência vivida.

mórias em constantes disputas. Dessa forma, buscamos interpretar as experiências dos moradores do Povoado Aldeia que foi constituindo-se em uma área de disputas e graves conflitos na década de 1980.

POVOADO ALDEIA: ALVO DE INTENSOS CONFLITOS

O povoado Aldeia fica localizado no município de Bacabal, é um dos inúmeros exemplos de conflitos deflagrados no Médio Mearim. Também conhecido por Aldeia do Odino, nome dado em homenagem a um dos primeiros moradores e considerado o fundador do povoado. Segundo os dados obtidos, Odino tinha ascendência indígena.

Era o antigo que morava lá, mais velho, foi o que fundou a Aldeia. Praticamente ele era o mais velho, era mais velho, era quem organizava o povoado a comunidade, aí era respeitado como se fosse assim o delegado do povoado. Aí colocaram, o nome dele como Aldeia do Odino, assim ficou. Tinha descendência mais já longe. (A. J. C, 2016).

O povoado também era conhecido como *Aldeia dos índios*, referência aos antigos moradores, como narra dona R. M, uma das moradoras antigas do povoado. Os mais antigos relatam que, quando chegaram ao povoado, ainda viam índios, mas, com a chegada de novos moradores, eles foram se afastando.

Aí eles, eles viam assim os mais antigos que ainda tinham índio assim, mais eles vinham assim provisória né, não era mesmo Aldeia mesmo certa deles né. Aí só que eles ainda chegaram a ver, aí que começou o pessoal chegarem morando, fazendo casas, acho que eles foram se afastando, mas aí, na nossa nação pra cá a gente não conheceu mais índio. Aí chama assim Aldeia dos índios né porque, porque era antigamente. Era mesmo dos índios né, mas a gente não chegou a alcançar esse tempo deles. (R.M, 2016).

Um povoado antigo, inicialmente de população nativa. Os brancos foram chegando e ocupando o lugar. Alguns moradores têm características de ascendência indígena, apesar de não assumirem essa identidade. O lugar era tranquilo, com plantações de roça e igarapé, que possibilitava aos moradores se alimentarem de peixe. Com o passar dos anos, tornou-se um espaço de disputa e conflitos intensos.

O povo já vivia na Aldeia, já tava já com muitos anos já morando na Aldeia, inclusive lá chamava Aldeia dos índios, porque lá morava os índios era dos índios, ah muitos tempos atrás, inclusive lá dentro do terreno tinha uma área mais ou menos de uma meia hectare que era só frechau [sic], aquela frecha [sic], que índio atira, era só essas flechas lá, que a gente tinha que tirar as flechas pra fazer gaiola pegar passarinho, essa coisas assim. Aldeia era muito, Aldeia tinha fartura, tinha fartura, porque as pessoa da época ainda tinha muito homem trabalhador que botava muita roça nessas terras, então tinha muita fartura ainda de legume, muito babaçu, muito peixe naquele igarapé, vocês que não andaram no igarapé, tinha muito peixe, hoje não tem, porque já se acabou, praticamente no Brasil inteiro, mas era tranquilo agente, podia dormir desse jeito aí, com a porta aberta, não tinha movimento de ladrão não tinha essas coisas nada o povo vivia tranquilo aí foi que surgiu os fazendeiros lá querendo expulsar o povo. (A. J.C, 2016).

Os moradores passaram a utilizar os artefatos materiais como provas diante das tentativas de sua expulsão, que envolve também a própria identidade do povoado. Os Freis franciscanos foram orientando os moradores da importância da conservação do cemitério antigo, tendo em vista que a comunidade dispõe hoje de dois cemitérios, como prova cabal e legítima da existência do povoado. No cemitério ainda são preservados alguns artefatos, como lápides de moradores

antigos que datam do século XX, sendo mais antigo que a própria cidade de Bacabal.

As lápides que ainda são preservadas nos cemitérios, as missas realizadas no dia 23 de novembro de cada ano, em memória da primeira invasão do povoado, são rituais carregados de simbolismos, uma maneira de “reatualizar” a memória dos moradores antigos, e passa para os novos as experiências vividas nesse espaço de conflito e resistência. Os moradores enfatizam a importância de não se perder essa história, que precisa ser passada de pai para filho; diante do esfacelamento da memória desse lugar, lembrar tem se tornado uma necessidade no curso da modernidade. São lugares de memória, como afirma Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, associações, *são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade.* (NORA, 1993, p.12 e 13, grifos meus).

O povoado passou a ser alvo de disputas, o desejo eminente de expulsar os moradores e se apossar das terras resultou em conflitos e mortes. No livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*, do Frei Eurico Loher, (2009, p. 413), é apresentado um histórico dos possíveis compradores dessas terras, entre esses são citadas empresas e o último proprietário citado é Ananias Vieira Lins. Os moradores não relatam ou desconhecem essas empresas, mas falam que um fa-

zendeiro começou a negociar a venda das terras com um morador, preferindo não revelar o nome, porque pessoas de sua família ainda residem no local. O nome de Ananias é citado como o fazendeiro que teria comprado a terra, e que contava com o apoio de seu irmão José Vieira (político atualmente influente de Bacabal), que estaria por trás das investidas para expulsão dos moradores e apropriação das terras.

A INVASÃO DE 1985

O povoado foi invadido duas vezes, em 1985 e 1988. As ameaças de invasões são constantes e anteriores à primeira invasão que ocorreu no dia 23 de novembro de 1985. O clima de tensão é vivenciado no cotidiano. Desde a proibição de fazer roça, de sair de casa, à intimidação por meio de tiros disparados por pistoleiros próximos às plantações. O medo imperava na comunidade, por outro lado, a terra é o único recurso de sobrevivência dos trabalhadores, era preciso resistir e lutar para permanecer na terra.

As primeiras invasão que a gente teve aqui foi dos jagunços querendo tomar a terra né. Pistoleiro, muito pistoleiro, alugaram uma casa ali pra beira da estrada (faz gestos), aí fazia muito tiroteio pra cá que era pra gente saí pra eles se apossarem né. Aí botaram pistoleiro lá dentro da, da nossa área pra onde a gente ia trabalhar, ficou tomada de pistoleiro, de dia que a gente quase não saía nem na porta com medo de tiro, que era muito tiro, eles faziam tiro de lá pra cá, do povoado pra cá, porque pra li realmente morava pouca gente, só morava mais mesmo era pra cá. Eu mesmo quando era de dia lavava as roupas dos meus meninos era aqui dentro de casa, que eu não tinha coragem de saí nem no meio do terreiro. Lavava dentro da bacia as roupinhas deles na bacia e estendia dentro de casa mesmo. De dia os homens ia dormir e as mulher ia fazer comida e cuidar dos meninos, de noite as mulheres ia dormir e os

homens vigiar, pra eles não invadir, porque a vontade deles era de invadir a noite, aí os homens ficam de vigiar a noite todinha. Vinha comunidade de fora ajudar a gente aqui também, aí ficamos nisso, ficamos, ficamos, e eles atentando a gente pra saí, a gente sem querer saí, que não era pra saí mesmo que não era deles né, não era deles, não tinha comprado, a gente não tinha dado pra eles. (R. M, 2016).

No dia 23 de novembro de 1985, Aldeia sofreu sua primeira invasão “oficial”, pois as ameaças já eram parte do cotidiano dos moradores que viviam sobressaltados diante das constantes intimidações. Como relatam os moradores, parecia uma guerrilha, que contou com um contingente de policiais, muito bem armados, o que foi tido como desnecessário para apenas o cumprimento de uma Ação de Manutenção de Posse, obtida por Ananias Vieira na Comarca de Bacabal¹⁴, contra sete famílias do povoado. Seu A. P. A (2016) narra a primeira invasão do povoado pelos policiais:

Um dia reuniu todo mundo, todo mundo, todas essas igrejas aqui da reunião, reuniu nós passemos uma cerca bem aqui lá pra casa da Santinha, lá foi que montaram o lugar de celebrar missa viu, e a reunião, quando nós tava lá, chegou 13 d-20 cheia de saudade[sic], 13, tudo armado viu, armaram a metralhadora bem aqui, armaram outra lá na saída, aí foram viu, investigar o povo, rapaz nós tivemos muita sorte de não ter, mas nós só não peguemos taca nesse dia porque Deus é bom, quando ele chegou a primeira cara que ele viu foi do advogado de São Luís o senhor doutor Sandra apareceu, era Silva Junior, aí falou pra ele: mais doutor que isso dia de sábado, você ta aqui um dia de sábado, que negócio é esse, aí ele maneirou né, mais o que tudo

14 Para mais sobre o conflito de Aldeia, ver LOHER, Eurico. *Franciscanos no Maranhão e Piauí*. Teresina, Halley, 2009.

que é de ferro essas coisas, só não levaram arma nossa porque foi escondido tudo no mató né. Quando eles saíram daqui uma hora da tarde foram no senhor (inaudível), Pau Santo e lá eles mataram um. *A polícia matou lá um velho* de, nesse mesmo dia saíram daqui pro Pau Santo e os cabras do Pau Santo tavam todinho aqui. Chegaram lá acharam o velho, o velho foi correr, correr escondendo um rifle, saiu na carreira com o rifle nas costa pra esconder, o safado atirou nele matou, tudo nesse dia. [...] Prendeu dois, inclusive Manoel aqui Tintino foi um dos que vinha, parece que veio foi mandado, prenderam ele e um rapaz do Pau Santo mesmo prenderam ele, mais com dois dias saiu. (grifos meus).

A ação era truculenta e desmedida. Chegavam invadindo as casas em busca de alguma suposta prova que legitimasse suas ações indevidas. A violência era praticada de forma indiscriminada, independente de sexo e de idade. Dona R.M, uma das entrevistadas, relata os momentos difíceis que passou ao lado da filha, e ressalta que a presença de um representante da Igreja era vista como um alívio, uma proteção divina naquele momento.

Eu dando papa pra menina que eu tinha tava, tava começando assim engatinhar, um chegou escanchou a metralhadora bem assim no canto da mesa que eu tava dando papa pra menina né, também eu fiz de conta que eu nem tava vendo aquilo ali não, comecei a dá comida pra minha filha, *aqui é na vontade de Deus, se eu tiver de morrer dando comida pra essa menina, então chegou o meu dia* eu não posso correr pra lugar nenhum mesmo, porque pra todo lado que agente corria tinha gente, tinha policial, aí foi que graças a Deus, que tinha umas pessoas aqui que tava o Bispo Bom Pasçar nessa época. (R. M, 2016, grifos meus).

Provavelmente, a ação da polícia não teve resultados mais drásticos no povoado em virtude de ter a presença do advogado Sandes, que trabalhava dando assistência jurídica aos trabalhadores, do Bispo Dom Pascácio, representantes da ACR, dentre outros. Levaram nesse dia três homens presos e foram em direção ao povoado Pau Santo, onde cometeram o assassinato de Manoel Monteiro de 76 anos de idade, com cinco tiros. No momento da chegada no povoado Pau Santo, segundo as informações nas narrativas dos moradores do povoado Aldeia, seu Manoel teria corrido para esconder uma arma no mato e quando saiu na porta do fundo da casa foi alvejado.

Aí ele chegou mesmo o coronel, o Secretário de Segurança, e disse: olha você tá detido, você ta detido, você vai. Eu disse não, não to fazendo nada. Não, você ta detido, levou logo, levou logo pro carro né, aí pegou outro rapaz lá na frente e pegou outro e levou, aí agente passou o dia até mais ou menos umas três horas da tarde andando com esse pessoal aí, aí da Aldeia agente foi pra, pra Pau Santo, só que na entrada do Pau Santo, tem uma casa de fazenda que é, é de outro fazendeiro cúmplice deles, aí agente ficou lá, nós dois ficamos lá junto com alguns policiais e os outros foram lá pro Pau Santo e lá atiraram lá pra todo lado e mataram o finado Manoel Monteiro. (A.J. C, 2016).

Nesse ínterim dos conflitos, o apoio de representantes da Igreja foi muito importante, por outro lado, uma nova organização estava surgindo para fortalecer as investidas contra os trabalhadores rurais. Os proprietários rurais unem-se em reposta ao anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo Federal, que tinha como presidente José Sarney. Em 1985, foi organizada a UDR (União Democrática Ruralista)¹⁵. Posteriormente, foi constituindo sedes em ou-

15 Ver o trabalho de BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)*. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

tros estados, como, por exemplo, no Maranhão, com a primeira sede em Bacabal. Essa entidade tinha como intuito proteger o direito de propriedade e lutar contra a reforma agrária.

Houve grande mobilização de Bispos, Padres e Leigos em apoio aos lavradores. Nesse período, os proprietários de terra contavam com o apoio integral da UDR- União Democrática Ruralista, que dispunha de muito dinheiro para comprar armas e munições, bem como para contratar pistoleiros e jagunços, tentando a qualquer custo demonstrar a sua força e a fragilidade dos lavradores. No presente caso, havia interesse maior, visto que o proprietário Ananias Vieira Lins é irmão de José Vieira Lins, um dos fundadores da UDR na região, e sendo este violento e orgulhoso não poderia sair como perdedor desta disputa. (LOHER, 2009, p.415).

A INVASÃO DE 1888: “UMA CHUVA DE BALA”

Um clima de muita tensão toma conta dos moradores do povoado Aldeia, pois, anterior à segunda invasão, ocorreu o assassinato do morador do povoado Manoel Neco Pereira, conhecido como Manoel Tintino, no dia 22 de janeiro de 1988, esse crime foi noticiado nos jornais de circulação da época. Como afirma Loher (2009, p. 415), ele era um dos réus da Ação de Manutenção de Posse, obtida por Ananias Vieira em 1985, contra sete famílias do Povoado Aldeia. Ele foi assassinado em Bacabal.

A segunda invasão, que teve proporções ainda mais drásticas, ocorreu em um domingo de carnaval, no dia 14 de fevereiro de 1988, foi liderada por policiais misturados com pistoleiros em uma ação violenta contra a comunidade. I. S. S (2016) narra que essa segunda invasão contou com uma ação conjunta de agentes do Estado e de particulares:

[...] Mas dizem que tem policial pelo meio os mesmo policiais que vieram em 85, foi os mesmo que vieram em 88. Só que as-

sim eles não vieram fardados, vieram mesmo aí acho que pago, porque né, na época todo mundo fazia esse serviço surjo né, e era fácil, eu creio que era fácil né, mais fácil de fazer, aí eles vieram aproveitaram a oportunidade né, já tinham o desejo mesmo de tirar a gente daqui, acho que eles eram bem pago por quem tinha o interesse de tirar, de tomar essa terra da gente, e aconteceu isso aí, veio jagunço veio, tem até jagunço que o pessoal aqui conhece já, que trabalhava aqui dentro, que convivia aqui dentro entendeu da comunidade, era o que, aquele cabeça que vinha, que indicava, que mostrava tudo né, que mostrava qual o melhor caminho, como chegar até aqui. [...]aí a gente fica assim querendo não acreditar, porque quem pode nós defender nesse momento são, é a própria polícia, e a própria polícia que veio aqui atacar a gente, então a gente fica assim, ficou assim meio paralisado, sem querer acreditar, sem querer dar crédito naquilo que o pessoal falava, mas disse que houve muito policial que entrou aqui nesse dia houve, o mesminho que vieram em 85. Muitos foram os mesminho.

A. J. C (2016) ratifica essa questão:

Era misturado, misturado, pistoleiro, é tanta da gente que ninguém via quem era dentro dos carros. O pessoal não via quem era dentro do carro. E na caçamba tinha uns buracos na caçamba, que cabia só a boca da espingarda, aí era só atirando, atirando, sei lá pra onde, pra que lado fosse. (grifos meu).

Um dia aparentemente normal, até que caçambas blindadas cheias de homens fortemente armados invadiram o povoado tocando tochas de fogo nas casas. Momentos aterrorizantes, descrito por dona R. M, que não teve tempo de correr. Seu esposo quase foi atingido por um tiro de fuzil.

Aí depois vem os fogos nas casas, botaram fogo nas casas, queimaram as casas, se o espírito não me engana foi vinte, vinte seis casas, vinte seis casas que foram queimadas, eu tava dentro de casa nesse dia, nesse dia foi um terror, foi no dia 14 de fevereiro, dia dos carnaval, os homens tinha passado a noite em vigília né, de dia eles dormia, a gente ficava lutando que quando deu assim negócio de doze pra uma hora eu chamei minha garota assim (faz gesto mostrando a altura da filha), ela tinha sete anos nessa época, é, não nove anos, ela tinha nove anos nessa época, eu chamei ela pra nós ir buscar água pra lavar roupa dos meninos que eu só lavava dentro de casa né, meu marido ficou dormindo, eu disse vamos, vamos buscar um caminho de água no poço, ela levou uma latinha e eu levei uma maumita[sic], o poço era lá embaixo não tinha água, nesse tempo ainda agente buscava água no poço, quando nós chegamos no poço eu escutei os tiros, só que eles estavam avisando que eles iam entrar, as caçambas ia entrar, ninguém nem acreditava né, pensava que era só pra amedrontar agente mesmo, aí quando eu cheguei que eu vi aqueles carros diferentes, eu disse:- minha filha corre, corre que aí vem uns carros, aí ela já com a maumita[sic] cheia na cabeça e eu também, eu correndo e pegando aqui no bracinho dela e puxando, quando nós chegamos bem aqui, aí meu menino mais velho, eu gritando pra ele, chama teu pai, chama teu pai, nessas alturas o pessoal já tava tudo correndo, só via era gente correr pra todo lado, chama teu pai, chama teu pai, com medo dele chegar e achar ele dormindo. Ele acordou tordado e correu foi pra porta. Quando ele correu pra porta eles atiraram, a gente mediu um (inaudível) chave (faz gesto de um palmo..) assim da cabeça dele pra onde o tiro pegou. (R. M, 2016).

A invasão de 1988 é veiculada nas reportagens dos jornais em circulação que teria sido comandada por pistoleiros. Ao entrarem no povoado, mataram o morador chamado Trazibe Teixeira da Conceição, de 64 anos de idade, que tentava fugir no momento da invasão e teve sua vida ceifada de forma brusca. Foi um momento de muito sofrimento para os moradores que não sabiam o que fazer diante da perda de um morador e da destruição do povoado. A Igreja Católica deu assistência aos moradores da comunidade prestando auxílio nas suas necessidades básicas, já que muitos tinham perdido tudo, e buscava confortar o lado espiritual com celebração de missa e na participação do funeral do morador assassinado na invasão de 1988.

Para proteger os filhos da eminência da morte, dona Raimunda colocou-os debaixo da cama. Viveu momentos angustiantes ouvindo tiros. Sua casa ficou destruída. O povoado recebeu auxílio de outras comunidades que se ajudavam mutuamente, pois qualquer dia podiam ser elas precisando de socorro. No Médio Mearim, por ser pontilhado de conflitos, essa troca torna-se frequente e necessária. Todos ficaram surpresos por sua família conseguir sobreviver.

Aí já tava caindo os bolões de barro ali da parede do quarto e os bichinhos deitadinho debaixo da cama, já tava começando a cair bolão de barro, meu esposo chegou tirou o colchão da cama, encostou na parede, encostava caixa, encostando tudo que nós ia achando, assim pegando e encostando na parede do quarto, que eles perceberam que tinha gente aqui dentro de casa, porque tinha oitenta, oitocentas pessoas de comunidade de fora que tava nessa época pra ajudar nós, aí eles vieram daqui (fez gesto apontando pra porta do quintal), disse assim rapaz:- o Domingos e nem a família dele não saiu, já tão morto uma hora dessa, todo mundo pensou que nós estava morto, *mas se não morreram até agora eles não morre só* (grifo meu) aí vieram, todos assim arrastando assim no chão

com as armas atravessadas na boca né (faz gestos), travesando, nessa hora, nessa hora eu senti medo, ainda não tinha sentido medo até essa hora, essa hora me transpassou o medo, nessa hora eles entraram, quando eles entraram tudo de barriga no chão, aí foram atirar neles também, eles atiravam pra cá, eles atiravam neles, eles atiravam pra cá, eles atiravam neles, aí furaram os pneus da caçamba, das caçambas blindadas, furaram dois pneus ainda daqui, furaram, eles saíram tira, tira, tira, tira, mais (...) de covarde, saíram chamando nós aqui de covarde né, aí foram embora, aí gente foi, quando eu sai fora que eu olhei, vi logo um morto ali, (...) eles ficaram colocaram fogo naquelas casa de cima lá do alto (faz gestos apontando o lugar). (R.M, 2016).

Em uma atitude desesperada, dona R.M decidiu tirar os seus filhos da casa, com medo de consumarem a tentativa de matar sua família, já que atiravam sem parar. Levou os filhos pelo quintal até o igarapé, mesmo com medo que morressem afogados. Muitas crianças ficaram perdidas dos pais, correram no mato na busca de encontrar um refúgio e um alívio para seus pés que estavam cheios de espinhos. Atravessaram igarapé e chegavam a outras comunidades. O terror assola a população.

Até agora eu guentei, mas agora vamos correr, vamos tirar os meninos daqui, os bichinhos tudo rajadinho, tudo lamiadinho de terra, tiramos e saímos com eles aqui no quintal, ficou tudo aberto, ficou tudo cheio de bala, aí eu fui e deixei eles num lugar chamado barreira, descemo aqui traversando igarapé, dentro de solta, aí deixei eles lá e voltei pra cá, eu disse vou em casa de novo pra ver, porque Domingos tinha ficado, voltei quando eu voltei só vi os estragos, muita casa queimada, muita fumaça, aqui dentro de casa o arrependimento que eu tenho

que eu não guardei as balas, que eu achei aqui dentro de casa, e os chumbos, deu dois litros. (...) Menino perdido, mãe perdeu filho, filho perdeu mãe, teve menino que pai veio ver com três dias depois sem saber onde era que tava, se pensou que tinha era morrido afogado dentro do igarapé que os bichinhos só fazia (faz gesto dos meninos pulando) cair dentro da água e saía do outro lado, foram saí em comunidade aqui, Bomba, Boa Vista, foram saí, as comunidades acolhendo os meninos, aí depois que vinha deixar, tirando os espinhos dos pés, os pés chega que tava (gestos com a mão) tudo assim duro de espinho de correr dentro do mato, aí foi que depois as comunidades vinha deixar as crianças, sem saber pra onde tava menino, menino sem saber pra onde tava mãe, (música) foi pavor, aqui foi pavor grande de mais esse aqui. (R.M, 2016).

Após o massacre, os pistoleiros retiram-se. O trabalho de entidades ligadas à Igreja Católica foi muito importante nesse momento em que as famílias perderam o pouco que tinham e recomeçar do zero não era tarefa fácil. Os auxílios começaram a chegar no dia seguinte. Nesses momentos de intenso sofrimento, a solidariedade se aguçava entre as comunidades; na ocasião após o massacre, foi realizada uma caminhada de apoio à Comunidade Aldeia, que começou do Sítio Novo e contou com um número significativo de público.

A postura do governador do estado, Eptácio Cafeteira, depois do massacre foi de disponibilizar uma “proteção”, enviando policiais para permanecer no povoado. Esta ação da polícia é de certa forma contraditória, pois, em um momento, são os agentes da violência, em outros, são chamados para proteger a comunidade. O governador Eptácio Cafeteira determinou as construções das casas queimadas e que providências fossem tomadas para a desapropriação da área em questão, como afirma Loher (2009, p.416): “[...] Uma área de 600

hectares de terra do Povoado Aldeia foi desapropriada pelo Governo Federal e entregue aos lavradores e suas famílias, onde permanecem morando e trabalhando até os dias de hoje.” Para além das contradições inerentes ao processo, o Vice-Governador do estado, João Alberto, que no momento se encontrava em Bacabal, deu assistência ao povoado que se encontrava devastado.

Do outro dia em diante começou a chegar, era carrada mesmo de coisa pra nós, porque ninguém podia sair, aí ninguém tinha nem coragem, que um drama desse que a gente passou aqui, ficou todo mundo traumatizado, quem não tinha casa que queimaram, aqueles tinha ficado casa chamava pra vim, ficava um monte, tudo dentro de uma casa só, até que mandaram fazer novamente as casa, aí foi só isso, isso aí foi verdade pura. (R.M, 2016).

Restaram um povoado destruído e o sentimento de indignação diante da barbárie sofrida. Muitos, ainda atônitos sem entender o porquê de tudo aquilo, um ódio desmedido contra os trabalhadores que resistiam em permanecer na terra. Os “trabalhadores” do suposto proprietário executavam a ordem de acabar com empecilhos para os grandes negócios. A impunidade que imperava com a conivência do Estado e dos seus agentes permitia-lhes agir das formas mais sórdidas possíveis. Pelos crimes cometidos não foram responsabilizados, e nem seus mandantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos trabalhadores rurais que se estabeleceram no Médio Mearim chegaram com o sonho de ter encontrado o *eldorado*, mas não demorou em se depararem com os conflitos agrários e buscarem formas de resistência diante dos embates com latifundiários, grileiros e outros agentes, que, utilizando pistoleiros, prática ainda recorrente, efetuaram inúmeras mortes e expropriação de trabalhadores da terra. Foi

esse cenário de violência generalizada e institucionalizada que possibilitou a execução de projetos na lógica desenvolvimentista do Estado.

A luta pela terra não se restringe apenas a posseiros. É um processo complexo que envolve também agentes ligados à Igreja Católica, políticos, órgãos do governo, instituições privadas, dentre outros, que fazem as denúncias com diferentes interesses aos órgãos competentes, que, por outro lado, têm se mostrado omissos diante da conduta do processo e do seu respectivo julgamento aos crimes cometidos, por uma gama de pistoleiros a mando de grileiros, policiais, funcionários do Estado, dentre outros envolvidos.

Diante de um Estado de recessão de direitos, o apoio de parte da Igreja Católica e entidades ligadas à mesma contribuiu de forma significativa na luta em prol da terra no Povoado Aldeia, assim como outros povoados na região são exemplos de comunidades que resistiram aos ataques de pistoleiros e dos agentes do Estado que atuaram ao lado do interesse do capital. Os diversos crimes cometidos após as duas invasões não tiveram os culpados responsabilizados.

Intentamos, a partir das entrevistas dos moradores do Povoado Aldeia, refletir a situação de vulnerabilidade campesina na região do Médio Mearim na década de 1980, que foram sendo envolvidos em experiências de conflitos agrários. A apropriação de terras do Estado tem se configurado em uma situação de violência cotidiana, de forma irrestrita e em números alarmantes, como vivido pelo Povoado Aldeia, assim como outros da região do Médio Mearim são marcados pela luta em prol da permanência na terra. Esta se faz no cotidiano diante de um clima tenso de ameaças constantes de invasões e de diversas formas de violências que foram empreendidas contra as famílias dos trabalhadores rurais, no intento de expulsá-las.

A violência, que tem assolado o campo maranhense, não se restringe apenas ao período da Ditadura Civil- Militar. Os desdobramentos do Estado de exceção, de ações truculentas e desmedidas do

governo ainda são vivenciados nos dias atuais, o que nos faz refletir se a Ditadura realmente acabou ou apenas se reconfigurou, pois a violência no campo continua e novas são as formas de reivindicação e permanência na terra, uma esperança por dias melhores ainda arde e renasce nos corações de novos e velhos atores que não desistem da luta em prol da posse e uso da terra.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais

A. P. A. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

A. J. C. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

I. S. S. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

R. M. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

Jornais

Silva Junior comanda assassinato de lavrador. O Imparcial, São Luís, 24 nov. 1985.

CNBB solidariza com bispos do Maranhão. Jornal Pequeno, São Luís, 05 dez. 1985.

Vinte Federações rurais condenam Silva Junior. Jornal Pequeno, São Luís, 08 dez. 1985.

Dezenas de casas incendiadas e lavrador é assassinado. Jornal Pequeno, São Luís, 18 fev. 1988.

Polícia faz exumação de um cadáver no Povoado Aldeias. Jornal de Hoje, São Luís, 26 fev. 1988.

Fazendeiro e pistoleiros queimam casas em Aldeia. O Estado do Maranhão, São Luís, 18 fev. 1988.

Aldeia vai ser desapropriada. O Estado do Maranhão, São Luís, 25 fev. 1988.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.

BARBOSA, Viviane Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 (Tese de doutorado).

BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)*. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). *História do Maranhão em Tempos de República*. 1 ed. São Luís/ MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez Ferreira. *Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado).

- LUNA, Regina Celi Miranda Reis. *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA*. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.
- LOHER, Eurico. *Franciscanos no Maranhão e Piauí*. Teresina, Halley, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, dez.1993.
- PEDROSA, Luis Antonio Câmara. *A questão agrária no Maranhão*. Disponível em: < <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> > Acessado em: 03/05/2017.
- PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migração, conflito e violência no campo*. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. (Tese de Doutorado).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.18, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM: resistência e a luta pelo direito de permanecer

Dayane de Sousa Lima¹

INTRODUÇÃO

A região do Médio Mearim², assim como outras áreas do estado do Maranhão foram marcadas pela violência no campo no século XX. A terra má distribuída, ambição, expropriação de posseiros, compra e

1 Graduada em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHis da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, linha de pesquisa Poder e Sociabilidades. Atualmente é doutoranda em História na Universidade federal do Paraná. Esta pesquisa é vinculada ao Projeto Universal FAPEMA – Luta pela Terra no Médio Mearim – MA (1960-1990), coordenada pela Prof^a. Dr^a. Marcia Milena Galdez Ferreira.

2 “O Médio Mearim engloba atualmente 21 municípios entre os quais sobressaem: Bacabal, Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago da Pedra, Lima Campos, Olho d’Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão”.(FERREIRA, 2013, p.1) Bacabal e Pedreiras são cidades que foram desmembradas da cidade de São Luís Gonzaga.

venda de terras devolutas³ ocasionaram uma tensão que exigiu a ação rigorosa do Estado. Estamos falando de um processo que não se deu de forma rápida e pontual, mas foi marcado por estratégias, resistência, corrupção e violência.

Trataremos de algumas questões que englobaram estes conflitos no Médio Mearim⁴, destacaremos o Povoado Pau Santo localizado no município de Lago do Junco. Este enfrentou um conflito em 1985 que ocasionou a morte de um posseiro. Os moradores deste povoado não possuíam documentos que comprovassem o título de propriedade, pois estas terras eram devolutas. Porém no fim da década de 1970 este cenário começou a ser modificado, pois o Estado começou a exigir a documentação das terras ocupadas, deste modo, ser morador antigo já não dava mais garantia aos posseiros de usarem a terra do modo que quisessem e nem de sua permanência nestas terras.

A Lei de Terras Nº 2.979/ 17-07-1969, também conhecida como “*Lei de Terras Sarney*”, viabilizou a privatização de terras públicas favorecendo a expansão de projetos agropecuários. As terras que receberam migrantes de vários estados do Nordeste décadas antes,

3 As terras devolutas são terras pertencentes ao Estado (públicas) que estão em poder de instâncias privadas, mas não pertencem a essas instituições, “devoluta” atende ao conceito que essas terras foram ou devem ser devolvidas ao Estado. “Entre 1980 e 1990, surgiram várias organizações em defesa da reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Ligas Camponesas e a Pastoral da Terra.” (MANFREDO, 2011, p.01).

4 O espaço que hoje é denominado Médio Mearim configurava-se enquanto Alto Mearim no século XIX. Na tese intitulada “*Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)*”, a autora Marcia Milena Galdez Ferreira utiliza o termo Médio Mearim considerando que a partir do Censo de 1970 já se divide essa região desta forma. “[...] utilizada pelo IBGE a partir do Censo de 1970, pois ela coincide com grande parte do espaço ocupado e transformado entre 1930 e 1970 pelas frentes nordestina e maranhense. No Censo de 1940 é parte da Zona do Vale do Mearim e, em 1960, é parte do Baixo Mearim”. (FERREIRA, 2015, p.44).

motivados pela esperança de dias melhores, “*terras livres*” e em abundância, passam então a ser terra de disputa, cenário de conflitos.

O Maranhão recebeu migrantes de vários estados do Nordeste que acabaram ocupando muitas destas terras devolutas e fizeram benfeitorias neste espaço que antes era mata fechada. A entrada de migrantes no estado do Maranhão tem diversas configurações, muitos buscavam sobreviver em terras distantes fugindo da fome, outros buscavam por enriquecer nessas terras onde se ouvia falar de chuvas abundantes, fartura e terras sem dono, onde era possível desmatar e recomençar. Ferreira, ao discutir migração de pessoas vindas de várias regiões do Nordeste rumo ao Maranhão nos períodos de 1930 a 1970, identificou essas diversas motivações para se fixarem no Médio Mearim.

O desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram “pra escapar”. A conquista de um propalado eldorado é realizada por uma minoria que logra, a partir de estratégias políticas e/ou do trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração. (FERREIRA, 2015, p.20).

A migração de nordestinos no Maranhão configura-se de diversos momentos ao longo das décadas e por motivações diferentes também. Em alguns momentos, o grande motivador para a entrada de famílias no Maranhão foi a busca por sobrevivência; em outro momento, foi a busca por enriquecer com a criação de gado, podemos considerar que a migração de nordestinos para o Maranhão deu-se tanto por pessoas que não tinham capital econômico como por pessoas que tinham muito e viram a oportunidade de ganhar dinheiro nessas terras.

Desde a década 1920 houve significativa corrente migratória de nordestinos para o Maranhão. Contudo, entre as décadas de 1940 e 1960 chegou ao estado um número crescente de migrantes dos estados do Ceará e Piauí, buscando melhores condições de vida na agricultura. “Dedicaram-se principalmente à lavoura de arroz, o que fez crescer consideravelmente a produção do estado”. (BARBOSA, 2013, p.136).

Neste movimento migratório, havia migração de maranhenses também, que mudavam-se com suas famílias de um município para outro em busca de melhorias dentro do próprio estado. Ferreira (2015), ao analisar registros de casamento e batismo nas paróquias: São Francisco das Chagas e Santa Teresinha em Bacabal e na paróquia de São Luís Gonzaga, identificou muitas pessoas naturais do Maranhão que migraram.

Um aspecto que deve ser levado em consideração é a presença da Igreja Católica nesses conflitos. A região do Médio Mearim recebeu especial atenção da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em parceria com a Diocese de Bacabal, esta instituição, bem como as entidades implementadas para auxiliar no processo de disputa dessas terras acompanharam esses conflitos enquanto mediadores. Sabe-se que em meio ao conflito cada parte interessada, seja por qual motivo for, usa de mecanismos de defesa. Podemos pontuar que alguns desses mecanismos foram surgindo com a necessidade de lutar pela terra, seja pela permanência das famílias nela, seja para desapropriá-las e colocar em seu lugar o gado ou outros investimentos.

Em 1964 o governo lançou um edital para que os agricultores legalizassem com urgência suas terras, porém a divulgação da informação deixou a desejar, de modo que somente os grandes proprietários apresentaram-se. Em 1966 José Sarney assumiu o governo do Estado do Maranhão apoiado pelos trabalhadores rurais mediante promessa de Reforma Agrária. E em 1969 foi apresentada a Lei de Terras Sarney, mas esta não funcionou para pequenos lavradores.

As chamadas terras livres, devolutas, da União foram vendidas muito barato, com o apoio dessa lei para grande [...], empresários e pecuaristas. Além de terras baratas tinham financiamento fácil pela SUDENE⁵, o chamado FINOR⁶, e pela SUDAM⁷, o chamado FINAM⁸. O que não fizeram para os pequenos, fizeram para os grandes. (APARECIDA et.al, 1995, p.9).

A Lei de Terras Sarney acabou favorecendo a classe mais rica, concentrando grandes quantidades de terras nas mãos de poucos. As terras que na década de 1950 eram vistas como oportunidade para quem não tinha posses, nos anos de 1970 virou uma grande oportunidade para os pecuaristas, visando pastagens para o gado. Antes, o que prevalecia era a força do trabalho no campo, com a lei a “terra nua”⁹ passa a ter mais valor que a posse. A partir daí o trabalhador foi substituído por capim para a pastagem do gado e para diminuir os impostos.

Em consequência da nova dinâmica de mercado das terras, ela passou a valer mais e começaram a cercar os hectares estabelecendo limites. Por estas e outras questões, como o desmatamento dos babaçuais, aumentaram-se os conflitos e a violência. A cartilha criada para informar pequenos lavradores, “O rosto do Maranhão” (Movimentos Pastorais de Bacabal, 1995), ressalta: “Na Lei Sarney, o que se fez foi acabar com o que se tinha – as matas – que serviam aos

5 SUDENE: Superintendência do desenvolvimento do Nordeste. (APARECIDA et.al, 1995)

6 FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste. Idem.

7 SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Idem.

8 FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste. Idem.

9 Considera-se terra nua o imóvel rural, por natureza, que compreende o solo com sua superfície e respectiva floresta nativa, despojado das construções, instalações e melhoramentos, das culturas permanentes, das árvores de florestas plantadas e das pastagens cultivadas ou melhoradas, que se classificam como investimentos (benfeitorias). (BRASIL, 2014).

pequenos agricultores, para se plantar o que não se tinha – capim – que servia aos pecuaristas”. (APARECIDA et al. 1995, p.9).

De acordo com Barbosa (2013, p.140), foi a implantação da “Lei de Terras Sarney” que favoreceu o aumento dos conflitos por terra:

Foi, então, a implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/17-07-1969) também chamada de “Lei de Terras do Sarney”, que respaldava a privatização das terras públicas e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais no estado, o que contribuiu sobremaneira para o aumento dos conflitos no campo, na medida em que se tornou dispositivo de legitimação formal da exclusão de famílias camponesas de acesso à terra e aos babaçuais. Nas regiões com incidência de babaçuais, o efeito principal da lei foi a imobilização da força de trabalho, o que “ocorre para relativizar o papel da industrialização ou de transformações econômicas significativas” (ALMEIDA, 1995, p.27). Desse ponto de vista, pode-se relativizar o papel transformador da industrialização do babaçu, posto que, mesmo com as inovações tecnológicas no processo do coco, tratou-se de uma modernização conservadora que manteve intocável a estrutura da propriedade territorial.

Outras estratégias foram usadas por pecuaristas, o exemplo é a grilagem. Em 1974, em Lago da Pedra, o primeiro conflito se deu porque grandes áreas foram entregues aos fazendeiros. Nesse processo era feita a retirada de posseiros para vender as áreas para grandes empresas. Apesar do Estatuto da Terra, aprovado em 1964, garantir que a posse deveria ficar com quem nela vive e trabalha, aqueles que ali plantaram e construíram casas não foram respeitados. A justificativa é que os posseiros não passavam de invasores, deste modo, eram feitas as desapropriações das famílias. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

reconhecia as terras como desabitadas e passava o título para implantação da agropecuária.

A legalização de áreas não era uma preocupação para o posseiro, pois “a terra não tinha dono”, por isso, chegavam, plantavam e construía suas casas, retiravam da terra o sustento da família e não eram incomodados com cercas de arame. Mais tarde começaram a surgir os problemas de não se ter um documento que lhes garantisse a posse. Essas terras passaram a ser reivindicadas por supostos donos, e muitos, coagidos pelas ameaças, deixavam tudo e saiam; outros constituía “relações de amizade” com fazendeiros, no entanto os posseiros eram explorados, pois os mesmos não podiam construir casas de alvenaria, 50% do que produziam eram entregues aos ditos proprietários.

Quanto à extração do coco babaçu, tinham que pagar 50% ao “dono da fazenda”, isso quando não eram simplesmente proibidos de extraí-lo. Eram também proibidos de fazer plantios permanentes como manga, laranja, jaca, etc. Toda a produção tinha que ser vendida para os fazendeiros e não podiam comprar em outros comércios que não fossem destes, eram ainda obrigados a doar um dia de serviço por semana ao latifundiário.

Levando em consideração tais características, podemos perceber duas categorias neste processo: os agregados e os posseiros. O primeiro grupo era formado por famílias que constituía “relações de amizade”. Deste modo, os latifundiários “permitiam” a permanência nas terras em troca da mão de obra dos posseiros. Esses acordos eram uma forma de expulsão, pois o capim que os latifundiários “sugeriam” que os posseiros plantassem crescia rapidamente invadindo a lavoura. Assim, não havia espaço para um próximo plantio, negando a estes o direito de permanecerem.

O segundo grupo era formado por famílias que ocupavam as terras, mas não tinham documentos, o que dificultava sua permanência quando o latifundiário reivindicava por vias da “Lei” e/ou por meio da violência o direito sobre elas.

Segundo Lima Neto (2007), a década de 1970 “é marcada pela exacerbação da submissão das famílias camponesas às formas de imobilização no âmbito comercial e, principalmente no produtivo.” O autor destaca que eram poucas as famílias que ainda tinham a posse de suas terras no município de Lago do Junco-MA neste período.

Em alguns casos, povoados inteiros passaram a viver na condição de agregados de um único proprietário. Com efeito, as famílias camponesas gradativamente passaram a vivenciar o aumento das restrições a implantação de seus roçados e a coleta do babaçu. O *tempo de fartura e liberdade* – que então fazia parte do passado - cedeu lugar ao *tempo da sujeição e da precisão*.

A partir daí, de forma mais generalizada, os chamados donos de terras passaram a condicionar a permanência das famílias camponesas no interior das fazendas ao pagamento de foro e o cumprimento de algumas obrigações para com o proprietário. Na medida em que se observa a expansão da atividade pecuária na região, inúmeras estratégias foram desenvolvidas pelos proprietários com o intuito de subordinar e imobilizar a mão-de-obra das famílias camponesas no interior destas propriedades. Algumas famílias se submeteram às exigências, outras se mudaram do local onde já trabalhavam e residiam há anos em busca de novas áreas livres ou para as periferias urbanas das cidades. (LIMA NETO, 2007, p.40, grifo do autor).

As benfeitorias feitas na terra eram uma prova de que essas famílias já estavam há bastante tempo naquele local. Assim relata Guilhermina Aguiar, representante da ACR¹⁰ sobre os conflitos de terra em municípios assistidos pela Diocese de Bacabal:

10 ACR – Ação dos Cristãos no Meio Rural/Bacabal-MA.

Mas a luta pela terra aqui na Diocese de Bacabal, ela se diferencia de outras regiões, porque aqui na diocese de Bacabal não era ocupação, mas era garantir a permanência de quem estava na posse, porque o movimento aqui na diocese é o movimento de posseiros, ou seja, movimento de quem estava na posse da terra, mas que não tinha documento, que não tinha como provar que era dono, mas a lei garante. Por isso que a gente trabalhou muito o Código Civil, porque no Código Civil dizia bem claro, que se você mora numa área durante cinco anos e nunca foi incomodado, nunca apareceu dono e você tem bem feitoria nessa área, então se utiliza o usucapião especial, então a gente trabalhava muito essa questão do usucapião especial. Porque tinha gente que tinha 60 anos que os pais tinham nascido naquela área, então isso já era o suficiente. Então a gente incentivava muito também o beneficiamento da área, você não tinha que plantar só arroz e feijão, porque com o tempo você não ia ver as marcas, mas era plantar também frutas, laranjeira, situar com frutas essas coisas. Então isso era uma garantia da permanência das pessoas naquela posse, que eles estavam fazendo bem feitorias, ele realmente precisava. Olha que legal! Isso era interessante! Então, uma das justificativas para garantir a permanência dessas pessoas naquela posse era uma bem feitoria que ele estava fazendo. Porque ali ele provava que ele queria a terra realmente para sobreviver, então foi isso que garantiu a permanência desse povo nessa área. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015).

A Igreja Católica buscou dar auxílio para que os envolvidos nos conflitos buscassem seus direitos legais para permanecerem nas terras. Nas décadas de 1970 a 1990, foram produzidos muitos registros dos conflitos de terra em Bacabal, São Luís Gonzaga, Olho D'Água

das Cunhãs, Lago do Junco, Paulo Ramos, Lago da Pedra, Altamira, Lago Verde e Vitória do Mearim.

A Diocese de Bacabal deu especial atenção à luta pela terra na região do Médio Mearim porque essa área fazia parte do seu território de organização pastoral.¹¹

Na ocasião dos conflitos, a diocese de Bacabal tinha como Bispo D. Frei Pascásio Rettler da OFM¹², padre franciscano de nacionalidade alemã¹³.

TERRA: GRILAGEM E RESISTÊNCIA

Os latifundiários também se organizaram e buscaram apoio para reivindicar terras e acelerar a expropriação de posseiros. Os ruralistas buscavam garantir grandes extensões de terras para os seus investimentos, com isso, fundaram em 1985 a União Democrática Ruralista (UDR), esta angariava fundos financeiros de doações e leilões, cujo objetivo era compra de armas, munições e contratação de jagunços e pistoleiros para “proteger” as terras que na maioria das vezes era resultante de grilagem e títulos de “propriedades” fraudadas.

Segundo Mitideiro Junior (2008, p.219), os anos de 1985 a 1988 impulsionaram para uma maior autonomia dos movimentos que reivindicavam por justiça social. Ele atribui esta “liberdade” ao processo de “Redemocratização” do Brasil. Por outro lado, os ruralistas

11 Tal diocese foi criada em 22 de junho de 1968 pela Bula “*Visibilis natura*” do Papa Paulo VI e instalada em 1º de novembro de 1968, desmembrada da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, ela abrange atualmente 27 municípios.

12 OFM – Ordem dos Frades Menores.

13 Reegeram os Bispos: 1º Bispo: Dom Frei Pascásio Rettler, OFM, empossado em 1º de novembro de 1968; 2º Bispo: Dom Frei Henrique Johannpötter, OFM, estes dois primeiros bispos foram importantes agentes que trabalharam para a permanência do lavrador em suas terras; 3º Bispo: Dom Frei José Belisário Silva, OFM atual Arcebispo da Arquidiocese de São Luís no Maranhão e o 4º Bispo: Dom Armando Martín Gutiérrez, atual Bispo de Bacabal tomou posse em 11 de fevereiro de 2007. (GUIA DIOCESANO, 2009, p.5-6).

também estavam se organizando enquanto categoria e abrindo espaço para candidaturas na política partidária, recebendo muitas vezes apoio de autoridades. O autor associa o período de atuação da UDR a um aumento considerável de violência e mortes:

Em concomitância com essa realidade, discutia-se a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e a entrada na Constituição Federal de um capítulo específico para tratar do tema. Essa aura de liberdade fez com que os proprietários rurais, organizados, recrudescem as suas ações contra qualquer um que tentasse contra os seus poderes, sendo a violência, mais uma vez, a forma de mediação eleita para tratar da questão.

Não foi por menos que, nesse período, formou-se a maior organização de proprietários rurais da história brasileira: a União Democrática Ruralista (UDR), que reuniu sindicatos patronais, associação de produtores, cooperativas e, individualmente fazendeiros de todo o país para atuarem no campo político diretamente nas assembleias estaduais e federais e nas suas próprias propriedades ou nas regiões onde possuíam terras, intimidando, ameaçando, espancando e assassinando aqueles que reclamavam por direitos. Isso fez com que o número de mortos subisse exponencialmente, chegando a 161 assassinatos em 1987, isto é, a cada dois dias desse ano, um trabalhador rural era assassinado. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.219-220).

A formação da UDR deu-se por iniciativa de pecuaristas de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, espalhando-se posteriormente por outros estados. Os dados coletados por Mitideiro Junior (2008, p.220) apontam que em 1987 a UDR atingiu 230.000 sócios, com 200 secretarias regionais espalhadas por 19 estados. Esta entidade foi fundada

por Ronaldo Caiado¹⁴. Segundo Bruno (p.76, 2007), Ronaldo Caiado pertence a uma das mais tradicionais famílias de pecuaristas do estado de Goiás. “Em 89 candidatou-se a Presidência da República e teve uma votação inexpressiva. Foi deputado federal na legislatura de 91-94. Perdeu a eleição para o estado de Goiás em 94.” Em 2015, o candidato foi eleito senador pelo estado de Goiás e nas eleições de 2018 foi eleito governador do mesmo estado ainda no primeiro turno pelo partido Democrata (DEM).

A UDR foi uma entidade forte na luta contra a Reforma Agrária no Brasil, cujo objetivo era a valorização do latifundiário e a proteção dos seus “bens”, conhecida por seus atos de violência e expropriações¹⁵.

A ação dos fazendeiros e suas milícias e as manifestações de apoio à violência frente a timidez do governo diante da mobilização dos proprietários de terra foram fatores que possibilitaram que a UDR legitimasse como sua prática o uso da violência.

Uma das principais características da violência da UDR é a sua imponderabilidade. Ela desconhece críticas, conjunturas e mediações, porque toda a sua lógica encontra-se assentada no argumento da legítima defesa da propriedade. Em 1985, Caiado avaliou que haveria uma “guerra no campo” e defendeu a “inevitabilidade da violência”, justificando o aparecimento da UDR como entidade de legítima defesa em resposta à prática violenta exercida pela esquerda e pela Igreja Católica. (BRUNO, 2007, p.82).

14 “Ronaldo Caiado, fundador da UDR, costumava chamar Dom Pedro Casaldáliga de “bispo vermelho”, e o acusava de proporcionar baderna e desordem por onde passava”. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.242).

15 “Foi a UDR quem praticamente comandou a ofensiva contra a Reforma Agrária e a luta pela terra nos últimos 10 anos no Brasil, procurando aglutinar em torno de si ou aliar-se politicamente em torno daqueles que apostavam no retrocesso da transição”. (BRUNO, 2007, p.78).

A União Democrática Ruralista (UDR) fortalecia-se com apoio da polícia e de autoridades políticas. A primeira aparece muitas vezes nos documentos aqui investigados e na narrativa dos entrevistados: coagindo, torturando e cumprindo mandatos de expropriação. Neste sentido, a polícia é apresentada não como instituição do Estado responsável para defender a Lei e a sociedade, mas como órgão a serviço do governo e dos latifundiários, como mecanismo de repressão.

Na narrativa de Guilhermina Aguiar, Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), comparece que a polícia era cúmplice dos latifundiários. Sobre um conflito na década de 1980 no “Centro do Aguiar”, município de Lago do Junco- MA¹⁶, ela relata:

Eu fui junto, passamos a noite lá, porque não podíamos voltar, porque tinha muita lama na estrada, os carros, as Toyotas todas ficaram atoladas no caminho chegando lá a pé. Eu nunca tinha visto armas assim em frente, naquele dia eu vi, arma não de trabalhador, porque lá em São Manoel, nesses conflitos todos a polícia não estava para garantir a segurança do trabalhador não, era a segurança do patrimônio, da fazenda, então lá em São Manoel, polícia e pistoleiro eram do mesmo grupo, eu vi naquele dia pistoleiros com armas na mão e polícia tudo junto. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, 2015).

No Maranhão, a UDR também agiu com bastante violência. Segundo Lima Neto (p.67, 2007), o núcleo mais forte encontrava-se em Bacabal¹⁷, onde funcionava a sede da entidade no estado e moravam

16 Guilhermina Aguiar (2015) narra que foi ao povoado “Centro do Aguiar” juntamente com representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (FETAEMA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores (PT), ela como representante da Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e Domingos Dutra que estava como Deputado Estadual. Quando recebiam denúncias de conflitos, juntavam-se várias entidades para acompanhar. O acesso da Igreja a autoridades favoreceu muitas vezes para que fosse protelado e/ou evitado expropriações, prisões e mortes.

17 No Maranhão, a União Democrática Ruralista (UDR) estava presente nos mu-

muitos dos latifundiários envolvidos nos conflitos de terra da região do Médio Mearim.

Houve muitos embates entre os integrantes dessa entidade e a Diocese de Bacabal. Algumas acusações aparecem nas fontes primárias, tais como: ameaças e atentados contra a Igreja devido ao posicionamento em defesa dos posseiros ameaçados pelos latifundiários.

A UDR na região do Médio Mearim publica notas e mais notas contra o Bispo e os Franciscanos de Bacabal, caluniando a ação pastoral da diocese com palavras muito baixas. Assim escreveram na nota do dia 10 de maio: “Não hesitam em armar o espírito e as mãos de nossos camponeses, pregando nas homilias litúrgicas ao invés do amor ao próximo, o ódio, a desunião, o desrespeito pelas instituições democráticas; até os oferecem em holocaustos para a satisfação dos seus projetos pessoais”. (LÖHER, 2009, p.392, grifos do autor¹⁸).

Sobre as notas publicadas pela UDR, Ir. Teresinha de Jesus¹⁹ narra que muitas ameaças eram feitas aos padres, freiras, posseiros e aos representantes das instituições e/ou entidades de apoio.

A gente recebia muita ameaça como qualquer outra pessoa que estava envolvida, que caminhava junto com esse grupo, de um modo geral todos nós éramos ameaçados, inclusive chegou a sair um jornal, circulou um jornal do grupinho de lá mesmo colocando o preço da cabeça de cada... Por exemplo, Dom Pascásio tinha um valor X para quem tirasse a cabeça dele, decepassse, a irmã Vilma também, ou seja, freira tinha um

nicípios de Bacabal, Caxias, Imperatriz, Lago da Pedra, Arame, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Porção de Pedra, Presidente Dutra e Santa Inês. (MIRANDA, 2007, p.56).

18 Cópia deste documento encontra-se no Arquivo Provincial de Bacabal, com a data de 10.05.1986.

19 Ir. Teresinha é religiosa e pertence à Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos.

valor, o sindicalista tinha outro valor, um sacerdote tinha um outro valor e o valor maior era o bispo Dom Pascásio, quem conseguisse tirar a cabeça dele. Eu não me detenho agora, por exemplo nos valores, mas o valor mais alto era a cabeça do bispo, depois vinha sacerdotes, depois vinha as irmãs, depois os sindicalistas. (Ir. Tersesinha, Religiosa, 2015).

Em relatório, Fr. Heriberto Rembecki, OFM, aponta que o presidente José Sarney assinou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA-1985), motivo de esperança para os lavradores. Mas na prática isto não se efetivou, “Entretanto a tão sonhada Reforma Agrária foi obstruída pela UDR e nunca saiu do papel enquanto a situação dos lavradores piorou consideravelmente.” (REMBECKI, OFM, S.d). Em consequência, lavradores foram cruelmente assassinados lutando pela terra.

No interior maranhense, muitos desses povoados foram formados de aldeias indígenas e descendentes de escravos, entretanto, a maioria deles originou-se da vinda de lavradores de outros estados, principalmente do Ceará e Piauí de onde saíram em virtude das grandes secas lá existentes, como a de 1958, se fixaram nas matas virgens onde só existia animais selvagens e as terras eram devolutas, isto é, não tinham donos, sendo portanto de propriedade do Estado e ali viviam totalmente isolados pois na época não havia estradas, luz elétrica, hospitais, escolas, etc., usando tropas de animais (cavalos, burros, mulas e jumentos) tangendo-os pelo mato, para a evacuação e venda de sua produção agrícola.

Não havia uma preocupação inicial em documentar as terras, ninguém os incomodava. Eles plantavam suas roças para a própria subsistência, as famílias tinham acesso à terra para morar e plantar.

O governo Sarney, entretanto, divulgava ideologias progressistas. Afirmava que o crescimento e desenvolvimento precisavam atingir o Maranhão, deste modo, criaram-se vários projetos de empréstimos, venda de terrenos que beneficiava os ricos, ou seja, os grandes latifundiários. O discurso de progresso propagado pelo governo não alcançava os pequenos lavradores. A estes muitas vezes não chegavam as informações necessárias para regularizar as terras, pois os comunicados saíam no Diário Oficial de São Luís, cujo moradores dos povoados não tinham acesso. No final da década de 1970, a Diocese de Bacabal, junto com os franciscanos orientaram os posseiros quanto à legalização das terras que ocupavam.

Na narrativa de Frei Heriberto Rembecki, OFM, destaca sobre a notícia veiculada no Diário Oficial que tratava da Ação Discriminatória:

Naquela época a Igreja da região de Bacabal não estava ainda preparada para os conflitos, mas foi crescendo o conflito. Em... acho que foi em 77 por aí, apareceu no Diário Oficial a notícia que diz assim: “que cada lavrador que tem um pedaço de terra, grande ou pequeno tem que se habilitar através de um advogado para declarar a sua terra”, estava no Diário Oficial que funciona a circular em São Luís. Por um acaso, alguém informou e... Sim, eu fui visitar um fazendeiro que hospedava a gente no interior, disse: “frei está acontecendo uma coisa importante”, me explicou: “tem trinta ou sessenta dias, quem não se apresenta, perde todo o direito”. Com essa notícia eu fui falar com o juiz. “Dr. Willian?” Sim! Isso foi publicado. E senhor juiz, por que não publica pela rádio? Porque... nem em Bacabal menos ainda se tem jornal? Ele respondeu, isso foi muito significativo: “para nós basta que seja publicado, não que o povo conheça o assunto”. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

D. Pascásio, em resposta a essa ação, escreve aos agentes de pastoral para informá-los da Ação Discriminatória²⁰ de terras. Em 26 de outubro de 1977, ele solicita que se leve o comunicado ao conhecimento de todos os posseiros para que estes possam tomar as devidas providências em tempo hábil, ou seja, até o prazo de 60 dias após a publicação do Diário Oficial da Justiça. Na carta, assinada por D. Pascásio Rettler²¹ (OFM) este se coloca à disposição para maiores esclarecimentos.

Só quem participava desta ação, estava habilitado a defender futuramente seus direitos de propriedade de terra. Esta ação estava direcionada aos fazendeiros, latifundiários e grileiros de terras. [...] Dr. Sandes orientou os lavradores de declarar o direito de propriedade e de posse e documentar assim sua reivindicação sobre a propriedade de terra. Em 1977, milhares de lavradores fizeram sua declaração com a ajuda de voluntários, especialmente nos municípios de Lago da Pedra e Lago do Junco, mas também em Vitorino Freire e outros municípios. Mais tarde, Dr. Sandes falou de 3.000 lavradores. (LÖHER, 2009, p.385).

Uma das medidas tomadas pelos mediadores foi contratar honorários do advogado Dr. João Batista Macedo Sandes para resolver as burocracias e orientar os posseiros.

20 A Ação Discriminatória consiste em separar e demarcar terras públicas e privadas. De acordo com o texto: “O que é... DISCRIMINATÓRIA”, as terras devolutas estão misturadas com terras particulares não havendo identificação quanto ao limite de cada uma, sem saber onde começa e termina cada território. O texto relata que há dois tipos de Discriminatória: a Discriminação Administrativa e Ação Discriminatória Judicial, a segunda foi a mais utilizada. (Informação de um texto cedido dos arquivos eclesiais dos franciscanos/ não tem referência e nem data/ título: O que é... DISCRIMINATÓRIA).

21 “Os contínuos conflitos de terra, os quais não podiam nos deixar indiferentes. Não houve uma semana em que como bispo não me senti obrigado a intervir nestes conflitos e procurar uma solução SEM VIOLÊNCIA (depoimento de D. Pascásio Rettler, bispo de Bacabal). (COSTA, p.21, 1994).

Em carta direcionada aos posseiros, Dr. João Batista Macedo Sandes narra com linguagem pouco técnica do que se trata a Ação Discriminatória e que lugar estes ocupam segundo a lei. Infere-se deste documento que o objetivo era explicar aos posseiros a situação em linguagem simples de modo que estes pudessem compreender.

ILUSTRES PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, POSSEIROS E OCUPANTES DE TERRAS DEVOLUTAS – NO MUNICÍPIO DE PREZADOS CONSTITUINTES:

Diante das insistentes notícias que me tem chegado daí e são publicados nos Jornais desta Capital, segundo as quais os chamados “grileiros”, com ganância desmedida e se utilizando dos meios mais violentos, voltaram a molestá-los e as suas famílias, tentando expulsá-los das terras em que vivem e trabalham, há muitos anos, resolvi escrever-lhes esta com o propósito de orientar e aconselhá-los sobre o assunto.

Antes, atendendo a situação de vocês, deve ser dito o que é propriedade, posse e ocupação. (SANDES, 1979. fl.1).

Sobre o conceito de propriedade, o advogado explica que se trata de um documento “*verdadeiro*” e “*legítimo*”, como exemplo uma escritura de compra e venda. Quanto à posse, “é aquela exercida por alguém em terras particulares, em cujo nome estão os títulos de propriedade.” (SANDES, 1979, fl.2). Já a ocupação trata-se de residente em terras “devolutas” da União, Estado ou Município. Deste modo, quando há uma ocupação de outrem, o proprietário “legítimo” de uma área poderá por vias legais reivindicar a posse desta terra. “Porém, se o alguém estiver, na posse de uma área de terra, por vinte, quinze ou dez anos, por si ou por seu antecessor, passa a ser proprietário dela. É o caso chamado “usucapião”. (SANDES, 1979, fl.2).

Uma das preocupações e orientações dadas pelo advogado é que os ocupantes de terras devolutas não aceitassem suborno para saí-

rem das terras e que estes tivessem paciência e não comprassem ou vendessem terras que estava em processo de “Ação Discriminatória”. O advogado esclareceu que a lei estava favorável aos ocupantes, mas era um processo lento e que eles precisavam resistir e permanecer para que o Estado se sentisse pressionado a dar a causa para os posseiros, ainda que o registro dessas terras aparecessem em nome de “grileiros”: “Hoje, quando se tem a posse de uma terra, pelos prazos e condições estipulados nos citados dispositivos legais, e que aquele se diz proprietário dela pretende reaver a mesma posse, basta que se alegue o *usucapião*, como defesa”. (SANDES, 1979, fl.3).

Em 1980, a Diocese de Bacabal, juntamente com a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção consideraram que uma contribuição jurídica permanente seria mais satisfatória, assim Dr. João Batista Macedo Sandes e Dr^a. Conceição Andrade foram contratados para dar assistência jurídica aos lavradores. Segundo Löher, OFM, (2009), esta escolha pessoal do advogado Sandes trouxe a ele algumas consequências, já que o mesmo era bastante conhecido pelos poderosos na capital maranhense e com a decisão de aceitar o trabalho perderia muitos clientes ricos.

Todos consentiam que a Vice-Província contrate definitivamente o advogado Dr. Sandes e a Dr^a Conceição pelas questões de terra. Haverá três tipos de despesa: pelos processos de caso em caso, pelas viagens e honorários. – Cada segunda-feira, casos novos serão aceitos, na sala da Portaria do Convento de Bacabal; mas somente se apresentados por um dos vigários. (LOHËR, 2009, p. 385-386).

Este fato deu início à criação da Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV) que consistia em aconselhar e acompanhar juridicamente os posseiros. Além da província franciscana e da diocese, esta entidade contava com o apoio de algumas lideranças políticas e com

ajuda financeira de parceiros da Alemanha. Desse modo, tornou-se uma instituição temida pelos grandes proprietários de terra.

Na década de 1980, a AJULAV desenvolveu-se para uma instituição respeitada e temida pelos grandes. A combinação entre lideranças eclesíásticas engajadas – em primeiro lugar Dom Pascásio – com ligações e personalidades influentes na política federal e ligações com meios de comunicação no exterior, mormente na Alemanha de um lado e o acompanhamento jurídico competente do outro, deu uma chance aos lavradores angustiados, de conseguir manter seus direitos na luta contra a ganância de grandes proprietários e assegurar propriedade de terra para si e seus filhos. (LOHËR, 2009, p.386).

A narrativa de Fr. Heriberto Rembecki, OFM, pondera que o ato de criar entidades de apoio, como a AJULAV, foi incentivado pela III Conferência da América Latina (CELAM-1979), cujo título dizia: “A Igreja é de todos, mas de preferência dos pobres e dos jovens.” Deste modo, sentiram a necessidade de se organizarem enquanto Igreja, ele cita especificamente as paróquias de: Lago do Junco, Lago da Pedra, Paulo Ramos e São Luís Gonzaga. Assim, devido ao aumento dos casos na década de 1980, principalmente nos povoados assistidos por estas paróquias, criaram o escritório da AJULAV no convento dos franciscanos em Bacabal. “E os fazendeiros ficaram com raiva, porque agora teve alguém que orientava o lavrador, chamando a atenção para o direito”. (Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Fr. Adolfo Temme, OFM, narra que receberam denúncias dos posseiros do povoado Pau Santo em 1985. Eles diziam que estavam proibidos pelos latifundiários de quebrar coco, de criar porco e plantar roça. Assim, após a celebração da missa, Fr. Adolfo Temme, OFM, reúne a diretoria e aconselha “tem jeito, vocês são posseiros velhos, vocês têm que ser respeitados, o povoado tem posseiros pacíficos des-

de 1940, vocês são posseiros, existe leis pra vocês, dá pra lutar.” O frade pediu que os posseiros não revidassem com violência, pois os latifundiários poderiam encontrar justificativas para agir com violência também. “E a diocese tem advogado, doutor Sandes, agora ele faz a defesa diante da Lei, enquanto vocês fazem a organização, muita coisa depende de vocês”. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015).

A assessoria jurídica não é uma peculiaridade da Diocese de Bacabal, a própria CPT desenvolveu suas atividades amparada por advogados. No entanto, havia dificuldade em encontrar advogados especializados que tratassem especificamente de conflitos de terra. “A carência de advogados dessa espécie era tamanha que para a defesa dos padres José Antônio e Xavier²² foi preciso vir um de Fortaleza (depoimento do padre Eider Furtado)”. (FURTADO apud. COSTA, 1994, p.34).

A aplicação da Lei das Ações Discriminatórias (Lei nº 6383/76) levou a CPT a buscar assessoria jurídica a fim de defender os posseiros de expropriações, prisões ilegais, torturas, grilagens, acompanhamento de processos, etc.

Para termos uma ideia do “gigantismo” desses processos de habilitação, vejamos o seguinte depoimento (que embora diga respeito à atuação de outra entidade, a ACR Bacabal, é perfeitamente válido também para a equipe jurídica da CPT-MA): “na época houve a grande discriminação das terras nos municípios de Lago da Pedra, Paulo Ramos, Luís Gonzaga e Lago do Junco” e o advogado Sandes Macedo “forneceu uma ajuda na legalização de direitos, entregou na Comarca de Vitori-

22 “Na medida em que a Igreja se comprometia com a luta em defesa dos trabalhadores passou a sentir os efeitos da repressão, que se abateu sobre ela, na pessoa de religiosos, agentes de pastoral e integrantes das CEB’s. Um desses casos foi a prisão em agosto de 1970 dos padres Xavier de Maupeou e José Antônio Monteiro, das paróquias de São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, sendo o segundo barbaramente torturado. Os dois religiosos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de “subversão” e absolvidos ao final do processo”. (COSTA, p.21, 1994).

no Freire 1.200 processos de informação e direito de posse e propriedade de agricultores” (depoimento do frei Godofredo Bauerdick). (BAUERDICKI apud. COSTA, 1994, p.34).

Depois de 10 anos de existência a AJULAV encerrou suas atividades em 1990 com o fim do contrato com Dr. Sandes. Dentro do limite desta pesquisa não foi possível inferir a motivação para o término desta entidade. Por outro lado, sabe-se que este projeto contribuiu para que muitas famílias resistissem e permanecessem nas terras que ocupavam.

POVOADO PAU SANTO – 1985

Lá no Pau Santo, o Nelinho não deixou o pessoal botar nem roça, e mandou cortar o coco todinho e vendeu de carrada o coco, o que prestou, prestou, o que não prestou ficou cortado todinho. Nesse ano ninguém botou roça lá no Pau Santo, teve criança que rolava de fome, chorando no chão de fome, sem o pessoal poder botar roça e sem ter o coco pra quebrar, aí foi que eles se revoltaram (Seu Preto Centrinho do Acrísio). (PRETO apud. LIMA NETO, 2007, p.44, grifo do autor)

O posseiro citado por Lima Neto (2007) era morador do Povoado Centrinho, pertencente ao Município de Lago do Junco, um dos muitos povoados que sofreram com a conjuntura política e econômica do Brasil, devido à criação e expansão do gado. Instalaram-se medo, insegurança e ao mesmo tempo vontade de lutar, pois acreditavam no direito deles. Compreende-se que até chegar a uma conjuntura de luta pela terra foi um processo que perpassou por vários caminhos e estratégias. Considerando as relações do território maranhense, especificamente a região do Médio Mearim, percebe-se que a demanda de conflitos e violência foi exacerbada, cujas providências e notícias atravessaram as fronteiras do país.

Dos conflitos assistidos pela AJULAV, esta entidade considerou que Lago do Junco foi um dos municípios mais atingidos na década de 1980. A Diocese de Bacabal e Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção deram especial assistência a especificamente oito desses conflitos, são eles: Centro do José Machado (1980); Centro dos Limas (1980), atualmente São José da Conquista; Fazenda Guaribas (1980); Pau Santo (1985); São Manoel (1986); Ludovico (1986); Santa Zita (1987); Centro dos Aguiar (1989).

A área do Povoado Pau Santo foi vendida várias vezes e ainda assim os posseiros continuavam com suas atividades de plantação de roças e extração do coco babaçu, mas este cenário mudou depois que um fazendeiro, vulgo, “*Nelinho*” comprou a área. Ele proibiu que os posseiros continuassem suas atividades laborais.

As relações de poder e sociabilidades construídas em meio aos conflitos são diversas. Diante destes conflitos os posseiros começaram a identificar um inimigo em comum. Perceberam que entre suas opções estava a de lutar ou sair. Eles precisavam se unir, pois os latifundiários eram mais fortes em vários sentidos, estes tinham meios que se encaminhavam para um conflito desigual. Infere-se, deste modo, que em meio às contingências as estruturas sociais e suas relações se ressignificam. Lima Neto (2007) chama essas relações de laços de “solidariedade” e de “identidade” que se constituíram a partir da exigência de lutar pela terra, o que o mesmo considera importante para se manter e (re)conquistar a terra.

Impedir as famílias de trabalharem nas terras e colherem o babaçu implicou num problema grave de manutenção da própria sobrevivência das famílias. Lima Neto (2007), ao analisar entrevista da moradora do Povoado Ludovico, outro povoado que sofreu com as consequências dos conflitos, afirma que nos anos de 1980 criou-se

neste espaço uma nova dinâmica, o chamado “sistema de barracão”²³. Isto levou as famílias a se manifestarem em prol de uma luta sistematizada e legalizada junto às entidades e instituições de apoio:

Desta forma, no município de Lago do Junco, as primeiras reações das famílias contra o processo de expropriação se deram exatamente contra o *sistema de barracão* que se tornara pujante nos primeiros anos da década de 1980. Várias famílias que naquele momento encontram-se despojadas de seus principais meios de sobrevivência que são os babaçuais e as terras de cultivo, ao se verem premidas pela necessidade material e pelo constrangimento moral imposto por esta situação, passam a questionar o *sistema de barracão* de uma forma coletiva e mais contundente. Instrumentalizadas por uma formação proveniente dos campos sindical e cristão-libertário, fornecida de forma imbricada nos espaços das comunidades religiosas e das delegacias sindicais, as famílias sentem-se autorizadas legalmente, religiosamente e moralmente a reivindicar seus direitos. (LIMA NETO, 2007, p.64-65).

Sobre sua experiência na luta pela terra a moradora do Povoado Ludovico, Aparecida Rosalina Alves, narra:

Naquela época, nós saímos convidando as mulheres pra reagir às ameaças do vaqueiro e do fazendeiro, o Coutinho. Organiza-

23 “[...] o *sistema de barracão*, que, ao lado do arrendamento de solta, exacerbava o regime de apropriação privada do babaçu outrora explorado de forma comum pelas famílias. Pelo sistema de barracão, uma única família, seja a do proprietário de terra, seja outra indicada por este, possuía o direito explorar o babaçu de uma determinada área. Para tanto, junta-se grandes quantidades de coco babaçu em um único local denominado de *barracão*, onde, sob o controle de um encarregado, as mulheres quebram o coco recebendo pagamento por apenas metade de sua produção. Este sistema tornava-se ainda mais perverso pelo fato de que muitas vezes uma grande quantidade de coco ficava disponível nas *soltas*, mas, sua livre coleta era proibida. Assim, as famílias eram obrigadas a trabalhar nos barracões [...]”. (LIMA NETO, 2007, p.43, grifo do autor).

mos junto com meu irmão que era o Inácio e criamos um plano com a intenção de reunir as mulheres e tivemos a primeira conversa com o filho do fazendeiro e o vaqueiro, só que aí ele trouxe uns pistoleiros pra vigiar a solta, começamos a fazer abaixo assinado pra levar pras autoridade, associamos muitas mulheres no sindicato [...] Depois recorremos a igreja, os vigário daquela era o frei Adolfo e o padre Heriberto, que também partiam pra conversar com o fazendeiro (Rosalina Alves, Aparecida/Ludovico). (ALVES apud. LIMA NETO, 2007, p.65, grifo do autor).

No caso do Povoado Pau Santo, essas privações e ameaças encaminhavam-se para a efetivação da violência que resultou num dia de terror para as famílias que residiam no povoado. O Juiz de Direito da Comarca de Bacabal deu liminar favorável ao latifundiário que se intitulava dono das áreas que abrangia Pau Santo determinando que este ficasse com a posse das terras.

Deste modo, aos dias 23 de novembro de 1985, um sábado, após saírem do Povoado Aldeia, local onde a polícia não cumpriu a liminar por causa da interferência das autoridades religiosas e suas entidades como ACR e AJULAV, a equipe de polícia e autoridades jurídicas encaminharam-se para o Povoado Pau Santo na tentativa de cumprirem lá outra reivindicação de latifundiário. “[...] o mesmo contingente composto de cem (100) policiais comandado pelo próprio Secretário de Justiça e Segurança do Estado [...] acompanhado de oficiais de altas patente da Polícia Militar do Estado [...], se dirigiram ao Povoado Pau Santo”. (RELATÓRIO, S,d, p.2).

O relatório acima aponta que as autoridades não conseguiram chegar ao Povoado Pau Santo com a frota completa, referem-se à sete D10 e D20 que estavam à disposição das autoridades. Devido à dificuldade da estrada, deixaram os carros no Povoado Cigana, onde também permaneceu o Secretário de Segurança. “[...] Oficiais da Po-

lícia Militar, os Delegados de Polícia, e aproximadamente 20 policiais, tendo cerca de 80 policiais marchando contra o Povoado Pau Santo, ali chegando por volta de 13.00 horas”. (RELATÓRIO, S.d, p.2).

Na narrativa de Frei Adolfo Temme, destaca que a polícia ao sair de Aldeia, como não conseguiu agir contra os lavradores por causa da carta do presidente apresentada pelo advogado da diocese, Dr. Sandes, “dissimulou” que ia embora, mas tomou o caminho para Pau Santo.

Cigana tem uma venda, quer dizer um pequeno mercadinho que vende as coisas para o povo de Pau Santo, e esse dono era amigo deles, adivinhou o perigo e fez tudo pra adiar a entrada deles e disse: “não tem condição vocês vão se afundar na lama”. São sete quilômetros e a estrada horrorosa, já tinha começado o novo inverno. Então, ele deu cachaça para os soldados para segurar, achou um jovem chamado Davi, filho de Pau Santo e disse: “enquanto eu seguro eles aqui, você vai correr e dar a notícia”, então ele chegou meia hora avisou o povo e todo mundo fugiu, só não fugiu Manoel Monteiro, porque era asmático, doente. Então pra eles era uma decepção, eles queriam mostrar serviço, isso quer dizer matar gente. Então como ele era o único que eles encontraram, aliás mais adiante também algumas pessoas ficaram, então sem discussão mataram o senhor Manoel e tomaram como pretexto que ele estava levando uma arma. Ele tinha sido caçador, tinha uma arma enferrujada, ele estava enrolando pra sair pelos fundos e jogar no mato, ele tinha medo que se complicasse com a arma. A arma estava embrulhada num plástico. Aí tomaram isso como pretexto, a posse da arma, e mataram ele sem discussão atrás da cozinha. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, 2015).

Ao chegarem ao povoado os policiais não encontraram os homens. Eles conseguiram ser avisados a tempo e esconderam-se na

mata, exceto Manoel Monteiro de 76 anos, mulheres e crianças. Manoel Monteiro não conseguiu se esconder devido aos problemas de saúde. Este fora assassinado durante a invasão. Os policiais foram acusados de terem-no matado com cinco tiros. “Acompanhando o contingente policial estava o fazendeiro [...] e diversos jagunços e pistoleiros, entretanto o Oficial de Justiça, pessoa que deveria cumprir a ordem judicial e que era indispensável não estava presente, tendo abandonado a comitiva após sair do povoado Aldeia”. (RELATÓRIO, S,d, p.2).

Tomando conhecimento do massacre, imediatamente por telefone Dom Pascásio, denunciou o fato às autoridades Estaduais e Federais, lamentando a falta de justiça deste País, viajando logo em seguida para Brasília a fim de denunciar o fato pessoalmente e pedir providências ao Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente do INCRA para solução do problema, enquanto que a Assistência Jurídica da Diocese de Bacabal, promovia a defesa dos lavradores. (RELATÓRIO, S,d, p.2).

Fr. Adolfo Temme (1985), OFM, na ocasião escreveu um texto intitulado “*O dia do grande horror*”, assim narra:

Quando os amigos das comunidades vizinhas chegaram era 8 hs da noite. O corpo do morto estava em cima de uma porta, forrado com uma rede, e debaixo da porta tinha poça de sangue. O povo apalpava as cinco entradas de bala como quem passa a mão nas chagas de Cristo. Tiraram a camisa ensanguentada para vestir uma camisa branca com manga cumprida, mas o morto não ajudou. A nova camisa num instante estava cheia de sangue precioso. A sentinela era choro e prece, e Nossa Senhora dos Aflitos olhando para o seu filho querido. Um dos companheiros assentou num caderno com mão trêmula as palavras: MANOEL MONTEIRO DE SOUZA, 76 ANOS, FOI

MORTO COM CINCO TIROS DE REVOLVE CALIBE NÃO SEI, PORQUE TINHA MUITOS TIPOS DE ARMAS.

No dia seguinte, chegaram ao povoado padres, religiosos, religiosas, leigos de diversos municípios para prestarem solidariedade aos posseiros. Foi celebrada a missa de corpo presente por D. Rino Carlesi, bispo de Balsas e cocelebrada por Fr. Adolfo Temme, OFM, e Fr. Heriberto, Rembecki, OFM, logo após, sepultaram o corpo de Manoel Monteiro.

24.11.85 Celebramos a missa de corpo presente pelo finado Sr. Manoel. Dom Pascásio que viajou logo a Brasília foi representado pelo Dom Rino, Bispo de Balsas, que veio em nome dos Bispos do Maranhão para mostrar um sinal de solidariedade com os lavradores perseguidos. (LÖHER, 2009, p.391).

A diocese de Bacabal publicou uma carta de solidariedade aos posseiros e declarou luto em toda a diocese em sinal de repúdio à violência sofrida no povoado.

Em virtude desse acontecimento, D. Pascásio Retller, OFM, foi a Brasília no dia seguinte falar com o Presidente José Sarney e reclamou que o governo dizia estar do lado do lavrador, que seria feita a Reforma Agrária, mas isto na prática não se efetivava, pois estavam morrendo muitos posseiros. Ele pediu providências das autoridades em caráter de urgência. Deste modo, conseguiram a desapropriação de uma parte da terra sem que precisassem passar por burocracias.

A pressão da diocese de Bacabal, bem como a revolta dos posseiros diante de tamanha violência resultaram na assinatura do documento que concedeu aos moradores de Pau Santo uma parte da área reivindicada. De acordo com relatório da província franciscana, este documento foi assinado em três dias. (RELATÓRIO, p.3).

Para Fr. Adolfo Temme, OFM, a morte de Manoel Monteiro foi “a morte do cordeiro” que inibiu a força do latifundiário e com isso houve conquistas por parte do posseiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Médio Mearim foi cenário de muitos conflitos de terra na segunda metade do século XX. A implantação da economia agropecuária impulsionou a transformação da dinâmica de homens e mulheres que viviam da lavoura em terras devolutas.

Este contexto (re)configurou muitas relações nesta disputa, onde posseiros, pequenos lavradores e sem-terra buscaram lutar por direitos respaldados por mecanismos legais apoiados pela Igreja Católica. Por outro lado, os latifundiários também se organizaram para reivindicar terras que se intitulavam “*proprietários*”, a UDR é um exemplo disso. A partir das fontes pode-se inferir que a fundação da UDR contribuiu para o aumento considerável da violência no campo. Neste período, os latifundiários aproveitaram para se inserir na política partidária para defender seus ideais econômicos.

A implantação da “Lei de Terras Sarney” favoreceu, sobretudo, grandes empresários. Os posseiros que criaram seus filhos ou nasceram nessas terras foram expulsos, proibidos de acessar as terras e babaçuais, o que gerou outro problema, a fome. Estas contingências contribuíram significativamente para o aumento dos conflitos. O que deveria ser uma Reforma Agrária acabou esmagando os moradores antigos.

As fontes aqui analisadas referentes às terras no Médio Mearim apontaram a recorrência destes conflitos a partir da década de 1970. Grandes empresas começaram a cobiçar estas terras para a expansão do gado. Vieram empresários de outros estados em busca de terras no Maranhão. Neste período houve aumento de grilagem e desapropriação de famílias.

A Igreja entrou neste processo enquanto mediadora e começou a intervir diretamente em favor dos posseiros. A diocese de Bacabal e a Ordem dos Frades Menores apropriaram-se das diretrizes das Conferências Episcopais Latina Americana (CELAM), especialmente os impulsos da teologia da libertação, a busca da promoção humana, da justiça e paz. Priorizaram o método “*ver*”, “*julgar*” e “*agir*” como discurso de resistência, segundo os mediadores os posseiros tinham direitos à terra e deveriam resistir.

As fontes aqui analisadas permitiu-nos inferir que a Diocese de Bacabal entrou nesse cenário de conflitos para tentar conter a violência e garantir o direito à terra aos posseiros. Perceberam a necessidade de uma equipe que entendesse de leis e, por isso, contrataram advogados para dar suporte jurídico na batalha pela legalização das terras. Deste modo, a Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV) funcionou de 1980 a 1990, quando encerrou o contrato com o advogado responsável pelo serviço.

A polícia comparece nos documentos como mecanismo de repressão, não cumprindo com sua função de proteger o cidadão, mas como meio de vigilância agindo muitas vezes com violência para proteger os interesses dos latifundiários.

Considera-se que diante deste cenário de migração, fixação, conflitos e resistência, houve (re)configuração nas relações, na cultura e identidade resignificando o cenário no campo. Diante da luta, muitas conquistas também foram pontuadas, dentre elas a conquista de permanecer na terra e tirar dela o sustento, o sonho da *terra liberta*. No entanto, esta realidade não se efetivou para todos, muitos posseiros foram obrigados a deixar para trás suas casas e lavouras.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

AGUIAR, Guilhermina. *Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR*. [09 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

REMBECKI, Frei Heriberto. *Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção*. [07 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

SOUSA, Ir. Teresinha de Jesus. *Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa senhora dos Anjos*. [2015] São Luis. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

Documentos Primários

ACR.João Batista Macedo Sandes, Advogado, Folha avulsa, São Luís, MA 29 de out. 1979. C.P.F., M.F. 000.552.123/87.

APARECIDA, Cecília et.al. *O rosto do Maranhão, anúncio e denúncia, seus sistemas político e sócio econômico*. São Luís, 1995. p.9. (Apostila).

COMUNICAÇÃO a respeito da sentença da Ação Discriminatória nos municípios de Lago da Pedra e de Paulo Ramos”. Folha avulsa datilografada, Lago da Pedra, MA, fev. 1979.

RELATÓRIO Povoado Pau Santo. Arquivos da Diocese de Bacabal e Província Nossa Senhora da Assunção. Bacabal, S,d.

REMBECKI, Fr. Heriberto. *Relatório sobre a questão fundiária no Maranhão*. Bacabal, MA: Arquivo da Diocese de Bacabal e da Vice-Província Nossa Senhora da Assunção, S.d.

TEMME, Fr. Adolfo. *O dia do grande horror. Do fundo do meu pensar chamo por ti: senhor escuta o meu clamor*. Lago da Pedra, MA. 26 nov 1985.

_____. *Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção*. [11 set. 2015]. São Luís, MA: Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

Bibliografia

BARBOSA, Viviane Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Niterói, 2013. 267f. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2013. (Tese de Doutorado).

BRASIL. Secretaria da Receita Federal Do Brasil. Ministério da Fazenda. *Declaração/pergunta. Outros assuntos: 600 - O que se considera terra nua para fins de apuração do ganho de capital?* 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2014/pergunta/perguntas/pergunta-600.html>> Acesso em: 24 dez 2018.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)*. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. *O rosto rural da igreja: a atuação da CPT no maranhão*. São Luís: UFMA, 1994. (Monografia).

DIOCESE DE BACABAL. *Guia Diocesano. 40 Anos de Evangelização*. Bacabal, MA: Gráfica Líder, Ano XVIII, n. 78, mar. 2009.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal. **Anais...**, Natal, Julho 2013.

_____. *Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-*

1970). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

LIMA NETO, Evaristo José de. *O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA*. São Luis, 2007. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007. (Dissertação de Mestrado).

LÖHER, Frei Eurico. *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*. Teresina: Halley, 2009.

MANFREDO, Maria Teresa. Os conflitos pela terra no Brasil. *ComCiência*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, n.33, 2011. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n133/05.pdf>> Acesso em 02 jun. 2018.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. *De arrendatários a proprietários: a sociedade no assentamento de Brejo de São Félix*. São Luís, 2007. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007. (Tese de Doutorado).

MITIDEIRO JUNIOR, Marco Antonio. Ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. São Paulo: USP, 2008. (Tese de Doutorado).

MORAIS, Raquel. *Ronaldo Caiado, do DEM, é eleito governador de Goiás no 1º turno*: Atualmente com 69 anos e senador pelo estado, ele apareceu como favorito em todas as pesquisas de intenção de voto. Disponível em:<<https://g1.globo.com/go/goias/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/ronaldo-caiado-do-dem-e-eleito-governador-de-goias-no-1-turno.ghtml>> Acesso em 22 out. 2018.

**NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA
CAMPONESA NO CONTEXTO
DOS GRANDES PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO EM
AÇAILÂNDIA –MA:
o assentamento João do Vale como
uma expressão da luta pela terra e dos
conflitos socioambientais**

Leila Andréa Fernandes de Sena¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante dos resultados obtidos na pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que se materializou na dissertação sob o título: Impactos socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão.

no município de Açailândia – MA: luta e resistência dos camponeses do Assentamento João do Vale. De forma específica a construção deste texto buscou apreender a realidade em sua dinamicidade contraditória e complexa do universo agrário com centralidade nas relações de conflito existentes entre o campesinato e o agronegócio associado ao setor minero-siderúrgico, em que o poder econômico, político e ideológico converge para a perpetuação das relações de dependência e desigualdade no território nacional.

A dinâmica do desenvolvimento econômico no território brasileiro, profundamente marcado pelas desigualdades regionais e sociais, tem seu epicentro nos resquícios de um período colonial na forma como o modelo de produção, de sociedade e administrativo-institucional foi se estruturando. Caio Prado Júnior (1994) explica que o sentido da colonização dos trópicos, em que o Brasil é situado, esteve desde as primeiras incursões estrangeiras precipuamente vinculadas à exploração das riquezas naturais para efetivação do comércio exportador europeu. Para ele, a formação socioeconômica brasileira repousa nesse objetivo; ou seja, a colônia brasileira constituiu-se em fornecedor de gêneros primários, tais como: cana-de-açúcar, tabaco, algodão, café, metais preciosos para o mercado externo. Os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais constitutivos da sociedade brasileira, como totalidade de uma realidade ampla e complexa, fizeram-se no substrato de um sistema pautado no escravagismo, na monocultura e no latifúndio.

A essência desses elementos sobrevive na atualidade, porém com uma nova configuração em virtude do amálgama de novas relações produtivas e sociais com as antigas na complexa, perversa e contraditória combinação no sistema capitalista industrial-financeiro. Não obstante o Brasil, em particular o estado do Maranhão, apresenta uma grande concentração fundiária e intensos conflitos entre grandes proprietários de terra, trabalhadores rurais, posseiros e grileiros.

Além disso, o homem do campo convive com uma série de problemas provenientes da introdução do modelo de modernização agrícola conservadora implementada de forma massiva a partir de meados da década de 1960, sob o discurso do desenvolvimento econômico para o país. Os trabalhadores rurais e as comunidades tradicionais que historicamente lutaram contra o inimigo comum, o latifúndio, hoje lutam contra as grandes corporações nacionais e internacionais que nada mais são que a personificação daquele. Isso remete às determinações econômicas e políticas transcorridas desde à década de 1960 e em curso até os dias atuais com o solapamento do território nacional para atender interesses pessoais de pequenos grupos econômicos.

Desde o período colonial e imperial, o Brasil já se constituía como nação de economia dependente do mercado internacional, voltando-se para a exportação de gêneros primários e metais preciosos que atendessem aos interesses europeus e também como consumidor dos produtos manufaturados da Europa. A relação de dependência que marca a história do país ratifica a teoria da dependência de Rui Marini que até hoje continua bastante atual ao defender a ideia de que a dependência é “o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional.” (MARINI, 2011, p. 32). Todo o esforço de industrializar o país, que até a década de 1930 tinha predominantemente feição agrário-exportadora, fez-se norteada pela lógica de um desenvolvimento do país somente pela industrialização em estreita relação de dependência ao capital estrangeiro.

Sob esse espectro é que a Amazônia Legal configura-se a partir da década de 1950 como parte de uma estratégia geopolítica de reordenamento e reorganização do território nacional para valorização e acumulação do capital, inserida na política de planejamento em âm-

bito regional para o desenvolvimento do país. É na esteira de grandes projetos de desenvolvimento destinados aos setores agropastoris e da agroindústria nas regiões Norte e Nordeste que contraditoriamente ocorrerá o aprofundamento da questão agrária com a intensificação de conflitos agrários e ambientais, sobretudo com as sequenciais e complementares políticas de desenvolvimento industrializante dos governos militares nas décadas de 1960/1970 e estendendo-se aos anos de 1980/1990 até os dias atuais com a cristalização do agronegócio.

De modo particular, o enfoque analítico da realidade social do município de Açailândia – MA, localizada na Amazônia Maranhense, explicita os aspectos socioeconômicos e espaciais, atentando para as relações político-ideológicas e sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos que disputam o território, o espaço em questão no contexto de dois modelos de reprodução social e produtivo distintos: campesinato e o agronegócio, articulado ao setor minerador que o fortalece na região. Nesse sentido, o Assentamento João do Vale é a expressão da luta pela terra, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e da resistência camponesa frente a um modelo de desenvolvimento rural hegemônico de caráter modernizador e industrial responsável pelo açambarcamento do território amazônico com exploração das riquezas naturais e minerais, espoliação da força de trabalho rural e destruição do meio ambiente.

Convergindo para a multidimensionalidade do assentamento, entende-se que a reprodução social do campesinato no seu interior é o que o particulariza enquanto espaço socioterritorial forjado nas lutas pela terra e pela reforma agrária, tendo na sua configuração dimensões sócio-históricas, econômicas, culturais, ideológicas e políticas constituídas na totalidade social da realidade do Maranhão. Os assentamentos são frutos da organização social e política das famílias camponesas cuja trajetória de luta e resistência dá-se desde o acampamento, denotando mudança nas suas vidas. Na perspectiva política, os assenta-

mentos “[...] tendem a fortalecer os movimentos sociais de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova de eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos do Estado [...]”. (LEITE; MEDEIROS, 2004, p.19).

Considerando a dinâmica social e política do Assentamento João do Vale, inserida no movimento dialético e contraditório dos componentes constitutivos da realidade social, o texto estrutura-se em três itens: o primeiro faz uma breve caracterização socioespacial de Açailândia; o segundo trará aspectos sociais, econômicos e espaciais do Assentamento João do Vale, assim como suas particularidades e desafios; no terceiro item será analisada a forma de organização social e política do Assentamento como expressão da resistência camponesa.

QUESTÃO AGRÁRIA: UMA PARTICULARIDADE DAS LUTAS DE CLASSES NO CAMPO

Indiscutivelmente, a análise da questão agrária no Brasil permite-nos refletir acerca dessa problemática social em suas múltiplas faces sob a perspectiva das lutas de classes antagônicas que polarizam sobremaneira a realidade rural. Enquanto uma das expressões da questão social, a questão agrária é uma particularidade inscrita no movimento contraditório sócio-histórico constituído por forças sociais em confronto permanente entre sujeitos com interesses e projetos societários distintos disputando territórios/espacos a fim de garantirem sua existência material e imaterial. Não se pode abster que as lutas de classes no campo são a expressão de múltiplas determinações manifestas no emaranhado rol de relações sociais desiguais e contraditórias no cabedal capitalista. A totalidade agrária é contraditoriamente demarcada por dois territórios: o campesinato de um lado e no outro extremo o agronegócio/latifúndio; ambos expressam modos de organização produtiva, estilos de vida, ideologias, culturas e valores diversos gestados no devir da práxis social.

O processo de formação econômica, social e política da sociedade brasileira tem como marco histórico os conflitos por terra entre elites agrárias e negros, indígenas e mestiços, segmentos sociais que compunham a massa camponesa, recorrentes desde o período colonial com a apropriação de grandes extensões de terra e de suas riquezas naturais. Ao longo da história, a questão da luta pela terra e dos conflitos foi se reatualizando e aprofundando com o desenvolvimento do capital no campo de caráter rentista, concentrador de terras e consolidador de relações desiguais de trabalho.

A análise da realidade agrária brasileira pode ser retomada com a reflexão centrada na política substitutiva de importação com forte traço de subordinação agricultura/indústria no período varguista (entre décadas de 1930 e 1950) em que se verifica uma industrialização da economia brasileira que até 1930 era predominantemente agrário-exportadora e anunciando, assim, uma fase industrial ou desenvolvimentista sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais e oligarquias rurais (STÉDILE, 2012). A dependência econômica e política da agricultura à indústria na perspectiva da questão agrária se expressa nas alianças políticas entre burguesia industrial e a elite rural no que concerne à engrenagem de acumulação do capital. Realçando esse pensamento, Stédile (2012, p. 30) diz que:

As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detém o poder político. As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantém como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar [...] A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos.

A política industrializante inaugurada no governo Vargas foi parte de uma estratégia econômica desenhada pelo Estado como saída para a crise macroeconômica de 1929 – 1933 e da II Guerra Mundial de 1939 – 1945 que ocasionou a instabilidade econômica e política no país com rebatimento no campo e na cidade. Segundo Octavio Ianni (2012, p.129), “especialmente entre os anos de 1950 e 1960, as decisões sobre a política econômica governamental foram tomadas em função de interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial [...]” Daí ao tratar da questão agrária faz-se menção à sua estreita relação com as políticas de modernização industrial para o desenvolvimento nacional e regional que em tese não conseguiram atender às necessidades e interesses da classe trabalhadora rural.

Compreende-se que o capital metamorfoseando-se no seu ciclo de crises com apoio do Estado como financiador de toda a estrutura de funcionamento e dinamismo interno/externo no âmbito de políticas econômicas nos setores nacional, regional e local – em nexos com a economia internacional dos Estados Unidos – lançou mudanças profundas no processo organizativo de produção e das relações de trabalho com o escopo de modernização no setor da agricultura a partir da década de 1960. Tomando por base as graves consequências das políticas de desenvolvimento adotadas desde a Ditadura Militar voltadas para a industrialização do setor agrícola como expulsão dos camponeses para a cidade, exploração/superexploração da força de trabalho, acirramento dos conflitos agrários e degradação ambiental, o agrogócio expressa a consolidação de todo o esforço empreendido com o aporte tecnológico da revolução verde para a expansão do capital.

As mudanças operacionalizadas na organização produtiva e nas relações de trabalho fizeram-se perceber nas expressões organizativas do espaço nas dimensões urbana e rural, sendo que nesta última recaiu severamente os custos econômicos, sociais e ambientais sobre as comunidades camponesas afetadas na sua dinâmica estratégica de

sobrevivência diante do avassalador turbilhão de efeitos corrosivos do capital sobre o contingente humano. Parafraseando Fernandes (et al, 2014) que diz: “o Brasil agrário é paradoxal”, pode-se refletir que conhecer e compreender as disparidades regionais e sociais do nosso país e em particular do território amazônico é necessário ater-se aos elementos constitutivos da estrutura agrária desde o período colonial.

A Amazônia Legal na década de 1950 redefine-se no contexto das decisões econômicas e políticas no plano global com ressonância no território nacional, como porção agrária de forte representatividade dos interesses latentes atrelados às relações estabelecidas entre grupos econômicos e políticos com anuência do Estado, firmando e cristalizando interesses particulares sobrepostos aos dos segmentos populares.

CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE AÇAILÂNDIA E EXPANSÃO DO CAPITAL

O advento da Revolução Industrial em meados do século XVIII na Inglaterra lançou marcas profundas nas relações sociais de uma sociedade que incorporou valores individualistas e competitivos orientados pela base doutrinária e filosófica do liberalismo, pauta do mercado livre e autorregulável, conforme Adam Smith preconiza na obra “Riqueza das Nações”.

Entende-se que as transformações verificadas com a introdução tecnológica e de novos valores na cidade, a relação cidade-campo também é alterada. A “cidade do capital” é nutrida pelo campo na qual se tem matéria-prima, força de trabalho e renda fundiária, porém:

As inovações absorvidas amplamente pela cidade, e ao mesmo tempo tendo essa como seu berço, aumentaram a lacuna entre campo e cidade. O campo é associado a uma imagem do passado, enquanto a cidade era a visão do futuro, o retrocesso *versus* o progresso. (NUNES e PINTO, 2014, p.9).

Tomar como referência eventos de natureza macroestrutural permite refletir a respeito das transformações que ocorrem/ocorreram ao longo da história nas relações cidade-campo, instigando a reflexão e análise dessa relação dialética na rede urbana no tocante à dinâmica regional e mundial. Dessa forma, Lefebvre (2001, p. 74) reitera ao dizer que “atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade centro de decisão [...] seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo”.

Ainda contribuindo com a ideia da transformação do espaço no tocante à relação cidade-campo, Santos (2004, p.207) diz que “as transformações espaciais provêm da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial [...]” Ora, essas mudanças processadas pela mediação das redes de influências, ou seja, de um grupo de cidades grandes ou médias em diferentes escalas, ultrapassam a configuração espacial por implicarem mudança de conteúdo, de modo de vida e das representações dos sujeitos sociais.

A contribuição de Roberto Lobato Corrêa é de suma importância quanto à abordagem da relação cidade-campo situada na dinâmica de territorialização do capital nas áreas estrategicamente vantajosas para a sua produção/reprodução. Por isso, rede urbana é uma categoria social que pontua a configuração da divisão territorial que se dá por meio das vantagens demandadas pelo capital, consubstanciando-se em uma hierarquia entre as cidades de maior ou menor importância na dinamicidade socioeconômica, cultural, política e informacional.

Diante disso, Corrêa (1989, p.48) corrobora ao dizer que:

A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho. É um

reflexo à medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.

Compreender a relação cidade-campo não se restringe ao imediatismo apressado de uma análise fragmentada e desconectada das múltiplas dimensões da vida social. Isso implicaria em superficialidade para pensar os pares cidade-campo, urbano-rural. Esses elementos integram uma totalidade na conformação de estruturas, funções, especializações, conteúdo e articulação regional. Os espaços rurais não podem ser desarticulados das escalas regional, estadual, nacional ou global em que estão inseridos. Neste contexto, a lógica capitalista de acúmulo, que para sobreviver precisa produzir/reproduzir o espaço de forma contraditória e desigual, ocasiona impactos socioeconômicos, culturais e ambientais sobre a vida do homem do campo e da cidade. A partir dessas circunstâncias adversas, conflitos e tensões entre capital e setores populares são potenciadores da luta e resistência social e política, a exemplo dos diversos movimentos sociais urbanos e rurais.

Refletir acerca do setor produtivo no contexto da reprodução do capital em Açailândia significa compreender este município na estreita e simbiótica relação entre campo e cidade na rede urbana como componente indispensável na integralidade do circuito de exportação de mercadorias do agronegócio e também de ideias, valores culturais e estilos de vida que adentram as relações sociais por meio da dinâmica rodoferroviária, da tecnologia e de uma gama de serviços oferecidos pelos centros urbanos. O município Açailândia é pertencente à mesorregião oeste maranhense; foi criado em 1958² com a

2 Quando em março de 1958 chegou a Imperatriz uma equipe que trabalhava na construção da BR- 010, a Belém – Brasília, chefiada por Bernardo Sayão com 1.200

realização das obras da BR-010 que mobilizou 1,2 mil trabalhadores na região (MARANHÃO, 2012). Está localizado a 600 km da capital São Luís e possui uma área de 5.820 km². Limita-se com os municípios: Bom Jesus das Selvas, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. A cidade sede do município é privilegiada por sua localização no entroncamento BR-010 (Belém-Brasília) com a BR-222 (que liga Açailândia ao restante do Nordeste). O município é ainda entroncamento da Ferrovia Carajás com a Ferrovia Norte-Sul, sendo maior entroncamento Norte-Nordeste do Brasil. Verifica-se a localização do município no Mapa 1.



Fonte: AZAR, 2013, p. 255.

homens oriundos de 11 construtoras. Em 19 de junho, os índios Cutia e Cocranum, guias da expedição, chegaram à cabeceira de um rio onde se abasteceram de água e retornaram ao acampamento. No dia seguinte voltaram com os trabalhadores de linha de frente da rodovia. Às margens do riacho construíram casebres, que serviram de escritório para os engenheiros e apoio para os trabalhadores das obras, cobertos com as palhas dos açaiçais que mais tarde serviu para denominar o nome do município de Açailândia. (ALMEIDA, 2012, p. 73).

Em Açailândia, a economia rural teve impulso após o assentamento de famílias cearenses que se fixaram na Colônia Gurupi, na década de 1960. Pode-se dizer que o município destacou-se por se tornar o maior produtor de gêneros agrícolas como: arroz, milho, mandioca, feijão, pimenta-do-reino e tomate do Maranhão. É a partir da década de 1980 que a extração de madeira de lei intensificou-se; e com a construção da Estrada de Ferro Carajás³ e da Ferrovia Norte-Sul, registrou-se as primeiras siderúrgicas atraindo grandes investimentos para o município.

Açailândia constitui o maior polo guseiro do Norte e Nordeste do país. Esse polo está instalado às margens da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e atende a dois mercados: o interno (gusa importação), localizado no sul do país, e o externo (gusa exportação), voltado para a Europa, Ásia e os Estados Unidos. Há cinco empresas siderúrgicas no município: Viena Siderúrgica (capital próprio, em operação desde 1988; primeira siderúrgica instalada no município), Simasa e Pindaré (Grupo Queiróz-Galvão, 1993), Gusa Nordeste (Grupo Ferroeste, 1993), Fergumar (Grupo Aterpa, 1996). Registrou o 3º maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado Maranhão no ano de 2008 no valor de R\$ 1.767.453.000, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), possuindo a maior renda per capita do Maranhão R\$ 12.865,82 por habitante neste mesmo ano. Açailândia possui apenas 35 anos de emancipação; passou da condição de vila de Imperatriz para município quando a Lei 4.299 foi sancionada, no dia 6 de junho de 1981. É o oitavo município mais populoso do Maranhão com um total de 104.013 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2010.

Considerando o ano de 2011, Açailândia está entre os dez municípios que tiveram maior participação na arrecadação de impostos,

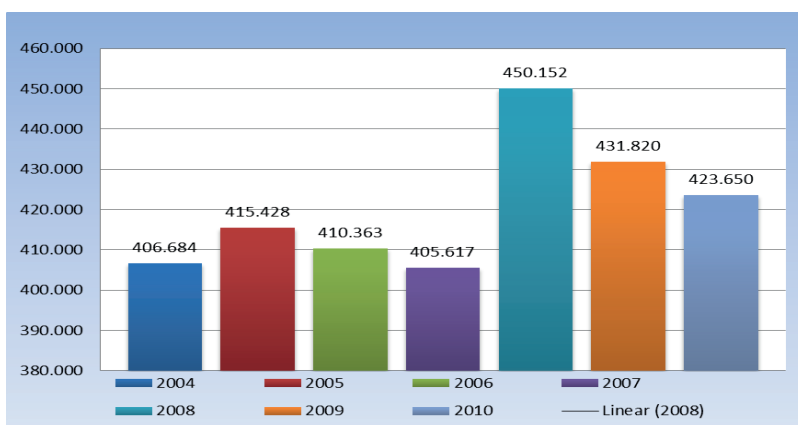
³ No ano de 1982 iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Carajás – EFC cuja inauguração ocorreu em 28 de fevereiro de 1985 pela Vale S.A. O trem de minério começou a operar neste mesmo ano e o de passageiro em 1986. (ANDRADE, 2015).

ocupando o 3º lugar; perdendo apenas para São Luís (1º) e Imperatriz (2º). Com 3,19% de participação do PIB do estado, ocupou o 3º lugar no ranking. A sua distribuição setorial corresponde a 17,9% na agropecuária, 30,1% na indústria e 52,0% em serviços de acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos do Maranhão – IMESC.

A atividade econômica baseia-se, atualmente, na agropecuária com a criação do rebanho bovino – maior produção de gado de corte e leiteiro do estado; indústria (polo siderúrgico – ferro-gusa) e o setor de serviços. O município apresenta potencialidades econômicas tais como o polo guseiro, o maior do Norte/Nordeste do país; e fazendas florestais para produção de carvão vegetal a fim de atender o polo guseiro da região.

Ressalte-se que a beleza e exuberância do município, inserido na Amazônia Legal, sempre despertou a cobiça de grupos econômicos interessados em explorar os recursos naturais, primeiramente com a extração de madeira por meio do desmatamento indiscriminado da mata nativa. A prática de desmatamento está vinculada diretamente à pecuária, uma vez que as áreas de aproveitamento econômico da madeira passaram a ser substituídas, paulatinamente, pelo pasto para alimentar o gado em decorrência da retração da atividade madeireira responsável pelo desaparecimento das madeiras de lei. Embora no governo militar tenha assinalado a implantação dos primeiros projetos agropecuários na região, foi a partir da década de 1980 que houve a intensificação da pecuária extensiva por meio dos grandes projetos de desenvolvimento. A agropecuária desde essa década foi a atividade que mais cresceu, mesmo apresentando pequenas oscilações quanto ao efetivo do rebanho bovino no período correspondente de 2004 a 2010 (AZAR, 2013), como pode ser observado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1- Evolução do rebanho bovino Açailândia (2004-2010)



Fonte: AZAR, 2013, p.256. Elaboração da autora, 2015.

Com base no Gráfico 1, nota-se que há um declínio na quantidade de bovino do ano de 2005 a 2007, mas que é recuperado em 2008 com 450.152 cabeças de boi. Nos dois anos subsequentes, há uma queda de 18.332 cabeças em 2009 e 26.502 em 2010, pode ser observado que quantifica e supera em 16. 966 o ano de 2004, totalizando 423.650 bovinos. Na análise de Mesquita (apud AZAR, 2013, p. 265), chama atenção para:

A expansão da pecuária bovina constitui, efetivamente, o pilar mestre e o motor do aumento das áreas desmatadas, porque lhe coube abertura contínua de novas áreas, desmatadas. Esse fato é um consenso na literatura que trata essa questão na Amazônia Legal.

Os ciclos de exploração econômica em Açailândia sempre estiveram vinculados à apropriação, exploração e uso desmedido dos recursos naturais desde o início da sua história. No período de 1960/1970, houve uma intensa atividade de extração madeireira na região que impulsionou o fluxo de migrantes para trabalharem nas serrarias. Em 1980, o fornecimento de madeira para as serrarias cessou, passando a ter um outro destino: alimentar os altos-fornos das

Os Gráficos 2 e 3 demonstram respectivamente que a expressiva concentração fundiária no município no ano 1995 é de 59% em relação aos 66% do ano 2006 – representativo do crescimento da concentração – só ratifica a tendência concentracionista de terras em decorrência de uma política agrária injusta consolidada no latifúndio.

Ainda observa-se nos respectivos gráficos que no ano de 1995, o minifúndio que representava 5% da distribuição de terra passou a 8% no ano de 2006; já a pequena propriedade representava 20% da terra em 1995, notando-se uma regressão para 14% em 2006; enquanto a média propriedade, que expressava 16% da distribuição agrária em 1995, passou a expressar em 2006 o percentual de 12%. Depreende-se que a dinâmica agrária dar-se de forma diametralmente desigual, haja vista que a distribuição de terras expressa-se inversamente proporcional entre os sujeitos do campo. À medida que o latifúndio expande-se, os imóveis rurais de menor extensão tendem a reduzir as suas áreas agricultáveis.

O município de Açailândia representa, dentro do contexto de desenvolvimento da Amazônia Legal, uma importante localidade estratégica de circulação de mercadorias a serem escoadas tanto no interior do país quanto para o exterior pelo importante sistema rododiferroviário que possui. A cidade é reconhecida pelo papel de destaque conferido ao entroncamento de duas rodovias: a BR 010 e a BR 222 e das ferrovias: Estrada de Ferro Carajás e a Norte-Sul que fornecem acesso ao Porto do Itaqui no Maranhão. A abertura de rodovias e ferrovias como parte da política de desenvolvimento nacional modernizador foi propícia à migração de trabalhadores de vários pontos do país, inclusive dos municípios do próprio Maranhão atraídos pelo sonho do “Eldorado da região Amazônica”.

A efetivação dos grandes projetos de desenvolvimento na região de Açailândia sob os interesses das empresas nacionais e multinacionais com seus investimentos maciços representa um crescimento

econômico em contraste com as reais condições de vida das pessoas que ali residem. Pobreza, desigualdade e exclusão social compõem a tríade de uma realidade que foi agudizada com a “racionalidade modernizadora”.

Hoje no Maranhão, grandes empresas do ramo do agronegócio dominam com primazia o vasto território da Amazônia Maranhense, tais como: a Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, ABC INCO S/A, CEAGRO Agronegócios, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisil Agrícola Ltda e empresas *Joint Ventures* como a Multigrains (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação) em um lastro de destruição dos modos de vida do campesinato e do meio ambiente num amplo movimento expansionista do capital. Em Açailândia, a presença da agropecuária, como atividade econômica destacada, reforça as características de devastação da mata nativa para a produção do pasto e gado bovino desde as décadas de 1970/80 e mais recentemente com o monocultivo de eucalipto, responsável pelo impedimento da diversidade de outras culturas e espécies de vida existirem. Daí, tem-se muito a questionar o teor desses projetos sobre a vida das comunidades camponesas, em particular, quando se fala de Desenvolvimento Rural Sustentável em um contexto no qual o modelo hegemônico do agronegócio não respeita as territorialidades dos diversos segmentos sociais que vivem no campo.

ASSENTAMENTO JOÃO DO VALE SOB A PERSPECTIVA DE UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O PDS João do Vale localiza-se na antiga Fazenda Conquista II. O referido imóvel possui uma área de 1.211, 2003 hectares e fica a 60 km da sede do município de Açailândia (vide Mapa 2), cujo trajeto para alcançá-lo ocorre no sentido do município de Bom Jesus das Selvas pela BR 222, até altura do km 29, adentrando 31 km à margem esquerda por estrada não cascalhada.

MAPA 2 – Localização geográfica do Assentamento João do Vale – Açailândia/MA



Fonte: SODRÉ, Ronaldo Barros, 2015.

Atualmente, no PDS João do Vale vivem 80 famílias; estas podem ser divididas em três grupos conforme a sua situação mediante o In-cra: quarenta famílias são cadastradas e assentadas (beneficiárias da política de reforma agrária); vinte e seis famílias são cadastradas, mas não assentadas⁴ e, por fim, quatorze famílias agregadas⁵ constituídas por filhos ou parentes dos assentados. Ao grupo de agregados foi concedida a permissão para construir suas casas no espaço que se conhece como “área de crescimento⁶”, conforme deliberação tomada em assembleia pelas famílias assentadas.

4 Aguardam no momento a desapropriação da Fazenda Pe. Cícero para que sejam juridicamente consideradas assentadas.

5 Entende-se por famílias agregadas aquelas que moram em um determinado assentamento, mesmo não possuindo registro formal no In-cra. Normalmente, trata-se de familiares de assentados que constituíram família.

6 Termo utilizado pelos assentados para nomear o pedaço de terra que não foi contabilizado nos lotes.

Muitos desses assentados são oriundos do próprio município Açailândia, com sua origem vinculada à vida no campo e com experiência na atividade agrícola; há alguns casos em que se verificou assentados que antes do acampamento viviam no centro da cidade, porém isso não significa que sejam citadinos de origem, pois há uma situação conjuntural que os impeliram a sair do campo e morar na cidade. Ressalte-se que o movimento migratório trouxe para a região de Açailândia pessoas de outros municípios do Maranhão, como Itinga do Maranhão, Coroatá, Barra do Corda, e também de outros estados, como Piauí, Paraná, Paraíba e Ceará, com uma trajetória de vida marcada pela resistência a um sistema que as exclui e subordina socialmente. Essas pessoas que hoje conformam o PDS João do Vale vieram compor a massa que ocupou a área motivada pelo desejo de terra para trabalhar e fugir, assim, da situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O processo de reivindicação da área para fim de criação de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária foi aberto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em consonância com o trâmite institucional administrativo de órgão competente executor do processo de arrecadação e destinação de áreas de interesse social para famílias de agricultores que se dedicassem a práticas de baixo impacto ambiental. Na época, quando foi realizada a análise do laudo técnico e socioeconômico regional, o parecer foi favorável à implantação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que no caso teria a capacidade de beneficiar 11 famílias em parcelas de 20 hectares, já excluídas as áreas de Reserva Legal, Preservação Permanente e Inaproveitáveis.

Porém, essa deliberação acerca da capacidade do assentamento pelo Incra foi contestada pelo MST juntamente com os acampados que, por sua vez, solicitaram que fossem assentadas 40 famílias, justificando que estes já haviam aguardado mais de 6 anos acampados para se tornarem beneficiários da política pública de reforma agrária. A organização do MST e dos acampados para pressionarem o Incra a

incluir as famílias excedentes⁷ significou um imprescindível demonstrativo das forças articuladas entre os sujeitos no protagonismo das lutas e consecução de direitos. Ficou então acordado que a área de 1.211, 2003 ha seria dividida em 41 parcelas, sendo uma destinada para agrovila e as quarenta restantes para famílias acampadas, com lotes de quase 30 hectares em média.

A retomada da posse da área ocupada pela fazenda Conquista II, pertencente à União, segundo à lei magna e dispositivos jurídicos para obtenção de terras de interesse social, culminou com a resposta favorável da destinação do imóvel para fim de Reforma Agrária. Conforme a Portaria do INCRA SR⁸ (12) MA/Nº 70 foi decretada a criação do PDS João do Vale de Código SIPRA⁹ MA1070000, no dia 19 de dezembro de 2011, sob a responsabilidade do Governo Federal/INCRA quanto sua implantação e desenvolvimento.

A análise dos elementos levantados no imóvel com o objetivo de apurar o cumprimento da função social da terra, assim como a identificação das benfeitorias úteis e necessárias apresentadas no Laudo Agrônômico de Fiscalização e Avaliação verificou dentre os vários aspectos estudados a viabilidade do PDS na área em questão. Foi cons-

7 As informações contidas no texto foram extraídas e analisadas a partir do parecer técnico, datado em 22 de setembro de 2011, realizado pela Unidade Avançada do Incra de Imperatriz /MA. O parecer teve como objetivo proporcionar informações necessárias à criação do PDS João do Vale, visando a sua viabilidade às famílias de pequenos produtores rurais, conforme letra “L” do § 1º do art. 2º - Dos procedimentos para Criação do Projeto de acordo com a Norma de Execução nº 69, de 12 de março de 2008, que dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

8 Superintendência Regional do Incra/MARANHÃO.

9 O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) destina-se ao tratamento, sistematização e recuperação de dados sobre os Projetos de Reforma Agrária (desde a criação até a sua emancipação), bem como dos beneficiários (da fase de cadastro, seleção, desenvolvimento socioeconômico à titulação), propiciando desta forma o conhecimento da realidade nas áreas dos assentamentos. Atualmente o Sipra tem informações de aspecto econômico-sociais, com registro dos programas ali desenvolvidos e, ainda, o cadastro atualizado de todos os assentados (INCRA).

tatada em vistoria pela equipe técnica do Incra a ausência de exploração de atividades agrícolas e pecuárias pelo autotitulado proprietário no período relativo a setembro de 2006 e agosto de 2007.

Embora quase toda área estivesse com cobertura de mata e capoeiras em regeneração natural, historicamente, a propriedade teve suas áreas de paisagem natural alteradas pelo processo de devastação da floresta nativa, para extração de madeira para atender às serrarias na década de 1970 e as carvoarias instaladas em consequência do polo siderúrgico na eminência dos grandes projetos de desenvolvimento no final da década de 1980 e início de 1990. Ainda, também, com a agropecuária que transformou as áreas florestais da região em pastagem para a produção de gado bovino acentuou o quadro de degradação da área.

O PDS João do Vale pode ser considerado um assentamento ainda em condições praticamente de acampamento, o que é nitidamente observável. O Assentamento ainda não dispõe de uma infraestrutura habitacional¹⁰ que ofereça condições dignas aos assentados para viverem em uma casa de alvenaria com estrutura física interna/externa¹¹ e instalação sanitária adequada que lhes dê mais comodidade, segurança e qualidade de vida. A ausência de políticas públicas de saneamento básico é visível. Torna-se contraditório que um projeto cuja pretensão de seu desenvolvimento baseie-se nos princípios da agroecologia de preservação do meio ambiente, os seus habitantes tenham de conviver em uma situação de precariedade que prejudique o equilíbrio da saúde humana em interação com o ambiente envolto.

10 Bergamasco (et al, 2004, p. 119) citando Lopes; Leone “afirma que as condições habitacionais têm sido arroladas entre os critérios para uma análise das condições sociais de vida e identificação da situação de pobreza no Brasil”. Vide em: LEITE; MEDEIROS, 2006.

11 O interior das moradias dos assentados é de chão de terra, colocando-os em condição de insalubridade. A estrutura física externa das casas é constituída de madeira ou até de barro; para cobertura das casas são utilizadas telhas de Brasilit, além do improvisado em parte com palha e lona.

O processo produtivo no Assentamento tem como base o trabalho individual das famílias. Não foi verificado trabalho cooperado entre elas em área coletiva. Ocorrem algumas iniciativas bem pontuais de cooperação simples, ou seja, alguns assentados recorrem à ajuda de um parente ou amigo, que nem sempre é assentado, para auxiliar no manejo do plantio e na venda da produção na cidade. Contudo, essa prática continua sendo esporádica entre os assentados.

Inserido no contexto de um modelo de Desenvolvimento Rural Sustentável que tem na agroecologia um referencial teórico-metodológico e fundamentos filosóficos que prima pela integralidade entre processos produtivos e preservação da biodiversidade, o Assentamento resente-se da falta de capacitação e assistência técnica para construção de processos de manejo produtivo associado ao aproveitamento adequado dos recursos naturais e sua preservação. Verificou-se que a pequena produção agrícola camponesa não se caracteriza como prática agroecológica, embora a comunidade utilize técnicas tradicionais de cultivo não prejudiciais à natureza. Ressalte-se que na maioria das plantações são usadas agrotóxicos e fertilizantes industrializados, porém com baixa intensidade.

Para a concretude de uma proposta agroecológica, torna-se necessário um conjunto de ações a serem implantadas de forma consistente e coerente com a realidade do ecossistema regional em que os assentados interajam no seu cotidiano. Entende-se que as ações empreendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural sob a perspectiva agroecológica poderão ser possibilidades agregadoras não somente da forma racional de produzir alimentos de qualidade, mas também do modo ético de viver as relações sociais em harmonia com o meio ambiente e ressignificar a relação do homem com a natureza para a construção coletiva de uma sustentabilidade ambiental e social.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES DO ASSENTAMENTO JOÃO DO VALE

A comunidade camponesa do PDS João do Vale convive diariamente com a movimentação do trem da Vale S.A., que passa no entorno do Assentamento carregado de minério de ferro com toda imponência de um gigante que exerce domínio e controle sobre as vidas das comunidades impactadas. O poder monopolista da empresa mineradora que tem na EFC um forte mecanismo de influência nas áreas que abrange, quanto ao seu espectro econômico, político e cultural, vai se espacializando para garantir a reprodução do lucro. Durante o longo percurso da EFC é manifesto uma disputa por territórios entre diversos grupos sociais (quilombolas, indígenas, camponeses, quebradeiras de coco e ribeirinhos) e o setor minerador que não hesita em desrespeitar as territorialidades dos povos, assim, desconsiderando os vínculos que se estabelecem entre os sujeitos e o território forjados na construção histórica das relações sociais para a reprodução da vida objetiva e subjetiva.

A Vale S.A. possui um largo histórico de degradação humana e ambiental que acompanha a sua política agressiva que não se dá somente no âmbito do mercado competitivo por ter uma grande reserva de minério de alta qualidade, mas que ocorre por meio de suas estratégias para ampliar a capacidade produtiva e de exportação com efeitos maléficos sobre as comunidades. Não obstante que populações tradicionais, movimentos sociais e organizações ambientais têm se lançado no enfrentamento contra as práticas exploratórias no território que são denunciadas por esses setores sociais. Acerca dos impactos negativos provocados pela empresa mineradora, Bossi (et al, 2009, p. 162) afirma:

As atividades da Vale causam acentuados impactos sobre os territórios e as populações que os habitam, gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulga-

dos. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos.

Em relação ao modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil e em particular no município de Açailândia, dentre os municípios maranhenses que compõem a área de abrangência da Ferrovia Carajás, concorda-se com o autor quando este diz que:

As práticas de exploração da Vale confirmam e acentuam o modelo de desenvolvimento desigual e concentrador brasileiro pelo qual a população local é afetada negativamente, ao mesmo tempo em que os benefícios econômicos são apropriados por acionistas nos grandes centros urbanos do país e no exterior. Todos os custos sociais e os passivos ambientais resultantes das atividades da Vale são ignorados e desconsiderados no discurso da empresa. (BOSSI, et al, 2009, p. 163).

Soma-se a isso o fato da dinâmica produtiva mineradora potencializar outras atividades correlatas que contribuem para reforçar e intensificar as problemáticas socioambientais já existentes e até mesmo reconfigurá-las em face dos desdobramentos de novos processos produzidos na dinamicidade dialética da realidade. Situação emblemática confirma-se na reorganização do espaço em localidades vantajosas sob o ponto de vista das transnacionais para a expansão e acumulação do grande capital. Nesse sentido, várias unidades siderúrgicas de produção de ferro gusa, assim como carvoarias, extensas áreas de eucalipto e o trabalho escravo constituem-se em elementos intrínsecos e essenciais à lógica expansionista do capital em Açailândia.

Em meio a toda contradição e mazelas produzidas no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento, em que o Programa Grande Carajás ganha destaque na consecução das atividades minero-siderúrgicas e no agronegócio como grandes empreendimentos redentores do alavancamento econômico no país, o assentamento rural nasce como espaço de enfrentamento diante do modelo de produção capitalista e, portanto, de contestação às estruturas sociais de dominação e exploração.

O PDS João do Vale como assentamento rural é uma forma de resistência no espaço e no território que guarda na sua trajetória de constituição a marca da sua história de luta pela terra e pelo direito a ter direitos. O processo organizativo dos assentados quanto aos aspectos sociais e políticos é inerente à complexa dinâmica da realidade nas suas diversas expressões cujas lutas de classes antagônicas e contraditórias são manifestas na disputa por projetos societários diversos. Partindo da compreensão do espaço como totalidade social em que os sujeitos constroem/reconstroem suas relações sociais e de trabalho, têm-se nessa perspectiva sujeitos que se organizam espacial e socialmente para garantirem sua existência material; ou seja, o espaço como construção sócio-histórica é a expressão das relações que se estabelecem entre os homens e outros homens e a natureza. Para Fabrini (2007, p. 10):

[...] o espaço surge como condição de produção e reprodução, pois através de uma determinada organização do espaço cria-se a possibilidade de reprodução do grupo social. São as condições materiais (materialidade da construção espacial) condicionando as relações sociais.

A resistência camponesa faz-se diante de um modelo de desenvolvimento rural hegemônico ancorado nos moldes de uma modernização industrializante que nega ao homem do campo produzir de

seu jeito e o que deseja com base na soberania alimentar. O campesinato gestado nas contradições do modo de produção capitalista é a forma organizativa de resistência a todas as mazelas produzidas pelo capital, dentre elas a fome que assola muitas famílias que vivem no campo e na cidade.

A dinâmica econômica que se processa em Açailândia está alicerçada na promessa de desenvolvimento para a região amazônica centralizada no Programa Grande Carajás que teve como desdobramento inúmeros projetos no Maranhão evidenciados hoje no beneficiamento do minério de ferro em ferro gusa e na extração de minerais, inclusive de ouro, sob o controle da empresa Vale S.A., na agropecuária (produção de carne bovina, couro e leite), no cultivo de soja, eucalipto, produção de gás e outros projetos voltados para o desenvolvimento do país. A grande investida do setor minero-siderúrgico volta-se para a abertura de novas minas no Pará e a duplicação da EFC para ampliar as exportações.

Compreende-se que a luta pela terra empreendida pelos camponeses do PDS João do Vale assume centralidade em suas vidas que, por sua vez, amplia-se, incorporando novas dimensões recorrentes da dinâmica imposta pelo setor minero-siderúrgico. Hoje os conflitos e a resistência dão-se em torno da linha férrea que torna os camponeses no seu cotidiano subjugados no que concerne ao controle sobre suas vidas. A empresa Vale consegue desencadear impactos socioambientais de forma bastante complexa que ora podem aparecer visíveis e de forma sutil como ocorre nas intervenções ideológicas e políticas nos espaços por onde a EFC atravessa.

O PDS João do Vale, juntamente com outros assentamentos, a exemplo do Assentamento Francisco Romão, já protagonizou várias situações de conflito e tensão com a empresa mineradora por se sentir prejudicado com a operacionalidade da duplicação da EFC. Mesmo mediante as inúmeras denúncias feitas pelas comunidades, movi-

mentos sociais, pela Rede Justiça nos Trilhos e com a intermediação do Ministério Público Federal, a Vale coloca-se em posição de total desresponsabilidade diante dos danos ambientais e sociais. As comunidades camponesas têm se organizado e se articulado politicamente nos movimentos sociais do campo e da cidade para discutir sobre os impactos e buscar alternativas para mitigar os efeitos negativos gerados no seio de um modelo de desenvolvimento industrial agudizador da questão agrária, uma vez que o próprio Estado mostra-se conivente com as estratégias de expansão do capital.

Desde 2010, com a duplicação da linha férrea, as comunidades camponesas que têm seu modo de vida, sua identidade cultural e seu direito de ir e vir violados por conta da política agressiva da Vale S.A. nos seus territórios, vêm travando debates em vários espaços participativos de construção da cidadania, seja na comunidade, juntando-se aos movimentos sociais, Igreja e universidades. A forma manifesta das mobilizações dos assentados do PDS João do Vale define a resistência diante de um projeto que os exclui e, portanto, reivindicar providências para os problemas significa dar visibilidade às contradições, ao conflito entre classes sociais antagônicas. O fato de ocupar a estrada vicinal, bloqueando a passagem de veículos da empresa Vale S.A. em direção aos canteiros de obra, é uma forma contestadora diante da expansão crescente do capital às custas dos impactos negativos sobre a comunidade.

O período compreendido entre 2010 e 2014 foi marcado por seminários organizados pela Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale, movimentos sociais e as lideranças das comunidades vizinhas, a exemplo do seminário ocorrido no Assentamento Novo Oriente que, na ocasião, reuniu os assentados para discutirem sobre os impactos da duplicação da ferrovia e as propostas das benfeitorias para as comunidades afetadas a serem apresentadas e negociadas com a Vale S.A. Foram realizadas várias mobilizações motivadas pelo

descumprimento dos acordos firmados pela empresa mineradora para efetivação de ações compensatórias nos assentamentos. O des-caso e a desresponsabilidade para com os problemas socioambientais que a empresa tem produzido de Carajás ao Maranhão em nada convergem para o discurso da responsabilidade social, visto que é campeã em violação de direitos humanos, sociais e trabalhistas. Porém, a forma como a comunidade do PDS João do Vale e comunidades vizinhas vêm se organizando politicamente nos movimentos sociais com apoio do MST, da Justiça nos Trilhos, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STR's, os assentados têm potencializado as suas lutas diante da rival que eles afirmam ter: a empresa Vale S.A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreende-se que na atual dinâmica socioeconômica e espacial sob a perspectiva de reprodução e expansão do grande capital, o Assentamento João do Vale insere-se como espaço sócio -histórico das lutas pela terra e dos conflitos socioambientais na Amazônia maranhense. É nesse contexto de resistência camponesa que os sujeitos mobilizam-se e organizam suas formas de luta, inclusive da ocupação de terras, demarcando uma posição social e política do campesinato como classe social com projeto societário distinto do modelo hegemônico rural configurado no agronegócio atrelado ao setor produtivo minero-siderúrgico.

O estudo acerca da complexidade das relações sociais, econômicas e políticas conformadas na realidade de Açailândia coloca-nos diante de antigos e novos dilemas no contexto agrário e de uma desafiante busca de conhecer e apreender a dinâmica do agronegócio e do setor minerador nos processos desencadeadores de uma cadeia destrutiva do meio ambiente e de vidas humanas como panaceia de um modelo de desenvolvimento dependente que reforça cada vez mais as relações de dominação e exploração sobre os segmentos sociais pauperizados e excluídos da sociedade.

A Amazônia Legal é um legado, sem dúvida, da cobiça de setores econômicos nacionais e internacionais na corrida desmensurada por melhores vantagens locais sob o ponto de vista econômico com a exploração do potencial da mata nativa e dos recursos minerais; logístico quanto área estratégica de escoamento de mercadorias, além do fluxo de trabalhadores como força de trabalho por meio de rodovias e ferrovias construídas no âmbito das políticas desenvolvimentistas desde a década de 1950 para integrar a região amazônica a outras regiões do país, tornando-a um mercado produtor de gêneros agrícola e de minerais, sobretudo de exportação para atender interesses internacionais e, ao mesmo tempo, mercado consumidor de produtos industrializados de setores econômicos consolidados na região Sul e Sudeste do país. Não obstante, que as políticas desenvolvimentistas idealizadas e implantadas no período da Ditadura Militar intensificaram antigos problemas sociais que a exemplo da questão agrária com a introdução de uma política agrícola modernizadora e industrializante, contraditoriamente, recrudescer o caráter conservador de uma estrutura agrária concentracionista, injusta e desumana, acompanhada da violência em suas diferentes modalidades contra a classe trabalhadora rural e os camponeses.

No Maranhão, de forma particularizada a região oeste que representa geograficamente a porção territorial inserida na Amazônia, pode-se afirmar que a questão agrária, ao longo dos históricos anos de luta e resistência dos camponeses por um pedaço de terra para viver e trabalhar, reconfigurou-se e incorporou novas questões que vão além da luta pela terra e reforma agrária em virtude das contradições gestadas na própria dinâmica do capital de se metamorfosear para sair das crises. É inegável a estreita relação que há entre questão agrária e meio ambiente, uma vez que o desmatamento para a construção de rodovias e a implantação de grandes projetos agropastoris e agroindustriais fizeram-se às custas da expulsão de centenas de fa-

mílias distribuídas em diversos grupos sociais, como: seringueiros, pescadores, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, indígenas e camponeses. Os impactos socioambientais decorrentes dos auspiciosos projetos de desenvolvimento incidem sobre a vida dessas comunidades desterritorializando-as e, portanto, desorganizando as suas vidas social e politicamente.

O Assentamento João do Vale, na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, inserido no contexto da dinâmica produtiva do agronegócio e do setor minero-siderúrgico, ambos setores da economia nacional que corroboram com o movimento expansionista do capital, oportuna reflexões profundas e pertinentes para o debate acerca de limites e possibilidades postos a um PDS mediante um Projeto de Desenvolvimento Rural que privilegia interesses econômicos e políticos de grandes corporações nacionais e internacionais e nega a materialidade de políticas públicas na sua integralidade que contribuam para o desenvolvimento do Assentamento estudado que apresenta a particularidade de garantir a preservação e recuperação do ecossistema amazônico e da reprodução da vida social. O PDS João do Vale é a expressão da luta pela terra e Reforma Agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST circunscrita nos processos históricos de resistência na construção/reconstrução de estratégias de pressão sobre o Estado e as empresas/corporações nacionais e internacionais para obtenção de suas demandas. Na atualidade, têm sido cada vez mais comuns os conflitos agrários na região do oeste maranhense vinculados aos problemas socioambientais ocasionados pelo setor minerador e pelas suas atividades correlatas como as siderúrgicas, carvoarias e o monocultivo de eucalipto.

O grande empreendimento de duplicação da Estrada de Ferro Carajás tem afetado as comunidades com destaque para o PDS João do Vale que, desde 2010, vem empreendendo suas lutas reivindicatórias

devido à obra de duplicação da empresa Vale S.A. por se sentir prejudicado pelos danos causados e, assim, requerendo ações compensatórias para mitigar os prejuízos. A resistência camponesa sinaliza a consciência política da coletividade forjada nas experiências conjuntas constituídas na produção/reprodução do espaço sócio-histórico e político desde o acampamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Desni Lopes. *Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contrates: o caso Piquiá de Baixo Açailândia* – MA. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

AZAR, Zaira Sabry. *Relação de Trabalho e Resistência Camponesa no Assentamento Califórnia no Desenvolvimento Dependente no Maranhão*. 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BOSSI, Dário et al. A face agressiva da Vale. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

FABRINI, João Edmilson. *A resistência camponesa para além dos movimentos sociais*. 2007 Disponíveis em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1406>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Indicadores Socioeconômicos 2010*. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em: 13 jun. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA

AGRÁRIA – INCRA. *Sistema de informações de projetos de Reforma Agrária (SIPRA)*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf> Acesso em: 8 de mar. 2014.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICOS – IMESC. *Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: período 2007 a 2011*. São Luís: IMESC, 2013. v. 9.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Rui Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Carla Cristiane; PINTO, Vicente Paulo dos. *Campo, cidade, urbano e rural: categoria e representações*. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

IANNI, Octavio. *A formação do proletariado rural no Brasil – 1971*. In : *O debate na esquerda – 1960 – 1980*, pp. 127 – 146. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da colonização. In: _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 19-32.

STÉDILE, João Pedro. *O debate na esquerda – 1960 – 1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

A REGIONAL ITAPECURU DO MST¹

Isaac Giribet Bernat²

O MST E A ORGANICIDADE

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) gestou-se e foi fundado nos últimos anos da Ditadura Militar (1964-1985), inserido num contexto de transição política quando do campo brasileiro emergiam novamente com força as reivindicações pela aplicação de uma Reforma Agrária (MORISAWA, 2001). Com a criação deste movimento social, em janeiro de 1984, pretendia-se fazer confluir as diversas experiências de luta pela terra que estavam sendo realizadas de forma desco-

1 O presente artigo está baseado no Relatório Técnico do projeto de pesquisa financiado pelo Edital Universal FAPEMA Nº 40/2014 – Faixa B: “QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região do Vale do Itapecuru”, finalizado em setembro de 2017.

2 Professor Adjunto II do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), possui Doutorado Internacional em História pela Universitat de Lleida. Tem experiências nas áreas de História Agrária, História dos movimentos sociais contemporâneo e Cooperação Internacional para o desenvolvimento.

nexa em diferentes estados, juntando esforços para poder ter uma maior capacidade de pressão perante os poderes públicos federais (GRZYBOWSKI, 1991).

Em poucos anos, o MST conseguiu abrangência nacional e se erigiu com uma organização com formas de luta e resistência construídas ao calor dos conflitos sociais travados no cotidiano contra a grande propriedade rural apoiada pelo Estado. Desde o início, o Movimento entendeu que seus objetivos ultrapassavam a implementação de uma política pública para desconcentrar a propriedade rural e assumiu também posições que propugnavam a transformação da sociedade (STEDILE; FERNANDES, 2012). Para conseguir seus objetivos, ao longo dos anos, o MST desenhou diversas formas de composição e articulação de suas bases para torná-las um sujeito ativo presente no dia a dia das comunidades acampadas e assentadas, este arcabouço de estruturas que conformam o Movimento recebe o nome de “organicidade”.

Organicidade é uma palavra que criamos [se refere ao MST] para designar a relação que deve ter uma parte de nossa organização com as demais partes. Mas não pode ser apenas uma relação teórica, como também física, prática e mística. (...). O princípio fundamental da organicidade é seu espírito combativo e coletivo. Não pode haver isolamento e nem individualismo, cada parte é responsável por si e pelo bom funcionamento das outras partes. (BOGO, 2000).

Segundo Carter e Carvalho (2010), a estrutura interna do Movimento Sem Terra reflete dois legados históricos. O primeiro, resultado de manter a unidade organizacional entre a luta dos acampados e assentados, o que deu coesão e retroalimentou

as mobilizações ao mesmo tempo que construía pontes entre as diversas gerações de militantes. Enquanto o segundo era aquele que reproduzia elementos das condições sociais existentes, durante a primeira metade da década de 1980, nos estados meridionais onde o MST eclodiu com mais vigor.

Ao longo da sua história, o MST ensaiou diversas formas de organicidade à procura de um paradigma organizativo capaz de reduzir a espontaneidade própria de um movimento de massas, superando o imediatismo através de uma metodologia capaz de aumentar cada vez mais a participação das bases nos processos decisórios. Nesse processo de construção organizacional, teve um papel central o IV Congresso Nacional, realizado em Brasília no mês de agosto do ano 2000.

Como resultado do acúmulo dos intensos debates realizados na segunda metade da década anterior, no IV Congresso o MST decidiu iniciar a aplicação de uma nova forma de estruturação interna e de participação dos acampados e assentados na toma de decisões. Essa organicidade deveria se comportar como um tripé consistente em uma proposta de estrutura organizativa, um método de trabalho político e um conjunto de mudanças que precisavam ser realizadas para não sucumbir como movimento social numa conjuntura adversa. Está forma mais recente de conceber a estrutura interna do Movimento será conhecida como “Nova Organicidade”.

Com a Nova Organicidade o MST pretende soldar três elementos que devem converter-se em seu vetor organizativo: direção coletiva, estrutura horizontal na toma de decisões e presença da organicidade em todas e cada uma das atividades desenvolvidas pelo Movimento. Será através da direção coletiva, fomentada pela nova estruturação orgânica, que se possibilitará um método de toma de de-

cisões de caráter horizontal. (GIRIBET BERNAT, 2012).

A Nova Organicidade não foi implementada da mesma forma em todos os estados³. Assim como no Maranhão, na maioria dos estados onde o MST está territorializado, não foi materializado o elemento mais inovador da Nova Organicidade – a substituição das “Regionais” por “Brigadas de 50 e de 500 famílias” (GIRIBET BERNAT, 2012). Porém, no nosso entendimento, a relevância do debate do IV Congresso Nacional não residia na substituição de uma instância geográfica por outras quantitativas, mas na assunção por parte do Movimento da necessidade de ampliar sua capilaridade, tornando sua base atuante no cotidiano dos acampamentos e, sobretudo, dos assentamentos mediante a participação nas instâncias de representação e decisão – basicamente, Núcleos de Base e Setores.

Na hora de concretizar os princípios da Nova Organicidade, as coordenações dos diversos estados avaliaram a melhor forma de implementá-la a partir das idiosincrasias existentes – evitando tornar sua efetivação, total ou parcial, um ato impositivo. Miranda (2003), na hora de fazer referência à criação e consolidação do MST no Maranhão, aponta que o Movimento no estado apresenta uma série de particularidades que precisam ser levadas em consideração para melhor entendê-lo, singularidades que

3 A Nova Organicidade envolve todas as estruturas internas que compõem o Movimento Sem Terra, desde sua instância básica, que aglutina grupos de famílias acampadas e assentadas, até o Congresso Nacional, onde se dirimem as principais linhas de atuação que o MST empreenderá nos cinco anos seguintes. Dentro de cada um dos estados o Movimento se organiza horizontalmente desde os Núcleos de Base, de aproximadamente 10 famílias, até a Coordenação Estadual, que é a principal instância de decisão na esfera dos estados. Ao mesmo tempo, estas instâncias de decisão estão permeadas pelos Setores, grupos de trabalho temático que tratam especificamente de questões consideradas estratégicas para o Movimento, desde a produção até o gênero passando pela educação entre outros (FERNANDES, 1999).

também nos parecem fundamentais para compreender a atual conformação orgânica do MST maranhense assim como a forma com permearam nela os princípios da Nova Organicidade.

Na discussão sobre a formação da identidade do Movimento dos Sem-Terra, deve se levar em conta também, o passado cultural e as contradições específicas de cada segmento particular, principalmente em regiões, como o Maranhão, onde há uma pluralidade de segmentos como: posseiros, quebradeiras de coco, trabalhadores rurais, meeiros, remanescentes de quilombos, o povo indígena, atingidos pela base de Alcântara. (MIRANDA, 2003).

O desafio orgânico, lançado no IV Congresso Nacional, reverberou nas estruturas do MST, sobretudo, no ponto que enfatizava a necessidade de democratizar a tomada de decisões mediante o aumento da participação das bases e da multiplicação do número de militantes que atuavam nos diversos Setores. Já as medidas consistentes em adotar novas instâncias de decisão tiveram uma adesão bem menor.

Dessa forma, na atualidade, o MST adota concomitantemente duas formas diferentes de articulação orgânica nos estados onde está presente. A primeira, parecida com a que vigorou no MST desde sua fundação, atende a parâmetros de ordem geográfica sem levar em consideração o número de famílias, trata-se das chamadas “Regionais”. A segunda corresponde ao modelo estrutural mais fiel aos princípios propostos no IV Congresso Nacional, que atende ao pedido de criação de novas instâncias de representação e decisão que agrupem, independentemente da região geográfica, um número aproximado de 500 famílias subdivididas em 10 grupos de umas 50 famílias – “Brigadas de 500 e 50 famílias” (GIRIBET BERNAT, 2012).

O processo de construção histórica do MST relatado a seguir, corresponde ao primeiro dos casos.

INÍCIOS DA REGIONAL ITAPECURU

A Regional Itapecuru é a expressão orgânica que adota o MST nas Microrregiões maranhenses de Chapadinha, Itapecuru Mirim e Coelho Neto. Sua conformação como estrutura do Movimento Sem Terra iniciou-se a partir da segunda metade da década de 1990, dando sequência ao próprio interesse de Movimento para implantar-se além do Sul do estado onde, até esse momento, tinha focalizado suas ações de ocupação de terra, criação de acampamentos e consolidação destes através da política pública de criação de assentamentos rurais (MIRANDA, 2003).

Dando sequência a uma dinâmica que seguia em direção sul-oeste-leste, o MST do Maranhão avançou pelo estado em função dos apoios que recebia por parte de sindicatos dos trabalhadores rurais, partidos políticos de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica, assim como das possibilidades de disputar áreas passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Nesse sentido, para o processo de constituição da Regional Itapecuru, foi fundamental a criação, em 1994, do Assentamento Diamante Negro/Jutahi na interface dos municípios de Igarapé do Meio e Monção. Este Assentamento se estabeleceu como ponte entre as áreas consolidadas das Microrregiões de Pindaré e Médio Mearim e as que surgiram na Microrregião de Itapecuru Mirim (TAVEIRA, 2002).

Segundo uma dirigente da Regional Itapecuru (16/04/2017⁴), na leitura dos órgãos de direção estadual da época, a Microrre-

4 Com o intuito de preservar a confidencialidade dos entrevistados, na hora de ser referenciada a fonte oral constará apenas a função orgânica do depoente, se se trata de um homem ou de uma mulher e a data em que foi realizada a entrevista.

gião itapecuense possuía grande potencial para a estratégia de expansão do MST, pois estava formada por grandes propriedades com inúmeros conflitos de terra oriundos da negativa das famílias camponesas a pagar o foro⁵. Com o intuito de avançar no processo de territorialização, a Coordenação Estadual deliberou que militantes de outras partes do estado se deslocassem até ali para iniciar atividades de conscientização e politização dos trabalhadores rurais. Na hora de realizar estes chamados de “trabalhos de base”, os militantes do Movimento contaram com a contribuição dos sujeitos sociais que já se mostravam ativos na defesa da Reforma Agrária, sendo estes, sobretudo, agentes pastorais e militantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

No bojo deste processo de expansão que vivenciou o MST precisa-se salientar que, desde o início dos trabalhos de base para a realização da primeira ocupação, o Movimento tinha clareza de estar começando uma nova frente de luta pela terra no estado e que, caso a empreitada conseguisse ter sucesso, esta nova forma orgânica receberia o nome de Regional Itapecuru (DIRIGENTE ESTADUAL, 02/09/2017).

Por volta de três meses após o início dos trabalhos de conscientização, foi realizada a primeira ação do Movimento na futura Regional, tratou-se da ocupação da área do atual Assentamento Conceição Rosa, no município de Itapecuru Mirim em 16 de julho de 1998. Uma parte importante das famílias que participaram da ocupação tinha contato prévio com o latifúndio.

5 Pagamento que as famílias camponesas eram obrigadas a realizar a aquele que exercia como proprietário da terra, mesmo que nem sempre essa propriedade fosse legalmente registrada; normalmente, o pagamento era realizado depois de efetuada a safra e em espécie. O sistema do “foro” acostumava a incluir outras duas obrigações para as famílias camponesas, sendo estas a venda da produção ao latifundiário (a preços abaixo do mercado) e a compra dos mantimentos no barracão dele (a preços acima do mercado).

dio, seja porque moraram no local e foram expulsos ao se negar a pagar o foro ou porque haviam realizado diárias para alguma empreitada (ASSENTADO CONCEIÇÃO ROSA, 12/04/2017).

Uma vez [a Direção Estadual] determina que é uma região de grande potencial vai deliberar que militantes de outras regiões façam trabalho de base junto com a Igreja. Nessa época ainda tinha Comunidades Eclesiásticas de Base da Igreja Católica, você tinha o próprio PT que era muito forte, ligado às comunidades e que disputava a questão da terra e que defendia a Reforma Agrária. Esse grupo do PT e da Igreja que vai articular o MST para ir para a região de Itapecuru. Assim o MST vai para essa região, assim como para todas as outras, via essas lideranças [Igreja Católica e PT]. (...). No período [final de 1997], você tem em São Luís o Encontro Estadual do PT e da CPT [Comissão Pastoral da Terra] e depois ainda vai ter um encontro de Comunidades [Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)], né? E esses aproveitam para fazer contato com MST que estava procurando para se expandir. Aí, em Itapecuru, você vai ter um grupo vinculado ao PT e você vai ter um grupo vinculado a Igreja, que vai fazer os contatos com as lideranças do Movimento. (DIRIGENTE ESTADUAL, 02/09/2017).

A primeira ocupação de terra realizada pelo MST no município de Itapecuru Mirim tornou o Movimento Sem Terra conhecido numa região de colonização antiga, caracterizada pela grande propriedade rural e pelo pagamento compulsório do foro. Pela credibilidade acumulada pelo Movimento, desde o início das atividades no estado em 1985 (FERNANDES, 2000), para as famílias camponesas tornou-se plausível a possibilidade

de emancipação do pagamento de foro através da luta organizada junto a um movimento social que viabilizaria seus anseios por terra, o que provocou um avanço acelerado das lutas pela Reforma Agrária nos primeiros anos de existência da Regional (DIRIGENTE ESTADUAL, 02/09/2017).

A seguinte ocupação foi realizada na área do atual Assentamento Padre Josimo⁶, em 15 de março de 1999, no município de Presidente Vargas. Nesse caso, foram as próprias famílias que faziam parte do Acampamento Conceição Rosa as encarregadas de realizar os primeiros trabalhos de base nos bairros periféricos do município, onde se sabia da existência de um número importante de famílias com interesse em se inserir na luta, pois haviam sido despejadas da terra pela negativa a pagar o foro. Posteriormente, foram marcadas diversas reuniões preparatórias no salão paroquial, na sede do sindicato, no clube da cidade e até no meio da rua. Apesar de se tratar de umas famílias que moravam na periferia do município, quase todas elas tinham experiência em agricultura e haviam deixado o contexto rural recentemente – parte destas, inclusive, haviam trabalhado na própria fazenda que seria ocupada⁷. Apesar de que a ocupação tenha contado com o apoio da Igreja Católica e do PT, sofreu o boicote do sindicato de trabalhadores rurais – durante a entrevista, foi enfatizado que a negativa do sindicato local foi devida às pressões recebidas pela proprietária da fazenda, que na época era vereadora do município (FILHA DE ASSENTADO PADRE JOSIMO, 27/02/2017).

6 Nome escolhido em homenagem ao padre da Igreja Católica e coordenador da CPT na região do Bico do Papagaio, assassinado em 1986 na cidade de Imperatriz-MA por uma articulação de grandes proprietários descontentes pela sua militância em prol dos direitos sociais e políticos das populações pobres do campo (MORISAWA, 2001).

7 Famílias que ao longo dos anos haviam sido expulsas ou haviam deixado a área por diversos motivos – parte delas, pela negativa a pagar o foro.

A próxima ocupação realizada pela Regional Itapecuru aconteceu no dia 16 de junho de 1999, em Vargem Grande, na área que passaria a ser conhecida como Assentamento Padre Trindade⁸. Tratou-se de um processo protagonizado, principalmente, por famílias que estavam morando na periferia do município depois de serem expulsas do latifúndio por se negar a pagar o foro. Desta forma, mais uma vez, na incipiente Regional Itapecuru, encontramos a característica de uma parte substancial das famílias participantes do processo de ocupação já tiveram contato prévio com a área: “para essas famílias expulsas anteriormente, a ocupação da área onde já viveram e trabalharam tem toda essa mística do retorno a terra”. (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Chegadas a este ponto torna-se preciso salientar que, quando fazemos referência à forma como são tomadas as decisões nas bases do MST para efetuar uma ocupação, é preciso levar em consideração que quem efetivamente decide a fazenda alvo de uma ocupação e a data da mesma são as próprias famílias, com orientação política e auxílio material do Movimento, mas sem a possibilidade de imposição por parte deste. Afinal de contas serão as famílias camponesas que, por meio de a ação antagonista de ocupar uma área em disputa, colocarão em risco a própria vida para alcançar a tão desejada terra.

Em entrevista, a dirigente da Regional Itapecuru destaca este Assentamento como um dos mais alinhados aos princípios orgânicos do MST, onde todas as decisões importantes são tomadas conjuntamente com a direção da Regional (16/04/2017).

⁸ Padre da Igreja Católica que na metade do século XX teve uma ação pastoral de destaque no município de Vargem Grande. Por esse motivo as famílias decidiram homenageá-lo com o nome do acampamento e, posteriormente, do assentamento (ASSENTADO PADRE TRINDADE, 08/06/2016).

Como exemplo desse compromisso político existente com a instância regional superior, um assentado destaca que, ao longo dos anos, diversas famílias foram expulsas por descumprirem o regimento interno e que, em acordo com a Regional, foi decidido deixar as casas vazias para moradia das famílias que seriam conformadas futuramente pelos jovens da comunidade – os conhecidos como “agregados” (ASSENTADO PADRE TRINIDADE, 08/06/2016).

A seguinte ação do Movimento Sem Terra na Regional aconteceu no município de Nina Rodrigues. Tratava-se de um município caracterizado por ter a maior parte da população morando fora do núcleo urbano e possuir um dos sindicatos de trabalhadores rurais mais combativos da região, “que nunca foi pelego⁹.” (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017). A nova territorialização, o futuro Assentamento Palmares II, foi realizada em um dos maiores latifúndios do município – com mais de 25.000 hectares.

Nesse caso, para a realização dos trabalhos de base, a militância do MST contou com o apoio de estruturas de luta pelos direitos dos trabalhadores já consolidadas em Nina Rodrigues. Se tratava de pessoas em que permeava uma tripla militância, sendo esta de base confessional (Comunidades Eclesiais de Base), político partidária (PT) e sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nina Rodrigues). Era este núcleo de militantes sociais que, bem antes da inserção no MST¹⁰, já se negavam a efetuar o pagamento do foro e enfrentavam o monopólio mercantil do latifundiário, que obrigava as famílias camponesas a venderem

9 Termo coloquial que se usa no contexto rural para definir aqueles que, mesmo sendo oriundos dos setores populares, defendem os interesses dos grandes proprietários.

10 Os primeiros casos referenciados pelo entrevistado datam do início da década de 1980 (ASSENTADO PALMARES II, 17/01/2017).

no comércio dele a totalidade dos itens agrícolas e extrativistas abaixo do preço de mercado. Apesar de não se subordinar à tutela e exploração imposta pelo grande proprietário, essas famílias mantiveram suas casas e roças dentro da área, mesmo sofrendo ameaças e constantes retaliações.

A sede, que era no São Domingo [uma das agrovilas que conforma o atual Assentamento], tinha um comércio. Esse comércio era quem comprava toda a produção de aquela área: coco, arroz... tudo, né? Ali recebia o foro, quando tu fazias a roça era três a um, né? Na época de cada três paneiros¹¹ de arroz um era pro proprietário, três paneiros de farinha um era pro proprietário e o coco [babaçu] tu quebrava, mas não podia vender fora [do latifúndio], tinha que vender lá [no comércio da sede da fazenda] ao preço que eles marcavam. Vender fora era considerado furto e se fossemos pegos tinha suas penalidades podendo até ser expulsos. (ASSENTADO PALMARES II, 17/01/2017).

Este grupo politizado e com grande capacidade de articulação tanto dentro como fora do latifúndio, quando soube das ocupações acontecidas nos municípios vizinhos de Itapecuru Mirim, Presidente Vargas e Vargem Grande procurou a militância do MST para conhecer melhor o Movimento e indagar sobre a possibilidade de se inserir em sua estrutura orgânica. Como afirma uma dirigente da Regional Itapecuru (16/04/2017): “eles convocaram o Movimento Sem Terra e nós vamos lá a convite dos trabalhadores daquele lugar [Nina Rodrigues]”.

11 Recipiente de forma circular feito de palha de coco babaçu usado como medida no contexto rural, com capacidade aproximada de 30 quilos de farinha de mandioca (informações coletadas a campo).

O latifúndio, assim como o atual Assentamento Palmares II, apresentava uma divisão da área em sete agrovilas. Destas, apenas as três de maior porte aderiram formalmente ao MST¹², se trata de Balaiada, Palmares e São Domingo. Não nos parece que seja por acaso que fossem estas três agrovilas as que apresentavam também uma maior oposição ao pagamento do foro e, onde a tripla articulação conformada pelo sindicato de trabalhadores rurais, Igreja Católica e PT, era mais consolidada (ASSENTADO PALMARES II, 17/01/2017).

Para transformar o velho latifúndio em um assentamento de Reforma Agrária, as famílias recém-inseridas no MST e os militantes da Regional Itapecuru planejaram uma estratégia que consistiu em tentar incluir nos processos de luta pela terra, de forma progressiva, as sete agrovilas que conformavam o latifúndio iniciando com as três mais estratégicas por ser as mais populosas, de melhor acesso à sede municipal e mais politizadas. O primeiro engajamento se deu na comunidade Palmares e consistiu na realização de uma mística e o hasteamento da bandeira do Movimento em um local visível, em 28 de junho de 1999. No dia seguinte, o mesmo procedimento foi repetido na agrovila Balaiada. Uma vez foi constatada a presença do Movimento na grande propriedade, tanto o latifundiário como o Poder Público iniciaram uma campanha de ameaças de despejo e possíveis represálias para aquelas famílias que não desistissem de sua ação ou que aderissem a ela (ASSENTADO PALMARES II, 17/01/2017).

Como a campanha de intimidação não conseguiu amedrontar as famílias das agrovilas Palmares e Balaiada, o Poder Público mudou de tática e tentou criar um cordão sanitário para evitar

12 Estas três agrovilas supõem 218 das 380 famílias cadastradas que compõem o Assentamento Palmares II.

que as outras cinco agrovilas se inserissem no mesmo processo de luta. Com esse intuito, foram espalhados todo tipo de boatos sobre as supostas intenções malévolas que perseguiam os Sem Terra, assim como foram realizadas campanhas de cooptação mediante a distribuição de cestas básicas para as famílias. Diante dos acontecimentos, para as duas agrovilas que aderiram ao MST o principal objetivo passou a ser somar a agrovila São Domingo, pois esta contava de grande valor estratégico ao conter a sede da antiga fazenda e dar um acesso mais rápido ao município – tornando-se assim o caminho mais fácil para uma possível entrada na área de forças policiais que poderiam efetuar um despejo. Finalmente, as famílias da agrovila São Domingo junto com militantes do MST ocuparam fisicamente a sede da fazenda, em 16 de outubro de 1999, com o caráter simbólico que uma atuação desta natureza supõe. Esta ocupação materializou a inserção desta terceira agrovila ao Movimento Sem Terra. Devido às pressões recebidas e às campanhas difamatórias e de cooptação realizadas, as outras agrovilas declinaram unir-se ao Movimento¹³ (ASSENTADO PALMARES II, 19/01/2017).

E o que que o Poder Público fez ali? ele foi fazer um trabalho ideológico de jogar as comunidades contra os Sem Terra criando várias especulações. Primeiro a ideia do comunismo, que os Sem Terra são comunistas e comunistas comem gente [risos]. E uma segunda ideia de que nós [MST] iria dominar o território e tirar todos eles de lá e botar só Sem Terra [famílias acampadas em outras áreas vinculadas ao MST]. E por isso você tem quatro comu-

13 A tensão criada dentro do antigo latifúndio entre as agrovilas inseridas no MST e aquelas que não aderiram não impediu que todas as famílias das sete agrovilas que conformam a área fossem observadas pela política de Reforma Agrária materializada mediante a criação do Assentamento Palmares II.

nidades que não aderiram ao Movimento. (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Poucas semanas depois da inserção da agrovila São Domingo, a Regional Itapecuru fazia-se novamente presente no município de Nina Rodrigues. Mais uma vez, se trava de comunidades camponesas em conflito com o latifundiário pela negativa a pagar o foro. Tratava-se das agrovilas Buriti, Vila Esperança e Bom Jesus, que compunham a grande propriedade conhecida como fazenda Mangueira. O grupo ninense do futuro Assentamento Palmares II que aderiu ao MST e as três agrovilas da fazenda Mangueira eram velhos companheiros de luta, pois além de pertencer ao mesmo município participavam da mesma reivindicação por acesso a terra articulados pela Igreja, PT e sindicato de trabalhadores rurais. As atuações emancipatórias em um dos latifúndios reverberaram poucos meses depois no outro “o Assentamento Mangueira surge do Palmares II.” (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017). O engajamento das três agrovilas da fazenda Mangueira ao Movimento se fez de forma conjunta, estratégica e simbólica em 11 de novembro de 1999, consistindo na ocupação física da sede da antiga fazenda que ostentava um lugar central da área (ASSENTADO MANGUEIRA, 28/05/2017).

O processo que levou a criação do Assentamento Mangueira foi muito tenso, registrando inclusive o assassinato de um dos moradores da agrovila Vila Esperança¹⁴. No período que transcorreu entre a ocupação e a criação formal do Assentamento por parte do Instituto Nacional de Colonização e Refor-

14 Nesse período, Evaldo Nascimento Filho foi assassinado por engano ao ser confundido com o pai dele, liderança da Vila Esperança. Até o momento presente ninguém foi preso ou processado pelo crime (ASSENTADO MANGUEIRA, 28/05/2017).

ma Agrária (INCRA), um fazendeiro do município adquiriu a área de forma irregular e iniciou uma campanha de amedrontamento trufada de ameaças e agressões contra a comunidade (ASSENTADO MANGUEIRA, 28/05/2017).

Com a inserção deste segundo latifúndio de Nina Rodrigues na Regional Itapecuru, encerra-se um primeiro ciclo de atividades onde, em um período de tempo de menos de um ano e meio, o MST conseguiu territorializar-se em nove comunidades de quatro municípios diferentes¹⁵. Pela rapidez em que se deu este período inicial, a Regional atuou sem militantes oriundos das áreas conquistadas na Microrregião de Itapecuru Mirim, que ainda encontravam-se em processo de formação política nos cursos do Movimento. Este primeiro ciclo caracterizou-se mais por umas ações pautadas pelas urgências apresentadas por umas comunidades camponesas em conflito contra o latifúndio e seus mecanismos de subordinação, que como resultado de um planejamento estratégico específico de médio e longo alcance como acontecerá posteriormente (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

CONSOLIDAÇÃO DA REGIONAL ITAPECURU

No final de novembro do ano de 1999, após a inserção das três comunidades da fazenda Mangueira no MST, houve uma reunião no Acampamento Padre Josimo com os coordenadores das nove comunidades que nesse momento conformavam a Regional Itapecuru, a pauta consistia em abordar as problemáticas que estavam vivenciando os diversos acampamentos e definir as futuras estratégias de expansão. A reunião contou com a presença dos dois coordenadores, um homem e uma mulher,

¹⁵ Que burocraticamente se materializaram em cinco assentamentos, pois tanto Palmares II como Mangueira continham três comunidades diferentes.

de cada uma das nove áreas que conformavam a Regional nesse momento. No encontro, decidiu-se que nas próximas ações tentar-se-ia a ocupação de duas áreas que se entendiam como estratégicas, “Baturité” em Chapadinha e “Placa” em Vargem Grande, pois nelas além de existir conflitos pela negativa de pagar o foro eram propriedade do fazendeiro do futuro Assentamento Palmares II¹⁶. Esta reunião nos parece fundamental, pois, ao contrário do que havia acontecido até esse momento em que o MST era chamado nas áreas em conflito, a Regional Itapecuru adotava uma posição proativa que se materializaria mediante a realização de uma série de trabalhos de base que culminariam com uma proposta para que as áreas referidas se inserissem ao Movimento (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Convém frisar que esta atuação por parte da Regional Itapecuru não surgiu do acaso nem foi resultado de uma atitude excessivamente arriscada. Nas comunidades rurais da área de abrangência da Regional era presente na época um forte vínculo com a Igreja Católica, resultado de uma ação pastoral intensa constatável na participação das famílias nos encontros religiosos e referenciado de forma recorrente nas entrevistas que mantivemos com acampados, assentados e dirigentes do MST ao longo de dois anos de pesquisas (GIRIBET BERNAT, 2017). Foi no contexto desses encontros religiosos, com a cumplicidade de padres e freiras, onde representantes das diversas comunidades rurais coincidiam e explicavam a experiência de haver aderido ao MST para outros representantes de comunidades que pas-

16 Dessa forma a Regional pretendia “multiplicar os problemas daquele que estava reprimindo a luta pela Reforma Agrária”, dificultando a criação de um assentamento mediante ameaças e violência (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

savam por situações parecidas (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

O Baturité era uma área com uma localização privilegiada, situada na beira da BR-222 a pouco mais de 15 quilômetros da cidade de Chapadinha. Em decorrência desta consideração, foi inserida ao MST antes da Placa em 10 de setembro de 2000 (ASSENTADA BATURITÉ, 13/05/2016). Se tratava de uma comunidade que com anterioridade a sua inclusão na Regional Itapecuru já vivenciava a ação permanente por parte de diversas pastorais da Igreja Católica que, além de ações de caráter caritativo, legitimavam a rejeição ao pagamento do foro. Um catolicismo popular que nos ajuda a entender o nome com que a comunidade decidiu registrar a área junto ao INCRA, Assentamento Nossa Senhora Aparecida. Na atualidade, o Baturité é considerado uma área de referência na Regional Itapecuru. Trata-se do Assentamento que, desde sua formalização como território da Reforma Agrária, conseguiu acessar a um número maior de políticas públicas com destaque para a educação, saúde e financiamento para a produção agrícola. Esta posição avantajada se explica tanto pelo acompanhamento das orientações fornecidas pelo Movimento como, principalmente, pelas boas relações que mantém com a prefeitura de Chapadinha (ASSENTADA BATURITÉ, 13/05/2016).

Poucas semanas depois da inclusão do Baturité à Regional, foi materializada a inserção da área conhecida popularmente como Placa, em 14 de novembro de 2000. Esta área, localizada próxima ao entroncamento da BR-222 com a MA-224, recebe este nome por possuir um enorme outdoor (“placa”) visível a longa distância. A ação formal de adesão ao MST aconteceu com a participação maciça das famílias do Baturité e consistiu na realização de uma mística e no hasteamento da bandeira do

MST (ASSENTADO PLACA, 14/05/2016). A área da Placa teve a particularidade que, mesmo se tratando formalmente de uma única fazenda, legalmente estava registrada em cartório com duas matrículas fundiárias diferentes. Como os funcionários do INCRA encarregados do processo de desapropriação não perceberam esta situação foram lavrados dois processos jurídicos diferentes, motivando também a criação de dois assentamentos distintos, Olga Benário e São Francisco¹⁷.

Uma das áreas da Regional com maior grau de inserção no MST é o Assentamento Cristina Alves, no município de Itapecuru Mirim. Este assentamento foi o resultado de um árduo processo de luta pela terra onde coincidiram dois processos históricos diferentes que, na hora de ser assentados, criaram também duas agrovilas, a Vila Cabanagem e a Vila 17 de Abril (MEDINA, 2014).

As famílias assentadas na Vila Cabanagem provinham de uma comunidade forjada no calor de uma sequência de ocupações e despejos violentos em latifúndios dos municípios de Miranda do Norte e Matões do Norte, de maio de 2001 a novembro de 2004¹⁸. As ações dos Sem Terra coincidiram com a realização de alguns laudos de produtividade em diversos municípios da região por parte do INCRA. Levando em consideração a impossibilidade de conseguir consolidar acampamentos nas áreas disputadas, com o consequente desgaste para as famílias e para a própria Regional Itapecuru, a partir de finais de 2004 foi

17 Cabe destacar que, caso os funcionários da Autarquia Federal tivessem notado esta situação na formação dos processos, as duas matrículas poderiam ter gerado um único assentamento o que haveria acelerado substancialmente o processo de criação do Assentamento São Francisco que apenas foi instituído em 2013 e não em 2005, como foi o caso do Assentamento Olga Benário.

18 Durante esse período as famílias realizaram quatro ocupações, com seus respectivos despejos, e criaram até nove acampamentos diferentes (MEDINA, 2014).

decidido que seria procurado um local de onde não pudessem ser despejados e onde aguardariam as resoluções das avaliações do INCRA – acampamento provisório que foi instalado numa área cedida pela Paroquia de Miranda do Norte (ASSENTADO CRISTINA ALVES, 19/08/2016).

O outro grupo de famílias, aquele que hoje conforma a Vila 17 de Abril, é oriundo de trabalhos de base realizados a partir de finais de 2004 nos bairros da periferia do município de Itapecuru Mirim. Estas famílias tentaram realizar duas ocupações no atual Assentamento Cristina Alves, que resultaram frustradas pela forte oposição e clima de inquietação criado pelo latifundiário. Na interface dos meses de abril e maio de 2005, foi feita em Itapecuru Mirim uma jornada de luta pela terra organizada pela Regional, com trabalhos de base que culminaram na formação de um contingente de famílias do município com interesse de lutar pela terra. No último dia da jornada, as pessoas reunidas ocupariam a fazenda do atual Assentamento Cristina Alves para acelerar o processo de avaliação da área que se encontrava em andamento na Autarquia Federal desde 2002. Porém, em decorrência da pressão exercida pelo grande proprietário e seus pistoleiros, a ocupação acabou não acontecendo criando um clima de grande aflição no município (ASSENTADO CRISTINA ALVES, 19/08/2016). Mesmo sabendo que não tinha nenhuma possibilidade de vigorar, essas mesmas famílias itapecuruenses ocuparam, no dia 17 de abril de 2005¹⁹, a fazenda que o deputado federal Remi Abreu Trinta possuía

19 Por iniciativa das famílias, a agrovila onde foram assentadas foi batizada com a data desta ocupação. Trata-se de uma data importante no calendário de lutas do MST, pois nela se homenageia os mártires do conhecido como Massacre do Eldorado dos Carajás, onde 21 Sem Terras foram assassinados pela Polícia Militar paraense no ano de 1996; assim mesmo, desde o ano 2005, a Via Campesina Internacional comemora nessa data o dia internacional da luta camponesa.

no município. Dessa forma, mais uma vez, pretendiam pressionar o INCRA para que emitisse no mais breve espaço de tempo possível o decreto de desapropriação da área em litígio. Após pouco mais de seis meses na área do então deputado, as famílias foram despejadas e criaram um novo acampamento, desta vez na beira da BR-222, a poucos quilômetros da fazenda que estava sendo cobiçada (MEDINA, 2014).

Finalmente, foi emitido o decreto de desapropriação que transformava o latifúndio em assentamento de Reforma Agrária em 07 de março de 2007. A notícia propiciou que os dois acampamentos existentes na região, o situado na área paroquial de Miranda do Norte e o criado na beira da BR-222, confluíssem no local para criar o Assentamento Cristina Alves. Por se tratar de uma área de 4.635 hectares, as famílias junto com a Regional decidiram criar duas agrovilas que se situariam estrategicamente para deter um maior controle territorial. Como já existiam dois contingentes de famílias oriundos de dois processos de luta diferenciados, entendeu-se que a melhor opção seria manter esses grupos também nas agrovilas (ASSENTADO CRISTINA ALVES, 19/08/2016). Cabe destacar que o Assentamento Cristina Alves apresenta uma particularidade em relação ao resto de áreas que conformam a Regional Itapecuru, se trata da única em que as famílias não tinham nenhum tipo de relação anterior com a fazenda antes da primeira ocupação.

A seguinte área onde se fez presente o MST foi a Fazenda Salgador, no município de Presidente Vargas. Tratava-se de um latifúndio de umas 28.000 hectares que continha 16 comunidades com mais de 600 famílias²⁰. Após décadas de disputa

20 A área total reivindicada ainda contemplava outras 12.000 hectares que estariam sob jurisdição do Instituto Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), autarquia estadual que nunca se tornou presente na área em conflito apesar de haver sido requerida repetidamente pelo MST.

infrutuosa com o autoproclamado proprietário da Fazenda por causa da negativa a pagar o foro, no início de 2007 essas comunidades camponesas procuraram ajuda na Regional Itapecuru. Inicialmente, e durante quase três meses, a militância da Regional realizou assembleias, reuniões e visitas às famílias – atividades de conscientização desempenhadas, sobretudo, por parte dos militantes do MST do município de Presidente Vargas (FILHA DE ASSENTADO PADRE JOSIMO, 27/02/2017). A culminação destes trabalhos de base foi a criação de um acampamento localizado perto de um dos principais acessos a área. Como relata a Dirigente da Regional Itapecuru (16/04/2017), que acompanhou pessoalmente o processo:

Depois de uns três meses de trabalhos de base, passando todos os finais de semana tendo assembleias nas comunidades e também reuniões e visitas nas famílias decidimos fazer esse processo de [criação de um] acampamento [simbólico]. Nós nos reunimos no dia 9 de abril na comunidade Arial, que é conhecido como “centro”, onde tinha representação de todas as [outras 15] comunidades do território. Foi uma atividade muito bonita porque tinha o sindicato [dos trabalhadores rurais de Presidente Vargas], a Igreja [Católica] com as pastorais e aí foi que decidimos fazer um acampamento. Daí viemos em marcha, uma bonita marcha, do Arial até o que é local do Acampamento Irmã Dorothy²¹.

21 Nome escolhido em homenagem à freira católica Dorothy Mae Stang, assassinada em 2005 na cidade de Anapu-PA como retaliação pelo apoio às reivindicações dos povos da floresta em prol da implementação da Reforma Agrária (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

Cabe destacar que, passados alguns meses e de forma progressiva, a antiga Fazenda Salgador passou a ser chamada genericamente de Acampamento Irmã Dorothy – desta forma, a nova agrovila criada acabou dando nome a área como um todo (FILHA DE ASSENTADO PADRE JOSIMO, 27/02/2017).

A enorme dimensão da área dificultou a ação articuladora do Movimento fazendo com que, de forma progressiva, a atuação se focalize no local onde havia sido construído o acampamento – apesar de que havia sido criada uma coordenação interna como dois representantes de cada uma das 16 comunidades, um homem e uma mulher. O acampamento foi conformado por umas 100 famílias, com representantes oriundos das diversas comunidades, que se revezavam de duas em duas semanas fazendo com que o grosso das famílias se mantivesse nas respectivas agrovilas. Assim, o acampamento foi idealizado para cumprir tanto uma função simbólica, que tornasse visível o conflito em andamento no local, como para abordar uma perspectiva política, pois se transformou num espaço de formação política para os delegados das comunidades que transitavam por ele (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

A situação se manteve estável até metade de 2009, quando houve um intento de reintegração de posse por parte do dito proprietário que conseguiu ser barrado. A situação de possibilidade real de conflito direto forçou ao INCRA a realizar uma vistoria na área, momento em que foi constatada a existência de uma comunidade quilombola – da qual já se tinha conhecimento prévio e que não havia sido óbice para que, até esse momento, participasse da luta pela criação de um assentamento (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

A nova situação criou um impasse considerável, pois o INCRA passou a focar suas atenções apenas na área quilombola, desconsiderando as reivindicações das outras comunidades – chegando ao ponto de que o resto das famílias, com o apoio da Regional do MST, negou o acesso ao antigo latifúndio à equipe de antropólogos do INCRA que iriam realizar o laudo para a

demarcação apenas da área quilombola, ao entender que era necessário procurar uma solução para todas as famílias e não somente para parte delas. A impossibilidade de demarcar a área dos remanescentes travou o processo de desapropriação até 2013, momento em que se abriu uma nova negociação que teve como resultado a decisão do INCRA de adquirir o imóvel rural mediante compra, o pagamento da qual deveria ser efetuado necessariamente entre 2014 e 2017 (DIRIGENTE DA REGIÃO ITAPECURU, 16/04/2017). Apesar de haver acordo nos termos indenizatórios, o processo de pagamento coincidiu no tempo com o final abrupto do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff e com o início do governo Michel Temer. A ação de governo do pemedebista em relação a questão fundiária caracterizou-se pela revogação dos processos em andamento no país, como é caso da antiga Fazenda Salgador²² (DIRIGENTE ESTADUAL, 02/09/2017). Na atualidade, as 600 famílias do Acampamento Irmã Dorothy aguardam a efetivação da criação do assentamento, o que resulta altamente incerto levando em consideração o atual cenário político nacional.

No mesmo ano de 2007, numa conjuntura marcada pela expansão do plantio de soja e eucalipto no leste maranhense, representantes do Assentamento Baturité procuraram a Regional Itapecuru porque lideranças de uma comunidade vizinha os haviam indagado sobre a possibilidade de passar a formar parte do MST. Se tratava da agrovila conhecida como Pequizeiro, que havia mais de uma década se encontrava em conflito pela recusa das famílias a pagar o foro. Esta situação de tensão sofreu um recrudescimento a partir de finais de 2005, quando a área foi vendida a um sojicultor da cidade de Balsas que contratou

22 Segundo informações facilitadas por funcionários do INCRA, apenas no estado do Maranhão seriam mais de trinta casos nesta mesma situação.

pistoleiros para expulsar as famílias (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Depois de um trabalho de base culminado com uma mística, a agrovila Pequizeiro incorporou-se dentro da estrutura orgânica da Regional em 22 de abril de 2007. A própria idiosincrasia do Pequizeiro, conformada por um total de cinco agrovilas das quais apenas uma aderiu ao MST, dificultou a realização de trabalhos de maior alcance. Ao mesmo tempo, pretendia-se evitar que uma presença muito manifesta do Movimento pudesse ser interpretada pelas outras comunidades como um intento de imposição. Apesar desta situação, um dos moradores relatou sobre a relação de respeito existente entre as cinco agrovilas da antiga grande propriedade (ACAMPADO PEQUIZEIRO, 12/02/2017).

Para mitigar a capacidade de influência do Movimento na área como um todo, o sojicultor combinou as ameaças de expulsão com diversos mecanismos de cooptação das famílias do Pequizeiro. Em primeiro lugar, ofereceu o valor de R\$1.000,00 por família que abandonasse a dita agrovila²³ e, mais tarde, propôs “dar” 10 hectares para cada uma das suas 50 famílias²⁴. No ano de 2014, no meio do processo convulso em que o fazendeiro tentava cooptar as famílias vinculadas ao Movimento e expulsar o resto, este adoeceu gravemente e a partir desse momento passou a aceitar a desapropriação do INCRA para fins de

23 Como se se tratasse uma “indenização”. Poucas pessoas aceitaram a proposta e uma parte dos que saíram em um primeiro momento acabaram retornando a área (ACAMPADO PEQUIZEIRO, 12/02/2017).

24 Dessa forma, o fazendeiro pretendia “ceder” à comunidade rebelde 500 das mais de 3.000 hectares que conformam o latifúndio, desconsiderando o direito a terra das outras quatro comunidades. Como um número pequeno de famílias aceitou a proposta, esta acabou não se concretizando (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Reforma Agrária (ACAMPADO PEQUIZEIRO, 12/02/2017). Porém, mesmo existindo total acordo entre proprietário, representantes das famílias das cinco comunidades, MST e INCRA o processo de criação do assentamento continua parado. Assim como no caso tratado anteriormente do Acampamento Irmã Dorothy, a comunidade do Pequiizeiro e as outras quatro que conformam a área continuam sem poder ser observadas pela política pública que pretende a desconcentração da propriedade rural como consequência da inação do Governo Federal em este quesito.

A REGIONAL PARA ALÉM DA REGIONAL

A organicidade do MST aqui materializada na forma da Regional Itapecuru é resultado tanto de ações intencionais por parte deste movimento social quanto de situações específicas que acontecem no bojo dos processos de luta pela terra que protagonizam as famílias Sem Terra. Duas das áreas que conforma na atualidade a Regional Itapecuru advém de processos distintos do resto, se trata do Assentamento Vila de Fátima e do Acampamento Maria Aragão.

O Assentamento Vila de Fátima, no município de Coelho Neto, vivenciou seu processo de luta e conquista da terra antes do início formal da Regional Itapecuru. A Vila de Fátima era uma área onde, desde finais da década de 1980, o latifundiário e as famílias camponesas estavam em conflito pela negativa destas a pagar o foro. Nas eleições municipais de outubro de 1996, o latifundiário exigiu às famílias arrendatárias da área que votassem no candidato que ele apoiava ou, caso contrário, seriam expulsos da terra. Como as famílias optaram em bloco por outro candidato, o fazendeiro despejou as famílias de forma violenta poucos dias depois das eleições (ASSENTADA VILA DE

FÁTIMA, 16/02/2017). Uma vez expulsas da área, as famílias criaram um acampamento provisório onde receberam diversas mostras de solidariedade da população do município, assim como a orientação para que procurassem estabelecer contato com o Movimento Sem Terra. Como relata uma assentada, foi desta forma como se estabeleceu o contato da comunidade com o Movimento:

O MST chegou aqui de telefone. Um vereador do PT informou a gente sobre o MST e nos deu um número. Eu fiz uma ligação para uns militantes do Movimento e, uns dois meses depois, eles [MST] fizeram uma Marcha Estadual de Santa Rita a São Luís e mandaram alguém vir buscar a gente [de ônibus] e aí iniciamos um vínculo que dura até hoje. (ASSENTADA VILA DE FÁTIMA, 16/02/2017).

Após pouco mais de quatro meses de ser despejadas, as famílias retornaram ao latifúndio mediante ocupação e criação de um acampamento em 09 de setembro de 1996. Desde esse momento até a criação formal do assentamento, em 2008, as famílias sofreram constantes ameaças de despejo por parte do latifundiário. Apesar de estar distanciado quase 150 quilômetros do assentamento do MST mais próximo, a Vila de Fátima guarda um importante grau de organicidade e tanto sua escola como sua associação são referências dentro da Regional Itapecuru (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Tabela 01. Áreas que conformam a Regional Itapecuru por ordem de incorporação

Área	Município	Inclusão na Regional	Famílias
Assentamento Conceição Rosa	Itapecuru Mirim	16/07/1998	99
Assentamento Padre Josimo	Presidente Vargas	15/03/1999	85
Assentamento Padre Trindade	Vargem Grande	16/06/1999	50
Assentamento Palmares II	Vila Palmares	Nina Rodrigues	28/06/1999
	Vila Balaiada		29/06/1999
	Vila São Domingo		16/10/1999
Assentamento Mangueira	Vila Buriti	Nina Rodrigues	74
	Vila Esperança		35
	Vila Bom Jesus		70
Assentamento Nossa Senhora Aparecida	Chapadinha	10/09/2000	45
Assentamento Olga Benário	Vila Placa	Vargem Grande	24
Assentamento São Francisco			130
Assentamento Vila de Fátima	Coelho Neto	09/09/1996	55
Assentamento Cristina Alves	Vila Cabanagem	Itapecuru Mirim	40
	Vila 17 de Abril		51
Acampamento Irmã Dorothy	Presidente Vargas	09/04/2007	600
Acampamento Pequizeiro	Chapadinha	22/04/2007	50
Acampamento Maria Aragão	Duque Bacelar	05/09/2009	20

Fonte: trabalhos de campo do Projeto Universal FAPEMA – 00704/15.

Elaboração: autor, 2019.

O início das atividades políticas do Movimento na Vila de Fátima aconteceu no contexto em que o MST maranhense, estava dando sequência à dinâmica de expansão para além das Microrregiões de Pindaré e Médio Mearim em um processo que, como já foi explicitado no início do texto, contou com o trunfo do Assentamento Diamante Negro/Jutahi (TAVEIRA, 2002). Ao final da década de 1990, uma vez o Acampamento da Vila de Fátima estava consolidado aguardando a criação formal do assentamento, o Movimento Sem Terra impulsionou a criação de uma Regional com abrangência no Baixo Parnaíba. Essa incumbência, que teria sua centralidade na Vila de Fátima, não prosperou na época pois tão somente conseguiu juntar forças com outra área que, posteriormente, deixaria de fazer parte da organicidade do MST. Tratava-se da comunidade tradicional do Belém, no município de Buriti, onde as famílias resistiam os intentos de despejo do Grupo Industrial João Santos, luta que após duríssimos embates resultou na criação de um assentamento vinculado ao ITERMA. Com a saída do Assentamento Belém da estrutura orgânica da Regional do Baixo Parnaíba, está foi suprimida e a Vila de Fátima passou a fazer parte da Regional Itapecuru (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

A última área que se incorporou a Regional Itapecuru foi o Acampamento Maria Aragão, resultado de uma ocupação realizada no município de Duque Bacelar em 05 de setembro de 2009. Este acampamento enfrenta grandes dificuldades para manter-se numa conjuntura muito hostil. Distante do cerne da Regional Itapecuru, apenas conta com o apoio mais direto do Assentamento Vila de Fátima – que foi quem colocou em contato a Regional Itapecuru com algumas famílias de Duque Bacelar que haviam mostrado interesse em voltar a terra (ACAMPADA MARIA ARAGÃO, 08/04/2017).

O Acampamento, depois de nove anos de luta e resistência, não conseguiu juntar um número expressivo de famílias, sendo na atualidade menos de vinte as que moram e trabalham na área – todas elas oriundas da periferia do próprio município e com a particularidade que guardam algum grau de parentesco entre elas. Para ter uma noção da fragilidade deste acampamento, basta citar que se trata da única área da Regional Itapecuru que não conseguiu criar uma escola nem fundar uma associação (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

As famílias acampadas vêm sofrendo perseguições por parte do fazendeiro que, em repetidas oportunidades, ameaçou em despejá-las de forma violenta. Assim mesmo, foi relatado pelas famílias o preconceito que vivenciam no município de Duque Bacelar, onde algumas lojas os boicotam negando-se a vendê-lhes produtos (ACAMPADA MARIA ARAGÃO, 08/04/2017). Considerando cenário político nacional atual e sopesando o número reduzido de famílias que resistem na área, se abrem sérias dúvidas tanto sobre a continuidade do acampamento como sobre as possibilidades de sua consolidação em forma de assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer o processo histórico de conformação da Regional Itapecuru, desde 1998 até a atualidade, conseguimos perceber as principais características e as particularidades desta forma orgânica que adota o Movimento Sem Terra do Maranhão.

O que impulsionou o surgimento e consolidação da Regional Itapecuru foi a reivindicado pelo fim do pagamento compulsório do foro por parte das famílias camponesas. Antes do início das atividades do MST, esta reivindicação era assumida em exclusiva pelos sindicatos rurais que, muitas das vezes, con-

tavam com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica e os partidos políticos de esquerda. Após a criação da Regional, o Movimento Sem Terra entrou nesta seara de conflitualidades dotando-a dos elementos simbólicos e organizacionais construídos pelo Movimento desde sua fundação (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Com a irrupção do MST nas Microrregiões de Chapadinha, Itapecuru Mirim e Coelho Neto, a demanda pelo final da retribuição do foro aos latifundiários passou a ficar cada vez mais vinculada à criação de assentamentos de Reforma Agrária. Para veicular esta reivindicação a Regional Itapecuru lançou mão da ocupação das áreas em litígio, frequentemente em latifúndios com os quais as famílias já tinham contato prévio – implementando uma processualidade de acesso e resistência à terra que até esse momento não havia sido utilizada na região, mas que vinha caracterizando a ação do Movimento nos diversos estados do Brasil desde sua criação. A partir do uso da ocupação das áreas em disputa como ferramenta de acesso à terra, as famílias camponesas banidas pelos grandes proprietários dos locais consuetudinários de moradia e trabalho, passam a visualizar um cenário que possibilita o retorno a terra a partir de uma prática antagonista que até esse momento lhes resultava alheia (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017).

Das seis Regionais que conformam a organicidade do MST no Maranhão (ELIAS, 2008), a Regional Itapecuru apresenta a particularidade que a maioria das famílias Sem Terra que participam da criação dos acampamentos já tinham um contato prévio e prolongado com as fazendas em disputa. Às vezes, inclusive, por diversas gerações, como é o caso de 15 das 17 comunidades que conformam a Regional. Entendemos que este elemento poderia explicar o ritmo acelerado de ações que apre-

senta a Regional nos primeiros anos, 11 áreas entre 1998 e 2000, ao existir um acúmulo de conflitos represados durante décadas na região que a irrupção do MST veiculou.

A maior parte dos assentamentos que conformam a Regional Itapecuru vivenciaram processos curtos de acampamento, passando menos de dois anos desde o momento em que juntaram-se à Regional até a criação formal do assentamento por parte do INCRA – espaço “curto” de tempo que não acostuma a ser habitual nem no Maranhão nem no Brasil. Assim mesmo, em 11 das 17 comunidades o período de acampamento materializou-se ou está acontecendo mediante a permanência das famílias dentro da área pleiteada após a inserção no MST, sem que existisse uma ocupação propriamente dita, mas mediante uma ação de adesão ao MST de caráter simbólico – o que na prática supõe a criação de acampamentos sem um ato de ocupação prévio.

Mesmo que se trate de apenas do caso do Acampamento Pequizeiro, nos parece necessário apontar que além dos conflitos marcados pela negativa a pagar a renda da terra, também encontraremos na Regional Itapecuru um caso de conflitualidade em que a esta se junta o processo a expansão da sojicultura. Apesar de que, aparentemente, não parece que a Regional possa ter a intensão de avançar sobre áreas situadas no leste maranhense, com importante implantação de monoculturas de exportação como a referida soja ou o eucalipto, não deixa de ser importante constatar esta interface entre uma conflitualidade tradicional e outra pautada pelo impacto do plantio em larga escala de commodities agrícolas.

Uma vez concretizou-se a primeira ocupação e a criação do primeiro acampamento em Itapecuru Mirim, a Regional passou a conformar sua própria militância concomitantemente ao

seu avanço, sem receber militantes de outras partes do estado ou do Brasil como costuma ser frequente neste movimento social. Isso gerará na Regional uma militância muito apegada ao território, que apenas sairá para fazer trabalhos políticos pontuais ou para participar de festejos religiosos (DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU, 16/04/2017). Este fato, que resulta atípico em outras regiões e estados, obriga-nos a repensar e alargar o próprio conceito “Sem Terra” (CALDART, 2004), assim como na forma que devemos entender o MST na área de abrangência da Regional Itapecuru. A militância da Regional, assim como a de outros estados e regiões onde o MST esta presente, mostra a característica de confluência de atuações proativas de caráter confessional, político partidário e do sindicalismo agrário (STEDILE; FERNANDES, 1999). No que se refere à situação de estagnação jurídica que sofrem os processos que envolvem os Acampamentos Pequiizeiro e Irmã Dorothy, onde apesar de acordo entre as partes o Estado não propicia a criação de assentamentos, cabe evocar a natureza que adota a Reforma Agrária na Nova República como uma política pública dependente do Poder Executivo e do grau de interesse que este mostre na sua efetivação. Isso significa que, em uma conjuntura política como a atual, inexistente interesse por parte do Governo Federal em resolver o problema atávico da concentração da propriedade rural e da negação do acesso a terra às populações que tiveram esse direito sistematicamente negado.

Finalmente, uma última particularidade que queremos destacar da Regional Itapecuru como forma orgânica do Movimento Sem Terra, que faz referência à existência de diversas comunidades dentro dos assentamentos, que muitas vezes adotam a forma de agrovilas com históricos de luta e graus de inserção no MST substancialmente diferentes. Ao mesmo tempo

que esta característica torna nossas pesquisas mais complexas, converte-as também em mais desafiadoras no intuito de contribuir na hora de entender o rico calidoscópico social que conforma o contexto rural maranhense.

REFERÊNCIAS

Fontes

ASSENTADA BATURITÉ. Entrevista concedida em 13/05/2016.

ASSENTADO PLACA. Entrevista concedida em 14/05/2016.

ASSENTADO PADRE TRINIDADE. Entrevista concedida em 08/06/2016.

ASSENTADO CRISTINA ALVES. Entrevista concedida em 19/08/2016.

ASSENTADO PALMARES II. Entrevista concedida em 17/01/2017.

ACAMPADO PEQUIZEIRO. Entrevista concedida em 12/02/2017.

ASSENTADA VILA DE FÁTIMA. Entrevista concedida em 16/02/2017.

FILHA DE ASSENTADO PADRE JOSIMO. Entrevista concedida em 27/02/2017.

ACAMPADA MARIA ARAGÃO. Entrevista concedida em 08/04/2017.

ASSENTADO CONCEIÇÃO ROSA. Entrevista concedida em 12/04/2017.

DIRIGENTE DA REGIONAL ITAPECURU. Entrevista concedida em 16/04/2017.

ASSENTADO MANGUEIRA. Entrevista concedida em 28/05/2017.

DIRIGENTE ESTADUAL. Entrevista concedida em 02/09/2017.

Bibliografia

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. *Estado/Movimentos Sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão*. Manaus: UEA Edições, 2013.

AZAR, Zaira Sabry. *A organização da produção na Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão. São Luís. p. 231. 2005.

BOGO, Ademar. Desafios permanentes do MST. In: MST. *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio! 4 Congresso Nacional*, Brasília. São Paulo: MST, 2000.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Agrário & Editora UNESP, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2005*. Goiânia: CPT, 2006.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. *A cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências*

desenvolvidas no Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão. São Luís. p. 197. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: HUCTEC, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIRIBET BERNAT, Isaac. *Um novo jeito de organizar. A Nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)*. Tese (Doutorado em História), Universitat de Lleida. Lleida. p. 298. 2012.

GIRIBET BERNAT, Isaac. *QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região do Vale do Itapecuru*. 2017. 79 f. Relatório Técnico de Pesquisa, São Luís. p. 79. 2017.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes & Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1991.

MEDINA, Julio Cesar Bravo. *O processo de transição agroecológica do MST: o caso do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cristina Alves (Itapecuru Mirim-MA)*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia), Universidade Estadual do Maranhão. São Luís. p. 178. 2003.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. *O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão: o caso do MST*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão. São Luís. p. 248. 2003.

MORISAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*.

São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. *A questão agrária do Maranhão*. <http://www.aldoasevedo.adv.br/docs/LuisACPedrosa.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2016.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVEIRA, Florizângela. *A terra se converte em causa: construção e consolidação do MST no Maranhão (1886-2002)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal do Maranhão – UFMA. p. 89. São Luís, 2002.

PARTE 2:

CIDADES

PAVILHÕES DE DESINFECÇÃO: as moléstias e seus espaços de cerceamento

*Pyetra Cutrim Lins Damasceno*¹

A autora Margareth Rago (1985) já apregoava a necessidade de refletir sobre a crescente notoriedade que os discursos médicos ganharam nas últimas décadas do XIX e início do XX. Os médicos sanitaristas, cujos postulados passaram a ser agregados a políticas públicas urbanas, tornaram-se produtores do espaço urbano e transpunham a noção de corpo para entender o social. Assim, a medicina ganhou papel de destaque no período republicano por conta da criação de órgãos públicos de polícia médica e de controle sanitário (CUNHA, 1986, p.37).

Os produtores do espaço urbano tinham como objetivo promover uma limpeza social das vias públicas. Para isso, pautados em discurs-

¹ Graduada em História pela UEMA e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís Monte Castelo.

sos higienistas, buscaram bases que iam para além dos espaços físicos e remodelavam práticas e sujeitos que não se adaptavam às medidas impostas pelas políticas sanitárias.

Nesse aspecto, esses discursos buscavam embasamento teórico-metodológico na Medicina Social, que enfatizava o controle individual e coletivo dos corpos para promover o processo de desodorização e higienização do meio urbano. Nesse processo, a medicalização dos corpos deu lugar à medicalização dos espaços públicos e formalizou uma preocupação latente com o cerceamento dos espaços de circulação, com os cuidados que incidiam sobre os corpos e sujeitos sociais.

Enquanto que no século XIX a prática psiquiátrica é uma ação restrita à psiquiatralização do hospício e às medidas necessárias à sua realização, no século XX a medicalização das outras instâncias sociais origina novos espaços terapêuticos e preventivos, criando um sistema de assistência totalmente novo. (PORTOCARRERO, 2012, p. 102).

Assim, o século XX promoveu uma ampliação da área de ação dos psiquiatras e seus postulados foram reorientados para as instâncias urbanas, cujo intuito seria zelar por uma sociedade mais salubre e que partes do tecido social estivessem interligadas a fim de serem tratadas pela medicina urbana. A preocupação latente com o esquadramento hospitalar no século XIX, ou seja, com a organização sistemática do hospital cujo intuito era reduzir os índices de contaminação cedeu lugar a uma política de remodelamento dos espaços da *urbe*, transformando a cidade em um grande hospital a céu aberto.

A cidade então passaria a ter seus espaços descontaminados, pavilhões divididos e normatizados a fim de minimizar os índices de contaminação, não apenas com doenças que demonstravam seu alto grau de perigo através das epidemias, mas a reconfiguração social incidiria sobre aqueles que estavam à margem desses processos de re-

modelamento urbano e que precisavam ter suas liberdades vigiadas: os alienados mentais e todos os portadores de moléstias que fugiam ao controle da política sanitária.

O autor Zygmunt Bauman argumenta sobre a reconfiguração dos espaços por conta do medo das novas “classes perigosas”: “novas classes perigosas são, ao contrário, aquelas consideradas incapacitadas para a reintegração e classificadas como ‘não-assimiláveis’, porque não saberiam se tornar úteis nem depois de uma reabilitação”. (BAUMAN, 2009, p.6)

Levando em consideração a análise de Zygmunt Bauman sobre as novas “classes perigosas”, percebe-se que o processo de exclusão é duplo, pois, além da exclusão social ocasionada pela doença, eram excluídos do processo de inclusão, mesmo quando não apresentavam sintomas visíveis de uma possível perturbação mental, já que em momento anterior haviam sido classificadas como não assimiláveis.

A partir dessa aceção, o postulado vigente externalizava que esses grupos não saberiam se tornar úteis, por culpa de uma série de fatores e pela forma pejorativa como eram vistos, pois, excluídos do meio social, eram privados de compactuar com os mesmos símbolos sociais e o processo de integração social tornava-se dificultoso. Privados do meio social, marginalizados no processo de reconfiguração urbana. Sobre isso, João Batista Bitencourt (1999, p. 55-72) argumentou que “nessa perspectiva de Brasil Moderno, eram as cidades vistas como focos das ‘classes perigosas’ e o projeto civilizatório passava naquele momento por reajustes, com a expulsão dos pobres e negros das áreas urbanizadas”.

Cada capital do país tinha sua própria dinâmica e deliberava sobre a problemática da loucura nas ruas, como argumentava uma mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão em 1916:

É de conhecimento publico, que uma certa quantidade de pessoas desatinadas, perambula pelas ruas da cidade, às vezes

praticando desatinos, proferindo palavras obscenas. Contra elas, sente se desarmado o poder publico, pois, nem sempre há logar na Santa Casa, e a sua permanência nesse estabelecimento, a mais das vezes é transitória. Assim, a policia é obrigada a consentir que vagueiam pela cidade. (PARGA, Herculano Nina. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, Maranhão, 1916).

A organização da prática de recolhimento em São Luís, por mais que a polícia buscasse formas alternativas nas celas da Cadeia Pública, ainda era considerada improfícua por parte do poder público, porque muitos alienados perambulavam cometendo impropérios.

Esse cenário reflete a forma como a alienação mental era percebida na cidade, uma vez que não se tratava de organizar um sistema eficaz de tratamento, mas formular uma prática de recolhimento mais ativa, a ponto de ampliar a admissão de doentes na Santa Casa e o tempo de recolhimento, evitando que a cidade ficasse abarrotada de indivíduos considerados loucos.

Essas práticas não refletiam apenas o panorama da cidade de São Luís, mas se amontoavam casos e descasos no tocante às práticas de recolhimento de alienados nas cidades brasileiras. Embora cada cidade tenha passado pelo processo de medicalização da loucura em tempos diferenciados, algumas situações repetiam-se de forma sincrônica em todas elas: o problema dos alienados mentais que estavam soltos nas ruas da cidade. Como argumenta Maria Clementina Pereira Cunha:

São constantes, nos documentos oficiais e nas descrições de época, as queixas generalizadas de administradores de prisões e de hospitais gerais e Santas Casas de Misericórdia, quanto à “indisciplina” gerada pelo convívio maléfico entre loucos e sãos, em prejuízo à ordem dos estabelecimentos. (CUNHA, 1986, p.58).

A crítica de administradores de hospitais e prisões com relação à falta de estrutura para confinamento de alienados e o problema da superlotação ecoava pelas cidades e era sentida pelos números crescentes de alienados mentais que perambulavam livremente – motivo que levou o poder público a buscar alternativas para a reconfiguração dos espaços urbanos com a proibição de circulação de alienados sem acompanhantes nas ruas. A cidade não tinha aspecto de pavilhões de confinamento, mas o encarceramento e a privação dos direitos de ir e vir formalizavam um novo tipo de cadeia.

Encarcerado pela doença, excluído do direito de acesso à cidadania, considerado um não-sujeito, postos em situações tal qual animais. À medida que eram cerceados seus espaços de circulação, era-lhes negado o direito à cidadania, muitas vezes tida como objetivo primordial das práticas de organização da assistência psiquiátrica (BARRETO, 2003, p.24), embora muito desgastada pelo uso desenfreado em tentativas de reformulação da terapêutica.

Situação preocupante aos moradores das cidades não seria discutir as bases do processo de terapêutica da loucura, se os “tratamentos” estavam embasados, se eram adequados ou se levavam em consideração a condição de sujeito dos que chamavam de loucos.

Rachel Tegen (2007, p.79) argumentou que o problema para a chamada Modernidade era a presença dos indivíduos de aspecto repulsivo nas ruas da cidade; independente da situação precária a qual estavam sujeitos, a discussão principal seria como tirá-los das ruas e confiná-los para que não fossem um problema social.

Diante das problemáticas inerentes ao processo de recolhimento de alienados mentais, tornou-se necessário repensar sobre as políticas públicas que visavam melhorias no processo de tratamento da loucura e definir os pilares da medicalização dessa doença no Brasil. Na busca pela reconfiguração da prática médica e da assistência psiquiátrica brasileira, tornava-se necessária uma produção voltada para

o debate acerca do processo de modernização desses setores.

Os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins surgiu em 1905 e em 1919 foi rebatizado e publicado com o nome de Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. Criado por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, o periódico buscava sensibilizar o grupo médico a buscar novas formas de tratamento psiquiátrico, enfatizando demasiadamente que a reforma em antigos hospitais psiquiátricos não seria suficiente para a obtenção de melhorias na assistência aos doentes mentais (BARRETO, 2003, p.24).

Além da impossibilidade de adequação às novas necessidades de tratamento e assistência a alienados, as estruturas onde antes eram manicômios não eram os locais mais adequados para a disciplinarização da prática terapêutica, pois eram historicamente conhecidos como espaços de exclusão e de práticas de tortura. Sendo assim, esses espaços não possibilitavam um tratamento humanitário e, muitas vezes, pioravam o quadro e a externalização dos sintomas da doença.

O desafio a ser superado na nova política de saúde mental e na nova clínica que se pretende construir: aliada da cidadania, não é o da negação romântica da realidade da loucura, mas o da constituição de novos cenários de negociação entre a normalidade e a loucura. (BARRETO, 2003, p.21).

De acordo com Jubel Barreto, o processo de reorganização da assistência a alienados no Brasil buscava criar novos cenários de negociação, onde loucura e normalidade não estivessem em lados opostos, porque os modelos de assistência a alienados mentais, formulados até o início do século XX, estavam pautados em uma lógica de exclusão. A principal defesa das inúmeras reformas, que visavam devolver ao doente mental seu *status* de humano a partir da construção de espaços de inclusão, pretendia desautorizar o discurso psiquiátrico como regulador ativo da marginalidade social e de substituir a processos de

exclusão social da loucura pela criação de lugares novos para a sua inserção.

O recolhimento de alienados era algo recorrente na cidade de São Luís nas primeiras décadas do século XX e não teve seu panorama tão alterado, uma vez que a prática de recolhimento de alienados também visava a uma reorganização e delimitação de normas para facilitar o processo de internação. Os discursos enfatizavam que os indivíduos suspeitos de atentar contra a própria vida e de outros deveriam ser recolhidos a um estabelecimento psiquiátrico. Ao mesmo tempo em que possibilitavam uma reavaliação dos critérios de internação, tentavam coibir a liberdade daqueles considerados loucos.

A principal abordagem dessa reorganização do modelo psiquiátrico vigente era de “proteger” o bem dos considerados alienados, pois estes eram entendidos pelo Decreto 24.559, de 3 de julho de 1934, que dispunha sobre a profilaxia mental, assistência, proteção à pessoa, aos bens dos psicopatas e fiscalização dos serviços psiquiátricos, como incapazes de exercerem suas funções da vida civil, ou seja, deveriam ser representados por procurador estabelecido judicialmente, que deveria prezar pela manutenção dos bens do doente até que este tivesse capacidade de gerir essas tarefas.

Diante dessas perspectivas, vale questionar se as mudanças preconizadas nas leis alteraram a dinâmica das práticas terapêuticas, uma vez que a existência das leis era vista como progresso no tocante à assistência psiquiátrica, mas as mudanças seriam aplicadas apenas de forma gradual. Ainda nessa linha de pensamento, a formulação de novos postulados sobre essas questões foi inevitável, pois, a partir desse remodelamento no processo de assistência e terapêutica das doenças mentais, era necessário repensar quais seriam os novos paradigmas norteadores das ações dos hospitais que receberiam alienados mentais.

Segundo Vera Portocarrero (2012, p. 103), haveria novos modelos esquemáticos que pensariam a loucura: o conceito de louco abrangia-

ria uma classificação global e enquadraria aqueles considerados loucos incorrigíveis como os alcoólatras, epiléticos, sífilíticos e criminosos. A partir dessa categorização, a loucura seria delimitada a partir de um fator de desvio moral; a outra classificação seria de doentes mentais curáveis, cujo ambiente favorável de cura seriam os hospitais gerais que tivessem seção especial para esses casos ou os hospitais psiquiátricos. Logo, caberia à Psiquiatria promover ações preventivas nessa parcela da população que tinha possibilidade de cura:

O argumento dos psiquiatras é que a psiquiatria é de grande valia na construção da nova sociedade, porque se baseia na ciência, no conhecimento das causas e dos focos de doença mental, que prejudicam os preceitos da liberdade individual e do desenvolvimento econômico, social e político, então reconhecidos como imprescindíveis ao progresso da nação. (PORTOCARRERO, 2012, p. 109).

Cabia aos psiquiatras tornar sua ciência necessária para responder aos anseios da sociedade que buscava incessantemente uma resolução para essas questões acerca da saúde mental. A partir disso, nesse ambiente, cuja intervenção da psiquiatria tornava-se essencial ou onde era forjada sua necessidade, os psiquiatras buscavam planejamentos capazes de promoverem uma intervenção social, pois ao psiquiatra cabia a tarefa de medicalizar a sociedade e intervir nesse meio, assim como nos hospitais.

Cabe enfatizar que a noção de confinamento utilizada para ilustrar essa ideia não quer dizer que os novos tratamentos também visavam a uma política de recolhimento, mas que o poder da Psiquiatria elevou-se no sentido de englobar a cidade como local de aplicação de políticas de saúde mental preventiva. Os sujeitos considerados loucos não receberiam tratamento apenas no ambiente fechado do hospital, mas as ações visavam a abarcar a comunidade, as ruas, as praças, a cidade como um todo.

A partir das delimitações sobre a terapêutica da loucura, as designações sobre aqueles considerados loucos perpassavam em todos os setores sociais, uma vez que a falta de informações fazia com que a loucura fosse identificada como um mal a ser posto à margem da população.

Nesse sentido, as praças e ruas da cidade de São Luís, para aqueles considerados loucos, eram prisões sem celas, mas nem por isso menos aprisionáveis que aquelas cujas celas impediam seus movimentos, porque as ações da Psiquiatria englobariam os cenários que, até então, estavam livres de uma ação disciplinar voltada para tratar os doentes mentais e reduzir o surgimento de novos. As celas, antes restritas às prisões, aos hospitais gerais e psiquiátricos, iriam ter uma nova roupagem: invisível a quem não fosse considerado um perigo, mas relevante nas ações direcionadas aos grupos considerados perigosos.

Assim, a Psiquiatria iria intervir nas escolas, na seleção dos imigrantes e na formalização de leis que buscavam assegurar o direito à liberdade daquele considerado alienado mental, assim como primar para que eles não fossem vistos como perigosos para a sociedade, mas que essa liberdade vigiada estaria pautada nesse novo ideal de humanização do tratamento, da mesma forma que estaria sempre relegada a uma vigília médica.

Dessa forma, o principal fator que impulsionou essa política, teoricamente, era a necessidade de proteger os grupos mais favorecidos das mazelas que poderiam ser difundidas a partir dos grupos mais pobres. O objetivo da medicina social seria fazer um trabalho preventivo para os grupos considerados mais pobres e mais propensos a propagar e desenvolver moléstias.

Na ânsia de um controle que fosse exercido de forma contínua, a medicina social ganhou mais espaço entre as políticas direcionadas a conhecer e esquadrihar a sociedade. A partir de um esforço conjunto

entre a medicina social e as Instituições de recolhimento e confinamento dos sujeitos considerados indesejáveis, as ações proferidas modificariam comportamentos conhecidos como anormais e velhos hábitos que não mais se enquadravam na cidade que pretendiam construir. Como explica o trecho a seguir da Maria Clementina Pereira Cunha:

A relação estreita destes saberes com a cidade é aí claramente explicitada: na verdade, se a determinação é biológica e regida pelas leis implacáveis da hereditariedade, a cidade multiplica suas chances de sobrevivência e, portanto, atrai “degenerados” de toda sorte, que esconde em suas inúmeras ruelas e becos, nas tavernas, botequins, cabarés, nas habitações insalubres e promíscuas da gente pobre, nas alcovas das prostitutas, no anonimato das multidões. (CUNHA, 1986, p.26).

Uma vez encontrado o foco das anormalidades, era necessário criar práticas que visassem a sua redução. Maria Clementina Pereira Cunha explicita que a cidade ampliava as possibilidades de sobrevivência dos indivíduos considerados degenerados por conta da sua estrutura física que abrigava botequins, casebres e habitações insalubres. Muitas políticas de alteração na estrutura cidadina proibiam a construção e moradia nesses locais, a fim de que pudessem construir áreas mais higiênicas, que diminuíssem a incidência de degenerados.

Os hábitos considerados tradicionais resistiam às imposições dos códigos de posturas e construía a cidade real, dotada de problemas de ordem estrutural no tocante ao asseio das ruas, matadouros e falta de saneamento básico. Por essa perspectiva, grande parte da cidade era construída com base nos discursos de sobrevivência e nas vivências rotineiras dos sujeitos marginalizados.

Na tentativa de aplicação efetiva do discurso médico, houve a criação da Lei 358, de 9 de junho de 1904, que organizou o Serviço Sanitário do Estado agregando a análise de todas as questões abrangentes

acerca da higiene, estudo, tratamento e profilaxia das doenças. Além desses objetivos, o serviço buscava impedir a proliferação de moléstias e a fiscalização do exercício da medicina. O serviço sanitário buscava legitimar o poder dos médicos frente às práticas de cura “alternativas”.

Com o intuito de barrar as práticas consideradas ilegais, o serviço sanitário organizou a polícia sanitária, que contava com inspetores e delegados que promoviam vistorias nas habitações, a fim de coibir a existência de outras artes de curar, pois estas eram criminalizadas, assim como o uso de fármacos não prescritos por médicos e farmacêuticos habilitados.

Os decretos e leis que passaram a vigorar desde 1904 buscavam impor medidas mais restritivas com relação ao ordenamento urbano, pois alguns locais serviam de foco de doenças por conta da falta de asseio dos moradores, como a morada embaixo de sobrados que possuíam pouca higiene, tanto é que percebo a recorrência da temática analisada, tanto no decreto deferido em 1904 quanto na Lei Sanitária de 1916, nº 736, 11/04/1916, que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado, que apregoava a necessidade de fechamento das moradias embaixo de sobrados.

Contudo, as ações no tocante à regulamentação dos serviços médicos não conseguiam alcançar a meta desejada, pois as modificações dependiam de toda uma estrutura médica e física. Além de ser um espaço insalubre e contar com poucos médicos foi, não raras vezes, tomada por epidemias que se alastravam rapidamente e, em razão dessas epidemias, leis e decretos surgiam para tentar delimitar um serviço de assistência e profilaxia, principalmente após a epidemia de gripe espanhola. Logo após “o governo da União criaria, para combatê-la (decreto nº 13.538 de 9/4/1919), um serviço de profilaxia, de caráter especial, com comissões regionais nos Estados. A do Maranhão instalar-se-ia logo a 23 do mês seguinte, sob a chefia do Dr. Raul de Almeida Magalhães”. (MEIRELES, 1994, p. 243).

A década de 20 foi tomada por inúmeras epidemias e as autoridades tentavam fazer frente aos surtos através da delimitação de leis, decretos e melhoramentos urbanos no tocante ao sistema de abastecimento de água. No entanto, as mudanças pontuais pouco resolviam o estado de insalubridade em que a cidade se encontrava, uma vez que os problemas de saúde em São Luís não se resumiam apenas às epidemias que castigavam a cidade.

Paralelamente, caminhavam as enfermidades endêmicas que eram responsáveis por dezenas de mortes, atingindo, sobretudo, as classes subalternas, que não recebiam a devida atenção por parte das autoridades médicas e os poderes públicos (ALMEIDA, 2012, p.147).

Fato que serve de ilustração para entendermos até que ponto havia uma preocupação em relação aos grupos menos favorecidos e às mortes causadas pelas epidemias, é que as autoridades federais só começaram a isolar os doentes após a peste ter aplacado o bacteriologista Henrique Marques Lisboa em 1903 e a esposa de um farmacêutico, que chegou a óbito.

A partir daí, houve uma maior preocupação com a doença e o medo da sua proliferação, como observou Mario Meireles, que, após o ocorrido, as autoridades federais, na figura de Dr. Oswaldo Cruz, organizaram uma equipe técnica formada pelos médicos Antônio de Carvalho Palhano, Joaquim da Cunha Belo e Galdino Martins de Souza Ramos que deram início à campanha de vacinação (MEIRELES, 1994, p. 239).

Outro elemento que surgiu como consequência da epidemia de peste bubônica foi o Serviço Extraordinário de Higiene (SEH) criado em 1904, como observou Maria Almeida (2012, p.147), quando especificou que o serviço foi criado para combater apenas a peste bubônica, embora a cidade, naquele momento, também tivesse focos de varíola, beribéri e tuberculose. Além da intensa campanha de vacinação, outras formas de combater a epidemia foram as desinfec-

ções e o isolamento dos doentes, todavia esse isolamento atendia a diferenciações sociais nítidas, uma vez que os pobres eram recolhidos aos hospitais de isolamento, enquanto os mais afortunados tinham acesso a locais de melhor qualidade, com relação ao tratamento e à alimentação.

Além dos problemas pelos quais passava a cidade, outro aspecto tornou-se relevante para ser posto em discussão: além do saneamento urbano que estava para ser proposto, havia uma tentativa latente de “saneamento moral” (CAMPOS, 2001, p.47.), um processo de reordenamento dos costumes, que vinha articulado à noção de que, não raras vezes, as mudanças que tentavam ser aplacadas no cenário urbano não surtiam o efeito desejado, porque os costumes ainda estavam arraigados de práticas consideradas inadequadas.

Na tentativa de modificação do espaço urbano, em 14 de agosto de 1930 foi criado o “Serviço Municipal de Hygiene e Assistência”, regulando, assim, o serviço municipal de higiene com relação à fiscalização dos mercados, distribuição do leite, assistência dentária, farmacêutica e médica, além de outras funções evidenciadas na imagem a seguir:

Art. 5º - Ao Serviço Municipal de Hygiene e Assistencia compete ainda:

- a) A inspeção sanitária do gado abatido no Matadouro Modelo e da carne exposta à venda nos Mercados e açougues;
- b) A fiscalização de gêneros alimentícios e a inspeção sanitária dos estabelecimentos comerciais e industriais onde se fabriquem ou se exponham à venda os mesmos;
- c) A inspeção médica de todo pessoal encarregado de lidar com gêneros de alimentação;

(Decreto nº 58 de 14 de agosto de 1930. IN: PACOTILHA, 21 de Agosto de 1930).

O serviço municipal de higiene e assistência tinha uma tarefa árdua, pois os problemas referentes aos matadouros clandestinos e à falta de salubridade desses locais já assolavam a capital desde o século XIX, como podemos perceber a partir da citação do autor Raimundo Palhano:

Deve-se considerar como causas de insalubridade desta capital, a completa falta de asseio do matadouro, dos mercados, dos chãos vazios, dos quintais e das praias etc. etc. Em consequência dos detritos de matérias orgânicas decompostas e corpos de animais em via de putrefação [...] o lixo e outras imundícies sejam, à proporção que forem tirados, conduzidos em carroças e lançados para fora do centro povoado. (Almeida e Albuquerque, 1876, p. 39).

Seguindo essa abordagem, a salubridade dos matadouros, a fiscalização dos gêneros alimentícios e a inspeção médica de todos os trabalhadores do setor eram imprescindíveis por conta da proliferação de doenças ocasionadas pela ingestão de comida contaminada. Outro ponto relevante a ser destacado é que a existência da lei denota que, ainda na terceira década do século XX, a cidade não havia se adequando aos padrões que tentavam ser implantados desde o século anterior.

Nesse ínterim, as ações de vigilância passaram a ser recorrentes no sentido de possibilitar uma mudança mais profícua no ordenamento urbano e nas ações de repressão às práticas consideradas um atentado à moral e aos bons costumes. Essa tese pode ser intensificada a partir de 1931, conforme analisou Marize Campos:

No Maranhão, em 31 de julho de 1931, o então Interventor Federal, Padre Astolfo de Barros Serra, lançou o decreto nº 152 pelo qual alterava a divisão policial em São Luís, fornecendo claros indícios de que a cidade passava a ter intensificada a vigilância. (CAMPOS, 2001, p.51).

Segundo Marize Campos, o interventor buscava, com o deferimento desse decreto, aumentar o raio de atuação da polícia e promover rondas frequentes em algumas localidades da cidade. Seguindo a mesma noção de limitação de acesso aos sujeitos considerados indesejáveis, a prostituição também passou a sofrer inúmeros cerceamentos nas primeiras décadas do século XX, a partir de leis que delimitavam seus horários, os locais em que poderiam permanecer e a proibição absoluta da prática do que chamavam de escândalos e desordens.

As ações normalizadoras que surgiram no decorrer das primeiras décadas do século XX sempre enfatizavam a necessidade de moralizar os hábitos e os espaços de sociabilidade, fazendo menção à família e aos bons costumes. A organização dos serviços de profilaxia visava à erradicação das doenças, entretanto, o tratamento dispensado às camadas menos favorecidas era, na maioria das vezes, reduzido apenas ao confinamento, com o intuito de erradicar a propagação. Logo, a cura dos males, embora estivesse em voga a necessidade de promoção de um tratamento médico, reduzia-se ao recolhimento e confinamento do doente, como observou Cidinalva Neris:

A criação de instituições de isolamento dos contaminados pela lepra, como o leprosário do Bonfim, pode ser compreendida, portanto, como uma forma concreta de aplicação dessas técnicas disciplinadoras e regulamentadoras da população e dos indivíduos. Compreende-se o isolamento, portanto, como um dispositivo de poder com uma função estratégica: controlar a doença e excluir os doentes. (NERIS, 2014, p.60)

Diante da impossibilidade de promoção da cura a todos os doentes, principalmente nos momentos em que as doenças estavam alastradas, o confinamento passou a ser o método mais aplicado, ainda que a comunidade médica não tivesse, naquele momento, uniformidade de opiniões no tocante às formas de contágio da doença, mas na

incerteza com relação à emissão das doenças não fora suficiente para que as práticas de confinamento deixassem de ser utilizadas.

Os portadores de doenças eram vistos como ameaças à saúde pública e esse fato permitia que uma série de práticas coercitivas limitassem os espaços desses sujeitos. Além dos problemas relacionados às epidemias e à falta de salubridade nas ruas da cidade, outro fator relevante deve ser destacado: as mudanças estruturais que eram aplicadas e que modificaram de forma latente a vida da população, como observamos na publicação do *Jornal O Combate*:

Na Capital, já se não pôde viver, porque, com as loucuras que o governo praticou e vive praticando, no seu sonho de megalomania, tudo decuplicou. Basta que se lance a vista por sobre a nossa desoladora situação, para que se não tenha dúvida do futuro nublado eu nos aguarda. A habitação, os gêneros de primeira necessidade, a água, a luz, a mão de obra do operário, tudo, tudo enfim subiu vertiginosamente, sem um paradeiro a semelhante descalabro. (O COMBATE, Terça feira, 26 de maio de 1925).

Nessa publicação, os escritos do *Jornal O Combate* teciam uma crítica à candidatura de Magalhães de Almeida, enfatizando a situação calamitosa em que se encontrava a cidade, após as modificações estruturais que tentavam ser aplicadas. De acordo com o periódico, o governo havia aumentado em dez vezes o valor da habitação, dos gêneros de primeira necessidade, da água e da luz, para que fosse possível promover uma modernização urbana.

No entanto, os projetos modernizantes haviam encarecido o viver a cidade, gerando fome, miséria, sede e abandono, mas respondiam aos anseios da elite, conforme explicou João Batista Bitencourt:

As intervenções urbanas estavam muito mais voltadas a construir imagens simbólicas da modernidade, como as avenidas, que dessem às elites elementos de identificação com a socieda-

de desejada. As intervenções urbanas do limiar do século XX estavam muito mais voltadas à configuração do espaço citadino salubre, civilizado e ordenado. (BITENCOURT, 1999, p.56).

Em detrimento à situação de abandono das camadas mais pobres e aos cerceamentos dos espaços de sociabilidade àqueles que não se enquadrassem ao “moderno”, as elites buscavam constituir espaços de convivência que tivessem ligação com as noções de modernidade, por isso, as políticas de mudanças estruturais ou de reformas tiveram grande aceitação por parte desse grupo, fossem elas: introdução do uso de energia elétrica, de bondes ou construção de avenidas.

O uso corrente do termo “reforma” autoriza a sua interpretação numa acepção limitada por implicar, tradicionalmente, a ideia de mudanças mais ou menos superficiais que não atinjam o âmago do que é modificado. Esta é uma interpretação que, na verdade, pode recobrir apropriadamente uma larga extensão de experiências no campo da assistência psiquiátrica, traduzida em termos como reestruturação, modernização. (BARRETO, 2003, p.21).

A ideia de reforma proposta pelas leis durante as três primeiras décadas do século XX não fomentou uma discussão mais concreta no sentido de modificar a terapêutica da loucura. Sendo assim, abrandavam-se os termos pelos quais eram conhecidos os alienados mentais, mas as técnicas e metodologias na terapêutica não sofriam mudanças significativas.

No cenário de reformulação dos saberes e das práticas psiquiátricas, as mudanças foram graduais, mas antes de serem consideradas fundamentais para a reconstrução de novos espaços de socialização da loucura, alguns decretos foram essenciais nesse processo.

O Decreto 1.132, de 22 de dezembro de 1903, que apregoava a necessidade de reorganização da assistência a alienados a partir da obri-

gatoriedade do envio de doentes mentais ao recolhimento em estabelecimento próprio para alienados. A entrada nos asilos deveria ser feita mediante apresentação de requerimento atestado por autoridade pública, assim como o doente mental poderia ser tratado em domicílio, caso este apresentasse estrutura adequada para seu acolhimento.

A integração dessas questões em decretos era significativa para a mudança no processo de recolhimento dos alienados, mas ainda deveriam ser vistas como propostas muito tímidas a serem interiorizadas no modelo assistencial, uma vez que a existência da lei não significava seu completo cumprimento. A análise dos decretos deferidos no século XX permite-nos identificar a modificação dos termos utilizados para entender a loucura e as deliberações propostas pelas leis que tinham como objetivo a construção de uma nova prática psiquiátrica.

Outra formalização anexada ao decreto versava sobre a prática de confinamento de alienados mentais nas cadeias, pois, de acordo com o decreto, “é proibido manter alienado em cadeias publicas ou entre criminosos (...) enquanto não possuírem os Estados manicômios criminaes, os alienados delinquentes e os condemnados alienados somente poderão permanecer em asyls públicos, nos pavilhões que especialmente se lhes reservem”. (Decreto 1.132 de 22 de dezembro de 1903).

Assim, os alienados considerados criminosos deveriam ter locais adequados para recolhimento. Contudo, o cumprimento dessas prerrogativas era dificultoso, porque não havia um local apropriado em São Luís, inutilizando a obrigatoriedade prescrita no decreto, porque além de não contarem com hospital específico para acolhimento, nem com os manicômios criminaes, o hospital de recolhimento e confinamento não contava com pavilhões para abrigar os alienados enviados para a Instituição (Santa Casa de Misericórdia, Relatório 1938. Relatório apresentado ao exmo Sr. Dr. Paulo Martins de Souza

Ramos, interventor federal, por João Alfredo de Mendonça, fiscal do governo do Estado junto a Santa Casa de Misericórdia)

Além das observações inerentes ao estado de salubridade do local de recolhimento, o decreto de 1903 especificava a necessidade de instalar os hospitais de recolhimento para alienados mentais em locais que contassem com espaços para atividades ao ar livre, fugindo do modelo de confinamento cujo objetivo era excluir os doentes mentais dos espaços de circulação.

O referido decreto divulgava uma perspectiva mais humanizadora para o tratamento mental ao levantar uma preocupação com os locais de recolhimento, a estrutura e a problemática das prisões de alienados mentais que acabava sendo feita de forma desordenada ao permitir a junção de criminosos e alienados mentais criminosos em uma mesma cela. Dessa forma, como poderia ser aplicada uma terapêutica cuja finalidade seria a cura, uma vez que o ambiente era improfícuo para a humanização de pacientes encarcerados em pequenas celas?

A história da institucionalização da loucura a partir de leis e decretos baseia-se na formalização da prática terapêutica, assim como na medicalização dos hospitais, no tocante ao processo de preenchimento do quadro de profissionais que, a partir do deferimento das leis, tornava obrigatória a qualificação dos profissionais que cuidariam dos alienados mentais.

Nesse longo caminho percorrido e narrado pelos inúmeros decretos que possibilitaram repensarmos sobre a política de assistência psiquiátrica brasileira, o Decreto de número 8.834, de 11 de julho de 1911, foi basilar na configuração da prática médica psiquiátrica porque versava sobre as tarefas cotidianas dos médicos alienistas:

Art 37: Incumbe aos alienistas:

I. Visitar diariamente, entre oito e 11 horas da manhã, as seções a seu cargo, e prescrever o tratamento a que devem ser submettidos os enfermos;

- II. Lançar em livros próprios as notas clinicas que exprimam o estado dos doentes, quer sejam modificações dos *symptomata* primitivos, quer factos novos, pertencentes a outra phase da doença;
- III. Prescrever diariamente, em livro para esse fim destinado, a dieta dos enfermos (Decreto 8,834, de 11 de julho de 1911).

As atividades obrigatórias ao trabalho dos alienistas eram explicitadas no sentido de possibilitar uma mudança significativa no panorama de tratamento dos alienados, que se tornava deficitário por não seguir essas etapas.

Em São Luís, ainda em 1937, 26 anos após a publicação desse decreto, os médicos ainda não visitavam os enfermos constantemente e a observação dos doentes era feita por freiras e outros funcionários não qualificados da Santa Casa de Misericórdia (Relatório da Santa Casa de Misericórdia referente ao ano de 1936, p.52.), assim como não havia livros de notas clínicas que possibilitassem uma análise do caso clínico em momento posterior por outro médico ou pessoal qualificado para essa tarefa.

Com relação ao processo de admissão de enfermos, este foi institucionalizado no decreto de 1911 que formalizou as normas e procedimentos que deveriam ser tomados antes da aceitação de alguém considerado alienado mental. A delimitação de regras para admissão daqueles considerados loucos poderia ser feita mediante requisição do chefe de polícia, todavia este pedido deveria ser acompanhado de um exame médico-legal que comprovasse a existência de uma possível perturbação mental, legalizando, assim, a emissão de atestados de loucura e lucidez a uma ação médica.

Além do Decreto 17.805, de 23 de maio de 1927, cuja finalidade foi a de organizar a assistência a alienados, o decreto de 1927, que “aprova o regulamento para execução dos serviços de Assistência a Psychopatas no Distrito Federal”, serviu de ponte para a reflexão

sobre as mudanças na configuração da assistência a doentes mentais. Com o intuito de estabelecer regras no tocante ao processo de assistência, esse decreto visava não somente delimitar regras para o modelo de recolhimento em hospitais específicos, mas buscava enfatizar a necessidade da publicação e fomento de estudos sobre higiene mental, a fim de delimitar os meios mais eficazes de organizar a profilaxia das doenças mentais.

Os decretos publicados subsequentes ao de 1903 buscavam organizar de forma profícua a assistência a alienados, para que todos tivessem uma base de ação para reordenar os serviços de assistência.

O Decreto número 24.559, de 3 de julho de 1934, estabeleceu formas de proteção aos bens dos loucos denominados pelo decreto como “psicopatas” e organizou o processo de Profilaxia Mental que apregoava a necessidade da estruturação de um tratamento eficaz, proteção adequada e amparo médico para todos que estivessem internados em hospitais psiquiátricos, instituindo assim um órgão batizado de Conselho de Proteção aos Psicopatas, comandado pela diretoria geral da então denominada Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental.

A história dos decretos, da profilaxia e da medicalização social serviu de base para pensarmos como os sujeitos considerados alienados e portadores de outras moléstias passaram a ter seus espaços cada vez mais cerceados por políticas públicas de organização teórica de um tratamento humanizado. Todavia, as práticas perpassaram a preocupação com os tratamentos hospitalares e incidem sobre a própria cidade, dificultando o processo de reinserção desses sujeitos na sociedade durante as quatro décadas iniciais do século XX.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BRASIL. Decreto 24559, de 3 de julho de 1934. Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1934.

BRASIL. Decreto 1.132 de 22 de dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a alienados. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1903.

BRASIL. Decreto 24559, de 3 de julho de 1934. Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1934.

Decreto nº 58 de 14 de agosto de 1930. In: *PACOTILHA*, 21 de Agosto de 1930.

Decreto 17.805, de 23 de maio de 1927. Aprova o regulamento para execução dos serviços da Assistência a Psychopathas no Districto Federal. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1927.

Decreto 1.132 de 22 de dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a alienados. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1903.

Relatório do presidente de província Almeida e Albuquerque, 1876, p. 39.

Lei n. 358 de 9 de Junho de 1904 - Organiza o Serviço Sanitário do Estado. Coleção de Leis e Decretos do Estado do Maranhão.

Lei Sanitária nº 736 11/04/1916 – Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia referente ao ano de 1936 apresentado à mesa administrativa em sessão de 21 de fevereiro de

1937/ Cel. Affonso Assis Pereira de Mattos. Maranhão: Typ. M. Silva, 1937, p.52.

PARGA, Herculano Nina. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo (...)* Maranhão, 1916.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro. O estado sanitário da cidade de São Luís no início do século XX. IN: *São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade*. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

BARRETO, Jubel. *O umbigo da Reforma Psiquiátrica: cidadania e avaliação de qualidade em saúde mental*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina social, 2003 (Tese de Doutorado).

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar Ed, 2009.

BITENCOURT, João Batista. Da salubridade à eugenia: cidade e população no Estado Novo. In: *Revista Espaço Plural- Dossiê Cidades*. Ano VIII, nº 17. 2º semestre; ISSN 15184196.p.55-72. 1999.

CAMPOS, Marize Helena de. *Maripozas e Pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX*. São Paulo: Departamento de História da USP. SÃO PAULO: USP, 2001 (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1989.

CORREA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano do operariado feminino em São Luís na vi-*

- rada do século XIX. São Luís: EdUFMA, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a História de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Delírios da razão*: médicos, loucos e hospícios. (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Ed. FioCruz, 2001.
- MEIRELES, Mário M. *Dez Estudos Históricos*. São Luís: Alumar, 1994.
- MENEZES, Lena Medeiros de. *Os indesejáveis*: desclassificados da modernidade. Rio de Janeiro: EduERJ, 1996.
- NERIS, Cidinalva Silva Câmara. *Estigma e isolamento social*: lepra, saber médico e políticas públicas no Brasil. Jundiaí/Paco Editorial/ Edufma: 2014.
- PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura*: loucura e desrazão. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde*: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura*: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento. *Nos trilhos do progresso*: os bondes elétricos na Primeira República em São Luís/MA. Piauí: Programa de pós-graduação em História da UFPI, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura*: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, Ifch, 2001.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da liga brasileira de higiene mental (1920-1930)*, 1994.

TEGON, Rachel. *Cidade e Loucura*. Mato Grosso: Ed. UFMT, 2007.

A TYPOGRAVURA TEIXEIRA E A REVELAÇÃO DA IMAGEM NA REVISTA DO NORTE

*Amanda da Silva e Silva*¹

*José Ferreira Júnior*²

“O mês de dezembro de 1899 decorreu, na verdade, na esfera em que eu passava a exercer a minha atividade, festivo e animado. Os telegramas do Rio de Janeiro, que os jornais maranhenses publicavam, anunciavam grandes demonstrações de regozijo por toda parte. O “século das Luzes” ia apagar-se, legando ao que lhe vinha suceder uma infinidade de conquistas que o anterior jamais imaginara. Que espantos, que prodígios traria no seu

1 Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduada em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista/pesquisadora da CAPES. E-mail: aruadegoncalves@gmail.com.

2 Professor doutor Titular do Curso de Comunicação Social da UFMA e do Mestrado em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: jferr@uol.com.br.

mistério o século que ia surgir? Que nome se lhe devia dar, no nascedouro? Tudo era alegria e esperança, em suma, no coração da humanidade alvoroçada". (Humberto de Campos, 2009).

INTRODUÇÃO

A descoberta da fotografia foi apenas uma das grandes conquistas do século XIX que se cristalizou e perdurou no século XX, período de efervescência científica e tecnológica³, no qual as inovações técnicas e os processos produtivos eram tocados em andamento acelerado.

Além de acelerado, a mulher e o homem da passagem do século XIX para o XX foram um difusor da visão de progresso, um aliado das diversas conquistas da ciência, de maneira contínua e agregando na mesma equação a soma da “produção de riquezas, bem-estar com o acúmulo de conhecimento, isto é, progresso material com progresso intelectual.” (TURAZZI, 1995, p.38). Diferente do século XX, que, de acordo com Turazzi (1995, p.38), associou a ideia de progresso a hipóteses médicas e científicas de antes para teoria social.

A *Revista do Norte* foi uma publicação maranhense ilustrada de literatura e arte que utilizou fartamente as imagens fotográficas em suas páginas, consideradas a grande novidade das artes gráficas

3 Segundo Nicolau Sevckenko, a chamada Revolução Científico-Tecnológica ocorreu em meados do século XIX, atingindo a plenitude entre os anos de 1870 a 1900. Representou a manifestação das novas descobertas científicas aliadas aos processos produtivos técnicos, gerando novas condições e potenciais energéticos e tecnológicos para uma economia globalizante. No Brasil, o efeito globalizante coloca o país no contexto modernizador e propicia “a gestação das novas elites formadas pelos modelos de um pensamento científico cosmopolita” In: SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil: República da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.35.

na época de seu lançamento. Neste trabalho, abordaremos alguns usos e funções da fotografia, fazendo referências à sua circulação em São Luís.

Considerada um ícone do progresso, a fotografia vai se integrar à vida social das cidades cada vez mais perto do desfecho do século XIX e começo do século XX em diante, a partir do desenvolvimento tecnológico dos processos gráficos nos centros urbanos. A fotografia torna-se a “autorização” usada pela imprensa para adentrar na vida moderna da cultura urbana tão exaltada e exigida no período republicano pela euforia do progresso.

Uma intenção deste trabalho é perceber a *Revista do Norte*, também, como um dos projetos do grupo de intelectuais denominados novos atenienses, que buscava resgatar a vida cultural, as tradições literárias e expressões artísticas do estado do Maranhão “das teias da atmosfera de decadência – que, para eles (os novos atenienses), comprometia o passado maranhense.” (MARTINS, 2006, p. 148). Nesse sentido, era através da imprensa e dos periódicos que esses intelectuais tinham a possibilidade de ganhar alguma visibilidade e dar publicidade aos seus escritos dentro do seletivo e disputado mercado editorial brasileiro.

Por fim, este estudo busca evidenciar o trabalho dos realizadores da *Revista do Norte*, com destaque para o pioneirismo de Alfredo Teixeira, o diretor artístico da revista e da Typogravura Teixeira, junto com o jornalista Antônio Lobo. Alfredo e a Typogravura Teixeira criaram a primeira revista ilustrada maranhense com fotografias. Traçando uma linha do tempo, a *Revista do Norte* é contemporânea das mais importantes revistas ilustradas nacionais, como *Ilustração Brasileira* (1901, e impressa em Paris), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Tico-tico* (1905), *Fon-Fon!* (1907), *Careta* (1908), entre outras.

ESPAÇO E SIGNIFICAÇÃO DA FOTOGRAFIA EM SÃO LUÍS

O surgimento da fotografia e sua vertiginosa expansão, a partir da segunda metade do século XIX, modificou de forma profunda o modo de vida e o cotidiano de homens e mulheres ao redor do mundo. Através dela, não só se entra em contato com outras culturas, sociedades e ideologias, como se cria uma nova experiência de tempo e do espaço de representações da realidade social vivenciada. Categorias indissociáveis, que, segundo Turazzi (1995, p.29), são inerentes à linguagem fotográfica:

A fotografia permite empreender uma dada exploração visual do espaço em estreita sintonia com a capacidade, até então inédita, de congelar e perenizar o tempo vivido. Tanto ou mais do que as estradas de ferro, a navegação a vapor e os novos bulevares, a fotografia aproxima distâncias de modo muito singular, contribuindo decisivamente para essa nova noção de espacialidade subjacente à internacionalização da economia e à cosmopolitização da cultura.

A fotografia, gradativamente, tornou-se (oni) presente no cotidiano, passando a ser um meio eficaz de encurtar distâncias entre as pessoas e saciar a curiosidade de um mundo até então desconhecido. Neste último quesito, as revistas ilustradas, por meio da imagem fotográfica, desempenharam um papel fundamental para a familiarização desse mundo distante e *inexplorado*. Um exemplo são as reportagens sobre países distantes ou considerados exóticos para os ocidentais. A fotografia nas revistas estreitava essa relação, além de representar “um dos fenômenos mais importantes de universalização da cultura e cosmopolitização da vida moderna”. (TURAZZI, 1995, p.20).

A difusão da fotografia (originais e impressas) no Brasil ocorreu com características variadas e em suportes⁴ e cenários diversos. Den-

4 Entendemos como suporte as possibilidades de veiculação material da fotografia, citamos algumas: daguerreótipo, ambrótipo chapas de vidro positiva, imagens este-

tre alguns aspectos já explorados pela historiografia, podemos citar: a participação brasileira em várias edições das grandes Exposições Universais⁵ a partir da segunda metade do século XIX e prosseguindo pelo século XX, espécie de vitrine mundial de produtos do “progresso técnico” (BENJAMIN, 1987, p.99) ou, como nas palavras de Hardman (2005, p.63), “festas da modernidade”; a presença cada vez mais constante da fotografia nas Exposições Provinciais e Nacionais, em salões das belas-artes e da indústria⁶; o trânsito de fotógrafos profissionais⁷ e itinerantes que percorreram as principais cidades do Brasil

reoscópicas em vidro ou papel, ferrótipo, fotografia sobre porcelana, cartão *cabinet*, *cartes de visite*, cartões-postais, álbuns, revistas ilustradas etc.

5 As exposições universais foram eventos que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos, compreendidos entre o período da primeira exposição internacional em 1851, no Palácio de Cristal, em Londres até a sua gradual interrupção pela chegada da Primeira Guerra Mundial. A primeira vez que o Brasil participou oficialmente de uma exposição universal foi em 1862, em Londres, repetindo a presença nos anos de 1867 em Paris, 1873 em Viena, 1876 na Filadélfia e, fechando o período monárquico, em 1889 em Paris. Já na República, o Brasil participou das exposições de Saint-Louis (EUA) em 1904, em Bruxelas no ano de 1910 e Turim em 1911. Para um entendimento didático e crítico sobre as Exposições Universais e a participação brasileira, recomendamos a leitura dos livros: HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; e PASAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

6 Além das grandes exposições universais, outros eventos similares ocorreram, paralelamente, em nível local, nacional e internacional. O Brasil realizou diversas exposições em meados do século XIX e no início do XX, sejam elas provinciais e gerais de belas-artes da academia imperial (durante a monarquia) e as nacionais. Segundo Turazzi (1995, p. 23), as duas maiores exposições brasileiras ocorreram no período republicano, uma em 1908 e outra em 1922, ambas na capital Rio de Janeiro. Cumpre ainda ressaltar a participação maranhense na exposição de 1908 com Álbum do Maranhão em 1908, com fotografias de Gaudêncio Cunha. Para mais, consultar In: TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839/1889)*. Rio de Janeiro: FUNARTE: Rocco, 1995; Já sobre a fotografia como “arte industrial por excelência”, conferir In: HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.222.

7 Um extenso mapeamento da atividade fotográfica no Brasil, entre os anos de 1833 a 1910, contemplando o Maranhão e quase todo território nacional, pode ser visto no dicionário Histórico-Fotográfico de Boris Kossoy In: KOSSOY, Boris. *Dicionário*

e centros urbanos em crescimento; o “fotógrafo-amador” que tinha acesso, por algum motivo, a materiais fotográficos⁸; a forte influência desde o tempo do império, com o próprio D. Pedro II⁹, entusiasta e fascinado pela fotografia; passando pelo desenvolvimento de novas técnicas fotográficas, novos suportes materiais, chegando na possibilidade da reprodução da imagem fotográfica, permitindo a impressão da fotografia nas páginas da imprensa ilustrada¹⁰ brasileira nos últimos anos do século XIX e já adentrando o XX como um “germe do nosso fotojornalismo”. (ANDRADE, 2004, p. 12).

O aumento na circulação da fotografia, em especial entre os últimos anos do século XIX, seguindo por todo século XX, foi responsável pelo “alargamento visual’ do horizonte simbólico daquelas sociedades que passaram a conviver com esse fenômeno.” (TURAZZI, 1995, p.110). Embora em contextos diferentes, e ainda citando Turazzi (1995, p.110), cada sociedade irá produzir, convenientemente, a imagem que quer de si mesma, tanto em termos concretos como simbólicos. No Brasil e, por extensão, no Maranhão não será diferente.

A capital do Maranhão, São Luís, na fronteira dos dois séculos, era uma cidade em processo de transições. Como todas as cidades brasileiras, agora estava subordinada ao regime político republicano, embora, conforme Ferreira (2004, p. 227), **não sofresse grandes mu-**

Histórico-Fotográfico Brasileiro: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833 – 1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

8 Pode-se, a esse respeito, constatar em Turazzi (1995, p. 298).

9 A relação entre D. Pedro II e a fotografia é analisada tanto In: VASQUEZ, Pedro. *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1985; quanto no livro In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

10 Para a discussão do tema, ver: MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Niterói, RJ: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 1990.

danças na troca do período imperial para a República, permanecendo o mesmo quadro de políticos.

Economicamente, o estado encontrava-se em pleno desequilíbrio, fruto da derrocada de sua principal atividade econômica: a agroexportação. Para Faria (2003, p.6), o Maranhão “vinha declinando ao longo do século XIX, incapaz de enfrentar a concorrência externa e o endividamento interno dos fazendeiros”, associado diretamente aos abalos causados pela abolição da escravidão, período que muitos pesquisadores chamam de decadência econômica.

O contexto social e urbano também pouco mudou. A esse respeito, o relato da época, segundo Amaral (1897, p. 62), reconhece que, às vésperas da chegada do século XX, São Luís era uma cidade desprovida de qualidade nos serviços públicos urbanos essenciais; mantinha, ainda, a precária iluminação feita a gás¹¹, um obsoleto abastecimento de água, falta de rede de esgoto e coleta de lixo, assim como as péssimas condições sanitárias responsáveis por surtos regulares de doenças (varíola, peste bubônica) com altos índices de mortalidade, entre outros problemas que comprometiam a salubridade da cidade e a saúde da população.

Na estrutura urbana, a cidade ainda era considerada pequena, de acordo com Palhano (1988, p.142), o que havia de privilégios era restrito às elites políticas e econômicas que habitavam no centro histórico¹² e nos bairros centrais, lugares da formação inicial da cidade. Nos arredores ficavam as camadas populares e áreas rurais, como as regiões do Anil, Cutim e Outeiro da Cruz. De acordo com o anuário estatístico do Maranhão

11 Em São Luís, a luz elétrica substituindo o gás só ocorreu a partir de 1924, em outras cidades brasileiras, por exemplo, a substituição ocorreu já por volta de 1913.

12 Conforme o IPHAN, o centro histórico de São Luís “reúne cerca de 4mil imóveis tombados pela união e mantém intacto o traçado urbano do século XVIII. O local é formado de conjuntos homogêneos de arquitetura civil, remanescente dos séculos XVIII e XIX”. O centro histórico está inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, tombado pelo governo federal em 1955, em 1997, foi incluso também na Lista do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Unesco. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/>. Acesso em: 3 ago. 2018.

de 1900, a estimativa populacional do estado desse ano era de 499.308 habitantes, dos quais somente “99.919 sabiam ler e escrever; 188.175 eram considerados totalmente analfabetos e 210.814 sem declaração de instrução.” (CASTRO, 2017, p. 37). A quantidade elevada de pessoas sem alfabetização no estado não combinava em nada com o epíteto da Atenas Brasileira¹³ que o Maranhão carregava, naquele início de República, e das pressões renovadoras sociais, políticas e econômicas que o período exigia.

A circulação de fotografias, especialmente as impressas nas revistas ilustradas, caracterizou uma função fundamental e exponencial na redefinição do modo de ler e ver o mundo de uma geração que acompanhou a ampliação do “olhar que passa a existir no início do século XX” (BARBOSA, 2007, p.31), tornando-se mais acessíveis a uma população que ainda era de maioria iletrada. Afinal, através da informação visual da imagem/fotografia, havia a possibilidade de captar a mensagem que era vinculada pela imprensa, aumentando, também, o público atingido por esses periódicos. “Numa cidade cuja maioria absoluta da população é analfabeta, a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transferir a informação através da imagem”. (BARBOSA, 2007, p. 32).

A imprensa através dos periódicos, sobretudo os ilustrados, desempenhava, literalmente, o papel do elo de divulgação entre as novidades sobre o universo da fotografia, vindas dos centros irradiadores de modernidade, com a população, em particular, com as elites, que demandava por informação e entretenimento.

13 O epíteto Atenas Brasileira foi dado à cidade de São Luís em meados do século XIX e nasceu fruto da criação de uma singularidade maranhense, construída por representantes dos grupos sociais dominantes e intelectuais maranhenses, em referência ao grupo chamado de primeira geração ou “Grupo Maranhense” da literatura brasileira, entre eles Gonçalves Dias e Odorico Mendes. Instituído uma tradição que foi, e que ainda permanece até os dias de hoje, bastante recorrente na vida maranhense, seja como uma vantagem ou singularidade da terra, para além da qualidade literária. Uma análise crítica sobre a construção discursiva da Atenas Brasileira pode ser verificada em: BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Niterói: Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense, 2009. (Tese de doutorado).

Em São Luís, os anúncios fotográficos preenchem as páginas publicitárias dos principais jornais e revistas, com a divulgação dos estúdios de fotógrafos locais. Os destaques mais recorrentes eram especialidades técnicas empregadas, avisos da passagem de fotógrafos ambulantes pela cidade e propagandas de venda de artigos e equipamentos fotográficos (máquinas, papel, chapa, emulsões, produto químico, etc.). Como pode ser visto neste anúncio da Fotografia União publicada na Revista do Norte (1902, s/p.):

Photographia União

Uma das principais da capital do Maranhão. O proprietário d'este estabelecimento, não tem poupado esforços para conseguir eleva-lo ao mais alto grau de conceito, tendo sido honrado pelas ilustradas redações da imprensa maranhense, merecendo ser classificado um dos primeiros do Norte da República.

Em correspondência directa com os primeiros fabricantes da Europa e da América, tem a Photographia União aperfeiçoados aparelhos e todo material relativo, contém sortimento completo à disposição dos srs. photographos a amadores.

Executa-se com a maior presteza e nitidez. Todos os trabalhos por qualquer processo photographico.

Gaudêncio Cunha.

A exemplo do anúncio de Gaudêncio Cunha¹⁴ acima, era comum

14 Gaudêncio Cunha é, certamente, o fotógrafo mais estudado e reconhecido que atuou no Maranhão durante as últimas décadas do século XIX e início do XX. Paraense, Gaudêncio migra para São Luís, onde estabelece seu atelier, em 1º de setembro de 1895, a Photographia União, que logo se tornaria referência no ramo da fotografia. Pode-se, a esse respeito, conferir três visões diferentes sobre Gaudêncio Cunha e sua atuação como fotógrafo em São Luís, em ordem de publicação, sugerimos: MARTINS, José Reinaldo Castro. *Passado e Modernidade no Maranhão pelas lentes de Gaudêncio Cunha*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de mestrado); MATOS, Luciana Vilela Dourado. *Imagens legadas: São Luís nas fotografias de Gaudêncio Cunha*. São Luís: Programa de Pós-graduação

o fotógrafo destacar os processos utilizados, as suas qualidades técnicas, realçando, dentre as vantagens ofertadas, rapidez no processo, presteza na execução e na nitidez e, principalmente, na fixação longa da imagem. Afinal, ninguém queria que sua fotografia sofresse com o esmaecimento.

A exaustiva demonstração da superioridade dos processos fotográficos era uma garantia para conquistar a clientela e manter-se no mercado, em um período de crescente atuação de fotógrafos amadores.

Os temas mais comuns na rotina de trabalhos fotográficos, segundo Turazzi (1995, p.103), eram, em geral, a realização de retratos individuais, de família, personalidades locais, políticos, artistas, intelectuais, etc. A fotografia de paisagem remontava, geralmente, os arredores rurais da cidade e as vistas com elementos urbanos, com destaques para edificações e monumentos, obras e reformas públicas na urbe e registros culturais. Essas temáticas eram contempladas nas revistas ilustradas e nos principais álbuns de fotografias (comerciais ou de recordação) produzidos no Maranhão do entre o fim do século XIX e o começo do XX.

Das revistas ilustradas com fotografias, destacamos: a *Revista Elegante* (1892 a 1906) pioneira no uso de imagens fotográficas encartadas como suplemento artístico na revista; a *Revista do Norte* (1901 a 1906) considerada, sistematicamente, a principal revista ilustrada com imagens fotográficas maranhense – e objeto desse estudo; a revista literária *A Mocidade* (1906 a 1908) vinha com alguns retratos e o semanário ilustrado *A Avenida* (1909) que trazia fotografias da capital maranhense com a legenda “a São Luís Moderna”.

Dos álbuns, apontamos: o *Maranhão Ilustrado* (1899), *Recordação do Maranhão* (1908), o **Álbum do Tricentenário de Fundação da**

em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2010. (Dissertação de mestrado); e o SILVA FILHO, José Oliveira da. *A História capturada*: São Luís pelas lentes de Gaudêncio Cunha (1895-1908). São Luís: EdUEMA, 2012.

Cidade de São Luís (1913) e, por último, o **Álbum do Maranhão em 1908** (1908). Além, naturalmente, dos álbuns particulares de famílias que pertencem a acervos privados.

Da lista citada acima algo chama atenção. Todas as revistas ilustradas e todos os álbuns, com exceção do **Álbum do Maranhão em 1908**¹⁵, foram produzidos e/ou impressos pela mesma empresa tipográfica, a Typogravura Teixeira, ponto chave para compreender o “circuito social da fotografia”¹⁶ no Maranhão, referente aos processos de produção, circulação e consumo dessas imagens fotográficas.

TYPOGRAVURA TEIXEIRA

Conforme Hallewell (2005, p.170), a capital São Luís, durante o século XIX, principalmente no período compreendido entre 1840 e 1880, fora reconhecida nacionalmente como um importante e desenvolvido parque tipográfico, atendendo demandas gráficas vindas de outras províncias.

Nomes como José Correa Frias e Belarmino de Matos, “rivais amistosos” (HALLEWELL,2005, p.170), destacavam-se pelos esforços no sentido de realizarem trabalhos gráficos de alta qualidade, com edições nítidas e com esmero. O autor segue afirmando que, depois desse período de auge, a indústria gráfica maranhense iniciará um período de decadência, que se prolongará na virada do século XX.

15 O *Álbum do Maranhão em 1908* foi produzido pelo, já citado, fotógrafo Gaudêncio Cunha no seu atelier fotográfico Photographia União. Encomendado pelo governo do Maranhão, o álbum representava o estado na Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário de abertura dos portos. A esse respeito, sugerimos conferir os trabalhos de: MARTINS, José Reinaldo Castro. *Passado e Modernidade no Maranhão pelas lentes de Gaudêncio Cunha*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de mestrado) e o SILVA FILHO, José Oliveira da. *A História capturada: São Luís pelas lentes de Gaudêncio Cunha (1895-1908)*. São Luís: EdUEMA, 2012.

16 Sobre essa questão, conferir o livro: FABRIS, Annateresa. *Usos e funções da fotografia no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

Entretanto, não concordamos totalmente com a ideia de declínio abordada por Hallewell (2005) e reforçada por Leão (2013), que parecem perceber apenas o declínio ao afirmarem que a indústria tipográfica no Maranhão, na virada do século XIX para o XX, vivia “à sombra de seu passado, perdida a importância anterior.” (LEÃO, 2013, p.389). Desconsiderando ou minimizando o trabalho realizado por Alfredo Teixeira, especialmente com a Revista do Norte. Embora, é certo, já não sustentasse o mesmo sucesso de antes e nem o peso da concorrência do mercado gráfico de outras províncias, e depois estados do país. Devemos fazer essa ressalva no tocante à continuidade da arte gráfica no Maranhão.

A oficina de Typogravura Teixeira, dirigida por Alfredo, foi pioneira na implantação, em São Luís e no Brasil, das modernas técnicas e processos de reprodução e impressão de imagens junto aos impressos tipográficos. O estúdio dominava, por exemplo, o processo de reprodução fotomecânica¹⁷ de imagem a meio-tom, conhecida também como autotipia¹⁸.

Patenteada em 1882 por Georg Meisenbach, a autotipia tornou-se um processo fundamental, uma vez que, prestes à virada do século XIX para o XX, “revolucionou verdadeiramente as artes gráficas em todos os seus aspectos, inclusive os relacionados ao *design* gráfico, ao

17 Consistem em “Qualquer processo de reprodução de imagens fotográficas (como também de desenhos e de pinturas) por impressão a tinta, obtida a partir do uso de uma imagem fotográfica na preparação da placa de impressão” In: TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839/1889)*. Rio de Janeiro: FUNARTE: Rocco, 1995, p. 287.

18 A técnica da autotipia consiste em reproduzir uma imagem fotográfica original, de tons contínuos, por “uma malha ou retícula de vidro, que fragmentada em pequenos pontos distribuídos de maneira regular e cujo tamanho varia em função da tonalidade específica de cada área da imagem. Assim, grava-se uma chapa denominada de clichê, onde os pontos, em alto-relevo, correspondem às áreas escuras da imagem. Os clichês podem ser montados juntamente com as linhas de texto e impressos simultaneamente pelo processo tipográfico.” ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *Processos de reprodução e impressão no Brasil, 1808-1930*. In: *Impressos no Brasil, 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009, p.61.

possibilitar a incorporação da fotografia ou qualquer outra imagem aos impressos tipográficos.” (ANDRADE, 2009, p.60). Isso possibilitou a criação de uma base com os mesmos princípios para o surgimento de outros processos de reprodução de imagem.

Ainda de acordo com Andrade (2009, p.61), somente com o desenvolvimento da técnica da autotipia foi possível, de fato, imprimir ao mesmo tempo a fotografia (ou qualquer outro tipo de imagem) com o texto escrito em uma mesma chapa, por meio do processo tipográfico. Iniciava-se, assim, uma nova fase na imprensa ilustrada brasileira a partir do século XX.

Para pensar este cenário e apreender informações sobre a *Revista do Norte*, devemos lançar o olhar crítico aos seus editores e criadores. Mauad (2006) chama atenção para o poder que os donos das revistas ilustradas e o grupo de intelectuais colaboradores ligado a elas possuíam, pois eles: “detinham o controle de um grande capital simbólico, que os habilitava a participar intensamente da vida política do país”. (MAUAD 2006, p.374).

São estes pequenos grupos da classe dominante ou elites que, possuindo o domínio do capital simbólico e dos meios de produção cultural, irão constituir uma “hegemonia de classe”. Eles tornaram-se, nas palavras de Mauad (2006, p.373):

importantes agentes instituidores de um *habitus* de classe que discrimina uns e coopta outros, que hierarquiza os espaços da cidade, dignificando-os ou rebaixando-os, que elege o consumo como norma de vida, que dita moda e cria ilusões. A capacidade de frações da classe dominante de exercer algum poder sobre os processos sociais de produção de sentido estava estreitamente ligada à elaboração de uma rede social que vinculasse os empresários da comunicação aos altos funcionários do governo, à tradicional aristocracia agrária e os setores emergentes do empresariado industrial ou do comércio exportador.

Dito isso, percebemos alguns desses elementos na configuração do cenário que rodeia a *Revista do Norte*. Como já foi mencionado antes, a revista ilustrada foi idealizada por Alfredo Teixeira, um dos três irmãos sócios e donos da firma Gaspar Teixeira & Irmãos Suc. Dentre os empreendimentos da firma, os Armazéns Teixeira eram o grande destaque. De acordo com Matos (2002, p. 99), os Armazéns Teixeira eram considerados um “reduto da modernidade” na capital maranhense nas décadas finais do século XIX e início do XX, onde se poderia encontrar todo tipo de produtos importados dos grandes centros e serviços diversificados, tudo isso dividido em setores: “Alfaiataria, Depósitos de roupas, Modas para homens, Perfumarias, Depósito de machinas, Ateliers de Typogravura e Typographia”. (REVISTA DO NORTE, 1901, s/p.).

Como escreveu Hemingway, Paris é uma festa e era lá a capital do século XIX. (BENJAMIN, 2009, p. 40). Ainda citando Benjamin (2009, p. 40), a Paris de meados do século XIX era fortemente beneficiada pelo grande volume do comércio têxtil, o que levou à circulação de produtos e bens de consumo ao redor do mundo – incluindo o Maranhão – influenciando diretamente o surgimento dos primeiros *magasins de nouveauté*.

Os *magasins de nouveautés* eram grandes estabelecimentos comerciais que ofereciam em estoque uma grande gama de mercadorias das mais diversas variedades e especialidades, divididas em andares e por setores com produtos específicos. São consideradas as antecessoras das lojas de departamentos e empórios que conhecemos na contemporaneidade.

Os Armazéns Teixeira seriam, assim, um exemplo maranhense da virada do século dos *magasins de nouveautés* que Benjamin apresentou. De Portugal, assim como da França e da Inglaterra, partiam produtos como tecidos, maquinários, gêneros alimentícios, objetos de uso pessoal etc., para o Brasil, uma vez que já existia um mercado

consumidor destes produtos importados nas principais cidades em crescimento, incluindo São Luís e seu gosto por repetir costumes europeus com as “inúmeras casas comerciais francesas e inglesas’ que existiam em São Luís, já que se podia ser satisfeito pela riqueza que já era bastante para oportunizar o consumo do bom e do belo, conforme os ditames e critérios de além-mar”. (CORREIA, 2006, p.55).

Além de produtos e bens de consumo, o Brasil também importava as grandes novidades do velho mundo, notícias, modas, avanços científicos e tecnológicos. A loja de departamento é a última passarela do *flâneur* (BENJAMIN, 2009, p.47); lá é lugar onde é possível encontrar tudo que o comprador procura, servindo de motivo também para flunar, passear e observar suas sofisticadas, modernas e atraentes vitrines.

Os próprios anúncios dos Armazéns Teixeira na *Revista do Norte* e em outros jornais contemporâneos divulgavam a grandiosidade do estabelecimento, localizado na Praça João Lisboa, número 4, esquina com a Rua do Egito, que ocupava três prédios no Largo do Carmo, bem “no coração, a alma, o centro nervoso da cidade.” (VIEIRA FILHO, 1971, p.113). Era nesse perímetro que se encontrava o centro político, econômico, cultural e religioso da São Luís na época. Os anúncios também destacavam a importância e imponência do empreendimento gabando-se de ser “o primeiro grande estabelecimento do gênero no Norte da República”. (PACOTILHA, 1901, s/p.).

A autopromoção era uma prática corriqueira entre os estabelecimentos comerciais, sempre com exaltações e elogios, principalmente quando a empresa e a imprensa faziam parte do mesmo grupo, como era o caso do Armazém Teixeira e da *Revista do Norte*. A esse respeito, Mauad (1990, p.211) reconhece que a publicidade já estava incorporada nas revistas ilustradas desde o seu início. Devido ao aumento da circulação, as revistas ilustradas tornaram-se um veículo poderoso de propaganda utilizado pelos comerciantes para divulgação de seus

produtos e serviços. Afinal de contas, circulando pela cidade, de alguma forma, as revistas eram lidas e vistas pelos consumidores.

Além da comercialização de bens de consumo, os Armazéns Teixeira ofereciam diversos tipos de serviços, de Alfaiataria à Tipografia. Segundo consta em Fernandes (2015, p. 69), a editora Gaspar Teixeira foi fundada em 1875, na capital maranhense, dispondo de “serviços de tipografia a vapor, gravura, química, encadernação e fábrica de carimbos de borracha”. (FERNANDES, 2015, p. 69).

Entretanto, no início de 1901, os irmãos Teixeira resolveram renovar seu negócio, investindo na modernização das suas oficinas de tipografia e gravura. A informação circulava na imprensa local, como nesta nota do jornal *Pacotilha* (1901, s/p.):

Os srs. Gaspar Teixeira & Irmãos estão montando no prédio ao Largo do Carmo, n.4, nesta capital, um vasto e magnifico atelier de typographia e gravura. Todo material, que é de primeira ordem, foi trazido da Europa por um dos sócios da firma, o sr. Alfredo Teixeira, que passou mais de um anno a estudar nos centros mais adiantados do velho mundo, com os especialistas, todos os múltiplos processos da gravura moderna, achando-se assim habilitado a executar entre nós, qualquer trabalho desse gênero.

Depois de mais de um ano de estudo na Europa, Alfredo, o irmão de “apurado gosto artístico” (PACOTILHA, 1901) retorna ao Maranhão para pôr em prática um novo projeto. Traz na bagagem, além dos estudos sobre os processos da gravura moderna, o maquinário necessário para a implantação de uma oficina completa de tipografia e de gravura em São Luís. Oferecendo uma “secção específica de impressão à autotipia, zincografia e chromotipografia, atendendo a todo gênero de gravura e garantindo a cópia fiel da imagem reproduzida: fotografias, gravuras, autografias, quadro a óleo e todo tipo de ilustração”. (REVISTA DO NORTE, 1901, p. 1).

Responsável pelas oficinas, Alfredo exercia também o cargo de diretor artístico da casa. O novo projeto consistia na criação de um novo periódico pela tipogravura. Denominada de *Revista do Norte*, foi uma publicação quinzenal, ilustrada, de literatura e arte. Uma típica revista ilustrada do início do século XX.

A publicação tornou-se a primeira revista ilustrada maranhense com fotografias. Sistemáticamente, pois, antes da *Revista do Norte*, existiu a *Revista Elegante*, também dos Teixeiras, na qual fotografias eram encartadas com a revista, uma espécie de cortesia para o leitor, um mimo para colecionar.

A novidade causava burburinho na cidade, realçado pela imprensa que noticiava com elogios e críticas. Os destaques eram, em especial, referentes à qualidade do trabalho gráfico de composição e impressão realizado na revista. Já as condenações eram, principalmente, relacionadas à escolha do diretor de conteúdo da revista, o polêmico jornalista Antonio Lobo.

Os irmãos Teixeira, para além dos Armazéns, foram entusiastas e incentivadores da produção artística em São Luís. Conhecidos no ambiente cultural ludovicense, eram ligados aos serviços de entretenimento e difusão das novidades artísticas na fotografia, no teatro e no cinema.

A empresa Gaspar Teixeira atuou no campo da produção cultural como agente local de vários grupos e companhias que aportavam na cidade. De ateliês de fotografia de outros estados, como a *Photographia Norte do Brasil*, da *Maison Modele*, de propriedade e direção técnica de Moura Quineau, localizado no Ceará, passando pelas companhias teatrais nacionais e internacionais, como a Companhia Gymnasio de Lisboa, em 1903 (PACOTILHA, 1903, s/p.) e Companhia Rentini em 1911 (Pacotilha, 1911, s/p.), até exposições de aparelhos cinematógrafos que rodavam o país com seus espetáculos em salas de teatro ou em praça pública. Com destaque para o Cinematógrafo

Falante, em 1904 e o aparelho Cinematógrafo Fontenelle, em 1908, no período do cinema ambulante em São Luís.¹⁹

NO PRELO: REVISTA DO NORTE, A REVISTA ILUSTRADA MARANHENSE

As revistas ilustradas brasileiras com fotografias ainda eram consideradas uma novidade na imprensa nacional quando a *Revista do Norte* foi lançada no Maranhão, em primeiro de setembro de 1901 pela Typogravura Teixeira.

A introdução de fotografias nas revistas ilustradas brasileiras, segundo Mauad (2006), ocorre somente a partir de maio de 1900, com a carioca *Revista da Semana*²⁰, considerada “o único periódico ilustrado com fotos até então.” (MAUAD 2006, p.374). Andrade (2005, p.85) complementa afirmando que a *Revista da Semana* marca também o começo da transição do formato na imprensa, em que o texto e imagem eram integrados na mesma página e, em muitos momentos, a fotografia tornava-se a própria notícia.

Para Mauad (2006, p.371), as revistas ilustradas cariocas tornaram-se, pelo menos nesse início de século XX, um modelo brasileiro de publicações ilustradas²¹ para o restante da nação, em razão de “uma atmosfera ansiosa por cosmopolitismo, gerada no Rio de Ja-

19 Sobre os cinematógrafos citados e o ciclo das imagens cinematográficas em São Luís, conferir: MATOS, Marcos Fábio Belo. ... *E o cinema invadiu a Athenas: a história do cinema ambulante em São Luís (1898-1909)*. São Luís: FUNC, 2002, p. 68-132.

20 Ainda a esse respeito, conferir também o livro: ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *Processos de reprodução e impressão no Brasil, 1808-1930*. In: *Impressos no Brasil, 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009, p. 63.

21 Sobre a influência das revistas ilustradas cariocas ver: MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 365-384; no tocante às revistas paulistas deve-se conferir o trabalho de MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Ed. USP: FAPESP, 2008.

neiro, autêntica capital cultural do Brasil na Belle Époque, percorre o país, num desejo sôfrego da europeização e da modernização”. (SALIBA, 1998, p.292).

Anunciada como uma publicação quinzenal, ilustrada, de literatura e de arte, a revista apresenta-se no primeiro número com o objetivo de ser uma publicação que “registrar­á sempre, pela palavra e pela imagem, tudo o que de mais importante ocorrer nas múltiplas manifestações da vida social brasileira e, com especialidade, na dos Estados do Norte da República”. (Revista do Norte, 1901, s/p).

A revista tem uma linha editorial voltada às manifestações culturais e literárias da região Norte do país, alinhada à proposta do grupo de intelectuais denominados de “os novos atenienses”²², aqui representados por Antônio Lobo, escolhido por Alfredo, como diretor de conteúdo da revista.

Para Gaspar (2009, p. 171), a revista colocava “a velha Atenas no processo expansionista da literatura deste Estado [Maranhão], no Brasil e no mundo.” O mito da Atenas Brasileira era a justificativa para o Maranhão permanecer em destaque no cenário nacional.

Perspectiva alinhada com a de Jerônimo de Viveiros que corrobora que a São Luís do início dos 1900, estava com um “ambiente intelectual propício à vida de um grande magazine do porte da ‘Revista do Norte.’” (VIVEIROS, 1960, p. 184). Nesse sentido, Martins (2006, p.166) argumenta que esse grupo buscava atender “aos interesses

22 Os novos atenienses foram um grupo de jovens intelectuais de diversas áreas do conhecimento atuante na virada do século XIX, entre as décadas de 1890 até 1930, considerando-se herdeiros diretos da geração de intelectuais e literatos que transformou São Luís na Atenas Brasileira. Os novos atenienses, utilizando o discurso de decadência econômica e cultural da cidade de São Luís no final do XIX e início do XX, apresentaram uma reação transformadora deste cenário, retomando a força do discurso de passado glorioso, de riqueza material, cultural e, sobretudo, literária, daquela geração criadora do epíteto da Atenas Brasileira. Para uma apresentação bastante apropriada e crítica sobre os novos atenienses e o discurso da Atenas Brasileira, consultar: MARTINS, Manuel de Jesus Barros. *Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

mais imediatos de afirmação regional dos intelectuais nativos, progressivamente alijados das grandes questões que nutriam os debates travados em centros culturais mais dinâmicos do Brasil”. (MARTINS, 2006, p.166).

Pelas mãos e pelo capital de Alfredo Teixeira e pela influência de Antônio Lobo, a revista tomou corpo de empreendimento por uma compatibilidade artística, intelectual e empresarial entre os dois. Remontando “um ambiente fundado em condições técnicas eficientes para dar publicidade a suas produções intelectuais, mesmo considerando os altos custos da montagem e operação de uma empresa editorial.” (MARTINS, 2006, p.167). Tudo isso frente a uma tentativa de renascimento do panorama cultural da cidade através da imprensa com a produção da revista ilustrada.

A revista não era somente de cunho regional ou nacional, como sugere seu editorial. Destacava, também, através de seus correspondentes no exterior, notícias relevantes para o contexto mundial, como, por exemplo, um número inteiro dedicado aos conflitos da Guerra Rússia-Japão, encerrada em 1905. Ou então, sobre o modo de vida de outros países civilizados e ainda não explorados, principalmente os orientais, como o Japão. Curiosidades da cultura japonesa e do seu estilo de vida foram ilustradas, com várias fotografias, na edição de número 82 da *Revista do Norte*, em 16 de janeiro de 1905, reivindicando um caráter cosmopolita à revista, tão cobrado pelas elites burguesas da *belle époque* brasileira.

O conteúdo literário da revista era bem variado, contemplando diversas categorias: poesia, crônica, contos, trechos de novelas, lançamento de livros, críticas literárias e de peças teatrais. Manifestações artísticas e eventos culturais e religiosos de São Luís eram notícias frequentes. Embora de cunho literário, a revista publicava artigos de interesses políticos, econômicos e científicos vigentes, com preocupações sociais, em torno de saúde, educação, urbanização e cidadania.

Tudo era escrito pelo corpo de colaboradores da revista, que, entre os principais nomes, tinha: Justo Jansen, Coelho Neto, Fran Paxeco, Arthur Azevedo, Nina Rodrigues, Astolfo Marques.

A revista era toda produzida e impressa na capital maranhense pela Typogravura Teixeira, com a tiragem de 6.000 exemplares. A circulação estendia-se pelos principais estados brasileiros, especialmente os que abrangiam a região Norte, seu público-alvo. Contava, também, com demandas para o exterior, mediante assinaturas ou pela venda avulsa.

Impressa em papel *couché* acetinado, a revista apresenta um sofisticado aspecto material e gráfico. Seus números são repletos de fotografias, gravuras e demais ilustrações, incorporadas ao texto, exibindo até experiências modernas com recortes e colagens, embora em muitos casos a fotografia não tivesse nenhuma relação com o texto escrito.

As fotografias associadas às revistas ilustradas vão tornando-se gradativamente consumidas e assimiladas pela imprensa, inaugurando uma nova linguagem jornalística, como pode ser verificada nas palavras de Oliveira (2010, p.12):

as revistas apresentam uma estética moderna, apoiada no recorte, na colagem e no fragmento, justapondo fotografias a poemas, crônicas e comentários na apresentação da modernidade. Numa conjuntura em que se impunha, inicialmente, a valoração de “ser moderno”, seguida do “ser brasileiro”, as revistas souberam cativar, conquistar e familiarizar o público leitor, fazendo-o sentir-se identificado com esse universo de valores simbólicos.

Logo depois da já citada *Revista a Semana*, em 1900, outras publicações ilustradas com fotografias surgiram, devido ao processo de reprodução fotomecânica, impressas em tipografias pelo Brasil. Po-

demos inferir que a maranhense *Revista do Norte* foi uma das primeiras iniciativas ilustradas fora da capital Rio de Janeiro, com base em levantamento de trabalhos relacionados à imprensa ilustrada com fotografia no Brasil.

A revista *Ilustração Brasileira* é um exemplo emblemático para fazer algumas analogias com a *Revista do Norte*. Publicada em agosto de 1901, (um mês antes da *Revista do Norte*), a *Ilustração Brasileira* destacava-se pelo rico uso de fotografias em diálogo com o texto, embora fosse impressa em Bordéus, na França, considerada “porta de entrada e saída de brasileiros na Europa.” (MARTINS, 2008, p.88). A revista tinha como referência editorial a original francesa *Illustration Française*, e que, segundo Martins (2008, p.89), confirmava o gosto pelo padrão francês no periodismo brasileiro.

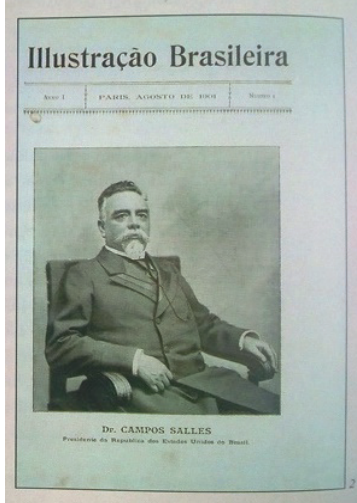
Com apenas um mês de diferença entre o lançamento das duas revistas, uma semelhança curiosa se sobressai. A capa do primeiro número das duas revistas traz estampada a fotografia do mesmo personagem, o então presidente da República Campos Salles. Poucos anos antes, uma fotografia também do presidente ilustrou outra publicação, a *Revue du Brésil*²³, de 1896.

Imagem 1: Capa da revista internacional *Revue du Brésil*, com a fotografia de Campos Salles e sua família. *Revue du Brésil*, Paris, 1896, n.1.



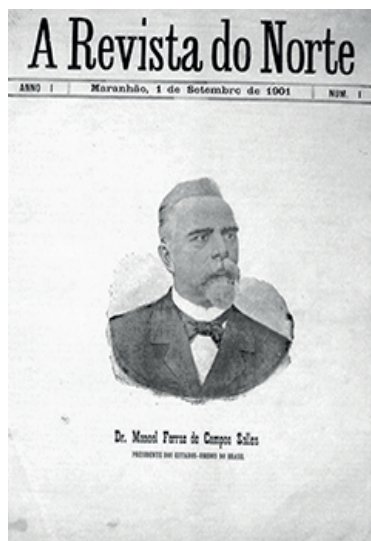
Fonte: Martins (2008, p.90).

Imagem 2: Campos Salles na capa da *Illustração Brasileira*, Paris, 1901, n.1.



Fonte: Martins (2008, p.90).

Imagem 3: Capa com o retrato do presidente Campos Salles. *Revista do Norte*, Maranhão, 1901, n.1.



Fonte: Revista do Norte, 1901

As três capas com a imagem de Campos Salles trazem informações interessantes do presidente que, segundo Nicolau Sevcenko, apresentou o “projeto de ‘saneamento financeiro’, controlando o meio circulante e estabilizando a dívida externa”. (SEVCENKO,1998, p.33).

A replicação da imagem do presidente indicava a aceitação da jovem República, quase uma propaganda do regime republicano na imprensa, traduzindo em imagem a representação do espírito do progresso republicano na figura de Salles, valores associados à vida moderna.

A fotografia de Campos Salles da *Revista do Norte* é claramente um recorte de outra fotografia, assemelhando-se muito com a da *Revue du Brésil*, que mostra o presidente com olhar sereno numa representação patriarcal com sua família distinta e bem vestida, nos padrões civilizatórios. Provavelmente, Alfredo Teixeira, em um dos seus primeiros experimentos, recortou a família estampando apenas

o retrato do presidente, como na *Ilustração Brasileira*.

Em termos de design gráfico, a *Revista do Norte* passou por duas fases significativas. Na primeira, de setembro de 1901 até agosto de 1905, a revista utiliza praticamente a mesma estrutura gráfica do design de página. Mantendo uma identidade visual na fonte das capas e nas demais páginas do miolo, salvo algumas alterações de molduras, vinhetas e experimentações gráficas com colagens de fotografias justapondo com o texto.

A partir de setembro de 1905, no quinto e último ano de publicação, a revista passou por uma renovação gráfica. A capa e o miolo ganharam um novo padrão visual, com testes de aplicação de cores, tornando-se mais ousada com tons elegantes, típico da sofisticada linguagem *art nouveau*. Em outras palavras, a revista se modernizou.

Imagem 4: Capa após a reestruturação gráfica. *Revista do Norte*, Maranhão, set. 1905.



Acervo de Amanda da Silva e Silva.

As fotografias impressas na revista, no geral, concentravam-se em retratos de personalidades regionais, políticos, artistas e intelectuais, embora publicasse também os “tipos populares” com pessoas anônimas e humildes. As fotografias de paisagens mostravam várias cidades brasileiras, do norte ao sul do país. De São Luís, destacam-se imagens dos elementos urbanos, de praças, ruas e monumentos, obras e reformas públicas na urbe e registros culturais e religiosos. A imagem buscada era dos cenários da modernidade e civilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista é fruto do seu tempo republicano e, portanto, deve ser pensada desta maneira, do ponto de vista do cenário social, político e cultural da época, em que há anseios e esperanças de modernidade, progresso e, conseqüentemente, de uma civilidade, embora se contrastasse, constantemente, com a real situação econômica, social e cultural vivida pela cidade.

Pensada pelos seus realizadores como um projeto que viria para preencher não só a lacuna literária nas publicações da imprensa maranhense, como também reivindicar um lugar de destaque maior no cenário nacional.

Coube à fotografia, por intermédio do processo fotomecânico de impressão, marcar a história do periodismo como recurso de ilustração. A fotografia, antes de qualquer coisa, era um dos ícones da vida moderna e nada mais moderno do que poder utilizá-la.

Além de um objeto de fetiche cobiçado por todos, a fotografia vai ganhar espaço também pela reprodução nos periódicos. Para uma sugestão disso, um exemplo é a maranhense *Revista do Norte*, que se destaca pela importância de estar situada fora dos centros de decisão política e econômica do país, merecendo ser colocada entre os periódicos ilustrados de melhor qualidade da imprensa brasileira, ao lado de outras contemporâneas dos “tempos eufóricos”.

Percebemos que, praticamente, tudo que estava ligado à imagem (gravuras, desenhos, fotografias) e à imprensa estava a cargo da Typo-gravura Teixeira nesse início da jovem república, dando continuidade para mais um capítulo da história das artes gráficas no Maranhão.

REFERÊNCIAS

Fontes – Periódicos:

- Revista do Norte, Maranhão (1901-1906)
- Pacotilha, Maranhão (1901, 1902, 1903, 1911)
- Revue du Brésil, Paris, (1896)
- Ilustração Brasileira, Bordéus/Paris, (1901)

Bibliografia

AMARAL, José Ribeiro do. *O Estado do Maranhão em 1896*. São Luís: Typ. do Frias, 1897.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. In: *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.60-93.

_____. Processos de reprodução e impressão no Brasil, 1808-1930. In: *Impressos no Brasil, 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009, p. 45-65.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2009.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias e Memórias inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009.

CASTRO, Cesar Augusto. A legislação como fonte para a História da Instrução Primária Maranhense. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia: EDUFU, vol.16, n.1, p. 30-44, jan.-abr. 2017.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: Edufma, 2006.

FARIA, Regina Helena Martins. A transformação do trabalho nos trópicos: escravos, libertos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. João Pessoa: ANPUH, p. 1-6, 2003.

FERNANDES, José. *A indústria gráfica no Maranhão*. São Luís: Gráfica Minerva, 2015.

FERREIRA, Luiz Alberto. Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889). In: *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: Edufma, 2004, p. 205-227.

GASPAR, Carlos. *O senhor Antônio Lobo: a fogueira da agonia*. São Luís: Edições AML, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEÃO, Ricardo. *Os atenienses e a invenção do cânone nacional*. 2.ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Ed. USP: FAPESP, 2008.

MARTINS, Manuel de Jesus Barros. *Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

MATOS, Marcos Fábio Belo. ... *E o cinema invadiu a Athenas: a história do cinema ambulante em São Luís (1898-1909)*. São Luís: FUNC, 2002.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Niterói, RJ: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 1990. (Tese de doutorado)

_____. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 365-384.

OLIVEIRA, Cláudia de. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PALHANO, Raimundo Nonato S. *A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república- república ludovicense*. São Luís: IPES, 1988.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: *História da vida privada no Brasil: República da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.289-365.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil: República da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.7-48.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839/1889)*. Rio de Janeiro: FUNARTE: Rocco, 1995.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. São Luís: Olímpica, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Benedito Leite: um verdadeiro republicano*. São Luís: Serviço de Documentação do D. A. S. p.1960.

A PRINCESA DO SERTÃO EM TEMPOS REPUBLICANOS: o sentir-se moderno da cidade

*Jakson dos Santos Ribeiro*¹

INTRODUÇÃO

As transformações das cidades, ao longo do processo histórico, tornam-se um ponto interessante para compreensão da dinâmica de crescimento existente da própria cidade. Nesse compasso, os homens e mulheres tornam-se agentes importantes para compreensão dessas mudanças, visto serem elas os elementos que compõem as lacunas que preenchem a narrativa das evidências e situações referentes à história dos centros urbanos.

Caxias não se diferencia das demais cidades do Brasil, principalmente, no contexto da primeira República do país. Nesse processo, podemos identificar uma produção historiográfica local refletindo

¹ Doutor em História Social da Amazônia. Professor Adjunto I do Departamento de História e Geografia- DHG/ CESC/UEMA.

como essas transformações estavam ocorrendo na cidade, pois apontam como o município buscou vivenciar as transformações significativas constituídas que ocorriam em muitos espaços.

Assim, um dos primeiros trabalhos, que ativa reflexões sobre como a Princesa do Sertão reveste-se de um tecido de modernidade, é o trabalho da historiadora econômica Cléudia Menezes Graça Teixeira, *Ciclo de desenvolvimento da Indústria Têxtil em Caxias-MA*, cuja pesquisa evidencia as transformações ocorridas na cidade no plano econômico da urbe, redirecionando a noção de crescimento pela ótica do movimento das fábricas. Nesse ponto, vamos perceber a projeção de figuras masculinas que se envolveram nesse propósito a fim de agregar uma imagem de cidade moderna e próspera.

Por exemplo, a dissertação de mestrado *Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX*, da historiadora Jordania Maria Pessoa, problematiza os elementos que conduziram as mudanças estruturais em Caxias, principalmente, em relação à maneira desses homens e mulheres relacionar-se com a cidade. Nesse compasso, a cidade com o título de *Princesa do Sertão* agarrava-se à possibilidade de viver os ares da modernidade tanto exaltados no começo da Primeira República.

Outro trabalho que traduz as mudanças da cidade de Caxias, nesse limiar da República, é a pesquisa do historiador Isaac Gonçalves Souza, intitulada *A cidade de cristal: identidade e evasão na cultura local de Caxias*, cujo o autor demonstra de que forma os discursos produzidos acerca da urbe traduziam a cidade como centro de crescimento, onde os homens assumiam a cena como autores principais, representando a imagem da cidade moderna que, por sua vez, intercalava em suas práticas elementos de uma cultura cujo o tempo já havia sido vivido e experienciado, porém cristalizado em memórias e discursos.

Desse modo, ao pensar o tempo das chegadas das fábricas, a cidade envolve-se de um status de modernidade, os homens, figuras entendidas como os roteiristas dessa macha, trazem a Caxias o tempo das fábricas, a cidade fabril, cuja dinâmica da economia articula-se agora pelos efeitos causados a partir dos barulhos das máquinas produtoras de tecidos em grandes escalas.

Nesse sentido, vamos identificar que a cidade, sob a ótica fabril, ganhou notoriedade no campo econômico com a inserção das fábricas. O sociólogo José Ribamar Caldeira (1998), que mapeia no estado do Maranhão como ocorre a implantação das fábricas, considera em seus estudos como a cidade com a experiência fabril trouxe, naquele contexto, para os quadros econômicos do estado um expressivo movimento no aumento das rendas, ocasionando incômodo à capital que havia tido uma experiência frustrada quanto à tentativa de incorporar a realidade fabrilista no cotidiano dos ludovicenses. Nessa perspectiva, a cidade e os homens transformam-se.

A PRINCESA DO SERTÃO SE TRANSFORMANDO EM UMA CIDADE MODERNA

Caxias é moldada aos princípios idealizadores de homens como Francisco Dias Carneiro, que reforça as iniciativas para trazer as primeiras fábricas à cidade. Nesse contexto, a busca pelo crescimento projeta a representação da imagem daqueles que estavam imbuídos de alcançar tal ideal, pois esses homens tornar-se-iam modelos de masculinidades para os demais caxienses, pelo fato dessas medidas serem consideradas proativas e recheadas de ações ditas e compreendidas como heroicas pelo restante da população, em especial aos sujeitos dos segmentos abastados². Um exemplo dessa perspec-

² Os grupos sociais dominantes, por meio da produção de discursos sobre essa nova masculinidade, procuravam estar em consonância com o modelo burguês de sociedade que se buscava instaurar, isto é, impor à toda sociedade um modelo conside-

tiva acerca da representação da figura de Dias Carneiro, o *Jornal do Commercio* aponta:

Um homem houve em cujo seio se atearam as sagradas chamas do patriotismo. [...] ‘Esse homem como uma das maiores alavancas da indústria caxiense’ tomou a seus ombros a mais pesada mas também a mais gloriosa missão. Francisco Dias Carneiro [...] Acordou com a idéia feliz de arrancar a sua terra do abismo [...] para com denodo e civismo atirá-la a um outro abismo – o da prosperidade. O gérmen fecundo produziu o que vemos hoje: o progresso da terra dos dois Dias. (*Jornal Commercio de Caxias*. 15 de agosto .1891 p. 01).

Percebe-se que a masculinidade do homem público cintilava sob a ótica dos feitos realizados no espaço da cidade. Nessa via de compreensão, a imprensa apresentava dizeres que corporificavam uma imagem do homem modelo, cujas medidas no cenário social foram empenhadas em promover o desenvolvimento da urbe sertaneja.

Pensando acerca desta questão, Vanderlei Machado (1999) aponta:

Paralelo à instauração de uma esfera pública burguesa, podemos perceber a busca pela construção de um modelo de masculinidade pautado em ideais burgueses. Por meio da imprensa, foram divulgados uma série de discursos formulados pelos próprios homens, os quais tendiam a reproduzir um modelo

rado universal de homem, mantendo as hierarquias sociais. Os formuladores dos discursos procuram fazer legitimar sua dominação na sociedade apresentando-se como dotados das características mais próximas ao modelo que pretendem hegemonizar, enquanto que os grupos sociais subalternizados aparecem como portadores de práticas e atitudes que necessitariam ser corrigidas. MACHADO, Vanderlei. O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1884). Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999, p. 16.

de comportamento masculino coadunado com uma ideologia burguesa que se espalhava [...]. (MACHADO, 1999, p. 10).

Pensando na economia da época, a cidade de Caxias, na ausência das ações dos homens, pois de maneira geral em todas as realidades do país, naquele contexto, o mundo do trabalho é entendido como o mundo dos homens. Nesse caso, voltando à ideia da representação da imagem de Dias Carneiro, o Jornal de Caxias menciona que “[...] Dias Carneiro era como são os propagandistas de sua têmpera. Quando estava possuído de [...] alguma convicção [...] era desta que ia lhe enchendo a alma, transbordava inundando e arrastando aqueles que o ouviam ou liam”. (Jornal de Caxias, 24 de janeiro de 1896, Ano I, número 16, p 03).

Principalmente, por se tratar de um espaço que foi instituído como masculino, visto os indivíduos considerarem o homem com habilidades para criar estratégias de articulação, para congregar a efetivação de ações que proporcionassem o desenvolvimento do espaço em que eles estão inseridos. Em vista dessa questão, notamos os caxienses experimentarem, na cena social, o desejo de apresentar comportamentos condizentes com essa nova realidade fabril, pois com condições econômicas novos habitus faziam-se necessários.

A realidade fabril não motiva apenas a criação de habitus modernos, mas também faz se tornar mais expressivo o protagonismo masculino na cena social. Os homens caxienses começam a se tornar atores no campo da segurança; o comércio, principal fonte de movimentação econômica da cidade, vigorava como um dos espaços onde a imagem masculina toma conta da paisagem social. Nessa perspectiva, os homens eram colocados na “[...] esfera das atividades lucrativas” que possibilitassem “ao homem o cumprimento de seu papel de provedor e que o colocassem no cerne do desenvolvimento econômico do Brasil”. (LOPES, 2008. p. 77).

Em relação ao comércio da cidade, podemos perceber que os comerciantes eram vistos como outro segmento masculinizado em Caxias, uma vez que, assim como os homens do mundo das fábricas, tinham relevância para o desenvolvimento da cidade. Vanderlei Machado (2009) coloca que o comércio local tornava-se importante por esse grupo proporcionar a venda de produtos de diversos lugares do país, como também da Europa e, nesse ínterim, “encontrava nos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos os principais consumidores”. (MACHADO, 2007, p.16).

Os filhos da Princesa do Sertão, entre homens e mulheres, traduziam a partir das suas práticas o sentimento de vivenciar esse chamado tempo de modernização no espaço da cidade. Os homens, nesse caso, seriam os agentes desse movimento, sendo traduzido pela ótica da chegada das Indústrias têxteis, consideradas como símbolos de crescimento e modernidade. Machado, analisando essas práticas, considera que:

Passou-se a exigir dos homens que atuavam no espaço público, tais como: os comerciantes, os profissionais liberais e os funcionários públicos, como buscaremos demonstrar, um nome reconhecido como honrado e de boa reputação. Para alcançar tal status, o homem deveria ser, entre outras coisas, identificado como provedor da família e alguém que garantisse o pagamento de suas dívidas. (MACHADO, 2007, p.10).

Por isso, a imagem projetada, pelos jornais, acerca de Caxias, tinha como confeccionadores os homens das elites e também os homens dos segmentos populares, visto que a imprensa traduzia à luz das suas percepções que a cidade de Caxias detinha essas características para a expansão dessas cenas no mundo de trabalho. Em termos econômicos, a cidade no final do século XIX, constitui a sua primeira fábrica, a Industrial Caxiense inaugurada em 1888, que se destinaria

a fabricar tecidos, conseguindo em seus primeiros três anos de funcionamento bons rendimentos diante da realidade industrial do país naquele momento. De acordo com Coutinho (2005),

A força de uma ideia longamente alimentada e o destemo dos diretores da Industrial Caxiense superaram aqueles obstáculos naturais a empreendimento de tal vulto e, assim, a fábrica foi inaugurada em 1883. Sua produção inicial foi totalmente absorvida pelos mercados consumidores e os pedidos já se faziam por conta do que seria produzido futuramente. Logo no primeiro semestre ficou constatado que a empresa não iria à barrocada. E decorrido, os três primeiros anos de seu funcionamento, houve sensível ampliação do parque industrial para atender à demanda que de boa se tornara excelente. (COUTINHO, 2005, op. cit., pp. 295-296).

Diante dos efeitos positivos, que foram sentidos com a primeira experiência fabril dos industriais caxienses, os homens de negócio, tanto da capital São Luís quanto da cidade de Codó, esta última circunvizinha de Caxias, movimentam-se em anos posteriores para que se iniciassem as instalações das suas primeiras fábricas. Em relação às fábricas existentes em Caxias, estas foram instaladas: no bairro Ponte, a denominada “Industrial Caxiense”, fundada em 1888; no Centro da Cidade, a Manufatura Companhia União Caxiense, fundada em 1889³; sendo a maior delas a Sanharó, no bairro Trezidela. Segundo Coutinho,

[...] configuram como os primeiros industriais caxienses, os idealizadores do projeto fabril, José Ferreira Guimarães, Cus-

3 Para Albuquerque, “a atividade têxtil teve seu apogeu na Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos passaram a importar produtos brasileiros”. ALBUQUERQUE, Antonio José B. de. *Memórias de Caxias: cada rua, sua história*. Edição e Produção Câmara Municipal de Caxias, 1992, p. 58.

tódio Alves dos Santos, Segisnando Aurélio de Moura, Manuel das Chagas Pereira de Brito, Nuno Cândido de Almeida, Bernardo Pinto Sobrinho, como o naturalizado Francisco Dias Carneiro, que por sua vez, movimentou as ideias que foram assim elementares para construção das primeiras fabricas em Caxias. (ALBUQUERQUE, 1992, pp. 295-296).

Jordania Maria Pessoa (2009) ressalta que a nova mentalidade que emerge no final do século XIX, sobre o processo de industrialização, foi entendida como via para o progresso e também para a construção de novas fábricas na cidade, como a Companhia Industrial Agrícola, a Usina Agrícola Caxiense, a Companhia para exploração da linha telegráfica, além de um empreendimento para a distribuição de água, com a Companhia das águas. Estas indústrias deram à cidade de Caxias uma realidade fabril que, por sua vez, configurou um novo momento na economia da cidade (PESSOA, 2009, p. 54).

Cesar Augusto Marques (1970) e Milson Coutinho (2005), assim como outros pesquisadores quando fazem referência à história de Caxias, apontam em suas análises que, ao longo do seu processo de formação como um núcleo urbano, a mesma sempre se apresentou com expressivo contingente populacional. Marques, por exemplo, aponta que, em 1896, a população da cidade era de aproximadamente 30.000 mil habitantes e, em 1920, já era um núcleo urbano de 50. 316 pessoas.

Desse modo, segundo os dados fornecidos pelo censo realizado em 1900, a população da cidade era de 34.363 habitantes. Nesse compasso, a cidade possuía um número mais expressivo do que a própria capital que possuía apenas 29. 475 pessoas⁴. Esses números são conflitantes e variam de acordo com as fontes. No ano de 1893, por exemplo, segundo dados do jornal *Gazeta Caxiense*, a população era de 40.000

4 Synopse do Recenseamento, 31 dezembro de 1900, Rio de Janeiro, Typografia da Estatística, p. 33.

pessoas. É necessário considerar que, dentro da ótica social das mudanças, o movimento de homens e mulheres era intenso em Caxias e o fluxo de idas e vindas para outros estados era constante. Essa realidade, conforme podemos identificar nos jornais, dava-se pelo movimento fabril que ancorava em terras caxienses, como também pelo fato da cidade ser uma porta de entrada e saída para outras regiões.

Segundo apontou o *Jornal do Commercio*, essas idas e vindas de Caxias para outros locais, como também as pessoas chegando de locais diversos para Caxias, aconteciam por muitos motivos, um desses seriam as problemáticas ocasionadas pela seca, pois, conforme apontamos anteriormente, Caxias era uma porta de entrada e saída para outras regiões do Sertão, como também para quem se direcionava para o Norte do Brasil.

A nota explicitando esse caso deu-se em 1888⁵, em que o *Jornal do Commercio* menciona a existência de uma leva de pessoas advindas das regiões mais secas, visto tais regiões não apresentarem condições de sobrevivência. Porém, esse movimento migratório torna-se mais visível quando iniciam os trabalhos para construção da primeira têxtil caxiense. Além dessas questões, não se pode esquecer que a localização da região pertencente a Caxias não apresentava mão de obra suficiente para suprimir as necessidades nos trabalhos de construção do prédio da fábrica que necessitou de um grande número de homens para seu erguimento. E como a cidade não possuía contingente de homens para trabalharem nessas atividades muitos desses homens que chegaram fugidos da seca foram contratados inicialmente para tais

5 A nota referente a essa questão foi publicada em 13 de outubro de 1888, pelo *Jornal do Commercio* de Caxias. “Começam a affluir para esta cidade familias, de emigrantes cearenses, que vem fugindo da secca que apareceo n’aquelle provincia. Em principio desta semana entrou uma caravana numerosa, que esteve aboletada por algum tempo por baixo de arvores, retirando-se depois para o 3º districto. Constava de homens, mulheres e muitas creanças tangendo diversos animaes que conduziam cargas de malas. Além desses, consta nos que tem entrado outros grupos retirantes.” *Jornal do Commercio*, 13 de outubro de 1888, nº 574, p. 03.

serviços, depois muitos ficaram para os trabalhos na fábrica têxtil.⁶

Nesse sentido, um elemento importante para se compreender a construção dessa cidade, como também os aspectos que a fazem pensar em uma cidade moderna, seria as ações que foram realizadas pelos homens que moravam ou chegaram à cidade para trabalhar, principalmente, na construção de prédios que simbolizariam sinais de modernidade. Para os jornais, muitas dessas realizações constituir-se-iam, naquele contexto, na cidade, devido ao empenho dos “homens do negócio”. Um exemplo seria o que considerou o *Jornal do Commercio* em relação às obras do *Theatro Phenix*, que estavam em bom andamento mediante o “zelo e actividde do incansável negociante Sr. José Pereira Guimarães.” (Jornal do Commercio de Caxias, 05 de dezembro de 1891, nº. 710, p. 01), que faziam se perceber por quem passassem em frente ao teatro, o “visível progresso as obras do nosso Phenix.” (Jornal do Commercio de Caxias, 05 de dezembro de 1891, nº. 710, p. 01). A imprensa tenta mostrar que o crescimento de Caxias passava pelo crivo e empenho das ações dos homens, principalmente, por quem se encontra dentro desse círculo de poder da sociedade como, nesse caso, os próprios comerciantes.

Em outro momento, também podemos assinalar, nesse rol de construções apresentadas para corporificarem no cenário caxiense, os chamados símbolos de modernidade, a contratação de homens para desenvolverem atividades em Caxias. Por exemplo, podemos citar os homens que chegaram à cidade para construção da estrada de ferro. Nesse caso, o jornal *Commercio de Caxias* publica que “*distintos cavalheiros*” abordam dos vapores e chegam à cidade de Caxias com objetivo de prestarem serviços na estrada de ferro, que ligaria

6 Nesse texto, estamos apresentando apenas elementos iniciais sobre questões voltadas para o mundo do trabalho, mas no texto final da tese nos debruçaremos sobre a documentação da fábrica que se encontra no Memorial da Balaiada, para verificarmos o número de homens contratados, como também as atividades desenvolvidas por eles no interior das têxteis caxienses.

Caxias à “Vila das Flores, outrora, S. José das Cajaseiras”. (JORNAL DO COMMERCIO de Caxias, 08 de agosto de 1891, nº. 693, p. 01).

Desse modo, é válido apontar que essa contratação de homens das mais diversas profissões não foi visível apenas no período do qual estamos tratando, notamos que desde o processo de elevação do espaço de Caxias à condição de vila e depois à categoria de cidade, os projetos voltados para a urbanidade da cidade, incentivado por seus administradores, como também os projetos dos empreendimentos, como as fábricas, tiveram que recorrer aos profissionais de outros locais para atender as necessidades existentes.

Ao pensar nesse contexto da cidade de Caxias e nas questões que estavam sendo apresentadas como forma de identificá-la enquanto cidade que experimentava o crescimento, nota-se a figura masculina como um sujeito presente nesses momentos, e sendo dada a ele a primazia de ser o interlocutor na construção desse progresso. Outro exemplo que podemos citar dar-se em uma nota publicada pelo jornal *Commercio de Caxias*, onde o discurso aponta o quanto a *Estação Telegraphica* instalada na cidade tem sido importante para o crescimento da região. Segundo a nota, “João Alipio Bayma do Lago,” encarregado para administrar a estação naquele momento, teria a responsabilidade de dar continuidade ao “bom trabalho” (JORNAL DO COMMERCIO DE CAXIAS, 17 de julho de 1891, nº. 690, p. 02).

Sendo um núcleo urbano de expressiva representação comercial e um ponto estratégico para o escoamento da produção, foi instalado um telégrafo, cujo objetivo seria agregar as demais regiões circunvizinhas à Caxias. Esses elementos ditos e entendidos como modernos, segundo os articulistas dos jornais, agregavam à cidade aspectos novos. Por essa perspectiva, os jornais apontavam que os comerciantes teriam um papel representativo para o incremento dessas ações modernizadoras na *urbe* caxiense.

Mais um exemplo constituído para elaboração desse imaginário

moderno, que Caxias experimentava, foi a chegada das linhas telefônicas, cujos articulistas dos jornais, como os presentes no *Jornal Commercio de Caxias*, afirmavam ter sido muito útil para a cidade, pois esses *signos modernos* eram algo presente “apenas em cidades modernas”. O articulista afirma que havia se passado quase “dois anos, depois desse acontecimento importante, que bem tem mostrado sua utilidade indiscutível, e hoje que Caxias é visitada pelo ‘fonógrafo’, irmão do ‘telefone’ para mostrar mais uma maravilha da eletricidade [...]”. Segundo Pessoa (2009), o articulista constitui uma fala permeada “pelo embevecimento das maravilhas tecnológicas”, visto esses símbolos modernos já estarem sendo elementos notórios no cotidiano da cidade. Porém, autora ressalta que nem todas as pessoas podiam usufruir dessa novidade ficando restrito apenas aos segmentos mais abastados de Caxias.

Como já mencionamos anteriormente, a cidade também contava com a recém-criada estrada ferroviária que, além do transporte de pessoas da região de São Luís, Teresina e Parnaíba, também teria como função melhorar o escoamento da produção e reforçar as trocas comerciais com as cidades do interior do Piauí, além da região pertencente a Goiás. A prosperidade, como alguns jornais se reportam, com a chegada das fábricas têxteis, fez-se cogitar para Caxias a vinda dos *bonds*, pois se buscava imprimir uma identidade com ares franceses, mas isto foi apenas uma ideia que transcorreu entre a elite da cidade, que não saiu do papel.

Em 1891, o intendente, Sr. Sigsnando Aurélio de Moraes, contratou com o Sr. Tenente-coronel José Castelo Branco da Cruz e Dr. Cristino Cruz a concessão do serviço de água, com as despesas de instalação por responsabilidade dos dois últimos contratantes e com direito de exploração pelo período de 60 anos, a partir do mencionado ano de 1891, quando começou a funcionar, sob o nome de “Companhia das Águas”.

O *Jornal do Commercio* aponta que a ação desses homens foi “um magnífico attestado da constante preocupação *desses* [grifo nosso] caxienses para descobrirem sempre um novo meio de melhorar as condições de sua terra, de promover o bem estar dos seus conterrâneos.” (JORNAL DO COMMERCIO DE CAXIAS, 12 de setembro de 1891, n.º. 698, p. 02). Nesse caso, a iniciativa desenvolvida por esses caxienses recai na perspectiva apontada por Michel Kimmel (1998), ao afirmar que desde a primeira metade do século XIX emergiu uma masculinidade denominada de *Self-Made Men*⁷, que constituía em ser um empresário urbano, um homem de negócios, ausente dos lares, mas que estaria socialmente sendo autovalorizada no espaço social com medidas iguais a essas que citamos anteriormente. Nesse sentido, o articulista frisa que, segundo o balanço realizado pela companhia das águas, avanços já eram perceptíveis em Caxias, pois o número de pessoas que estavam consumindo a água distribuída na cidade, quando iniciou, era “170 casas, e ao final do ano de 1894 já existia 308 casas, que eram assistidas com água canalizadas, e 42 torneiras, que estavam sendo espalhadas pela cidade para se vender água ao público caxiense”. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias – MA. 27 julho. 1894, pp. 02-03).

Outro aspecto apontado pelos articulistas dos jornais caxienses era o custo de vida da cidade. Segundo alguns jornalistas, comparados a outros núcleos urbanos, a cidade não tinha um custo de vida considerado elevado, porém não era um discurso uníssono na cidade, pois entre um exemplar e outro identificamos as pessoas utilizando-se dos

7 Para Kimmel (1998), este era um dos modelos de masculinidade que vivia nos Estados Unidos e que vivia com outros tipos de masculinidade. “Esta masculinidade cada vez mais ansiosa, pois requeria demonstração e prova constantes, sendo aquisição palpável de bens uma evidência de seu sucesso.” KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas” *Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117, 1998, p. 111.

jornais para chamar atenção dos elevados preços dos produtos de necessidades básicas comercializados na cidade. Por exemplo, o preço da chamada *carne verde* sobre o qual o jornal *Gazeta Caxiense* publica uma nota chamando atenção para o elevado preço desse produto naquele momento. Em nota, o jornal aponta que estava sendo vendida a “500 rs, a carne verde, péssima.” (JORNAL GAZETA, CAXIENSE 16 de janeiro de 1894, nº 93, p. 02). Para o articulista, nada justificava o preço “exorbitante. Mas os srs. Marchantes entenderam que assim podem vendel-a, assim vendem-na e eleverão o preço até o duplo se isto lhe aprouver”. (JORNAL GAZETA, CAXIENSE, Caxias, 16 de janeiro de 1894, nº 93, p. 02).

Em relação ao comércio, este era uma das principais fontes de renda da cidade, pois apresentava expressiva dinamicidade para o crescimento de Caxias, como também a constituição de um segmento social de poder econômico na cidade. Desse modo, os articulistas apontavam que, visto o crescimento na praça comercial caxiense, era desejo dos grandes proprietários trazerem um banco ou agência para resolução de problemas de ordem hipotecária, mas não foi possível naquele contexto, porém isso ocorreu nos anos trinta do século XX. Segundo o articulista do jornal *Gazeta Caxiense*, também se fazia necessário, em vista dos investimentos realizados na cidade, uma “empresa predial, para edificações de casas, na cidade e na vila Industrial. Uma fábrica para morins e paninhos branco. Uma fábrica de papel e papellão”. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 10 de junho de 1891, nº 139. Ano, V, pp. 02-03).

Em relação ao comércio, notamos que era um dos pontos fortes tanto para atuação desses homens como também para a constituição econômica da cidade, nesse momento, mesmo as fábricas impulsionando uma nova dinâmica para Caxias, nota-se no comércio uma fonte representativa de poder dos comerciantes e das famílias tradicionais da cidade. Nesse caso, podemos citar nomes de famílias que se

destacaram em atividades comerciais no começo do século XX. Por exemplo, os Vilanova que possuíram dois grandes estabelecimentos comerciais localizados na Rua Afonso Penna. Outro grande estabelecimento comercial, localizado na mesma rua, era de propriedade de Sr. Marques Teixeira, que se dedicava à venda e compra de produtos diversos.

Em vista dessa prática, a Rua Afonso Penna constituiu no imaginário popular como um grande mercado público a céu aberto. Os produtos eram diversos, desde os grandes rolos de tecidos importados da França às bebidas e gêneros alimentícios, como também conservas produzidas na própria cidade. Segundo Mesquita, a rua possuía lojas com nomes pitorescos, por exemplo, *O Fim do Século*, que era especializada em produtos franceses, cujo proprietário era o Sr. Raimundo Tote, que também revendia produtos masculinos, como tecidos para calças, chapéus, além de produtos destinados ao público feminino. Mas não era apenas essa rua que possuía comerciantes que se destacavam com sua casa comercial, como ressalta Mesquita (1992), existiam outras ruas e comerciantes cujos empreendimentos comerciais localizavam-se na Rua Conselheiro Síval e, também, davam dinamicidade ao campo econômico de Caxias. Nesse caso, podemos citar a *Casa dos Italianos* destinada à venda de relógios e a casa do senhor Telêmaco Moura que vendia material de armarinho e peças gregas.

A rua também serviu como local de venda e revenda de escravos dos coronéis da cidade ainda no período do Império. Vale ressaltar a própria constituição econômica dessas casas comerciais, como ponto importante para negociações com outras cidades próximas à região. As mercadorias eram originárias da capital São Luís e mesmo da Europa, o Porto Grande, nesse caso, facilitava as trocas comerciais. Entre as mercadorias que chegavam à cidade, podemos citar os artigos que começaram a fazer cada vez mais parte da vestimenta dos homens caxienses.

Por exemplo, o anúncio publicado por Leonídio Brito Lima dos Reis apontava que possuía produtos destinados ao público masculino, sendo que os distintos cavalheiros não deveriam mais se preocupar com essa questão, pois, se eles desejassem estar elegantes, o mesmo tinha o “brim branco de linho puro, a casemira preta de lã pura, chapeos pretos da última moda”, “gravatas pretas e de cores, caximbos francezes, grandes e pequenos.” (JORNAL DE CAXIAS, Caxias, 30 de setembro de 1899, Ano IV, número 198, p. 04), entre outros utensílios que se encontravam na sua casa comercial para que eles pudessem estar “elegantes no seu dia a dia.” (JORNAL DE CAXIAS, Caxias, 30 de setembro de 1899, Ano IV, número 198, p. 04). O anúncio também tinha uma seção destinada às senhoras caxienses.

No caso dos comerciantes, que estavam trazendo essas novidades para a cidade, podemos apontar que existia um público masculino que consumia tais produtos, principalmente ao verificar os produtos listados, observou-se a existência de uma variedade de artigos destinados ao público masculino, e uma das justificativas seria a necessidade desse homem, que transitava nessa cidade dita moderna, apresentar-se bem vestido, principalmente, quando ele fosse participar de reuniões sociais. Por isso, no anúncio publicado em nome de Severino José Vidigal diz-se que após visitas na capital do Estado, São Luís, e em Belém-PA teria realizado “escolha de bom sortimento de [...] chapeos do Chile para dúzia e a retalho, relógios de Michel muito bons e cadeias de plaquet fino, de bonitos gostos para relógio, assim como muitos outros artigos [...]”. (JORNAL DO COMMERCIO DE CAXIAS, Caxias, 04 de julho de 1891, nº. 688, p. 04).

Os comerciantes, espalhados ao longo da cidade em pontos estratégicos, ofereciam aos caxienses os mais diversos produtos, com o intuito de absorver os clientes. Desse modo, os reclames de anúncios e as competições existentes nas páginas da imprensa da cidade apareciam de maneira constante na intenção de agregar compradores aos produtos ofertados.

Os vapores seriam meios de transporte que traziam, aos caxienses comerciantes e mais ainda aos caxienses consumidores, as mercadorias ofertadas nas casas de comércio existentes na cidade na época. O Largo dos Remédios, outro ponto comercial da cidade, era também um dos locais privilegiados para se praticar o comércio, venda de produtos, tanto que a maioria dos anúncios presentes nos jornais da cidade, nesse contexto da Primeira República, apontava a localização para o largo.

Por exemplo, no estabelecimento de Helvécio Villa-nova comunicava-se aos interessados que os produtos recém-chegados pelos vapores da capital São Luís possuíam *“um variadíssimo sortimento de fazendas, miudezas e molhados que está a disposto a liquidar por preços rasoaveis, e ao alcance de todas as bolsas, como melhor poderá se verificar dos artigos”*. (JORNAL O PAIZ, Caxias, 02 de março de 1905, Ano III, número 110, p. 04).

Os artigos (produtos), como apontam o reclame informativo, seriam comercializados na casa de Helvécio Villa-nova, porém não se diferenciam de outros reclames cujo objetivo era apresentar ao público sobre as novidades recém-chegadas à cidade, mas notamos que ao final de cada anúncio as frases que finalizam agregavam um sentido representativo em se tratando da ideia de chamar atenção do possível comprador. No caso do anúncio de Helvécio Villa-nova, o pequeno texto encerra apontando sem mais delongas que *“finalmente muitas outras mercadorias que deixa de mencionar para não amolar a paciência do leitor”*. (JORNAL O PAIZ, Caxias, 02 de março de 1905, Ano III, número 110, p. 04).

Os homens sempre apareciam à frente dessas atividades, sejam para vender, como dono da casa comercial, ou mesmo para aqueles que descarregavam as mercadorias. A ideia do homem de negócios acabava em primazia, sendo o vetor para impulsionar a realidade econômica caxiense nesse contexto da primeira República. Mas esses homens não estavam presentes apenas nas atividades do comércio.

Notamos que essa Caxias, aflorando em tempos republicanos, já apresentava um corpo de profissionais que oferecia os seus serviços em diversos pontos da cidade. Por exemplo, no jornal *Gazeta Caxiense* é publicado a lista desses homens e as profissões que eles ocupavam. O jornal denominava de *serviços* úteis, e entre eles estava o em “*exercício da medicina*”.

O jornal refere-se aos médicos como doutores, assim eles eram apresentados na página inicial do periódico: “Dr. Astrolabio Passo, Rua das Oliverias, Dr. Antonio Eduardo de Berredo, Ruas das Flores, Dr. Alvaro Sinval de Moura, Rua do Conselheiro Sinval e Dr. Alarico Alves Costa, Rua Direta” (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 23 de maio de 1893, nº 27, p. 01). Apesar desses médicos oferecerem os seus serviços na cidade, notamos, até o dado momento, que a cidade não possuía um hospital ou centro que pudesse atender aos problemas de saúde que a cidade vivenciava nesse momento. Por exemplo, as pessoas que possuíam algum tipo de enfermidade ou passavam por problemas de saúde deveriam recorrer aos remédios medicinais, como a famosa garrafada, uma mistura de muitas ervas e cascas de árvores, para tentar resolver os problemas do corpo. Além dos serviços de medicina, os homens estavam em outras profissões, como era o caso do “*Cirurgião Dentista* Dr. Affonso Moura, que realizava atendimento na *Rua Direta*. Os serviços de advocacia eram também oferecidos, pelos advogados “Salustino Ferreira de Moraes Rego, na *Rua Conselheiro Furtado* e Gustavo Collaço Fernandes Veras, *Rua das Flores*.” (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 23 de maio de 1893, nº 27, p. 01).

No entanto, percebe-se que a existência desses homens desenvolvendo atividades no campo da medicina não solucionava os problemas, por exemplo, como os das pessoas pertencentes aos segmentos populares, pois o mesmo jornal que publica os serviços prestados pelos “homens da medicina” também fala que, por falta de assistência, muitos homens e mulheres não tinham condições de comprar os

remédios, muito menos de realizar o pagamento da consulta. Outros serviços oferecidos aos caxienses eram destinados ao cuidado dos cabelos, segundo o jornal *Gazeta Caxiense*, eram resolvidos pelos cabeleireiros, “Victor Dias Teixeira, localizado na Rua da Palma e Adão da Silva Antunes, que atendia na Rua Direita”. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 23 de maio de 1893, nº 27, p. 01).

MODERNIZANDO ESPAÇOS: UMA CIDADE COM ARES MODERNOS

A regulação do espaço urbano caxiense tornou-se mais evidente nos primeiros anos da República. A aplicação de normas e leis que pudessem frear as práticas de desregramento do espaço foi uma das muitas questões presentes no regime republicano. A disciplina do espaço e o bom uso do mesmo configuraram como um espectro para se pensar o sentido desejado da própria cidade em relação ao crescimento, pois não se podia conceber a vida econômica das cidades sem esses processos de mudanças urbanas.

À luz dessas questões, nota-se que existia, dentro desse campo de percepção do que seria o espaço urbano, o desejo de se pensar uma cidade padronizada e higiênica. Assim, podemos mencionar as chamadas reorientações das condutas desses sujeitos, em vista do ordenamento urbano que se prescrevia como forma de não deixar as faces da princesa como aspectos rudes, sem características explícitas de beleza urbana.

Margareth Rago (1997), quando pensa sobre as questões disciplinares instituídas nesse período da primeira República, chama-nos atenção para os mecanismos de disciplinamento instituídos em prol de congregar nos dizeres sobre a cidade, espaços e, mais ainda, sobre as práticas desses sujeitos, formas para se ter uma cidade desodorizada.

A preocupação com a estética da cidade era uma das máximas defendidas nos editais publicados nas edições dos jornais caxienses,

reforçando a necessidade para se pensar uma cidade com ares civilizados, porém seria e deveria se ter por parte dos caxienses ações que demonstrassem esse empenho para alcançar tal objetivo.

Por isso que o *Jornal Gazeta Caxiense*, em uma nota, afirma que existem cidadãos descumprindo as posturas da cidade, ou melhor, o código de posturas da cidade regente naquele contexto.

Infração de Posturas

Chama-se atenção do sr. vice-interventor para uma broia que acompanha de 11 barraquinhas atravessadas hoje pela manhã o lago da matriz desrespeitando assim a letra da lei que proíbe expressamente a presença de tais criaturas na cidade.

- Informa-nos o nosso repórter que hogue a tarde um grupo de 6 meninos migos encontrariam uma árvore a margem esquerda do rio de passarinho (não sabe (...) ou papa-seba). (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 06 de fevereiro de 1894, nº 99, p. 02).

A cidade configurava-se como um ponto de preocupação para pensá-la enquanto moderna. Para isso era necessário retirar todos os elementos que demonstrassem a falta de cuidados com os espaços pertencentes a ela. Nesse aspecto, o jornal *Gazeta Caxiense* aponta que o *asseio* da cidade fosse realizado o mais brevemente, pois evitaria que pessoas pudessem ficar doentes. A “limpesa e saneamento da cidade não podem deixar de prender a atenção e despertar a solicitude dos poderes municipais, pois dellas dependem em grande parte a saúde e o bem estar dos municípios [...]”. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 20 de fevereiro de 1894, nº 103, p. 03).

Por esse olhar, Rago salienta que as preocupações com condições de *habitabilidade* eram e deveriam ser alvo dos poderes públicos, pois poderiam desinfetar os espaços de possíveis doenças que surgissem na cidade. Percebemos, nesse ritmo, a representação da cidade ideal,

de uma cidade conceito defendida pelos segmentos mais abastados dos núcleos urbanos.

Em vista dessa questão, notamos que, ao longo dos jornais caxienses, existe uma preocupação dos administradores da cidade na reafirmação das leis aprovadas na Câmara Municipal, como também o reforço dos vereadores, presidente da câmara, além do próprio intendente, chamando atenção dos deveres caxienses e cumprimento das diretrizes comportamentais que deveriam ser seguidas, por homens e mulheres da cidade. Por exemplo, podemos perceber esta questão no relatório das atividades da Câmara Municipal, publicado no *Jornal de Caxias* sobre tantas leis que foram constituídas ao longo do ano de 1896.

As atividades descritas pelo jornal fazem referência ao ocorrido nas sessões da câmara, como também às pretensões dos representantes da casa para a melhoria da cidade e da vida dos munícipes. Entre as medidas tomadas pelos vereadores estava a constituição das Leis de número 11, 12 e 13. Porém, em vista das questões apresentadas nessas leis, o objetivo tanto desta primeira quanto da segunda seria a efetivação de benefícios para o intendente e para Câmara Municipal, buscando trazer reparos ao espaço.

Mas se tratando da Lei número 13, esta fazia referência às práticas que não poderiam coexistir dentro da cidade, por parte dos homens e mulheres que vivem e circulam em Caxias nesse contexto. Nesse sentido, a lei instituída possuía seis artigos que buscavam constituir maneiras pelas quais os caxienses seguiram em relação às práticas no seu dia a dia.

Lei nº 13

Art. 1º - Foram dos logares designados pelo Intendente é proibido o brinquedo denominado papagaio. Aos contraven-
tores multa de 1:000 reis.

Art. 2º - Os donos das typogrhafias existentes no município, serão obrigados a registral-as na secretária da Intendencia

dentro do prazo de 30 dias a contar da publicação d' esta lei, declarando a casa em que funciona e o nome do periódico ou periódicos que publicaram. Aos contraventores multa de 20:000 reis. As typogrhafias que de novo se estabelecerem, não poderão funcionar, sem haver preenchido previamente as formalidades d'este artigo, e o mesmo se entende com as jornaes que tiverem de ser publicados, sob as mesmas penas.

Art. 3º - Os quarteirões de que trata o art. 13 número 2 do Código de Posturas serão de 100 metros de lado pelas ruas e as praças de 140 metros.

Art. 4º - As licenças para ter cães na cidade, conforme o art. 47 do Código de Posturas do município, ficam sujeitas ao imposto annual de 5:000 réis, pagos semestralmente em Janeiro e Julho.

Art. 5º - E' prohibido vender leite falsificado ou de qualquer forma alterado, quer seja por meio da água ou de qualquer outra substancia. Aos contraventores a multa de 1:000 réis e a perda do leite, que será apprehendido.

Art. 6º - Revogam as disposições em contrario.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Caxias, 11 de maio de 1896.

Gustavo Collaço F. Veras – Presidente

Dr. Antonio Erlindo Berredo – Vice- Presidente

Luiz José de Mello

Ararico José Villa-nova

José Vieira Chaves

Antonio de Mello Bastos. (JORNAL DE CAXIAS, Caxias, 16 de Maio de 1896, Anno, I, nº 30, p. 03).

Os artigos apresentam elementos para se pensar questões voltadas desde aos momentos de lazer, quando se referem aos locais que seriam para as práticas de festas, como também ao próprio compor-

tamento da imprensa na cidade, caso fosse constituir a publicação de um novo periódico local.

Percebe-se que as diretrizes alicerçadas na lei, através dos seus artigos, afirmam particularidades e preconizam elementos correspondentes às práticas desses sujeitos envolvidos, caso não estabelecessem um diálogo quanto ao cumprimento dessas. Em vista disso, ao lançar o nosso olhar para cada aspecto que define qual o objetivo da lei, percebemos qual seria o objetivo principal desses artigos, a disciplina e normatização dos cidadãos.

Em relação ao que ficou apontada no primeiro artigo, a ideia dos brinquedos, ou seja, as festas deveriam ser informadas à secretaria da intendência para que se pudesse ter controle dos possíveis problemas existentes nessas festas. Em se tratando dessa questão, o principal objetivo era sanar *brinquedos* que eram organizados fora do perímetro considerado naquele contexto como urbano, pois, tratando-se dos distritos que ficavam distantes, os sujeitos presentes nessas ocasiões poderiam gerar situações como espancamentos, desentendimentos e até mortes. Entre os locais vistos como preocupantes, podemos citar *Povoado Ponte*, pois nos finais de semana os homens, movidos pelos líquidos etílicos, sempre apresentavam resultados reprovativos aos olhos da imprensa e da sociedade.

Em relação aos jornais, os mesmos não foram deixados de lado quando se pensava na constituição de periódicos que, porventura, poderiam iniciar sua circulação na cidade, ou mesmo aos que já estavam circulando. A preocupação com a implantação de novos periódicos dava-se pelos possíveis problemas que esses jornais poderiam ocasionar à própria imagem da cidade e dos seus administradores. Desse modo, buscar estabelecer informações sobre o local, as ideias que seriam defendidas, entre outros elementos, seria de relevância para a Intendência, pois, caso houvesse problemas, poder-se-ia tomar as devidas providências.

Quando a lei menciona o que trata os artigos três e quatro, nota-se

que eles acabam dialogando com os princípios da cidade ideal, tão invocada nesse final do século XIX e início do século XX. A relação estabelecida com o artigo treze do código de postura, ratificado nessa lei o cumprimento do artigo, dimensiona-nos a formar linhas de compreensão de como a cidade de Caxias, experienciada no campo dos discursos, tentava trazer para o campo das práticas esta cidade.

Assim, fazendo correlação com o artigo que menciona o código de postura e o cumprimento de suas prerrogativas, tal código, em seu artigo 13, afirma como deveriam ser as praças e ruas da cidade.

Das ruas e praças

Artigo 13. A Câmara Municipal mandará organizar a planta da cidade compreendendo todo o perímetro que destinar á construção de prédios urbanos, observando-se seguintes regras:

1ª Na parte já edificada de procurará dar as ruas a forma retilínea ou a mais aproximada, e a maior largura possível, sendo a planta executada sempre que os prédios actuaes houverem de ser reconstruídos.

2ª Na parte não edificada, será o terreno dividido em quadradões de trezentos metros de lado pelas ruas, que se cortarão em ângulo recto, tendo cada rua 20 metros de largura. No fim de cada quadrado haverá uma praça com 200 metros de lado. (*CÓDIGO DE POSTURAS DE CAXIAS de 1893*, p. 03).

Ao definir limites para construção de prédios, para o modelamento das ruas e praças, o código traduz que o sentido constituído seria criar uma cidade ordenada, buscando pensar uma cidade planejada, com vista a sair das características de cidade com aspectos rurais.

Nesse caso, quanto à cobrança sobre a limpeza da cidade, percebemos, ao longo dos jornais, que ao mesmo tempo em que o jornal *Gazeta Caxiense*, por exemplo, apresentava a necessidade de limpeza

da urbe, outros periódicos também noticiavam acerca da necessidade do asseio da urbe sertaneja. Por exemplo, o jornal *O Paiz*, onde publica uma chamada para se buscar a constituição da limpeza de Caxias.

Intendência Municipal Edital

De ordem do cidadão Intendente Municipal faço público que no dia 19 do corrente mez, às onze horas da manhã, nesta repartição; será contractado com que mais vantagens offercer o serviço da limpeza e saneamento da cidade, durante anno, sobe as condições seguintes:

1º O serviço consiste na extinção da vegetação, sendo esta arrancada à mão, o mais tardar até o fim do mez de Abril, e na limpeza mensal das ruas, praças e travessas que constituem o perímetro da cidade, segundo a lei nº 47 de 11 de Dezembro ultimo.

2º Que o mato arrancado como o lixo varrido, serão conduzidos e depositados em logares fora do perímetro, que forem designados pelo Intendente, afim de mais tarde serem incinerados por conta do empreiteiro do serviço.

3º O empreiteiro denunciará á Intendência dos que atirarem lixo outra qualquer matéria nociva á limpeza nas ruas, praças, e travessas, afim de ser imposta multa respectiva.

4º O empreiteiro dará fiador idôneo, que garanta a fiel execução do contrato.

5º O pagamento será feito mensalmente, dividida a importância do contracto em nove prestações iguaes, começando do mez de Abril.

Os proponentes apresentarão suas propostas em carta fechada, até o dia 18 do corrente ás 2 hora da tarde, nesta repartição, afim de serem abertas no referido dia 19.

E para constar lavrei este que vai publicado pela imprensa Caxias, 13 de marco de 1903. O Escriptuario. (JORNAL

O PAIZ, Caxias, Caxias, 03 de junho de 1904, número 51, Ano, II, p.03).

Nesse caso, em vista da Intendência não está mais sob o comando do Coronel Libanio Lobo, notamos que a configuração de medidas para agregar a beleza e cuidado com a saúde dos cidadãos caxienses acaba sendo ratificada pelo novo intendente. Em vários momentos, enquanto a administração da cidade estava sob o olhar do Coronel Libanio Lobo, a imprensa apresenta notas chamando atenção da figura do intendente, porém, ao que se percebe, nessa nova administração, é a tomada de medidas para que os populares não buscassem usar a imprensa para apresentar os incômodos ocasionados, por exemplo, à limpeza da cidade, entre outras questões.

Em vista dessa questão, Mota (2003) considera que nas primeiras décadas da República no Brasil os médicos e as instituições de saúde reconduziram qual seria o ritmo da cidade e dos seus cidadãos. Medidas tomadas para os grandes centros urbanos e regiões interiores. Como reforça Mota, a meta era reverter as “nefastas perspectivas que avaliavam o brasileiro como inferior e, por isso, incapacitado para atingir alguma civilidade”. (MOTA, 2003, p.19).

Em outra situação, percebe-se a falta de cumprimento com as determinações estabelecidas no código de posturas do município. O *Jornal de Caxias* publica um informe em que tanto a Câmara Municipal quanto o Intendente são convocados a tomarem medidas sobre o que rege o artigo 89 do Código de Posturas do Município e a falta de cumprimento desse artigo na cidade.

A informação inicia apontando que se esperava que tanto a “ilustre corporação e o digno S. Intendente atentassem para o estrago e desperdício” ocorridos devido à grande escala de matança de cabras para retirada de couro, que seria vendido no Ceará. O texto, ainda, sublinha a falta de aproveitamento do restante das partes desses ani-

mais abatidos, pois não é destinado a suprir as necessidades públicas da cidade. Em outra parte, o texto menciona que é uma prática recorrente também pelos cearenses que vivem na Rua Olho d' Agua.

Pouco esses especuadores se importao que venda carne, como tem acontecido com uns cearenses que na rua Olho d' Agua fazem grande matança, sendo q' muitas vezes deitão a carne para os urubus, por não acharem compradores para ella!

Esses malvados estragadores da industria pastoril do município não se satisfazem só em abater chibarras cabras velhas e inutilizadas para a produção, como abatem cabras novas, prenhas e paridas (!) e talvez doentes.

Além de prejudicial o estrago que fazem com a matança pouco menor o prejuízo com os cabritinhos que morrem por falta de alimentação natural.

O procedimento d'esses selvagens marchantes de cabras além de ser digno de censura virá muito breve trazer a localidade o desaparecimento d' esses tamo de industria, que não só é productivo, como serve de recurso para a pobresa, que além de tel-a para alimentação, tem o leite para seus filhos, pois nem todos podem ter um vacca para dar leite, quando não é difficil possuir uma cabra.

E' para isso que chamamos a atenção das auctoridades municipaes, a quem pedimos providencias, não só a beneficio e interesse do município, como pelo bem estar dos habitantes dessa cidade, que muitas vezes comprão carne desses animais doentes, sendo vicitmas de males cuja causa ignorada, vem a ser d' essa carne danificada. (JORNAL DE CAXIAS, Caxias 23 de abril de 1898, Ano III, nº 127, p. 04).

A reclamação exposta no texto acima, que chama atenção das autoridades de Caxias, denota em palavras como a população en-

contra-se assustada diante das ações de alguns indivíduos. Vemos, nesse ponto, que o pedido de tomada de ações mais enérgicas não se verbaliza apenas pelo estado de insatisfação, mas corporificado pelo âmbito das normas estabelecidas em código citado anteriormente. Nessa perspectiva, notamos que o uso das leis, como forma de manter resguardos diante da ausência de cumprimento das ações das pessoas e mais ainda dos deveres desses homens e mulheres do regime republicano, era forma de cobrar o cumprimento, pois, caso contrário, seriam punidos com o pagamento de multas.

Mas, voltando ao pedido de medidas solucionáveis, o código supracitado no texto corresponde ao capítulo VIII das posturas que deveriam ser cumpridas pelos cidadãos caxienses. O capítulo em especial refere-se à alimentação pública e, conseqüentemente, aos cuidados que as pessoas que comercializam e compram esse produto deveriam ter ao fazer o manejo.

Os animais destinados ao consumo público na cidade, povoações e lugares, só poderão ser abatidos, nos logores para isso destinados pelo Intendente, e, depois de examinados pelo médico da Câmara, ou, na sua falta, pela pessoa encarregada desse serviço. Ao infractor, a pena de 10.000 reis de multa. (CÓDIGO DE POSTURAS DE CAXIAS de 1893, p. 11).

Observando as diretrizes do primeiro artigo que compete ao capítulo, identifica-se que as práticas desses sujeitos acusados pela notícia já estariam enquadradas por descumprirem uma norma estabelecida como regramento do município, em vista dos mesmos realizarem a matança em local não determinado no artigo do código. Outro aspecto notório, aos ditames apontados pelo código, que não dialogam com as práticas descritas acima pelo texto da população, seriam o local estabelecido para realizar o abatimento desses animais, pois, segundo as proposições dos artigos 90 e 91 do código de posturas, determinam que,

Art. 90 – Os matadores serão dotados dos melhoramentos mais modernos introduzidos em tais estabelecimentos, e mantidos com todo asseio. Os animais ali mortos ser-lo-hão pelo modo mais rápido e menos doloroso, em hora apropriada, de modo que mediem 6 horas, pelo menos, da morte à exposição da carne a venda. A infração sujeita o infractor á multa de 10:000 reis.

Art. 91 - Não será admitido à matança animal que não esteja são, sob pena de multa de 20: 000 réis, apreendida e enterrada a carne à vista do infractor. (CÓDIGO DE POSTURAS DE CAXIAS de 1893, p. 11).

Os dois artigos apontam questões que correspondem ao comportamento de tais homens na denúncia realizada pelo texto, em relação à matança das cabras de forma *desplanejada*, além da falta de cuidados. Nesse ponto, tais aspectos revelam o que vigorava como lei, porém não era feito o cumprimento por parte das pessoas. O disciplinamento e a normalização seriam apenas desejos ideais, mas nem sempre seguidos à risca.

Nesse sentido, podemos acalantar nossas considerações pelo olhar de Foucault, quando o autor aponta que o poder⁸ estrutura a sociedade mantendo-a de forma hierarquizada e organizada. A sociedade é marcada por um conjunto de poderes que vão sendo organizados em poderes menores e ramificando-se em instâncias diversas, conservan-

8 O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objeto de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade. A sociedade de controle pode, dessa forma, ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que animam internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes. NEGRI, R.; HART, M. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 42-43.

do sua formalidade em prol dos anseios do Estado e de quem faz parte da governabilidade. As cobranças realizadas denotam como as cidades brasileiras existentes, nesse contexto, ratificam em seus discursos dizeres e experiências vivenciadas como um espaço urbano, tentando-se moldar à ideia de cidade conceito, cidade equiparada ao mundo moderno, ou visto com ares modernos no amanhecer da República.⁹

Além dessa questão, esses dizeres apresentados na imprensa, por exemplo, buscam alcançar a ideia de civilidade, modernidade e progresso, porque se notava não apenas na imprensa local, como também em outros lugares, através de mecanismos de informação, como se desejava uma nação e, mais ainda, como se desejava que as cidades corporificassem em seu dia a dia o sentido de ser cidade.

[...] a identidade de uma urbe tende a apoiar-se em marcos de referência precisos, visuais e sensíveis, que, se por um lado compõem a unicidade do padrão identitário, permitindo o reconhecimento da cidade, por outro estabelecem a diferença em face de outros centros urbanos. Via de regra, estes elementos individualizantes – monumentos, traçado, tipo de construção arquitetônica, paisagem, costumes e procederes – são obser-

⁹ Nas cidades, a questão da saúde fora agravada pelo crescimento demográfico nelas ocorrido. Lentamente em alguns casos, mais acelerado em outros, tal crescimento não acompanhado por planejamento urbano que tivesse a intenção de adequá-las à demanda populacional ascendente. Herdado a sua estrutura do período colonial e tendo que absorver um progressivo contingente populacional ascendente de habitantes, as cidades, nas circunstâncias tratadas aqui, tornaram-se um manancial de problemas, os quais favoreceram a propagação de epidemias. Dentre eles estão: as ruas estreitas, impedindo a livre circulação do ar e a penetração da luz, que contribuíram para a disseminação dos miasmas (esses perigosos agentes difusores das doenças, segundo alguns especialistas do período; a carência de moradias provocando a proliferação de cortiços e outros tipos de habitações populares insalubres, a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgotos eficientes e extensivos a todo o perímetro urbano, além de outros mais. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916*. (Dissertação de Mestrado), UFBA, Salvador, 1996, p. 10.

váveis no centro da cidade, locus da origem. (PESAVENTO, 1999, p. 163).

Por esse viés, a ideia de disciplinamento no espaço citadino, em prol desse objetivo, efetiva-se como uma regra para ser seguida. O reforço dessa prática dava-se com vista ao melhoramento da cena urbana e, mais ainda, da continuidade dessas melhorias, porque se acreditava que trazer esses elementos para serem visualizados pelos cidadãos tornava explícito conceitos como moderno, modernidade e desenvolvimento para o espaço desejado. Mas é válido considerar que a ideia de moderno, modernidade e modernização precisaria ser pensada pela lógica da singularidade, da particularidade.

A singularidade a qual fazemos referência constitui-se por se tratar de categoria conceitual que denota, dentro do campo de ação, formas e significados diversos. Por exemplo, a cidade de Caxias e sua experiência de achar-se moderna, dizer-se moderna, apalpar a modernização, são questões que, sabemos muito bem, distanciam-se não apenas dos conceitos entre si, mas também dos conceitos e dos seus significados em relação aos outros lugares e suas experiências.

Por isso, é complicado falar de uma Caxias, em pleno final do século XIX e início do século XX, verberando ser uma cidade moderna, quando ainda se caminha por ruas que afirmam outra coisa como, por exemplo, andar descalços, com uma infraestrutura precária, além de outros tantos problemas.

A Caxias que floresce em dias republicanos parece que não deixou de apresentar os problemas existentes durante o Império. Como as questões dos altos impostos, das cobranças entre vários aspectos da vida, ou seja, os problemas da cidade não desapareceram com a vida em tempos republicanos. Eram perceptíveis, na imprensa caxiense, os reclames pedindo a solução dos problemas enfrentados pelos cidadãos. Assim como a questão da injustiça da cobrança do imposto, ao Intendente.

Por exemplo, em relação à força policial da cidade, cujo contingente de praças tornava-se insuficiente para agregar a segurança, porque se considerava que, devido ao aumento da população e mais ainda da expansão da cidade, cinco praças não conseguiram dar conta do bem-estar dos cidadãos, naquele momento. Em relação à questão que se cobra sobre a insuficiência da força pública, em dois de setembro de 1902, aos gritos, um cidadão caxiense amparado pelas letras lança-se a verberar sobre os momentos que Caxias vivia sob o amparo da chamada Primeira República. Suas palavras iniciais vêm à tona representadas por um adjetivo e reforçado pela variação do grau superlativo absoluto sintético desse adjetivo. *Tristes, tristíssimo*.

Na ocasião, o sujeito não se identifica, mas corporifica em suas palavras um tom revoltante da situação da qual se passa a cidade, promovendo logo no início das suas palavras uma pergunta “*Onde vamos parar? É phase que cortados os ângulos desta cidade, que vai a passos largos caminhando para anarquia*”. (JORNAL DE CAXIAS, Caxias, 06 de setembro de 1902, Ano VII, número 347, p. 01).

Nas considerações do sujeito, dono desta reclamação, verificamos como os crimes, sejam eles quais fossem, acabavam quebrando a tranquilidade no cotidiano de Caxias. Para o cidadão, em questão um problema mal resolvido pelas autoridades da época, principalmente, da polícia. Para ele, a própria anarquia faz-se presente naquele momento.

A sua revolta efetiva-se pelo grau expressivo de casos que perturbam a ordem, a tranquilidade. Sua frase revela o nível de insegurança presente em Caxias, sua frase mescla o medo e o desespero possível de verificação não apenas nos grandes centros populosos, mas nas cidades brasileiras em termos gerais.

Por isso, o jornal afirma que as autoridades, que administravam o Maranhão, não atendiam aos ofícios de pedidos para agregar força ao corpo de segurança de praças, como também assistência de ma-

teriais de trabalho para o desenvolvimento das atividades de policiamento da urbe.

Nesse sentido, verberando sobre as necessidades, o articulista afirma que era evidente “a insuficiência da força pública existente, para fazer todo serviço policial a cargo do município” (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 20 de fevereiro de 1894, nº 103, p. 03). Porém, se o pedido fosse atendido, o relator das necessidades considera que mesmo elevado ao dobro, talvez ainda não fosse bastante para “atender a todas as necessidades de um policiamento regular; mas como a meu ver, as rendas não comportam ainda tal accrescimo de despesa, proponho o aumento de 5 praças”. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 20 de fevereiro de 1894, nº 103, p. 03).

Sobre as carências existentes em Caxias, o relator fez uma proposta que além do aumento do corpo de praças para dar regularidade e tranquilidade aos caxienses, também se realizasse “algumas alterações no fornecimento do fardamento, com o fim de ficarem as praças mais bem agasalhadas contra as intempéries e com roupas mais douradoras”. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 20 de fevereiro de 1894, nº 103, p. 03).

O relator do pedido também sugere que se façam reconsiderações salariais, para compensar o empenho dos serviços prestados por praças à cidade de Caxias. O intuito seria, segundo considera o relator, reter no corpo de polícia os soldados já conhecedores do serviço, propondo a gratificação de 100 reis para as praças do 2º anno e a de 200 reis para as do 3º.

A figura do *Intendente* estava, em todos os momentos, sendo citada nas páginas dos jornais, a fim de que procurasse sair do seu gabinete para caminhar pelas ruas, para solucionar os problemas enfrentados pelos caxienses. A ideia, nesse caso, dessa figura pública, acaba sendo uma voz que determinaria os rumos da organização da cidade, pois como voz ativa conduziria ao embelezamento da cidade e à tranquilidade do espaço social.

Em vista dessa questão, o *Jornal Gazeta Caxiense* publica uma nota requerendo da figura pública, Coronel Libanio Lobo, intendente municipal no contexto, que procurasse solucionar os problemas encontrados nos arredores do Povoado Ponte. O pedido foi feito devido à crescente derrubada das árvores, que estava sendo realizada naquela região, como também as que estavam na margem do próprio riacho. Assim ele considera:

Vae em proporção crescente a derrubada de arvores pelas margens das estradas e do riacho, o que como não ignora S. S. é de grande inconveniente e está na alçada dos poderes municipaes impedir.

O que é pior e causa lastima é o desrespeito a semetria que reina naquille bello e aprazível logar, no tocante a construção das habitações.

Há uma planta levantada por um engenheiro, que pode perfeitamente guiar a quem quizer construir suas cazas; mas não é ella respeitada, pelo que as ruas que se estão formando agora são as mais tortuosas possível, dando aquelle bairro um aspecto antipathyco e até tornando-o ante-hygienico, quando se S. S. se tornasse mais enérgico podia tornal-o formozissimo. (JORNAL GAZETA CAXIENSE, Caxias, 29 de março de 1893, nº 13, p. 02).

Nas considerações do articulista, nota-se que existem, já no contexto desses anos iniciais, preocupações em manter, diante dos desmatamentos, um controle sobre o processo de retirada das árvores. Mas, como também é mencionado, existe outra preocupação em relação à derrubada de árvores, que seria a própria expansão de casas na região. O que se configura, na ótica social, como uma preocupação por causa da construção de casas, denotando, nesse caso, especificamente, o crescimento da cidade naquele contexto.

A autora Bresciani, ao analisar a imagem do pobre no espaço da

cidade, menciona que ele seria visto como uma ameaça, pois apresentavam de maneira coletiva aspectos que não seriam elementos produtivos para ritmo da cidade e mais ainda para o mundo do trabalho. O pobre, nesse caso, era percebido como um atrativo para doenças em vista dos aspectos sujos e o ambiente que vivia, pois o espaço em que ele vivia seria propício para disseminação de doenças das quais, possivelmente, fosse acometido.

Por isso, percebia-se a necessidade do disciplinamento e aplicação de mecanismos cujo objetivo fosse disciplinar e organizar o ambiente em que eles moravam. Dessa maneira, o pensamento político e econômico encontra-se “com a presença efetiva das concentrações humanas para o trabalho no ponto em que se entrecruzam ainda com o saber sanitário do médico e do engenheiro”. (BRESCIANI, 2002, p. 27).

Nesse contexto, o Brasil já era alimentado com mais intensidade por discursos que denotavam a necessidade de lugares mais arejados, com aspectos de limpeza, e mais ainda de higienização dos mesmos. Tanto que percebemos que os códigos de posturas alertavam sobre esta preocupação que deveriam ter os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caxias dentro de sua configuração urbana, ao que seja possível identificar nos discursos dos jornais, mostra-se como uma cidade que se visualiza enquanto cidade pelo aspecto da sua parte mais edificada com os prédios, porém, ainda pela ótica dos discursos, podemos identificar que os locais aos arredores da mesma apresentam-se como distritos ou mesmo povoado, como é caso do local em que ocorre o desmatamento e a construção de novas casas citadas anteriormente.

Em relação ao ordenamento urbano, sob a égide de intendência do município, a cidade passa a regularizar mais ainda o perímetro citadino. Para que se pudessem organizar melhor os terrenos e propriedades correspondentes à parte da cidade e sua urbanidade. Nesse

ponto, a Secretaria da Intendência Municipal lança edital de convocação dos moradores – das Ruas das Boiadas, Ruas dos Arcos, Rua da Taboca, Rua Nova, Rua Olho d' Agua, Rua das Oliveiras, Rua Aarão Reis, Rua Cemitério de São Benedito, Praça da Constituição, Rua do Pau d'Água, Estrada das Boiadas, Rua de São José, Estrada de Ferro, Galiana, Rua dos Cavalleiros, Pé do Morro, Lages – para que compareçam à secretaria a fim de ajustarem os aforamentos dos terrenos, além de cumprirem com o pagamento dos impostos. Segundo estabelecido em edital, essa chamada pública fazia parte do procedimento determinado na lei orçamentária correspondente às obrigações do município de Caxias.

Sob a perspectiva da organização, em muitos momentos, percebemos que a ação da figura do intendente não se afirma apenas na organização e melhoria da cidade, mas também é alicerçada em arrecadação de impostos dos munícipes, para fins de aumentar a receita da cidade.

REFERÊNCIAS

Fonte

Código de Posturas de Caxias de 1893, p. 03.

Código de Posturas de Caxias de 1893, p. 11.

Jornal Comércio de Caxias, Caxias, 10 fevereiro. 1894, p. 03.

Jornal de Caxias, Caxias, 16 de Maio de 1896, Ano, I, nº 30, p. 03.

Jornal de Caxias, Caxias, 06 de setembro de 1902, Ano VII, número 347, p. 01.

Jornal de Caxias, Caxias, 23 de abril de 1898, Ano III, nº 127, p. 04.

Jornal de Caxias, Caxias, 24 de janeiro de 1896, Ano I, número 16, p. 03.

Jornal de Caxias, Caxias, 30 de setembro de 1899, Ano IV, número

198, p. 04.

Jornal do Commercio de Caxias, 08 de agosto de 1891, nº. 693, p. 01.

Jornal do Commercio de Caxias, 17 de julho de 1891, nº. 690, p. 02.

Jornal do Commercio de Caxias, Caxias 05 de dezembro de 1891, nº. 710, p. 01.

Jornal do Commercio de Caxias, Caxias, 12 de setembro de 1891, nº. 698, p. 02.

Jornal do Commercio de Caxias, Caxias, 04 de julho de 1891, nº. 688, p. 04.

Jornal do Commercio de Caxias, Caxias, 08 de agosto de 1891, nº. 693, p. 01.

Jornal do Commercio, Caxias, 13 de outubro de 1888, nº 574, p. 03.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 06 de fevereiro de 1894, nº 99, p. 02.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 10 de junho de 1891, nº 139. Ano, V, pp. 02-03.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 16 de janeiro de 1894, nº 93, p. 02.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 20 de fevereiro de 1894, nº 103, p. 03.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 20 de fevereiro de 1894, nº 103, p. 03.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 23 de maio de 1893, nº 27, p. 01.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 27 julho, 1894, p. 02-03.

Jornal Gazeta Caxiense, Caxias, 29 de março de 1893, nº 13, p. 02.

Jornal O Paiz, Caxias, 02 de março de 1905, Ano III, número 110, p. 04.

Jornal O Paiz, Caxias, 02 de março de 1905, Ano III, número 110, p. 04.

Jornal O Paiz, Caxias, 03 de Junho de 1904, número 51, Ano, II, p.03.

Synopse do Recenseamento, 31 dezembro de 1900, Rio de Janeiro, Typografia da Estatística.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Antônio José B. de. *Memórias de Caxias: cada rua, sua história*. Edição e Produção Câmara Municipal de Caxias, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. *Cidade: história e desafios* / (Org.): Oliveira, Lúcia Lippi. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

COUTINHO, Milson. *Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história*. 2. ed. São Luís: Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas”. *Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117,1998.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916*. (Dissertação de Mestrado), UFBA, Salvador, 1996.

LOPES, A. de P. C. Relações de Gênero e Profissão Docente: a escola como uma arte feminina. In: LIMA, F. O. A. et al. (Org.). *História da Educação e Práticas Pedagógicas*. Parnaíba: SIEART, 2008.

MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MACHADO, Vanderlei. *O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade*

em Desterro (1850-1884). Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarríssimo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, R.; HART, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PESSOA, Jordânia Maria. *Entre a tradição e a modernidade: A Belle Époque Caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX*. Imperatriz: Ética. 2009.

**O (RE)FAZER DE UMA
CIDADE MODERNA:
a política de modernização urbana
sob o governo do Interventor
Paulo Ramos (1936-45)**

Marcelo Lima Costa¹

A DÉCADA DE 1930:

A REINTRODUÇÃO DO *ETHOS* MODERNO

O debate sobre a questão da modernidade, sob suas mais variadas aparências, em São Luís, remonta ao século XIX. Por se tratar de uma ideia recorrente entre os atores sociais da capital maranhense, ao longo de várias gerações, foi um tema constantemente revisitado e adaptado às necessidades políticas de cada momento em que ela era lançada. Nas várias temporalidades, a modernidade foi e é conceito

¹ Mestre em história pela Universidade Federal do Maranhão e professor da rede estadual de ensino do Maranhão. E-mail: mlcosta89@bol.com.br.

amplo, que se remete a um sem-número de possibilidades relacionadas ao “novo”, especialmente, na relação do homem com o tempo e consigo mesmo, isso transmite as viabilidades e perigos decorrentes de mudanças em todas as searas da vida. O paradigma da modernidade norteou iniciativas demiúrgicas e salvacionistas da humanidade, a fim de revelar a “verdade, o caminho e a vida da civilização”. (REIS, 2006, p. 23).

A partir desse itinerário, os atores sociais do Maranhão visavam identificar-se numa característica intrínseca do ser maranhense: uma perspectiva ancestral e ao mesmo tempo moderna do Estado, ou seja, desde meados do século XIX, o Maranhão já era considerado moderno. Rossini Corrêa (1993) e José Henrique de Paula Borralho (2009) procuram explicar a construção do mito da Athenas (gênese da questão moderna maranhense), associando pujança econômica e formação de uma elite intelectual e conectada à agroexportação, durante boa parte do século XIX. E tal assertiva era corroborada pelas falas proferidas por personagens que identificavam, no mito da “Athenas brasileira”, a justificativa da pretensa singularidade (SINGULARIDADE. Diário do Norte, 21 jul. 1943, p. 4) e modernidade intrínseca do maranhense. Tal perspectiva foi concebida em virtude da atuação de intelectuais, como Gonçalves Dias, Sotero dos Reis e João Lisboa, suas mais importantes figuras.

Mais tarde, esse mito foi relido, principalmente no século XX, como forma de justificar a “modernidade” da terra. A posteriori, outras gerações de intelectuais – sem a mesma representatividade, dentro e fora do torrão local – apropriaram-se dessa representação para valorizar o passado e a si próprios. E parte desses intelectuais esteve envolvida nas mudanças que viriam a ser processadas após a Revolução de 1930. “A produção intelectual literária, durante parte dos anos 1920 e 1930 foi marcada pelos relatos jornalísticos, pelas memórias e pelos testemunhos, nos quais se vislumbrava a exploração das poten-

cialidades locais, as quais, se desenvolvidas, poderiam levar o estado a ter uma participação relevante e destacadamente moderna nos debates nacionais”. (CORREA. 1993 p. 186).

O arcabouço tradicional do ser maranhense, desse modo, possuía bases fincadas nas estruturas agrárias da tradição nobiliárquica, cujos traços eram presentes em parte da sociedade são-luisense e sua elite econômica e cultural fortemente marcada pela cultura ibérica, conforme lembrou-nos Sérgio Buarque de Holanda (1995). Essa predominância cultural engendrada ao longo de séculos de presença lusitana ocasionou o estranhamento a toda e qualquer perspectiva que valorizasse as práticas laborais e vinculadas ao tecnicismo. Para além desse traço cultural, magistralmente detectado por Sérgio Buarque de Holanda, os valores entendidos como modernos próprios do *fin-de-siècle* europeu, bem como as variações que se seguiram ao longo do século XX foram aos poucos importados para o Brasil. Em São Luís, suas elites econômicas e intelectuais, ciosas de sua herança cultural bacharelesca ibérica, buscaram adaptar esses valores à lógica local, baseada no escravismo e nas heranças diretas dessa prática e na aversão às atividades mecanicistas, ancestrais da rejeição que parte dessa sociedade demonstrou aos saberes técnicos da engenharia e urbanismo nos anos 1930.

Nesse contexto de introdução do Maranhão ao ideário modernista nacional que desde os anos 1920 agitavam o Brasil, dá-se a chegada de um indivíduo para, com seus saberes, contribuir, para modernizar e reatar o estado do Maranhão com suas históricas tradições. A vinda do advogado, Paulo Martins de Souza Ramos ao Maranhão, um maranhense que chegava de fora e encaixava-se no arquétipo do *outsider*, representou um dos passos do implante do ideário moderno, que desde 1920 espalhava-se pelo país, em maior ou menor grau. A incessante busca pela fundação de um novo paradigma de nação e cidadania, proposto pelos movimentos políticos e culturais desde os

anos 1920, foi parcialmente levado a cabo pelos vitoriosos da chamada Revolução de 30. No contexto de busca pelo novo, as cidades tornaram-se símbolos maiores do ser moderno, ganhando importância em contraposição ao campo, tido como ícone do atraso, da República Velha. Na experiência de São Luís, o incentivo ao desenvolvimento urbano, contudo, deveria estar submisso às características da capital e permanecer no “rol das cidades bonitas do norte”. (CIDADE MUSEU. O Globo, 10 jul. 1940: 2).

Entretanto, essa renovação era ameaçadora para muitos. A despeito do novo espírito desenvolvimentista, as iniciativas modernizadoras apresentaram-se difusas. Segundo Marshall Berman (1986), a ideia da modernidade proposta pelos dirigentes nacionais possuía atributos renovadores, mas também ameaçava a realidade vivida por parcela da sociedade, uma vez que o ser moderno poderia suscitar aventuras, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas, ao mesmo tempo, ameaçava destruir tudo quanto se possuía; tudo quanto se sabia e tudo que eram.

Em cidades como São Luís, o processo da modernização (vedete dos jornais e revistas) era paradoxalmente visto como o elemento de salvaguarda dos aspectos tradicionais e, ao mesmo tempo, como o potencial destruidor das profundas tradições da cidade. O espaço dinâmico da *urbe* estaria sujeito às particularidades das idas e vindas políticas, por isso, o processo modernizador, bem como as consequências tiveram e têm reflexos diferenciados em cada espaço. A aplicabilidade do conceito de modernização possui diferentes escalas, de acordo com as diferenças inerentes às regiões geográficas e às diferentes trajetórias históricas ao redor do mundo.

Segundo critérios convencionais, mesmo o modernismo deve ser enquadrado em alguma concepção mais diferencial de tempo histórico, uma vez tratado deste modo, é surpreendente o quanto sua distribuição, do ponto de vista geográfico, é

de fato desigual. Mesmo no mundo europeu ou ocidental, de modo geral, existem importantes áreas que praticamente não deram origem a nenhum momentum modernista. (ANDERSON, 1986, p. 6).

As dimensões dessa experiência moderna aplicada e vivida em São Luís só podem ser compreendidas se forem levadas em conta as diferenças naturais que as regiões têm entre si. A experiência da modernidade forjada na capital do Maranhão não poderia ser a mesma de outras regiões. Essa perspectiva levou em conta a multiplicidade de modernismos a partir de diferentes contextos. Em virtude dessas amplas particularidades, o heterogêneo grupo dos intelectuais ludovicenses, oriundos em parte do amplo grupo de profissionais liberais, atrelados ao poder, eram os principais adventícios desse movimento. Estavam sempre em busca de acomodar a cidade no que, então, se entendia como modernização do país².

Os intelectuais, simpáticos ao ideário modernizante e autoritário, proveniente do Estado Novo, desempenharam a função de elaborar novos conceitos e terminologias que norteariam a relação da população com os poderes públicos. A fim de promover a almejada nova brasilidade, baseada em uma perspectiva modernista, segundo Sérgio Miceli (2001), Vargas e boa parte dos governadores/interventores procuravam apresentar inovações no modo de encarar a política e suas inter-relações, sobretudo com o espaço urbano, a política e a cultura nacional. Apesar disso, com igual maestria, típica dos formadores de opinião do período, escamoteavam boa parte das “contra-

2 Um importante grupo de intelectuais, vinculados às carreiras burocráticas do serviço público, além de professores, polígrafos, políticos, aliados da “democracia autoritária” engajaram-se na construção da imagem de um Maranhão moderno sob a égide de Paulo Ramos, destacando-se Nascimento Moraes, Agnelo Costa, Padre Astolpho Serra, Byron de Freitas, Paulo Cardoso, Vieira Fontes, Miécio de Miranda Jorge, J. Moreira, Francisco Figueiredo e Carlos Cardoso. Cf. COSTA, 2016.

dições, os conteúdos autoritários e a violência que os novos tempos anunciavam ao país”. (HERSCHMANN; MASSEDER-PEREIRA, 1994, p. 26).

Nesta conjuntura, deu-se o triunfo do projeto modernizante e autoritário dos anos 1930, operacionalizando as condições para a aplicação de variados projetos de modernização, que iam desde a reforma política administrativa até a urbanidade e embelezamento das cidades; executado por diversos atores, que buscavam a gênese de uma nova nacionalidade, de um novo *ethos*, “compondo e aperfeiçoando o homem do Brasil”. (CAVALCANTI, 1999, p. 180).

Esses novos saberes, construídos ao longo da década de 1920 e 1930, funcionavam como elementos de resgate das virtudes do subconsciente brasileiro e das tradições mais puras do torrão nacional. Esse período pode ser interpretado como uma fase de apresentação das alternativas ao velho modelo liberal agroexportador da Primeira República. Embora bastante poderosos, os representantes da tradição agroexportadora acabaram por sair da centralidade do espaço público. Em seu lugar, entrou na ribalta, o novo homem, os operários, as fábricas e a panaceia da modernização que circulavam no subconsciente coletivo dos novos líderes e daqueles que viviam nas cidades, grosso modo, estas se tornaram as arenas de todas as interações modernas, a cidade como centro do debate público moderno.

O liberalismo – o pensamento derrotado nesse processo – foi o fundamento que marcou profundamente a cultura política do pré-1930, em detrimento das características nacionais. De acordo com a intelectualidade modernista, a história do país demonstrava que até 1930 “tínhamos vivido na ignorância de nossa terra, o que se agravava com a república repleta de liberalismo.” (GOMES, 2005, p. 191). O Estado liberal não apenas “separava o homem do cidadão negando a cidadania aos menos favorecidos, mas também distanciava a cultura do povo brasileiro da política nacional.” (GOMES, 2005, p. 190),

até então marcada pelo hermético liberalismo europeu. Buscava-se fundar uma perspectiva moderna, onde os direitos “sociais teriam centralidade, a despeito do autoritarismo e dos reduzidos direitos políticos”. (CARVALHO, 2012, p. 27).

Neste âmbito, o chamado modernismo nacional orientava a criação de uma identidade: um *homem brasileiro* idealizado e moderno. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, desde a década de 1930, preconizava essas propostas. Para ele, era “importante apresentar a modernidade como um conceito nacional e endossar o compromisso com a tradição local e nacional.” (MORAES, 1988, p. 221). Ao longo da década de 1930, a tendência modernizante tomou corpo, sobretudo com o escopo autoritário.

A proposta de fundação de um novo estado, “verdadeiramente nacional e humano”, é a grande tônica política dos anos pós-37. A importância e a grandeza desta proposta lhe conferiam o estatuto de um novo começo na história do país. A fundação de uma nova ordem política, com reais potencialidades e aspirações do povo brasileiro, significava um autêntico redescobrimto do Brasil verdadeiro. (GOMES, 2005, p. 172).

De acordo com as lideranças do pós-1930, era necessária uma iniciativa oficial que tivesse como foco a busca pela homogeneidade da nação, em oposição a regionalismos fraticidas. A apreciação de Vargas sobre a organização política, dali em diante, deixava essa perspectiva clara, conforme divulgou em mensagem oficial à nação: a política nacional “não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos”. (BRASIL. DECRETO-LEI nº 87 de 14 de maio 1934).

As iniciativas modernizantes, tomadas à luz dos saberes da *intelligentsia* nacional, buscavam superar os 40 anos da “velha República”. “O governo varguista lançou um enclave modernizante, implantado, à

força, em 1930 e 1937.” (CAMARGO, 1999, p. 39). Nesse viés, cidades-chaves do país como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte iniciaram um processo, pelo menos no campo teórico, de intensa discussão, que norteou boa parte das intervenções aplicadas durante a década de 1930. Os argumentos, para a aproximação da técnica industrial e modernidade política e cultural, estavam claros, uma vez que.

Lúcio Costa afirma (va) estar convencido, na época, “que transformação arquitetônica e social era uma coisa só e que a nova arte só floresceria em um novo regime” (depoimento em 1990). Um ponto básico, para Le Corbusier e Gropius, era que a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com a sociedade anterior. O espírito novo estaria situado na indústria e na máquina. (CAVALCANTI, 1999, p. 180).

Aos olhos da elite varguista, o Brasil necessitava dos saberes arquitetônico e urbanístico. As políticas permeadas pelo autoritarismo do Estado Novo e a relação deste com as cidades abriram novas perspectivas que deveriam ser meticulosas, precisas e, ao mesmo tempo, triunfais, unânimes. Paulo Ramos, indicado por Vargas para ser governador e, em seguida, Interventor Federal, no Maranhão, atendia a esses pré-requisitos e tornou-se, ele mesmo, o símbolo do regime, no estado, quase a personificação da proposta moderna em sua versão timbira.

O TRIUNFO DO MODERNO? A CHEGADA DE PAULO MARTINS DE SOUZA RAMOS

Para debelar o ciclo de instabilidade política e econômica e a frenética troca de mandatários locais que, grosso modo, teve início com a ruptura de 1930 (com altos e baixos ao longo das administrações de diferentes interventores), foi enviado ao Maranhão por ordem de Vargas, em 1936, o advogado e burocrata, Paulo Ramos, para substituir

o então governador Achilles Lisboa³. Antes da chegada do burocrata, entretanto, a brevíssima passagem do Major Carneiro de Mendonça⁴ – militar ligado ao grupo tenentista e experiente político que já havia servido como interventor no seu estado natal, o Ceará – representou um ponto de virada para a política local por tratar-se de uma figura alinhada com a modernização a ferro e fogo proposta pelos tenentes de 1930. Após a passagem de Carneiro de Mendonça, o estado viveu intensos dias de efervescência política, só debelada após a retirada do governador Achilles Lisboa da cena política local.

Indicado pelo governo federal, o advogado maranhense e natural da importante cidade de Caxias, Paulo Martins de Souza Ramos, exercia no Rio de Janeiro importante função no Ministério da Fazenda. Visto por Vargas como uma figura equidistante das querelas políticas que tumultuavam o cenário político local, Ramos foi subme-

3 Após as articulações para as eleições de 1934, o renomado médico Achilles Lisboa angariou apoio de boa parte da classe política tradicional, para ser eleito governador do Estado. Esse momento foi uma espécie de retorno das oligarquias desalojadas, pois, mesmo que Lisboa fosse ligado a históricos opositores, estes eram personagens comprometidos com o modelo político da Primeira República, ocasionando uma volta relativa dos agrupamentos políticos pré-1930, que passaram por um breve período de desalojamento. Promulgada a Constituição do Estado em 1935, as disputas continuavam nas searas parlamentar e judiciária. A almejada estabilidade havia durado pouco tempo: as lideranças, que formavam a composição que sustentava Achilles Lisboa, entraram em divergência sobre quem deveria ser o prefeito da capital – o governador desejava um nome, e a Assembleia, outro. Assim, o governador passou a sofrer oposição parlamentar severa, ocasionando o agravamento das disputas, uma vez que a oposição entendia que o mandato do governador estaria encerrado com a promulgação da Constituição Estadual. Paralelo à ameaça de impeachment, Lisboa mantinha-se à frente do governo, pela via judicial, contribuindo para a crise se alongar. Entre os anos de 1935 e 1936, a situação de crise manteve-se, levando o Governo Federal a optar por intervir, nomeando, em caráter interino, o major do Exército Roberto Carlos Carneiro de Mendonça, até que uma solução constitucional ou um consenso fosse alcançado (CÂMARA, 2009).

4 Antes de ser enviado a São Luís, foi Interventor Federal no Ceará, seu estado natal, de setembro de 1931 a setembro de 1934. Cf. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-linhares/ministerios>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

tido à avaliação dos parlamentares do estado. A resposta foi favorável a Paulo Ramos que foi eleito, “por via indireta, de forma unânime, pelos 30 deputados da Assembleia Legislativa no dia 17 de julho de 1936”. (BUZAR, 1998, p. 38).

Inteirada das discussões sobre as novas epistemologias, acerca das finalidades do Estado Nacional, a geração de tecnocratas da qual Ramos era representante colocava, dentre outros elementos, o espaço urbano das cidades na centralidade, como palco das disputas políticas, embora as hierarquias sociais e as práticas continuassem marcadas pela exclusão da maioria da população em favor de uma minoria ilustrada. Como observou Mário Meireles, a interpretação oficial dos anos Paulo Ramos é vista como um período bastante positivo para os negócios do estado – a despeito da ditadura, os

Nove anos da administração Paulo Ramos, neles incluídos aquele primeiro como governador, forma, sem dúvida, dos mais profícuos e progressistas que já desfrutou o Maranhão que, por fim, depois de muitos atropelos porque passara desde a Revolução de 1930[...] entrava em um período mais ou menos longo de paz e desenvolvimento. Pode então, este governante, integrar-se com afinco e perseverança a um plano de trabalho visando à recuperação integral do estado que, tanto administrativa quanto economicamente, estava carente de providências enérgicas e urgentes que lhe pusessem a vida nos trilhos. (MEIRELES, 2001, p. 322).

Embora a ditadura do Estado Novo fosse bastante feroz com seus desafetos, o que importava não era apenas compatibilizar o moderno e o nacional, como faziam os antigos. Doravante, interessava-os apresentar a categoria moderna como necessariamente brasileira e autóctone para aqueles que se viam como modernos “endossar o compromisso de um projeto nacional, alinhado com uma tradição

local e nacional.” (MORAES, 1988, p. 221). Combinados a pontuais contribuições estrangeiras e ocidentais, ressalta-se. O moderno era o alvo a ser alcançado, independente das posições assumidas pelos agentes políticos e sociais de então. Dulce Pandolfi (2013) esclarece que um dos objetivos das análises sobre esse período é entender a existência de diferentes projetos, que disputaram a centralidade do jogo político, pleiteado por múltiplos grupos. E acrescenta que “entre a chamada revolução [de 30] e o golpe [de 37] ocorreram disputas importantes e, se houve continuidade, houve também, na mesma proporção, rupturas.” (PANDOLFI, 2013, p. 26). O moderno estava em disputa. E, nesse contexto de disputas, Ramos desembarcou em São Luís, a fim de apresentar sua perspectiva.

Desse modo, o novo líder trouxe em sua bagagem, ao estado, nova concepção de administração pública, sobretudo no que tocava às cidades, que passaram a ser repensadas enquanto espaços modernos por excelência. “A cidade moderna passaria a ser uma vitrine da potencialidade dos novos tempos.” (OLIVEIRA, 2008, p. 78). Para os líderes locais, era necessário dar maior atenção às cidades e suas demandas, a fim de construir o moderno e promover as reformas almejadas, sobretudo nos espaços públicos, mas sempre acatando os interesses específicos ou coletivos de grupos de influência, espacialmente localizados no seio das comunidades. Nesse sentido, não houve em São Luís aquilo que Mariana Boghosian Al Assal (2013) identificou em outras regiões do país, notadamente em São Paulo: um sentido único do processo modernizador ou movimentos monolíticos em direções únicas, uma vez que tais hegemonias do sentido teleológico moderno pouco resistem a uma leitura mais complexa de quaisquer períodos.

Essa tendência discursiva, de valorização das características do passado local, deu-se, primordialmente, no final do século XIX e início do século XX. Contudo, à medida que os formadores de opinião da cidade apegavam-se ao passado e a cidade ficava aquém dos cen-

tros mais dinâmicos, do ponto de vista das intervenções urbanas, o apego ao passado reafirmava-se. Após a superação das incertezas que campeavam o ambiente político até 1936, surgiu um fio condutor, elaborado por várias mãos e reconfiguradas pelo governador Paulo Ramos, a fim de iniciar o processo de modernização do Maranhão e colocá-lo em contato com os novos saberes técnicos e ao mesmo tempo resgatar as supostas tradições progressistas do estado.

Imagem 1: Governador e posteriormente interventor federal Paulo Martins de Souza Ramos



Fonte: Revista Athenas, ago, 1941

Afinal, o trabalho daqueles que assumiram em 1936 tinha como princípio o “reerguimento do nosso estremecido estado”, (MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936) e o refreamento dos desacordos políticos, amparado na disciplina salvacionista e na tese da moralização da política, a fim de retomar o *fio de Ariadne* do progresso da terra de “tão gloriosas tradições, de tão antiga civilização”. (MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936).

Dentre os diversos atos administrativos com o fito modernizador, a mensagem do prefeito de São Luís, indicado por Ramos, o Dr. José Octacílio de Saboya Ribeiro⁵, filho direto da administração estadual, foi emblemática: apresentava um esboço das intervenções planejadas além de um novo Código de Posturas, alinhado com as teorias modernas de aparelhamento urbano. Esse conjunto de intervenções, previstas para serem executadas no centro da cidade, foi visto pela crônica jornalística como um verdadeiro “tufão urbanístico.” (UM TUFÃO. O GLOBO, 4 abr. 1941: 5). Os melhoramentos da cidade, apesar de muito criticada por alguns grupos, foram, aos poucos, sendo executados, conforme o comentadíssimo “Plano de Extensão e Embelezamento da Cidade”. (SÃO LUÍS. DECRETO nº 496 de 14 jul. 1936).

As benfeitorias no centro de São Luís visavam estabelecer um cenário de modernidade que apagasse da “memória coletiva a insalubridade da antiga cidade escravista, motivo de vergonha para as classes dominantes.” (NASCIMENTO, 2004, p. 76). Tais intervenções eram vistas como necessárias e que dariam melhores condições à feição urbana da capital, “que jamais recebera qualquer remodelação sistemática ou melhoramentos extensivos, e no momento presente, atesta, com os seus graves problemas, a passagem de administrações descontinuas”. (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 6 ago. 1937).

Mais que um conjunto de ideias, que seriam executadas nas praças e ruas da capital, a chegada de Paulo Martins de Sousa Ramos ao governo marcou a aplicação de novas metodologias administrativas, com o intuito de organizar uma coalizão, para, como dito acima, superar o imobilismo que assolava o estado. A classe política, já instalada nas instituições públicas locais, foi a principal interessada nas eventuais mudanças que viriam a se processar, uma vez que todos

⁵ Engenheiro, cearense de nascença, exerceu o cargo de prefeito municipal de São Luís entre os anos de 1936 e 1937. Fez sua carreira profissional no Rio de Janeiro, atuando como Engenheiro, na Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

tinham, em mente, a trajetória intelectual e profissional do novo governador, que o aproximava ao arquétipo do tecnocrata.

O tecnicismo, a administração profissional, o suprapartidarismo e a aversão, pelo menos discursiva, às querelas políticas foram basilares para a formulação das representações desse período da história do Maranhão – o governador Paulo Ramos, a despeito da apresentação apartidária esboçou, antes do golpe de 1937, a fundação de um partido para si, o Evolucionista, que logo soçobrou diante do golpe do Estado Novo. Os elementos que fomentaram a elaboração derivam da suposta superação do imobilismo pré-1930 e do resgate das tradições locais, assentadas em um passado, e não identificado, cuja cultura bacharelesca, nobiliárquica e tradicionalista era traço marcante. Ramos trabalhou para resgatar esse arcabouço em conjunto com uma nova racionalidade técnica, que poderia ser empregada em setores-chaves da administração e que viriam seguir as determinações e tornar o DASP, sobretudo naqueles voltados para a economia⁶. “Entre os anos de 1936 e 1937, a aplicação dos preceitos intervencionistas na economia se deu de forma titubeante e pragmática”. (CORSI, 2000, p. 33).

As reformas urbanas deveriam integrar-se às reformas administrativas e basear a construção de um ideário como via de se alcançar as evoluções científicas da época, através dos novos edifícios modernos. Para o regime, era necessário patrocinar a construção dos signos da modernidade, tais como o rádio, o futebol, a nova organização dos serviços de assistência à saúde. As realizações estado-novistas cumpriram a tese de divulgar as potencialidades do país, na visão do *establishment* de então.

Ramos, na qualidade de governador e em seguida interventor federal, juntamente com os prefeitos de São Luís mostraram-se fiéis

6 Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.), órgão de assessoramento diretamente subordinado ao Presidente da República, que auxiliava na administração do doravante profissionalizados serviços e negócios públicos. Cf. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919publicacaooriginal-126972-pe.html>> Acesso em 1 de março de 2017.

a esse ideário, na busca de dar à cidade um aspecto moderno, em conformidade com as linhas gerais do Estado Novo. Além do novo tipo de governo, suas criações centraram-se nas novas avenidas, novos edifícios e novas instituições, bem como nos espetáculos cívicos.

Bem-sucedido na demonstração de apoio às medidas autoritárias federais, Paulo Ramos passou pelos acontecimentos de 1937 com seus poderes constitucionais em progressivo crescimento mediante o aval de Getúlio. Se no primeiro ano de sua administração o processo modernizador que pretendia implantar foi titubeante, reformando, mas mantendo o diálogo, propondo novas epistemologias, mas aceitando pressões de determinados grupos⁷, a partir do cheque em branco que recebera de Vargas, pode prosseguir com mais desenvoltura o projeto modernizador para a capital e para o estado. Desenvoltura que era alvo das críticas silenciosas e anônimas, vidas dos grupos que não acatavam suas ideias.

Os mecanismos tradicionais de representação eclipsaram em favor de novas formas representativas baseadas na ideia da “democracia autoritária”, que possuía na sua face propagandística seu grande elemento. Sem a mediação da classe política tradicional, o poder executivo (estadual e municipal) comunicar-se-ia diretamente com a sociedade, mostrando suas realizações e seu ponto de vista para o sempre desejado ressurgimento do Estado. Paulo Ramos, como indicado de Vargas, era responsável direto pela “salvação” regional – responsabilidade que no âmbito federal era do presidente – e prontamente hipotecou apoio à mudança dos ventos políticos.

A notícia de ter havido o governo da República, com apoio das Forças Armadas, promulgado a nova Constituição, dissol-

⁷ Trata-se da forte pressão exercida pela poderosa Associação Comercial ao governo e, sobretudo, à Prefeitura, por conta dos novos cálculos dos tributos, proposto por Ramos e Saboya Ribeiro, prefeito da capital. A manutenção dos impostos municipais acabou por incompatibilizar o prefeito com a classe comercial de São Luís, fato que levou Ramos a exonerá-lo no início de 1937.

vendo a Câmara e o Senado, foi por mim recebida e pelo meu estado com intenso entusiasmo e júbilo patrióticos, convencidos que estamos todos atentos às aspirações nacionais no momento histórico que atravessamos. Asseguro ao preclaro chefe do governo meu integral e absoluto apoio pessoal e político ao novo regime que vem satisfazer os altos interesses da pátria e congratulo-me calorosamente com o eminente amigo pelo auspicioso acontecimento, interpretando também os sentimentos do povo maranhense, que me orgulho de governar [...] Paulo Martins de Souza Ramos, governador do Maranhão. (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 30 out. 1937).

O Estado Novo está consolidado na opinião pública. Dia a dia a figura singular de Getúlio Vargas assume proporções de um verdadeiro salvador da pátria. Nós, maranhenses, que nos sentimos beneficiados pelo Presidente Getúlio Vargas, através das leis trabalhistas e da fecunda administração Paulo Ramos, não devemos ficar indiferentes ao regime instituído a 10 de novembro. Organizamos, pois o seguinte objetivo: demonstrar que o Estado Novo, criado pelo admirável e descortino político do presidente, despertou notável interesse no Maranhão. (FONTES, 1938).

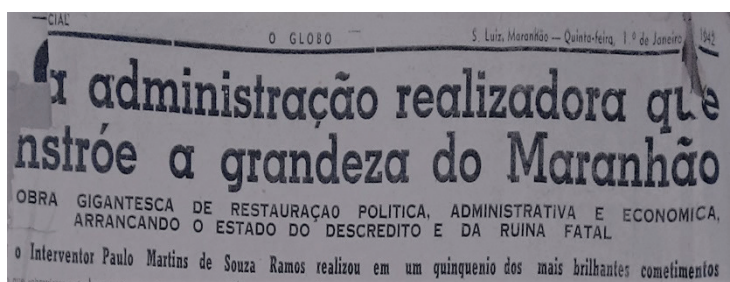
Menos pelo apoio prontamente hipotecado aos executores do golpe e mais pelo relativo sucesso que Paulo Ramos estava obtendo nas reformas modernizadoras processadas desde 1936, ele se manteve à frente da administração do Estado como Interventor Federal. A confiança que gozava junto às instituições federais e seu alinhamento com o processo de modernização assumiram cores mais nítidas após 1937.

As iniciativas modernizantes de Vargas estiveram em pauta, e seus representantes, no torrão timbira, buscavam fundar novas formas de

atuação da política no que diz respeito à organização das cidades. Contudo, a ideia dos aspectos *typicos* da cidade colonial eram fortes elementos que povoavam a concepção urbana de parcela da cidade. A visão da capital, enquanto “pitoresca cidade histórica e colonial” (S. LUÍS, PITORESCA. DIÁRIO DO NORTE, 4 maio. 1938, p. 1), evidenciava o apego, de parte da elite intelectual, aos temas que remetem à historicidade, à tradição local. Fazia-se necessária a combinação da São Luís histórica com a capital moderna governada por tecnocratas.

Visando congregar visões, que transitavam entre a tecnocracia varguista e a valorização da cultura, o gabinete de governo foi composto de forma bastante heterogênea, buscando os quadros das correntes políticas locais. Formada a equipe, o governador afirmou esperar cuidar do Estado, “fomentando suas fontes de riqueza e levantando sua cultura mental, outrora tão elevada e assegurando aos seus habitantes todas as facilidades e todas as franquias que a civilização e o progresso facultam, dentro das possibilidades”. (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 8 de set. 1937).

Imagem 2: “A administração realizadora que constrói a grandeza do Maranhão” mediante a construção da capital segundo os saberes tecnicistas do Interventor federal e seus assessores



Fonte: O Globo, 01.01. 1942

A fala do governador, impondo a si a liderança da hercúlea missão de reestruturação da terra, outrora faustosa, transparece uma incongruência, onde a tradição e a preocupação com seu resgate dividiria espaço com as facilidades hipotecadas pelo progresso material, que se processava em outras capitais do país. Para viabilizar essa reformulação do Estado, Ramos comunicava à Assembleia Legislativa a importância que dava às suas reformas. Agia em consonância com a prefeitura, visando melhorias para a cidade, mediante a melhoria da arrecadação, referente às licenças do comércio com o “novo regime tributário” (SÃO LUÍS. DECRETO nº 216. 19 dez. 1936). Dizia o então governador: “a fiscalização na arrecadação de impostos tem sido intensificada como possível, dando margem até a revisão dos processos antigos, de despachos cujo trabalho o erário público foi poupado a prejuízos”. (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 de set. 1937).

A solução fiscal de questões, que desde a primeira década do século XX afligiam os administradores, era efusivamente comemorada, sobretudo no que se referia à recuperação da capacidade de pagamento do Estado, tanto no Brasil quanto no estrangeiro: a reforma da contabilidade pública e do sistema tributário (mediante lei estadual aprovada), a resolução das dívidas externa, interna e flutuante⁸, passando pelos empréstimos tomados nos EUA e na Europa, bem como pela criação do Banco do Estado. Esta última iniciativa foi utilizada discursivamente, no sentido de demarcar a reconciliação com o passado regional, localizando no século XIX, o momento em que

A história de nossa economia apresenta o estado em situação próspera quando servido do braço escravo, atingira seu apogeu da exploração agrícola [...] das suas culturas. O papel que então exerceu, como força propulsora das atividades agrícolas

8 Legislação que estabeleceu novas normas para a contabilidade pública do Estado do Maranhão, embrião do que viria a ser o DASP estadual. Cf. MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936.

e comerciais, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão, foi dos mais notáveis. Atualmente, que é mais pronunciada a escassez de capitais, é aconselhável o auxílio direto dos pequenos proprietários de terra, a fim de que eles próprios promovam a exploração de sua gleba, com a vantagem e a sedução de maiores lucros [...] Por isso ficou reservado ao Banco do Estado incrementar o desenvolvimento agrário, estimulando as iniciativas, fomentando as atividades do agricultor. (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 de set. 1937).

Assim, de acordo com a avaliação do próprio governador, o desafio a ser superado para inserir o Maranhão na trilha da modernidade era enorme. A disciplina salvacionista, com algum resquício da educação positivista, que recebera na juventude marcou todos os seus discursos, a moralização da política local fez-se uma de suas mais importantes metas, quando vaticinou “ou o Maranhão domina os dissídios políticos e se salva, ou os dissídios políticos dominam o estado e o Maranhão sucumbe.” (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 15 de fev. 1937). O tecnicismo, a administração profissional, o suprapartidarismo e a aversão, pelo menos no campo do discurso⁹, às querelas políticas locais formavam a base das representações cunhadas para a cristalização do sentido dos anos Paulo Ramos na história

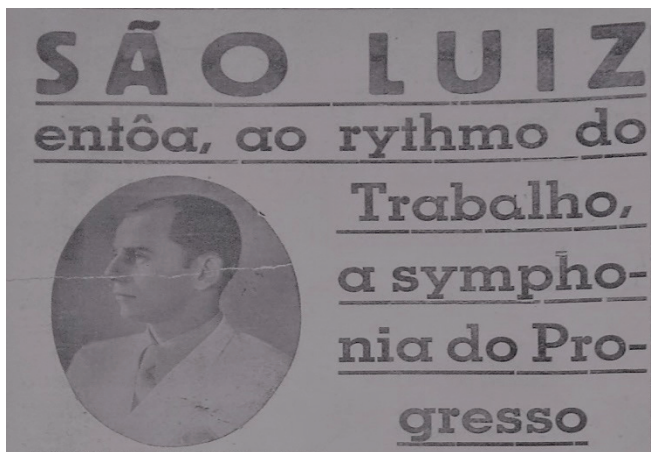
9 Durante a efervescência partidária dos debates preliminares ao pleito de 1938, o então governador Paulo Ramos dizia-se ser apartidário e equidistante das disputas políticas locais ou na esfera federal, a despeito da proximidade que este possuía com Vargas e seu ideário político administrativo. Contudo, para surpresa da classe política local, em agosto de 1937, poucos meses antes do golpe do Estado Novo, Ramos iniciou as tratativas para a fundação do Partido Evolucionista, controlado por ele próprio, com o fito de dar estofamento para um eventual projeto político pessoal. Para viabilizar esse projeto e valendo-se da posição de governador, foi realizado durante o mês de setembro o Congresso dos Prefeitos, espaço privilegiado para negociações políticas e cooptações de lideranças regionais. Tal projeto viu-se frustrado em virtude da guinada representada pelo Golpe de 10 de novembro de 1937 e o dispositivo constitucional de extinção dos partidos políticos. (Cf. BUZAR, 1998, p. 40).

do Maranhão. Os elementos que fomentaram a elaboração por parte dele próprio, dessa análise favorável daqueles anos, buscaram demarcar a superação do imobilismo fraticida pré-1930 e o resgate das tradições locais, assentadas em um passado fluido e não identificado.

Outras questões, relativas à administração, estavam sendo revistas e/ou reformadas, tais como os serviços de estatística e publicidade e o Departamento dos Municípios – órgão responsável por assessorar e fiscalizar a atuação dos prefeitos municipais do estado – pois, segundo Ramos, desde a proclamação da República até o movimento de 1930, “as cidades aplicavam suas rendas à revelia dos interesses do governo do estado.” (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 set. 1937). Eram medidas iniciadas, mesmo antes da imposição do Estado Novo, que indicavam o norte da administração: contar, publicar e fiscalizar as atividades, fossem elas públicas ou privadas.

No âmbito da publicização dos feitos, a cidade dividira-se em entusiastas da modernização e setores céticos a essa dinâmica. Através de manchetes de jornais, parcela da imprensa encampava o discurso da preservação da cidade colonial como aspecto de distinção ante as demais. O discurso oficial, entretanto, propunha a modernidade a favor da superação das características da velha cidade, tanto administrativa quanto de seus desgastados trapiches pontuando que “os planos para a cidade se referiam para a área que hoje é considerada de grande valor cultural, o principal núcleo urbano da Ilha”. (LOPES, 2005, p. 65).

Figura 3: “São Luís entoa, ao ritmo do trabalho, a sinfonia do progresso”, diz a chamada da imprensa, oferecendo amplo destaque a um dos principais assessores do Interventor Paulo Ramos, o prefeito por ele nomeado, Pedro Neiva de Santana



Fonte: O Globo. 23 fev. 1940.

Tais iniciativas, na visão oficial dariam à cidade o *status* progressista, atendendo a máxima modernista do Estado Novo, sobretudo na seara urbana. A partir disso, a elite dirigente redimiria a cidade de seu aspecto degradante e atmosfera de desalento. Nesse sentido, o então mandatário estadual, o interventor Paulo Martins de Souza Ramos, vaticinou:

As velhas praças, de construção centenária, desniveladas e mal calçadas, tornaram-se aprazíveis logradouros; ruas estreitas e tortuosas, traçadas ainda nos tempos coloniais, foram alargadas ou transformadas em modernas avenidas... A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia, bem diferente daquela que Urbanismo e Preservação em São Luís lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até bem pouco tempo. (LOPES, 2005, p. 65).

A palavra modernização estava em voga no discurso administrativo e nos veículos de comunicação. Entretanto, havia posicionamentos divergentes às intervenções que, na visão de articulistas locais, eram entendidas como “demolições” das características da urbe “casas de azulejo ou mirante e sobrados antigos foram demolidos para no seu lugar construir prédios de estilo *bastardo*, rascunhados ao sabor do mais extravagante ou ingênuo espírito de aldeia.” (LOPES, 2005, p. 70). Assim, percebe-se o embate, em virtude da “onda” modernizante pela qual passava o Brasil durante a Era Vargas. Os entusiastas da modernização estavam preocupados com a busca do ideal moderno, baseado em uma nova identidade, em uma nova cidade (com uma nova vida urbana), que oferecesse o status de nação forte, civilizada e unificada. O governador/interventor expôs a imagem de administrador, preocupado com a evolução técnica, moral, cívica do Maranhão. Para esse fim, utilizou-se a ferramenta do autoritarismo, livremente. Segundo seus críticos, a hegemonia de Ramos, no Maranhão, baseava-se no desenvolvimento econômico, técnico e educacional e na proeminência dos saberes tecnocratas.

O apoio desses críticos locais era veiculado pela imprensa, que via, tanto Paulo Ramos quanto Vargas, como o arquétipo do “ditador amável” lançado pelo padre e polígrafo local Astolpho Serra (1938). Na visão dos formadores de opinião, o governo do estado do Maranhão, em sua trajetória (e em seguida autoritário), tomou emprestada a credibilidade dos intelectuais e profissionais detentores dos modernos saberes – no caso o burocrata Paulo Ramos.

A democracia autoritária mergulhou as suas raízes profundamente no espírito do jovem e operoso governante maranhense e o instrutor dessa nova forma de organização política é o próprio chefe da nação, comunicando-se sem intermediário com o povo, que governa. Assim também no governo regional, emanação direta da administração central, o eminente Dr.

Paulo Ramos age, diretamente, em contato com o primeiro magistrado da República, para conduzir o Maranhão aos seus grandes destinos. (SERRA, 1938, p. 18).

A partir das palavras emitidas pelos intelectuais maranhenses, simpáticos ao regime, percebe-se a construção retórica discursiva que classificava o Estado Novo como um tempo de ruptura com as práticas políticas anteriores. Portanto, o próprio Ramos reiterou seu papel central no processo de modernização da cidade e do estado e, além disso, o sentido modernizador que ele e seus assessores buscaram implantar no Maranhão, assumindo a postura de demiurgo. O governador, no fim de sua administração, apresentou um sucinto quadro de suas realizações e dificuldades enfrentadas, sobretudo no início de sua experiência como governador-*outsider* e, depois, interventor no Maranhão.

Estranho à vida política de meu estado fui chamado a dirigir seus destinos em agosto de 1936, após prolongadas e intensas lutas partidárias que culminaram com o afastamento do governo [...] de meu eminente conterrâneo, Achilles Lisboa. Como decorrência desses dissídios, encontrei a família maranhense dividida por acirrados ódios [e na] mais angustiosa crise econômico-financeira que arrastava o Maranhão a completa falência. Tais lutas de facções haviam desagregado todas as camadas sociais de estado e implantado ali o descrédito que [...] se arrojava além de suas fronteiras, avançando de norte a sul do país. Enfrentei, resoluto, a situação desesperadora em que se debatia a minha gleba e iniciei um regime de trabalho construtivo, jamais perturbado pela arbitrariedade ou pela injustiça, pois o meu governo primou sempre em dar [gasalhado] (sic) à equidade e respeitar os direitos, onde quer que se levantasse (sic) ou se ouvisse o seu pregão.[...] E assim, sem desvios, ru-

mou decidido aos seus altos objetivos, pelo engrandecimento da terra e felicidade do povo com a moralidade que tracei aos meus atos. (ENTREVISTA. Diário do Norte, 8 abr. 1945, p. 3).

A administração profissionalizada e a aversão, pelo menos discursiva, às querelas políticas foram de certa maneira um dos pilares das representações daqueles dias e da própria cristalização do sentido dos anos Paulo Ramos na história do Maranhão. Os elementos que fomentaram a elaboração buscaram demarcar a superação do imobilismo fratricida pré-1930 e o resgate das tradições locais assentadas em um passado fluido e não identificado.

As instituições públicas, ao serem controladas por indivíduos comprometidos com a missão de (re) construir o Maranhão, buscavam a organização das cidades mediante as normas operacionais do urbanismo proposto pelos novos profissionais burocráticos. Após a chegada de Ramos, seguiu-se a do prefeito indicado para a cidade de São Luís, o engenheiro e urbanista, José Octacílio Saboya Ribeiro. Este, embora não permanecesse muito tempo no estado, influenciou de maneira decisiva a execução do projeto de modernização que pretendia a reversão da decadência tão reclamada pelos intelectuais locais.

Mesclada com a cultura e a tradição, essa metodologia modernizadora daria a marca principal à questão moderna na São Luís daqueles anos. O que não evitou que várias críticas ao regime *estadonovista* fossem feitas, mesmo que de forma velada. O ocaso do Estado Novo acabou por viabilizar o retorno de antigos grupos políticos locais ao centro da vida pública maranhense. Justamente, aqueles que haviam sido combatidos pela expertise tecnocrata de Ramos.

Tal processo deu-se antes mesmo do fim do período discricionário, a partir da renúncia de Paulo Ramos, amplamente divulgada na imprensa jornalística local, por meio de um polêmico manifesto, escrito pelo próprio interventor. Esse ato foi provocado por questões

relativas à sucessão de Vargas e ao espaço que o Maranhão e Ramos ocupariam na nova ordem. Segundo o próprio Ramos, sua renúncia deu-se em virtude da proximidade do general Gaspar Dutra, sucessor de Vargas, com um antigo rival de Ramos, Vitorino Freire – figura que há muito nutria ambições políticas no Maranhão, conflitantes com as do interventor – que, por isso, negou apoio à candidatura de Dutra, em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas palavras do interventor, a vitória de Dutra redundaria em prestígio ao pernambucano “Victorino Freire, gratuito inimigo meu”, “em detrimento dos vitais interesses da coletividade conterrânea”. (BUZAR, 1998: 46; DIÁRIO DO NORTE, 8 abr. 1945).

Para além das inúmeras contradições (entre ser e não ser político), o chefe da versão autoritária maranhense encontrou o ocaso de sua liderança nos primeiros meses de 1945, em virtude do início do processo de abertura política e de divergências surgidas com Vargas, relacionadas à formação de blocos hegemônicos em âmbito nacional e resultantes das negociações que viriam a fundar a nova República, no pós-1945, que se basearia em novas premissas. Com a retirada de Paulo Ramos da cena política do estado, a trajetória do moderno maranhense encontraria outras mãos para levá-la adiante, desta vez mão menos tecnocráticas e mais vinculadas à política partidária tradicional, ao longo dos anos 1940 e 1950.

REFERÊNCIAS

Páginas de internet

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938350919publicacaooriginal-126972-pe.html>>

Acesso em 1 de março de 2017.

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-linhares/ministerios>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

Documentação impressa

BRASIL. DECRETO-LEI nº 87 de 14 de maio 1934.

SÃO LUÍS. DECRETO nº 496 de 14 jul. 1936.

MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936.

SÃO LUÍS. DECRETO nº 216. 19 dez. 1936.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 6 ago. 1937.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 8 de set. 1937.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 de set. 1937.

S. LUÍS, PITORESCA. DIÁRIO DO NORTE, 4 maio. 1938.

SÃO LUÍS ENTOA. O Globo. 23 fev. 1940.

CIDADE MUSEU. O Globo, 10 jul. 1940.

UM TUFÃO. O GLOBO, 4 abr. 1941.

INTERVENTOR PAULO RAMOS. Revista Athenas, ago, 1941.

A ADMINISTRAÇÃO REALIZADORA. O Globo, 1 jan. 1942.

SINGULARIDADE. Diário do Norte, 21 jul. 1943, p. 4.

ENTREVISTA. Diário do Norte, 8 abr. 1945.

Bibliografia

AL ASSAL, Mariana Boghosian. *Arquitetura e identidade nacional no Estado Novo: As Escolas Práticas de Agricultura do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013.

ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. In *Novos Estudos/CEBRAP*, São Paulo. Nº 14, fev. 86.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: Aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. Tese (Doutorado).

- Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- BUZAR, Benedito. *O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965*. São Luís: Lithograf, 1998.
- CÂMARA, Cidinalva Silva. Medicina e poder: a trajetória de Aquiles Lisboa e a questão da lepra no Maranhão. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*; Fortaleza, 2009.
- CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, Arquitetura e Patrimônio. In. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 2000.
- COSTA, Agnelo. Um notável Conclave na democracia autoritária. In _____. (org). *A contribuição maranhense para o Estado Novo*. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.
- COSTA, Marcelo Lima. *O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História 2016.
- CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: O presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993.
- FONTES, Byron de Freitas Vieira. Prefácio. In COSTA, Agnelo (org). *A contribuição maranhense para o Estado Novo*. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro:

ro: Editora FGV, 2005.

HERSCHMANN, Micael; MASSEDER-PEREIRA, Carlos Alberto. Imaginário moderno no Brasil. In _____. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, José Antônio Viana. Urbanismo e Preservação em São Luís: A Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município. *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, v. 3, n. 1, julho 2005.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 2, 1988.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. *As alterações no projeto de praças para a conservação de Centros Históricos: O Caso de São Luís do Maranhão*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2004.

OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. *Arquitetura em São Paulo na Era Vargas: O Art-Décor e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP, 2008.

SERRA, Astolfo. Um ditador amável. In COSTA, Agnelo. (org). *A contribuição maranhense para o Estado Novo*. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.

TRABALHADORES E VAGABUNDOS: gênero e violência em uma cidade do interior do Maranhão

Cayo Cezar de Farias Cruz¹

INTRODUÇÃO

“De início não dava para perceber o que estava acontecendo devido à escuridão da rua, quando percebi a arma na mão de um dos assaltantes, ela estava apontada para o rosto da mulher, segurada por um braço visivelmente enrijecido, seu dono, com um rosto furioso, movimentava com força a arma contra o rosto dela ameaçadoramente. Ao me aproximar mais, percebi a partir de suas roupas que ela era protestante. E gritava: socorro! Socorro! Ele vai me matar. Enquanto o outro assaltante lutava contra seu filho, um adolescente, tentando segurá-lo para que ele não impedisse que o jovem que estava armado roubasse a moto de sua mãe. Todos gritavam muito! O homem

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UFPI). Mestre em Antropologia (PPGA/UFPA).

armado demonstrava cada vez mais raiva, até que atirou. Os gritos aumentaram, foi desesperador, a rua estava vazia, muita gente via o que estava acontecendo de dentro de casa, espiando das janelas e das portas entreabertas, sem conseguir fazer alguma coisa. A arma, por se tratar de uma garrucha², não feriu a mulher de morte, isso se deve ao fato da pólvora se espalhar após o disparo. Contudo, após o primeiro tiro, ele continuou a disparar contra o rosto da mulher amiudadamente: uma, duas, três vezes, até que, ao ouvir os gritos dos vizinhos, correu.

Ao me aproximar percebi que a mulher e seu filho choravam, vi tremerem suas mãos enquanto os moradores lhes prestavam os primeiros socorros, ele estava pasmo e nela se percebia muito sangue descer por seu corpo, a pólvora havia cortado seu rosto, mas todos reconheciam que não era nada grave. A polícia chegou muito tempo depois, primeiro pararam para conversar com as vítimas, saíram e retornaram em alguns minutos com um dos criminosos, o que havia alvejado a mulher não fora encontrado. A polícia abre o porta-malas e todos olham para um jovem negro, sem camisa e de cabeça baixa, o outro, esse mais claro que ele, só encontrariam horas depois.

Um dos moradores que presenciou a ação criminosa falou que se tivesse uma arma teria disparado contra eles para evitar o assalto, ‘disparava de dentro de casa mesmo, dava certim’. Ao que um policial responde: mas pra isso acontecer você sabe o que tem que fazer não é? E o vizinho completa: votar no Bolsonaro. Ter esse tipo de apoio por parte da polícia fez ele se sentir confiante na sua posição política, mas é importante observar que embora o morador tenha manifestado essa posição em tom de protesto e a polícia ter contribuído para isso, o argumento não teve grande repercussão entre os moradores que contemplavam o desfecho de tudo. A maioria era de idosos e ido-

²Arma de fabricação caseira.

sas, poucas pessoas jovens, o que me fez perceber o quanto a faixa etária do bairro havia mudado durante minha pesquisa”.

Alguns dias após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, tomávamos uma cerveja em um posto de gasolina de uma cidade do interior do Maranhão. Eu, José³ e Márcio Porcão. Conversávamos sobre política e sobretudo a quantidade de denúncia de agressões motivadas por ela. Entrementes, reconhecíamos o fascínio que alguns brasileiros andavam demonstrando por ideais fascistas: o estranho caso de um delegado brasileiro que não havia relacionado uma suástica como um símbolo nazista, referindo-se a ela como um símbolo de amor e harmonia, o forte apoio de cristãos protestantes ao porte de arma, redução da maioria penal e pena de morte; a denúncia de alguns amigos de que os grupos de oração das suas igrejas estariam sendo utilizados para difundir a defesa dessas demandas. Uma amiga recusava-se a gravar um vídeo em que se apresentava como cristã e pesquisadora em Ciências Sociais, pois no seu conceituado programa de pós jamais havia dito que era cristã, temia represálias dos dois grupos. Por muito temor a sua igreja e a seus professores.

Toda nossa conversa é interrompida pela chegada de um outro rapaz, desconhecido, que nos pede um cigarro e depois perguntou se poderia sentar na nossa mesa. Permitimos. Iniciamos logo a conversa perguntando sobre sua posição política. José o olha esticando o pescoço fazendo pose de quem está mandando, esse comportamento em quem o conhece, no máximo, arrancaria risadas, não medo (José estava pagando a conta). Assim, toda a pergunta acaba se dirigindo a ele, e ele respondendo por todos nós. O nosso novo interlocutor diz imediatamente ter votado no 13 mas que ria votar no 17 no segundo turno, depois de ver a “palestra dele”, apontando para o celular. Em

3 Todos os nomes utilizados aqui são fictícios, de acordo com o que foi garantido aos interlocutores sobre sua confidencialidade e proteção.

seguida, diz não querer confusão, que é da paz, que não quer briga com ninguém e que respeita a posição de quem vota no 13, entre seus argumentos menciona a morte do capoeirista Moa do Catendê em Salvador (BA) como um exemplo do excesso que havia tomado conta do país. José, por um tempo, desenvolve uma conversa tensionada com ele, o que ele viria a me dizer depois que estava “dando uma pressão” no desconhecido para ele “se ligar” com quem ele estava falando. De repente, o recém-chegado puxa uma faca da sua cintura e a aponta para José, que o pergunta no mesmo instante: o que é isso aí, meu irmão? O dono da faca diz que era só para comprovar que ele não estava com intenção ruim, coloca a faca sobre a mesa e pede para que José a guarde para ter certeza de que não está tramando nada contra ninguém, que só quer conversar. José devolve a faca para ele com pressa, diz que estávamos sendo filmados e que isso poderia comprometer a todos ali. O que é obedecido sem resistência.

O desconhecido começa a narrar sua trajetória. Vinha do Pará, já foi preso e dizia já não dever mais nada à justiça, que agora era um homem limpo e não tinha vergonha de falar. Com o tempo, disse ser um “homicida”. Que ficou dois anos e nove meses preso e que tinha perdido dois irmãos no crime. Perguntado sobre sua posição política, ele disse que votava no 17 por que tinha raiva de ladrão e com ele no poder “a gente agora vai andar tudo armado”. Mesmo com Márcio Porcão considerando constantemente sua posição meio contraditória por se tratar de um ex-presidiário e que seu candidato era conhecido por defender um combate letal à criminalidade. Mais adiante ele se apresentou como soldado do crime e dizia trabalhar para um político de outra cidade. José o interrompeu dizendo que esse mesmo político estava como suplente e que ele não tinha poder para matar todos os que estavam na sua frente na linha de sucessão. O desconhecido o descreditou, e ele rebateu: você não sabe, ele tem soldado, ele tem muito soldado, se ele quiser ele pode. A conversa foi encerrando no

que se mostrou ser assunto preferido do nosso mais novo interlocutor: raiva de ladrão.

José interpretou todo o evento como uma interação tensa, acreditando ter conseguido intimidar, performando uma certa autoridade, o que possivelmente levou o desconhecido a pensar que José era policial. Eu e Márcio percebemos a alteração de comportamento de José, de início estranhamos, mas aos poucos nos habituamos à sua encenação, e não questionamos a teatralidade de seus atos. Na ocasião, José construía significados que eu e Márcio Porcão compartilhamos, na forma de olhar, falar, sentar, na palavra e nos gestos. Confundiam-se a disposição para violência, a demonstração de masculinidade e a autoridade. José queria fazer com que o desconhecido pensasse que ele era policial, mas sem ser direto e sem precisar de verbo. Não como quem engana, mas como quem confia. José assumira que tomara essa postura para intimidar o seu interlocutor após ele mostrar a faca. Era uma forma de garantir segurança e de responder a uma ofensa, de acordo com o seu código de honra. A performance de masculinidade e o estado confundem-se. A evocação do Estado garantiu um maior controle da situação por José, pois colocava o interlocutor numa posição imediata de ilegalidade, por estar armado. Algo que os dois foram negociando, no momento em que os dois acordavam que não se importariam com esse fato. Não obstante, José mostrava uma confiança maior na disposição legalizada e institucionalizada para a violência do que para o caráter legislador da autoridade do Estado que seu comportamento construía.

Por outro lado, não se é capaz de afirmar que o desconhecido teria acreditado completamente na encenação de José, encenação que não era muito convincente, apesar de José trabalhar na segurança privada. Mas o efeito dessa encenação é inegável, não pela realidade que ela instaura imediatamente, mas pela desconfiança que ela injeta na mesma, pois José poderia ser ou não um policial, o que se levou

a questionar se o seu interlocutor era ou não um homicida. Assim, ambos os envolvidos, por algum tempo, empenharam-se num duelo em que consistia no desconhecido narrar as brigas e assassinatos que cometera e José encará-los com desconfiança e deboche, questionando ora a veracidade do que era dito ora sua natureza assustadora. No fim, parecia que ambos tentavam alcançar o reconhecimento do outro sobre seu espírito violento. Ao mesmo tempo que a interação desenvolvia-se, a violência generificava-se.

O primeiro fragmento etnográfico foi no começo de 2017, na época ainda não imaginava o quanto a essa imagem recorreria para compreender os rumos que este país escolheria nas suas próximas eleições. O segundo ocorreu em 2018. Doravante, apontam como práticas violentas, eminentemente generificadas, envolve valores, significados e moralidades que absorvem e diluem as fronteiras entre o legal e o ilegal. E como em performances e interações cotidianas, gênero e violência são performatizados, num processo que envolve materializações, rituais, territórios e a produção de diferentes níveis de realidade. (VIANNA, 2018). Para Veenas Das e Deborah Poole (2008), a violência e as funções de ordem do Estado são chaves importantes para se pensar os problemas das margens, e uma antropologia das margens, por sua vez, as situa não como uma oposição a legalidade do Estado, mas como implicações necessárias do mesmo (DAS; POOLE, 2008).

De acordo com a proposta de Goffman (1985) – no que ele elegeu como uma “espécie de manual” que descreve uma perspectiva sociológica a partir da qual se pode estudar a vida social –, esta pode ser pensada em uma concepção teatral a partir de um modelo de análise, compreendendo as interações a partir da correlação entre palco, vida e plateia. Correlação que, no decorrer da discussão do autor, é reduzida à relação entre o papel que um indivíduo desempenha e o que os outros desempenham em interação com ele. Essa perspectiva

oferece um conforto intelectual muito importante para as atividades de campo, ressaltando a importância de se pensar os homens como grandes atuações de si. O que é imprescindível para se compreender o jogo de encenação e a interação entre José e o desconhecido no segundo fragmento. Essa perspectiva teve grande influência sobre a forma como todo esse trabalho foi construído, o que será perceptível ao longo das páginas que se seguem.

A CIDADE E O BAIRRO

A cidade de Santa Rosa⁴ é uma das mais populosas do Maranhão, contando com mais de cem mil habitantes. A cidade apresenta como circuitos turísticos, além de vários balneários e igrejas antigas, alguns monumentos históricos da guerra da Balaiada – guerra que ocorreu na primeira metade do século dezanove, tendo grande apoio de quilombolas, vaqueiros e índios, tendo se alastrado pelo Piauí e Ceará. Como principais nomes da guerra destacam-se: Negro Cosme, que comandava negros ligados a quilombos, Manuel dos Anjos Ferreira, conhecido como Manuel Balaio, e Raimundo, vaqueiro piauiense que foi responsável por atacar a delegacia da Vila da Manga, atual Nina Rodrigues, culminando em um dos focos principais do começo da guerra. Muitos jovens entusiastas deste episódio e muitos moradores antigos contam histórias desses líderes da Guerra da Balaiada.

Uma das histórias mais memoráveis é sobre Negro Cosme, na qual se conta que ele era um “negro ruim”, “malvado”, e que toda vez que chegava a uma cidade procurava rapidamente pelo homem mais valente do lugar para ridicularizá-lo e matá-lo na frente de todos. Contam a partir disso que, ao chegar em uma cidade, Negro Cosme procurou um juiz muito conhecido por sua represália aos

4 Nome fictício, utilizado para proteger os interlocutores e evitar algum reconhecimento.

pobres. Ainda segundo contam, abriu a barriga do magistrado e dentro dela colocou um porco vivo, costurando-a posteriormente com o animal dentro.

O que torna essa narrativa interessante não é somente o elemento violento presente nela, mas também a forma pela qual um homem representando a camada mais baixa de uma sociedade – negro, no período da escravidão, e pobre, em um contexto de recrutamento forçado, de direitos violados por instituições do Estado, acompanhado por demais abusos por parte deste – mata de forma “cômica” um outro homem, de ofício e classe que representavam o Estado opressor. Essa história não é, portanto, um relato de alguém que “subiu na vida”, o que se diz a respeito de alguém que consegue mudar de posição social. O negro não fica rico nem livre após o feito, mas ainda assim vence através do uso da força, provando ser mais “homem no uso da força física e da coragem”. Esses elementos de classe formam um discurso sobre uma certa virilidade de classes mais baixas, ou mesmo da falta de virilidade de homens de classe mais alta e de sua “maldade” e poder expressos por meio das instituições.

As fronteiras entre Negro Cosme e o juiz não refletem somente sobre posições de classes diferentes. O trabalho de Durval Muniz Albuquerque Júnior (2003) leva-me a pensar que não era por ser de classe diferente que o juiz seria mais vulnerável fisicamente, mas sim porque fazia parte de uma classe ligada a um determinado tipo de trabalho que, de certa forma, desmasculinizava o homem. Mas não estou aqui querendo fazer generalizações sobre essas relações, tampouco busco uma ligação fixa e inexorável sobre o tipo de trabalho e o tipo de homem. O que dissertei aqui serve para introduzir alguns elementos muito presentes na cidade de Santa Rosa, e em um de seus bairros específicos: Canhotão⁵.

⁵ Nome fictício.

Este é um dos oito bairros da cidade, destaca-se por comportar times de futebol, agremiações carnavalescas e juninas que envolvem parte de sua população. Encontra-se próximo ao centro da cidade. Percebe-se algumas transformações na sua paisagem urbana, com o surgimento de alguns prédios com apartamentos para alugar. Algumas lojas de peças de moto e material de construção surgiram nos últimos anos, em parte como efeito do crescimento da participação da construção civil no PIB da cidade, empreendimentos de empresários autônomos e, em sua maioria, moradores locais descendentes de agricultores da zona rural santa-rosense. Contrastando com outras grandes lojas da cidade que, de acordo como apontadas pela população, têm no seu crescimento o resultado de acordos políticos ilegais entre seus donos, grandes construtoras e o poder público, no âmbito dos programas empreendidos em parceria com o governo federal. Porém, a principal fonte de emprego dos moradores, e não somente dos moradores do bairro, é a prefeitura municipal.

Essa centralidade da prefeitura apresenta uma ligação íntima com a prática política de barganha de cargos públicos por votos. O que é um processo complexo e envolve uma troca econômica e afetiva em muitos casos. Ela também é evocada para caracterizar essa cidade como uma cidade-pequena. Utilizo esse termo aqui enquanto uma categoria êmica devido aos sentidos, significados e demais interpretações que ele evoca para se compreender a dinâmica das sociabilidades e interações locais, à luz das interpretações de seus moradores. Entrementes, duas outras noções são também imprescindíveis para se compreender outros aspectos dessa categoria, um é a noção de interior e outra a noção de capital. A primeira refere-se tanto à zona rural como também à própria cidade de Santa Rosa, se pensada em relação à capital do seu Estado.

Alguns conflitos, tensões e também deslocamentos emergem dessas noções e da relação conflituosa entre interior e capital. O perigo

que certos deslocamentos oferecem aos moradores dos interiores são bastante pronunciados, como também ouvi constantemente de homens que estiveram presos em cadeias do interior do Estado sobre o medo que sentiam de ser transferidos para a “capital” ou, mais especificamente, Pedrinhas. Assim, os presos diziam que os presos da capital não gostavam dos presos do interior, os motivos não sabiam direito me explicar. Mas durante a rebelião de Pinheiros, em 2011, contra a transferência dos presos para Pedrinhas, um dos líderes sustentou a tese de que “Vocês transferem os caras lá pra São Luís, pra morrer na mão dos caras lá rapaz, pra morrer na mão dos cara da capital, pra morrer rapaz, mas nós não morre não por que nós somos é guerreiro porra.” Homens que cumpriram pena em outra cidade do interior do Maranhão também mencionavam certo temor a respeito desse complexo penitenciário. Principalmente devido à guerra entre facções existentes e à obrigação de tomar partido de um dos lados para poder ter alguma proteção. Alguns narram que antigamente um criminoso bastante conhecido na cidade ao chegar lá conseguiu impor respeito, matando com chutes um homem de sua cela na sua primeira noite e posteriormente conseguindo ter uma facção.

O BAR

Seu Tonico é um homem de mais de setenta anos de idade que usa uma bengala para caminhar devido a um problema na perna. Sua mobilidade reduzida leva muitos dos frequentadores do seu bar a brincarem com a sua situação, inclusive colocando-lhe apelidos, sendo um dos mais constantes o de “senhor Miyagi”, referência a um personagem de um filme antigo (Karatê Kid). Na história, senhor Miyagi é um velho mestre de Karatê. A razão do apelido, os frequentadores alegam, é devido às semelhanças físicas, como o caminhar desajeitado, um bigode que conserva de longa data, os cabelos brancos e a baixa estatura.

O bar foi fundado em meados de 2009. O dono alega que o motivo que o levou a procurar esse tipo de negócio foi entretenimento, pois morava sozinho, não tinha família, e, nessas circunstâncias, para ele, ser dono de um bar o permitia um pouco de distração, que o servia também como uma espécie de aposentadoria. Sobre o fato de ser sozinho, não ter esposa nem ter tido filhos durante a vida, quando questionado, seu Tônico diz que “Família só serve pra se intrometer na vida dos outros, é só pra dar trabalho”.

Ele foi dono de uma churrascaria em uma cidade vizinha, e trabalhou muito tempo como contador para uma grande empresa local mesmo não sendo formado na área, possuindo apenas um curso técnico profissionalizante, algo comum na época. Afirma também ter andado por muitos lugares, conhecido muita gente e ter ganhado muito dinheiro na vida (ao falar do dinheiro que ganhava, ele diz valores entre dez e quinze mil reais por mês). Seu Tônico costuma falar bastante a respeito de um lugar chamado “Casa dos Prazeres”, um bordel que fica na cidade de Teresina-PI. Esse bordel é bastante conhecido devido às mulheres que o frequentam, consideradas as mais bonitas dos bordéis da região. Não só as mulheres, porém, tornam o lugar conhecido; como também os preços altos garantem ao lugar um caráter bem eliminatório, pois orbitam como um estorvo para que homens de pouco poder aquisitivo consigam frequentá-lo. O programa fica entre trezentos e mil reais. As que são novas no lugar, que chegaram há pouco tempo, sempre cobram mais. E seu Tônico sempre se diz um freguês constante dessa casa. Segundo ele, é rotina chamar duas garotas, ou como ele diz “mandar pegar” uma, duas ou três garotas para passarem o final de semana com ele em Caxias ou em algum litoral.

Essas histórias seu Tônico sempre conta quando tem gente no seu bar; alguns interlocutores dizem se tratar de mentiras, pois, para eles, o dono do bar já não tem idade e saúde suficientes para relações se-

xuais, o que é motivo de muitos risos e de respostas inusitadas por parte de seu Tônico, como pedir para quem esteja duvidando de sua capacidade sexual ofereça-lhe a mãe ou a irmã para que elas comprovem, ou mesmo pede para que se “pergunte a elas”, pois elas já haviam comprovado, ou, em tom cômico, dirigia-se ao interlocutor “vira a bunda pra tu ver”.

O Bar tem três mesas de sinuca e algumas máquinas caça-níqueis. Em algumas épocas do ano, como no Dia dos Pais ou na Semana Santa, os moradores organizam alguns torneios de sinuca que mobilizam muita gente para o local. As sinucas sempre se encontram em bares. Ainda não identifiquei um lugar em Santa Rosa que ofereça a sinuca sem nenhuma bebida para acompanhar. As sinucas geralmente são abertas por fichas, as fichas são moedas de metal que se colocam para que liberem as bolas do jogo. E com as bolas sobre a mesa, decide-se sobre o que vai jogar.

Sobre os jogos de aposta, aqui apontarei dois: o primeiro jogo é o “normal”, onde se joga com todas as bolas, menos a de número um. As bolas têm cores e números, com exceção da branca, que é usada para derrubar as demais em alguns buracos espalhados pela mesa chamados de caçapas. O jogo condiz em um jogador tentando derrubar as bolas de número par e outro jogador tentando derrubar as de número ímpar. Vence quem conseguir colocar todas as suas bolas primeiro nas caçapas. Quem derrubar a bola branca na caçapa durante o jogo perde uma bola. O tempo das apostas dá a velocidade do jogo. Em uma partida dessas, como foi dito, de quatorze bolas, demora-se mais tempo do que o próximo jogo que será tratado...

O outro jogo registrado chama-se “nêga”: joga-se somente com três bolas, onde a numeração par ou ímpar é discriminada, e vence quem conseguir colocar a última bola na caçapa. Nele, a bola branca é usada com a mesma finalidade, de encaçapar as outras, com a diferença de que nesse jogo, quem derrubar a bola branca na caçapa

perde. No tipo “nêga”, as tacadas são mais fortes, e tem de ser necessariamente mais precisas, e as apostas são menores. Enquanto um jogador iniciante aposta dez ou vinte reais, por exemplo, em um jogo “normal”, aposta-se dois reais em um jogo de “nêga”. O primeiro chega a demorar cerca de dez minutos, enquanto o segundo não chega a dois ou três.

Esses valores que exemplifiquei são mínimos. Quando algum jogador experiente está jogando a “nêga” no valor de dois reais costuma falar para quem estiver ouvindo que está “somente brincando”. Um jogo de “verdade” chega a valores indiscriminados. Em uma ocasião cheguei a presenciar um jogador perder quatrocentos e oitenta reais em um jogo de “verdade”, onde cada partida com quinze bolas valia cinquenta reais “casados”, além do valor das fichas, pois as fichas da partida ficam por conta do perdedor. Não há um número definido de jogadores, por mais que joguem sempre um contra um, há uma grande rotatividade. Em uma mesa de sinuca, portanto, podem jogar quantos jogadores for possível, podem revezar muitos homens, para cada um que perde um jogo, outro assume no jogo seguinte. Cada um que esteja esperando, costuma-se dizer, que se está esperando uma *barreira*.

Vários motivos podem levar dois homens ou mais a quererem jogar entre si. Podem fazer parte do mesmo grupo de amigos, ou até mesmo nunca terem se visto, mas este meneio não é o mais relevante aqui. Alguns às vezes demonstram alguma relutância quando são convidados para jogar por outro, ou mesmo podem até deixar claro a sua vontade de não participar de nenhuma partida. Ocorre, muito frequentemente, nesse tipo de situação, uma série de insultos proferidos contra o jogador que se mostra indisposto. Os termos bastante usados na provocação são: “frouxo”, “veado”, ou mesmo dizer que ele “não é homem” de forma indagativa, do tipo: “você não é homem, não?”. Alegar que ele, o oponente em potencial, esteja sentindo medo

do outro e, por isso, não é homem, não toca somente à relação homem-homem, mas sim homem e jogo também.

Existem vários meios de se conseguir levar um jogador menos hábil ao jogo e conseguir ganhar dele algum dinheiro. Muitos jogadores, ao perceberem que existe uma grande distância técnica entre ele e o outro jogador com quem pretende empreender uma partida, oferecem-no algumas bolas de vantagem. Assim, em um jogo de quatorze bolas, o jogador mais fraco começaria com duas, três ou quatro bolas a menos. Há também outra vantagem que pode ser oferecida nesse jogo: o jogador, privilegiado pela oferta, pode escolher as bolas que ele irá querer que sejam dispensadas do jogo depois que o jogo começa, o que lhe garante uma vantagem tática sobre o outro; ou então, em uma vantagem menor, as bolas podem ser recolhidas antes do jogo começar. Essas são duas possibilidades que a vantagem cedida pode comportar. Outra estratégia que jogadores se utilizam para conseguir levar jogadores com menos perícia que eles ao jogo é a de jogar a partida só com uma mão, em vez de duas (que é o proceder normal), o que dificulta bastante o jogo de quem se oferece para competir assim. Essas vantagens classifico como duas: vantagem sobre o jogo (bolas a menos) e vantagem sobre o jogador (jogador somente com uma mão).

Contudo, elas podem vir combinadas, e um jogador pode, além de permitir que o concorrente jogue com menos bolas, se oferecer para jogar também só com uma mão, o que facilitaria muito a vitória do outro. Isso é bastante usado para seduzir outros jogadores, contudo, também é uma forma de igualar a competição. Já presenciei alguns jogadores serem condenados por outros por não oferecerem vantagens a jogadores bem piores que ele.

Ocorre também das vantagens oferecidas em um jogo serem usadas como uma ofensa a outro jogador, ou mesmo representarem um desmerecimento à vitória de alguém que ganhe com tantas vantagens oferecidas. Outra peculiaridade do jogo é sobre as apostas e aqui é

possível visibilizar uma proximidade com o que foi observado por Clifford Geertz (1989) nas brigas de galo. Quando jogadores distintos estão apostando entre si, todos os expectadores são livres para apostar no jogo, em quem ganha ou perde, ou em momentos dele, se alguém vai ou não conseguir encaçar uma bola que está em uma posição muito difícil.

O próprio jogador é livre para apostar tanto com quem ele está jogando como com quem está por fora; quanto mais apostas, ou quanto maior for o valor das apostas, maior é o envolvimento do público com o jogo. Elas funcionam também como uma forma de representar um vínculo, pois dificilmente um jogador que seja do bairro onde fica o bar, ou que tenha relações de afeto com outros jogadores que ali estejam, ou com algum que esteja jogando, irá apostar contra este, principalmente quando o outro jogador é “de fora”.

Outro fator que vale a pena ser observado sobre as apostas trata de quando um jogador está em uma partida de sinuca e, já tendo acumulado muitas vitórias sobre o outro jogador oponente, ou um grupo de jogadores, deseja abandonar o jogo após poucas derrotas contra a vontade dos demais competidores. Acaba, então, destacado como alguém que está com medo, ou, como se diz, “correndo”, e é censurado, pois quem estava perdendo “soube perder” e continuou no jogo. Quem esteve ganhando e após algumas derrotas demonstrou vontade de abandonar o jogo não está respondendo moralmente às expectativas do desafio do jogo, pois jogar envolve ganhar e perder, e para os dois o bom jogador deve estar disposto às duas possibilidades. Assim, o jogador fica marcado por violar o caráter moral do jogo, por mostrar um receio de correr riscos, que envolve perder dinheiro, e fazer do interesse no jogo na competição um interesse algo puramente econômico.

Nota-se, pois, que o jogo de sinuca possui um caráter moral muito forte, desde a equiparação dos jogadores pelas vantagens, até às pre-

ferências de aposta a partir dos laços construídos no contexto do bar, do bairro ou da cidade. Também pela conduta de quem está ganhando e começa a perder, mostrando que o competidor não deve frustrar a possível reviravolta do outro; o que me leva a inferir que, apesar do movimento de valores em dinheiro no jogo, o status que se constrói e a conduta dentro do jogo explicitam a aposta moral a qual esses homens estão dispostos.

José Jorge de Carvalho (1990), ao analisar jogos entre garotos, escreveu algo muito próximo do que exponho aqui. Os meninos estão a toda hora provando e comprovando a sua masculinidade. Ser homem, para o autor, é uma comprovação, tem-se que provar ser, conquistando assim sua identidade de gênero, pois não se é homem por ser, é preciso que outros comprovem. Nos jogos estudados por Carvalho, os meninos mais fracos ou não tidos como pareáveis pelos outros – o que implica não carregar atributos do masculino – corriam o risco de ser subjugados, expulsos da brincadeira e até mesmo tomados sexualmente. Embora não haja nenhum indício de tal tendência no jogo de sinuca que envolva a vulnerabilidade sexual de algum jogador, o teor sexual nas brincadeiras é muito recorrente.

O que está em questão não é simplesmente o dinheiro ou a bebida, mas sim que cada sujeito, envolvido nessas atividades, consiga se representar a partir do que é eleito como atributo de um homem, ou seja, a capacidade que cada homem tem de ser autor de si mesmo. As rodas de bebida e os jogos de sinuca são eventos que permitem e que, de certa forma, exigem que o homem exercite essa capacidade, indo além do jogo com as bolas de sinuca ou com o copo de cerveja. Neles, um jogo verbal aproxima-se, e o jogo de sinuca, por exemplo, não envolve só quem está jogando, como também todos os expectadores compõem esse campo moral sobre ser homem. A sinuca ocorre, portanto, circunscrita em amplos contextos simbólicos de um universo considerado “de homem”. Não se trata de quem ganha ou quem ven-

ce, mas de como se questiona os vencedores, os perdedores e os que fogem da disputa: “Você não é homem, não?”.

O fato de ser homem e ser desafiado envolvem um reconhecimento de igualdade, ao mesmo tempo que as consequências do desafio o possam desonrar, uma vez que o desafiado pode sair derrotado, ou, quando não, pode fugir do desafio, possibilitando a alegação de que ele tenha medo, o que é um atributo depreciativo. As lógicas das brincadeiras de “virar copo”, do time de futebol, das agressões a partir das considerações e da sinuca, assemelham-se e tocam-se constantemente, pois, nelas, compreende-se em todas as partes um princípio de inclusão e exclusão no que diz respeito a ser homem. Bourdieu (2002:) diz que:

A qualidade de homem, reconhecimento que é a condição de toda troca e do desafio de honra como primeiro momento de uma troca; é reconhecer também a dignidade de homem de honra, já que o desafio, como tal, requer resposta e, em consequência, se dirige a um homem julgado capaz de jogar o jogo da honra, e de jogá-lo bem, o que supõe, em primeiro lugar, que ele conheça suas regras e, em seguida, que tenha as virtudes indispensáveis para respeitá-las. (BOURDIEU, p. 56, 2002).

Nesse bar conheci Moisés, um importante interlocutor. Eu havia ido sozinho ao bar e preparava-me para jogar uma partida de sinuca, enquanto tomava uma cerveja, entre oito e dez horas da noite, quando ele interrompeu a minha concentração no aumento brusco de uma aposta em uma mesa próxima, dizendo: – eu matei um vagabundo. Ele estava do meu lado, conversamos poucas vezes nesse dia, era um cliente conhecido do bar do seu Tônico, e uma figura conhecida no bairro, eu demorei um certo tempo até começar a dar atenção suficiente para a história que ele começava a me narrar, encontrava-me inclusive não muito disposto a ter uma conversa.

Moisés me contou que estava em um posto de gasolina em São Luís a trabalho, quando foi ferido em uma tentativa de assalto. Após a recuperação, ele retornou para se vingar, segundo ele, o homem que o feriu já o estava observando antes de abordá-lo, e esperou o momento certo para isso. Isso ele me contou com muita riqueza de detalhes, demonstrando minuciosamente por que razão o seu vitimador agira com inteligência: horário, lugar etc. Após esperar um determinado tempo, para recuperar-se das feridas e também para fazer com que seu agressor tivesse a sensação de que ele havia desistido de qualquer vingança, Moisés, contrariando as expectativas da vítima, vingou-se matando-o. Apesar de toda a sua prudência, ele foi a julgamento, sendo absorvido por ser trabalhador e ter residência fixa.

Nunca me esqueci que nesta justificativa ele colocou bastante entusiasmo, ser trabalhador...

Os homens, no geral, matam mais e morrem mais que as mulheres, principalmente por arma de fogo. Machado (1998) e Nóbrega Júnior (2010) discutem esses dados em contextos e perspectivas distintos; para Machado, a construção simbólica masculina em torno do desafio da honra norteadada pela rivalidade e pela busca do controle das mulheres é o que dá forma à grande maioria das práticas de violência masculinas. Assim, o fato de os homens aparecerem como lideranças nas estatísticas sobre quem mata e quem morre é reflexo da forma com a qual se constrói significados acerca do masculino atualmente.

A honra, para Fonseca (1989), pode ser entendida como a vingança de ofensas que visem atacar às mulheres da família de um homem ou mesmo a ele. Pois as mulheres são concebidas, em algumas realidades, como seres depositários da honra de um homem ou de uma família, o que assinala a vigilância nesses contextos acerca dessas mulheres, e a vingança sobre quem as ofende. O que justifica a assertiva de que os crimes contra mulher são considerados como práticas de “não-homens”.

No contexto dessa pesquisa, a briga, com frequência, é colocada em alguma situação como um afirmador social no que diz respeito a ser homem, o que se pode perceber na interação entre José e o desconhecido no posto, num dos fragmentos que inaugura esse trabalho. Contudo, há uma série de relações muito complexas entre a agressão e suas consequências, o que eu considerarei aqui como lógica da honra, pois, ao se considerar a briga como um afirmador, perder na briga é tido como uma injúria que tende a só ser rompida com a morte de quem a promoveu. Ao mesmo tempo que se tem que brigar, também se tem que ganhar, criando assim uma cobrança e uma tensão muito grandes, já que ganhar uma briga, no caso, bater, implica se permitir à vingança do outro. E a morte surge como uma cobrança moral à qual todo homem pode estar sujeito em determinado momento de sua vida, apesar de ser considerado, nessa circunstância, uma prática ilegal. Ao contrário de outras práticas que também compartilham da mesma condição de ilegalidade, como o roubo, o assassinato recebe uma leitura social diferente e mais complexa do que este. Por vezes, o assassinio não constrói um sujeito em seu ato, em contrapartida o roubo sim, o que explica como os homens do bairro envolvidos com essa prática sofrem taxações e até mesmo agressões sempre justificáveis pelo fato de serem ladrões, chamados também de vagabundos por aqueles que se denominam trabalhadores.

Moisés, ao narrar sua história, relacionava a sua vítima com outros homens do bairro, como João Tatu. Era muito comum as pessoas do bairro informarem para se tomar cuidado com ele, pois era ladrão, apesar de ele sempre se mostrar a todos com muita gentileza. Por ser bastante conhecido no bairro, todos os roubos que ocorriam nas casas os moradores ligavam a ele. Certa vez, um vizinho, ao chegar embriagado em casa, encontrou-o sentado em uma praça muito frequentada na madrugada por consumidores de drogas. A cena seguinte acordou boa parte da vizinhança: o homem embriagado começou a espancá-lo

enquanto Moisés não fazia nada, só perguntava o porquê daquilo está acontecendo. Outros homens que acompanhavam o vizinho bêbado tentavam tirá-lo de cima de Moisés e, quando Moisés se levantava do chão, eles o ameaçavam, chamando-o de vagabundo e era para ele ficar longe ou o matariam, e diziam que, se o pegassem de novo na praça usando alguma coisa, também o matariam. Essas agressões revelavam o Estado de exceção em que ele era colocado no bairro.

Moisés narrou o assassinato que cometera e que era de conhecimento de muitos moradores e moradoras da região e ele não demonstrou problema nenhum em assumir o fato, justamente por não ser algo considerado vergonhoso, já que matar, em si, não exerce nenhum efeito sobre os processos de identificação como já foi colocado. O ladrão de classe baixa ocupa uma posição peculiar, pois o roubo é uma das práticas criminosas mais facilmente estabilizadas em termos de status pessoal. O uso do termo status aqui é problematizado, pois pode variar de acordo com o contexto das interações. Contudo, o roubo atribui ao sujeito um tratamento particular dentro do bairro, como o que ocorreu muitas vezes a João.

Zaluar (1985) coloca que a relação entre trabalhadores e bandidos em uma favela do Rio de Janeiro é mediada pelo conflito existente entre a ética do trabalho e de um ethos masculino envolvido com o mundo da rua e do trabalho e responsável por prover o lar que dá ao trabalhador satisfação moral e material. O bandido foge dessa regra, não a aceita, ligando-a também à escravidão e à falência do trabalhador que se permite ser mandado. Porém, eu destaco que o ladrão, além de violar e vencer o trabalho e a relação trabalho-recompensa que é promovida no campo do Estado, ele viola uma regra moral e econômica consagrada pelo trabalho de Mauss (1974), a gramática da troca. O ladrão, ou melhor o ser ladrão, tem consciência de o ser, assim como os outros tomam consciência dele enquanto “vagabundo”, ao contrário do “trabalhador”, que não poderia considerar afrontas

do tipo de ser tido como assassino, ou mesmo pior, ser chamado de “vagabundo”. Em suma, o roubo constrói um sujeito; em contrapartida, um assassinato justificável dentro da lógica da honra masculina não constrói um sujeito, mas o afirma. Uma vez que o assassinato, principalmente por honra, envolve uma troca, enquanto o roubo não, pois, supostamente, a viola.

João não somente era apontado como ser matável, como estava excluído de importantes locais de sociabilidade do bairro, era um homem de pouca condição financeira e o preconceito dificultava muito conseguir trabalho. Negro, baixo, magro, não era uma pessoa que causava medo. Devido à sua baixa estatura alguns o chamavam de Joãozinho. Mas por vezes chegou a morar na rua por não ter onde dormir. Mesmo não demonstrando qualquer disposição para violência, ou mesmo não praticando crimes violentos, ou letais, ele atraía muitas intenções desse tipo.

Por algum tempo acompanhei João e seus amigos em bocas de fumo, esquina e demais lugares utilizados por eles, durante o desenvolvimento de minha dissertação. Um aspecto muito importante e revelador dos processos de generificação da violência aqui discutido acaba por diluir as diferenças existentes entre Moisés e João.

A MORTE DO ESTUPRADOR

A cadeia é frequentemente assunto entre os homens, tanto entre os que sejam do mundo do crime quanto os que apresentam completa ojeriza a ele. Os assuntos a seu respeito são variados, desde as dificuldades em sobreviver dentro dela, devido ao preço inflacionado das mercadorias no contexto do cárcere, quanto ao modo de vida construído entre os presos. Contudo, uma narrativa é muito forte principalmente entre homens que nunca foram presos e não pertençam ao universo da malandragem, a que narra a punição dos estupradores na cadeia.

São muito recorrentes as histórias sobre a forma como eles são punidos, muito embora nunca tenha sido informado sobre nenhum episódio dessa natureza junto a meus destacados interlocutores, não se pode negar a forma e a frequência com que se é narrada e propagada a prática desse tipo tortura. Uma descrição desse ritual bem recorrente em campo afirma que é habitual vestir-se o estuprador de saia, colocar peruca, passar maquiagem e, após isso, obrigá-lo a dançar no meio da cela para todos os outros. Em seguida, é estuprado consecutivamente por todos os presos e/ou com objetos diversos. Os mais citados são vassouras e garrafas de vidro.

Chamo a todo esse processo descrito na narrativa de emasculação simbólica, por ser uma prática violenta que delinea o lugar dos homens aceitos e o dos não-aceitos. Um momento ritual em que a dor e a humilhação são acessadas a partir do feminino: o vestido, a maquiagem e a peruca são utilizados como atributos femininos e marcam um momento ritual do discurso, como sugerido por McClintock (2010) acerca da feminilização da terra e sua erótica da subjugação. O feminino, nesse contexto, marca a entrada do sujeito num estado de despoder, subjugação, humilhação e morte. E isso é presente em toda a vida carcerária; tanto a feminilização da subjugação, ao se atribuir categorias como empregada a presos que são obrigados a trabalhar para os demais, quanto sexualização da violência, como no caso da tortura de estupradores. Mais do que um discurso normatizador de certas violências nas prisões, é um discurso que produz efeitos entre os homens livres.

A sexualização dessa violência específica pode ser compreendida a partir do que Judith Butler (2007:127) trata por citacionalidade, ou seja, a aquisição do ser através da citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do eu. Uma violência que evoca e reproduz uma generificação de atores justapostos e de seus corpos nesse contexto, um ritual de produção

de sujeitos, no qual masculino e feminino são colocados em posições específicas e têm acessos a diferentes possibilidades de sofrimento.

O estupro, portanto, requer, discursivamente a feminilização da vítima; não pode ser uma prática de violência espontânea ou ensimesmada, revelando-se como imprescindível a todo o resto por ser um ritual originador dos que se sucedem. Destaco-o do estupro por uma precaução metodológica, pois no próprio discurso toda a violência é possível em dois momentos claros: um que se impõe através da performance e outro que visa a destruição deste corpo abjeto. Um ritual que, em seu conjunto, revela uma relação íntima entre gênero e violência.

Outra nuance dessa narrativa é que ela é descrita e apresentada geralmente por pessoas que não tenham nenhuma ligação com o mundo do crime. Muito frequentemente, os moradores a utilizam quando comentam algum estupro que tenha ocorrido no bairro, na cidade, ou em algum lugar do país ao qual tenham informação, tanto por televisão quanto por suas redes sociais. Essa narrativa é uma vingança simbólica para o estupro. O que importa não é o que será feito, mas acreditar que será feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se no decorrer dessas páginas a ocorrência quase concomitante do gênero e da violência nas práticas discutidas aqui. E, por outro lado, de uma relação estreita entre o trabalho, o gênero e a violência. Esse estreitamento é materializado na relação entre as primeiras categorias apresentadas nesse texto: trabalhador e vagabundo. As possibilidades de dor e sofrimento que elas envolvem e toda sua poética de humilhação: os trabalhadores que se sentem humilhados frente aos vagabundos que os roubam, e o sofrimento resignado que o trabalho traz em si, alimentam as repressões violentas aos vagabundos. Ao mesmo tempo em que essas categorias são produzidas,

a violência também o é. Os sujeitos aqui são construídos, afirmados e significados violentamente. A morte, que persegue fugazmente a parte excluída, trata-se aqui de uma zona de produção e reprodução de significados, uma forma de se delinear comunidades morais que se encontram suspensas no tempo e no espaço (trabalhadores). Portanto, o assassinato e o roubo, enquanto práticas incrimináveis e de forte simbolismo, refletem as possibilidades que os seus respectivos objetos possuem.

O que pode tornar o assassinato um grande discurso sobre algo é tanto o poder que a morte tem em comunicar quanto a urgência com que certas relações se esforçam em criar signos. Embora a relação entre assassinato e roubo ainda não esteja tão clara e muito ainda se possa discutir a respeito, a sexualização da violência, e, quando falo de violência aqui refiro-me ao assassinato especificamente, é um fenômeno de grande ocorrência em campo. Expressões como “comer” “lamber” são utilizadas para se referir a algum ato que vise a dor ou a morte de outrem, traduzem um pouco desse fenômeno. É na relação entre o estupro, a cadeia e a vida quotidiana que as relações de gênero e todo o ritual descrito como emasculação simbólica são compreendidos, dois momentos que são separados por questões metodológicas mas não são independentes. Esses rituais ocupam uma posição estratégica por reproduzirem as mesmas estruturas envolvidas no crime da vítima e articula, em sua concepção, a existência de uma comunidade moral de homens, na qual se dilui as diferenças antes intransponíveis entre trabalhadores e vagabundos. O que reitera a importância de se considerar a violência como um local de construção e atualização de significados, um local de construção e de reprodução de formas de vida e de morte específicas (DAS, 2007). No qual, como é revelado nos efeitos e na produção da narrativa de morte dos estupradores na cadeia, o gênero é materializado nas relações de dor e sofrimento.

Concluo que esse trabalho com um acontecimento que evoca um grande impacto sobre algumas posições metodológicas escolhidas durante o campo. Inspirado na perspectiva de Magnani (2012), considerando a etnografia como o método de trabalho da antropologia em sentido amplo e envolvendo estratégias de contato e inserção no campo imprescindíveis para a escrita final.

Dias após uma grande comemoração que envolveu vários moradores do bairro, um anfitrião que dividiu sua casa comigo durante a pesquisa, providenciando minha estadia, importunou-me com várias indagações que me revelaram um interlocutor bastante incomodado por eu ter passado muito tempo durante a festa com um grupo de rapazes composto tanto por usuários de maconha quanto por homens envolvidos em atividades criminosas- ressaltando que as práticas destes últimos acabavam por definir todo o grupo e justificar a ira do meu anfitrião.

Para meu interlocutor aborrecido e curioso, no seu juízo e em seu conhecimento sobre o que eu estava ou não por fazer, ele evocava uma autoridade externa a nós dois- o “bairro”- repetindo amiudadamente como agravante de tudo, o fato de “todo o bairro ter visto”. Algo que já não poderia ser desfeito. Percebia o “bairro” tornar-se uma entidade moral aos poucos na sua narrativa. O que no decorrer de nossa discussão, enquanto eu tentava justificar e explicar para ele que não havia feito nada de ilícito e também situá-lo melhor sobre a natureza e idiossincrasias da pesquisa que estava desenvolvendo ali, ele respondia-me de imediato a falar que “os meninos estavam todos falando de ti” e outras coisas do tipo. Uma forma de me chamar a atenção para alguns aspectos dessa pesquisa que até então negligenciara e para o fato de que, o que o motivava a me repreender, não era mais necessariamente algo que eu poderia ter feito, mas as pessoas com as quais congratulava naquele dia.

Nesse momento senti o que vários moradores de Santa Rosa já

havam dito sobre a vida moral de uma cidade pequena e um certo constante estado de controle sobre a conduta pública. O que comicamente alguns moradores da cidade comentavam: “em Santa Rosa o povo sabe das coisas antes de acontecer”, “Santa Rosa é terra de muro baixo”, “ Aqui ninguém faz nada escondido”.

Portanto, descobri que o sujeito-etnógrafo malinowskiano, como coloca Wright (2005) em uma perspectiva dual, histórico e físico, de acordo com o contexto da pesquisa, oferece determinadas invasões por parte do campo, como o autor coloca com relação ao desenvolvimento da antropologia na América Latina. Ao mesmo tempo que esse sujeito oferece o corpo como recurso para experimentação, ele também não controla as relações que se desenvolvem em campo.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. 2003. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940)*. Maceió: Editora Catavento. 2003.
- BIONDI, K. *Junto e Misturado: Imanência e transcendência no PCC*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Carlos, São Carlos.2009. (Dissertação de Mestrado).
- BOURDIEU, P. Senso de Honra, in *Ensaio sobre a África do Norte*. Organizado e Traduzido por Mariza Correia. Campinas IFCH/UNICAMP.2002.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade / Guacira Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000.* CARVALHO, J. J. 1990. O Jogo das Bolinhas: uma simbólica da masculinidade, in *Anuário antropológico* 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 191-222.

- CRUZ, C.C.F. *Bares, Ruas e Cadeias: uma etnografia da violência em uma cidade do Maranhão*. Programa de Pós- Graduação em Antropologia e Arqueologia, UFPA 2017. (Dissertação de Mestrado).
- DAS, Veenas, POOLE, Deborah. Introducción. In: *El Estado y sus Márgenes: Etnografías comparadas*, Cuadernos de Antropología Social, Buenos Aires, núm. 27, 2008, pp. 19-52.
- DAS, Veenas. Violência e Tradução. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Publicado originalmente na revista *Anthropological Quarterly*, 75 (1): 105-112, 2002. 2007.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.2004.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MACCLINTOCK, A. *Couro imperial: Raça, travestismo e o embate colonial*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.
- MACHADO, L. Z. Matar e morrer no feminino e no masculino. *Série Antropologia* (239). 1998.
- MACHADO, L.Z. Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *Série Antropologia* (290).2001.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro*. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU.1974.

NÓBREGA JUNIOR, J. M; ZAVERUCHA, J. Violência homicida no Nordeste brasileiro: uma refutação às explicações baseadas na desigualdade e na pobreza. In: *Anuário Antropológico*. Dossiê Segurança Pública. Brasília, 2010.

RAMALHO, J. R. *Mundo do Crime - a ordem pelo avesso*. 3. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, v.1, 2002.

VIANNA, Adrianna; LOWENKRON, Laura. Apresentação: *O Duplo Fazer do Gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagem*. In: Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações: Adriana Vianna, Laura Lowenkron. (orgs) Campinas-SP. Cadernos Pagu (51) 2018.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

CIDADE REPUBLICANA: rituais cívicos, concepções de República e políticas de memória nas comemorações do tricentenário de São Luís (1912)

Wendell Emmanuel Brito de Sousa¹

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por um intenso processo de *invenção das tradições* no Maranhão, especialmente em sua capital São Luís. Compreendo como tradições inventadas um conjunto de práticas, reguladas por regras ou aceitas de forma aberta, direcionadas e orientadas para a construção de normas e valores comportamentais através da repetição. Com isso, as práticas inventadas têm como objetivo criar uma certa continuidade com o passado através de ações no campo do ritualístico e simbólico (HOBSBAWM, 2015).

¹ Professor substituto da Universidade Federal do Maranhão, Mestre em História Social pela mesma universidade e Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão.

Com o advento da Primeira República, observou-se um intenso trabalho de reconstrução dos padrões sociais, para os quais as velhas tradições do Império brasileiro configuravam-se incompatíveis. Para tanto, o regime republicano investiu em um arsenal simbólico e ritualístico² com o intuito de conectar o novo cidadão aos novos horizontes instituídos pelo regime. Era de suma importância que o republicanismo vertesse – através dos rituais e símbolos criados – coesão política, social e cultural. A invenção de um Brasil novo requereria, também, que tais dispositivos fossem convertidos em modelos de ordem, para que pudessem justificar subserviência e controle, tendo em vista a ausência de participação popular na implantação do novo regime.

Nesse sentido, a passagem do Império para a República constituiu-se como um momento para o reordenamento social e possibilitou que o civilismo pudesse contribuir para a (re)atualização de sentimentos coletivos. Dentre outras razões, os rituais cívicos desempenharam um importante papel nos processos de construção dos Estado-nação revolucionários (França) e independentes (Estados Unidos)³. Apesar de experiências distintas, os modos operacionais de ambos são atravessados por uma linguagem ritualístico-simbólica, responsável pela criação de mitos de origem ou (re)fundantes.

Dentre as inúmeras ideias-imagens construídas a partir das tradi-

2 A passagem de bastão do Império para República fez com que o novo governo investisse em rituais e símbolos novos. Nesse sentido, a República brasileira organizou um calendário cívico em homenagem a personagens e acontecimentos que pudessem transcender e apresentar ao cidadão os novos valores e posturas impostas pelo regime. Para tanto, ocorreu profundas mudanças no campo do simbólico através a criação de novos símbolos nacionais: bandeira, hino e brasão. Para maiores informações: CARVALHO, José Murilo. *Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

3 Segundo Catroga, a religião civil surge no contexto das Revoluções modernas, tendo como primeiro teorizador Rousseau, cuja função reside na sacralização de uma coletividade. Com objetivo último legitimar a Nação. Ver em CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

ções inventadas no Maranhão nesse período está a *tradição francesa*. Entre os meses de setembro e novembro do ano 1912 realizou-se em São Luís as comemorações do Tricentenário de Fundação da Capital Maranhense pelos franceses. A celebração contou com rituais cívicos e Exposições Estaduais com produtos vindos de diversas regiões do estado. O local escolhido para o certame foi o Palácio do Governo, sede do governo estadual, então sob a administração do governador Luiz Domingues (1910-1914).

As comemorações de fundação de São Luís, em 1912, seria o primeiro gesto público que conferiria aos franceses a paternidade da cidade. Atualmente, a fundação da cidade de São Luís ainda é motivo de um intenso debate que alimenta o imaginário local. O oito de setembro ainda é celebrado pelo município, além disso é parte do calendário festivo de algumas instituições como o Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Academia Maranhense de Letras (AML) que, de forma constante, realizam debates, conferências e mesas redondas sobre o tema. No campo acadêmico, o ensaio publicado pela professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix intitulado *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*⁴, em 2000, tornou-se a obra mais famosa e polêmica sobre o tema.

Ao contrário do que defende a professora Lacroix, minha hipótese é que as comemorações se traduziram em uma tentativa de aproximar o Maranhão dos rumos simbólicos do centro político do país⁵.

4 Lacroix defende que a fundação francesa tem relação com duas questões. A primeira delas seria a forte influência da cultura francesa a partir do século XIX, compreendida através daquilo que denomina como *galicismo*. Por último, a *ideologia da singularidade*, concebida através do contexto de busca de novos elementos identitários que pudessem reforçar as diferenças e as particularidades do Maranhão. Para mais informações: LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Editora UEMA, 2008.

5 A República seria o momento de consolidação do Sudeste como principal eixo econômico da República. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte foram modelo e reflexo da política republicana. As capitais passaram por intervenções urbanas – Belo Horizonte foi projetada para ser a nova capital de Minas Gerais

Essa ideia confronta as interpretações da historiografia local que leu o evento a partir de imagens que se convergiam a concepções de *galicismo* e *singularidade*, ou como uma identidade complementar da *Athenas brasileira*, conferida através da atuação de alguns intelectuais (LACROIX, 2008).

A fundação francesa seria, a meu ver, uma tentativa de construir laços históricos com a tradição republicana, ou seja, uma aproximação com as noções e ideias de nação através do modelo liberal-oligárquico sintetizado no projeto da *Belle Époque*⁶ (HASEN, 2007). O projeto em questão tinha como finalidade “promover a ‘regeneração’ da nação através da criação de um “novo povo”. Tal plano visou abarcar todas as esferas da vida pública no sentido de modificar a estrutura urbana das cidades, a economia e as relações sociais”. (SOUSA, 2016, p.127).

– com objetivo de abarcar essas novas funções administrativas e sociais. A “regeneração” trouxe a percepção de que o Brasil havia conquistado o progresso e a civilização. Para mais informações: SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*, volume 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

6 Segundo Jean-Yves Mérian o termo *Belle époque* não era conhecido ou professado entre os franceses no início do século XX. Ele foi inventado logo após a I Primeira Guerra Mundial para simbolizar um período de paz entre as nações europeias antes da grande guerra. Além disso, traduziu-se em um momento de conquistas sociais para as classes menos favorecidas na França principalmente a partir da terceira República. Contudo, o autor salienta que o inquestionável progresso científico, tecnológico e econômico se limitou a grupos detentores do capital o que rompe com uma ideia mítica de que tais avanços atingiram todas as esferas sociais. No seguir, o autor discorre a respeito do que chama de *Belle époque brasileira*. Para ele este período é marcado pela intensa difusão dos valores franceses através das crônicas publicadas nos jornais que informavam aos leitores as novidades do “velho mundo” tendo como síntese os valores franceses. Conclui que por mais que algumas capitais brasileiras tenham se empenhado no intercâmbio do modelo francês (Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Belém e Manaus) a experiência da *Belle époque* nesses locais foi fracionária e sensorial, sem grandes modificações e conquistas no campo social. In: MÉRIAN, Jean-Yves, *A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil*. In: PINHEIRO, Luís da Cunha e RODRIGUES, Maria Manuel Marques (orgs). *A Belle Époque Brasileira*. CLEPUL, LISBOA, 2012. pp.135-162.

Ocorridas na então capital federal, Rio de Janeiro, as reformas urbanas foram iniciadas nos anos de 1903 sob a tutela do então prefeito Pereira Passos com o objetivo de transformar o aspecto urbano da cidade. Idealizadas a partir das reformas urbanas na cidade de Paris por Hausseman, foram construídas na capital federal as avenidas do Mangue, Rodrigues Alves e Central. A última deveria ser o símbolo dos novos padrões e papéis socioculturais republicanos com seus bulevares, cafés, cinemas e joalherias. Contudo, o remodelamento urbano do Rio de Janeiro atingiu partes frágeis e sensíveis do seu tecido urbano.

As intervenções se dirigiram para os casarões localizados no centro da cidade, espaço este, estigmatizado por imagens que relacionaram o local ao atraso, perigo e doenças. A síntese de tais elaborações partiu de uma leitura racial, ao compreender que as inúmeras famílias, em sua maioria constituída por negros e mestiços, contribuíram para a degeneração da nação. Com isso, a violência de tais ações provocou o deslocamento de inúmeras famílias do centro da cidade para as encostas dos morros mesmo com a resistência de grande parte da população. Segundo Jaccoud (2008), a República seguiu os ideais de *progresso e civilização* negando suas raízes negro-mestiças em detrimento de um projeto de modernidade que privilegiaria também políticas de embranquecimento da população brasileira⁷.

Em São Luís, ao contrário do que ocorria no centro político do país, os tempos republicanos não trouxeram mudanças imediatas no aparelho urbano da cidade. A capital maranhense ainda se ligava ao “acervo arquitetônico – cerca de 3,5 mil construções que ocupam uma área aproximada de 250 hectares – foi tombado pelo Instituto

7 Tais políticas têm franca relação com a chegada de imigrantes europeus. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a mestiçagem era vista como um problema para alguns cientistas, outros a defendiam como possibilidade de embranquecimento da nação através das gerações futuras. JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. IPEA. 2008

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1955.” (SILVA *apud* SELBACH, 2009, p.23). O difícil acesso à cidade, somente pela via fluvial, e a diminuição das conexões atlânticas com o final da escravidão e do embarque de moradores abastados para a Europa produziu uma experiência de isolamento da capital⁸.

A pouca mobilidade urbana, entre os finais do século XIX e início do século XX, fez com que alguns intelectuais – que se autodenominaram de novos atenienses⁹ – investissem em projetos que visavam reconstruir o Maranhão através do exemplo dos tempos áureos. Nesse sentido, ecoa através deles a imagem da *Athenas brasileira*, uma espécie de síntese, uma ideia de retorno ao passado glorioso que projetou o Maranhão e sua capital São Luís em esfera nacional a partir da atuação de figuras ligadas à literatura. A imagem da Athenas irá ecoar através dos rituais cívicos em homenagem a Gonçalves Dias. Defendo que, para além da exaltação do passado glorioso e defesa das posições sociais em disputa que interessavam aos novos, o culto ao poeta do exílio pode-se traduzir em uma expressão ritualístico-simbólica de isolamento.

Apesar do sucesso da investida dos novos no campo dos rituais e comemorações cívicas, observou-se que no Maranhão, especialmente em São Luís, o mosaico das *tradições inventadas* foi desenhado por diversas cores. Diversos grupos (militares, republicanos e trabalhadores), de maneira institucionalizada ou por ações coletivas investi-

8 Em um estudo comparando os mapas da cidade entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, Camêlo conclui que o difícil acesso à capital, possível somente por via fluvial, pouco modificou a dinâmica urbana da cidade. Para maiores informações: CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. *Fachada da Inserção: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2012.

9 São eles: Antônio Baptista Barbosa de Godóis, Antônio Francisco Leal Lobo, Antônio Lopes da Cunha, Aquiles de Faria Lisboa, Domingos de Castro Perdigão, Domingos Quadros Barbosa Álvares, Fran Paxeco, Inácio Xavier de Carvalho, José Maranhão Sobrinho, José do Nascimento Moraes, José Ribeiro do Amaral, Justo Jansen Ferreira, Manuel de Béthencourt, Raimundo Lopes da Cunha e Raul Astolfo Marques. Indico o trabalho do professor Manoel de Jesus Barros Martins: *Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. Edufma: São Luís, 2006.

ram em outras simbologias, com o objetivo, inclusive, de se aproximar das concepções republicanas do centro do país. Nesse contexto de disputa, mas sobretudo de consolidação de rituais e simbologias mais próximas das implementadas no Sudeste do país que se inserem as Comemorações do Tricentenário de Fundação de São Luís.

O artigo tem como objetivo compreender as concepções de cidade através das comemorações do tricentenário de fundação de São Luís, mais especificamente através dos rituais cívicos que externaram e internalizaram novas imagens para o Maranhão em tempos de República. As comemorações, de certa maneira, buscaram enaltecer as riquezas materiais e espirituais do estado, centradas na tricentenária São Luís. Defendo que os organizadores do certame se preocuparam em converter imagens e representações locais em símbolos semelhantes ao da experiência da *Belle Epoque*: civilização, progresso, modernidade. Tais símbolos atestariam o estágio de evolução da cidade e de seus habitantes.

TRADIÇÕES INVENTADAS: RITUAIS CÍVICOS E CONCEPÇÕES DE REPÚBLICA EM SÃO LUÍS

Antes de adentrar na discussão central do tópico, gostaria de deixar claro que no Maranhão as *tradições inventadas* convergiram, na maioria dos casos, em *políticas de memória*. As inúmeras ações e modificações simbólicas na estrutura urbana da capital maranhense: alteração na nomenclatura de ruas e praças, comemorações, monumentos e datas cívicas, partiram de ações socialmente construídas a partir dos usos políticos da memória. O controle da memória tornou-se um importante mecanismo na produção de identidades acerca da capital e do ludovicense, assim como dispositivos promotores de hierarquias sociais.

Nesse sentido, as ações no campo mnemônico não devem ser compreendidas de forma naturalizada. As tradições inventadas e

instituídas através das políticas de memória denotam uma ação, ou como trata Paul Ricoeur (2007) são fruto de um trabalho. O sentido coletivo dessas construções mnemônicas deve ser problematizado. Para Candau (2014, p. 24) a memória coletiva deve ser entendida como uma *metamemória*, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Para além da desconstrução do sentido horizontal da memória coletiva, as considerações feitas pelo antropólogo Joel Candau assumem metodologicamente um caminho possível para a compreensão das variantes e transfigurações ritualístico-simbólicas das *políticas de memória* em São Luís. Trato dessa questão aqui porque considero de suma importância para o debate historiográfico a respeito da Primeira República no Maranhão, tendo em vista que grande parte dos trabalhos locais condicionaram os rumos identitários do estado e de sua capital à atuação dos novos atenienses. Defendo, contudo, que através dos indícios é possível detectar pontos de distinção entre os rituais cívicos ocorridos em São Luís no início do século XX. Tais indícios me permitiram realizar uma interpretação que fugisse de uma leitura cristalizada do tecido urbano da capital como a “Casa de Antônio Lobo” e seus confrades na Primeira República¹⁰.

A partir de uma leitura contextual, assim como dos papéis sociais representados nos rituais cívicos, foi-me possível traçar algumas linhas interpretativas através da lógica de como esses grupos se relacionaram com a memória evocada. Em uma análise macro, através dos repertórios analisados, defini esses enredos em duas visões ou

10 Já existem algumas publicações que confrontam a versão cristalizada de ressurgimento literário promovido por esses intelectuais. Indico este artigo: NASCIMENTO, Dorval do. Antônio Lobo, de Babilônia a Atenas: As estratégias de construção da Nova Atenas em Os Novos Ateniense. BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cherche (orgs). *Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

interpretações para as concepções de República, por intermédio das comemorações cívicas ocorridas na capital.

Como primeira composição, chamo de *tradição ateniense*. Esse repertório esteve ligado, principalmente, às ritualizações em que estiveram envolvidas as agremiações literárias. Tais celebrações contaram com o forte apoio de outros setores sociais cujo eixo centrava-se basicamente na “restauração de tradições” perdidas. A *Athenas brasileira* seria a imagem-síntese, centro das evocações e seleção daquilo que deveria ser lembrado.

Acerca dos papéis sociais, as comemorações garantiram aos letrados o dever de formar os novos cidadãos, além da missão de modificar a realidade local. Seus rituais trataram de elevar ao panteão cívico figuras ligadas à literatura local. O três de novembro, data das comemorações em homenagem a Gonçalves Dias, passa a ser importante no calendário cívico ateniense a ponto do intelectual Alfredo Fernandes afirmar: “O culto cívico é, pois, uma realidade em nossa terra”. (Glorificação a Gonçalves Dias, 1904).

Gonçalves Dias

Ainda hoje é para os maranhenses um dia consagrado a morte. Hontem prestamos a homenagem tradicional e colectiva aos que anos de nós pagaram o tributo á lei do aniquilamento; hoje destacamos um dentre os mortos e à sua memória veneranda entoamos o *Te Deum* da posteridade lhe glorificando o nome. (PACOTILHA, 03 de nov. 1900).

A citação a seguir, retirada da Pacotilha, ilustra o clima das comemorações em homenagem ao poeta da saudade. Assim, os rituais que homenagearam Gonçalves Dias estabeleceram uma noção de tempo regressivo, ou seja, de idealização e retorno ao passado de glórias tragicamente perdidas. Aliás, o sentido regressivo do tempo, provocado pelas imagens ou lembranças evocadas, reforçaram um sentimento

de desilusão em torno do presente. A solução seria seguir o exemplo, através do quadro cívico maranhense, das qualidades fundamentais para pôr fim ao estado de letargia em que vivia a região. A ideia era que no drama cênico das ritualizações, o repertório das comemorações pudesse transformar o passado em futuro possível.

A segunda concepção, chamo de *tradição francesa*¹¹. Esse enredo, muito mais próximo das concepções de República do centro político do país, contrapunha-se ao clima melancólico dos rituais pertencentes à *tradição ateniense*. As celebrações foram, em sua maioria, orquestradas pelo governo do estado que tratou de assegurar um caráter mais oficial as comemorações a partir do investimento em símbolos nacionais e regionais: bandeiras e hinos. Essa perspectiva também apresentou uma ideia de tempo progressivo ao criar um sentido crescente de expectativas em torno de um presente-futuro. Apesar das comemorações do tricentenário de fundação de São Luís, em 1912, ser o ápice dessas concepções de República, a *tradição francesa* já debutava, anos antes, com a inauguração da pirâmide em homenagem ao Bequimão, em 1910.

Se compararmos com as comemorações em homenagem ao poeta da saudade, salvo o teor fúnebre e heróico, as comemorações ao Bequimão parecem trilhar por um caminho distinto. Os ritos cívicos ao herói – considerado um mártir na luta pela independência econômica do Maranhão – constituídos através do esquema, civilização *versus* barbárie, convertiam-se a uma lógica que negava o passado, tido como opressor. A música de Ignacio Billio – composta para a inauguração do monumento – ilustra as considerações aqui apresentadas.

Ao Beckman

Onde as creanças, pálidas, tremiam

11 Apesar de envolver ritualizações distintas em termos temáticos. Utilizo o termo *francesa* por considerar que as comemorações de fundação de cidade em 1912 condensaram elementos antes apresentados separadamente.

ante o supplicio deshumano, atroz
venhão as creanças ledas e sorriam
E' outra a scena ! Em vez de luto há festa !
E' a alegria a nota de semblante!
E em vez da força um monumento atesta
As luzes novas – num porvir distante.
(PACOTILHA, 01 de ago. 1910).

A composição de Bílio enaltece o jogo de oposições: tristeza/felicidade; luto/festa; velho/novo; sofrimento/resistência; esquecimento /lembrança. O poema compara dois momentos: a da execução de Bequimão marcada por tristeza e dor e as comemorações enalticidas pela festa e lembrança no presente. Além disso, havia uma atmosfera de evolução social e cultural nas estrofes de Bílio. O regime republicano trouxe consigo o vislumbre de um futuro melhor através da liberdade conquistada e a assunção da memória do mártir, outrora inacessível.

A memória evocada de Bequimão, em comparação com os rituais cívicos a Gonçalves Dias, projetou o Maranhão às estratégias simbólicas do centro político do país. Ademais, construía uma tradição republicana primitiva ao Maranhão forjada no sacrifício, uma ideia-imagem bem similar à assunção de Tiradentes como herói nacional. A nova ritualística foi responsável por uma ideia de tempo sedimentada no progresso, evolução e civilização através dos novos horizontes republicanos.

Para além de uma ideia de tempo progressivo através de personagens e datas celebradas, a *tradição francesa* possibilitou, em termos espaciais, um descentramento simbólico com a sacralização de outros locais da *urbe* que se converteram na construção de outros papéis sociais, normas e hierarquias. Se a pirâmide de Bequimão, apesar do sentido coletivo do seu ritual, endereçava-se, sobretudo, ao corpo mi-

litar, a inauguração da Praça 1º de Maio no antigo Largo de São Tiago parecia direcionar sua mensagem às camadas mais populares.

A inauguração da praça tem franca relação com as modificações espaciais da cidade nos últimos anos. O Largo de São Tiago se localizava próximo a um dos limites físicos de São Luís, o Rio Bacanga. Além disso, estava circunjacente do Cemitério Municipal, Matadouro Público e Hospital dos Lázaros, foi neste mesmo local que se instalara um modesto parque fabril. Segundo a *planta cartográfica da cidade de São Luís* (1912), trabalho executado pelo geógrafo Justo Janssen, a Praça 1º de maio estaria próxima das fábricas Pilar Arroz, Pilar arroz São José, fábrica Sabão Irmãos Martins, fábrica São Luís, e fábrica do Canhamo.

A região, em conjunto com a do Desterro, era reconhecida por ser uma área onde viveram pessoas de uma classe social inferior: pescadores, operários e lavadeiras. Do ponto de vista espacial, não havia nada de aleatório na localização da praça. Apesar da ausência de uma documentação que trate da distribuição social em São Luís, acredito que tenham vivido muitos operários na região, devido à proximidade das fábricas.

A praça foi inaugurada no dia 1º de maio de 1910. Assim como na inauguração do monumento a Bequimão, o festejo investiu em um forte teor institucional com a participação de membros do governo estadual, municipal, militares, clérigos e civis; dentre eles, até *o mais simples popular* como descreve a nota do diário Pacotilha em dois de maio de 1910. Por seu turno, o investimento em símbolos nacionais (bandeiras e hinos) deram as celebrações um tom oficial, uma marca recorrente desta tradição inventada.

Após o discurso do presidente da comissão Domingos Barbosa, o governador Luiz Domingues retirou a bandeira nacional que cobria a placa de inauguração. Segundo o jornal Pacotilha (02 de mai., 1910): “Vivas prolongados ao governador do Estado e à terra maranhense, ao operariado e à República, reboaram por toda a praça.” As demais autoridades se dirigiram a outras placas localizadas nas extremidades da praça.

O bispo diocesano retirou a bandeira do Maranhão que cobria a placa com a inscrição: *Salve o 1º de maio*. Representando o corpo militar, o capitão Moreira de Almeida retirou a bandeira nacional com as armas do Tiro Maranhense que cobriu a placa com a inscrição: *O trabalho vence tudo*. A última placa foi inaugurada, pelo intendente do município Mariano Lisboa, com a inscrição: *Glória ao trabalho*.

A celebração de inauguração da praça a partir do uso de símbolos nacionais e regionais reforçava o sentido positivo do trabalho. Além disso, alegoricamente, o trabalho seria uma “bandeira” republicana nacional, bem como, regional. As comemorações lembravam também, aos espectadores, as hierarquias sociais, ordem e poder através a participação direta de membros de diversas instituições. Coube, por fim, ao operário Tancredo Cordeiro agradecer em nome da categoria pelas festividades e inauguração da praça.

Observou-se, através de uma leitura mais profunda acerca dos rituais cívicos ocorridos na capital, que ocorreu um descentramento das práticas referidas à *tradição ateniense*. Nesse sentido, o contexto em que se realizaram as comemorações de fundação de São Luís estava muito mais próximo das concepções de República instituídas com a *tradição francesa*. Ademais, acredito que as celebrações ocorridas em 1912 foram, de certa maneira, uma junção de vários elementos ora antes simbolicamente apresentados de forma separada em outras comemorações: trabalho, modernidade, ciência, civilização e progresso.

A possibilidade de realização desses rituais, a memória evocada e os papéis sociais construídos, também tiveram franca relação com as novas experiências e modificações, mesmo que tímidas no tecido urbano da cidade. No início da década de 1910, não somente a montagem do parque fabril, mas a diminuição das epidemias através de algumas políticas sanitárias, a chegada das salas fixas cinematográficas e a melhoria no transporte ferroviário que ligava a ilha ao

continente¹², um símbolo de progresso, parecem ter possibilitado experiências urbanas mais positivas.

Contudo, deixo claro que o descentramento não significou o fim da *tradição ateniense* e do investimento dos “novos” no campo simbólico. Os reflexos de suas *políticas de memória* ainda ecoam na contemporaneidade. Assim como a Academia Maranhense de Letras ainda é um espaço de prestígio e relações de poder.

EVOcando OS FUNDADORES: EM BUSCA DAS RAÍZES REPUBLICANAS DA CIDADE

De maneira geral, as comemorações do III Centenário seguiram os padrões das demais celebrações cívicas nacionais, como sinaliza Lucia Lippi de Oliveira a respeito dos roteiros comemorativos:

As comemorações de datas nacionais seguem, grosso modo, uma mesma trajetória: organização de comissões executivas nacionais, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de eventos cívicos, cortejos fluviais e marítimos, montagem de exposições, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos. (OLIVEIRA, 2000, p.185-186).

Esses roteiros comemorativos funcionam como uma espécie de sumário ou resumo. Têm por função organizar e orientar ações, bem como, informam sobre determinados acontecimentos. O caráter seletivo dos roteiros elimina qualquer possibilidade de questionamento. Assim, a programação busca não abordar determinados assuntos na tentativa de eliminar conflitos (CONNERTON, 1999).

Após algumas incertezas acerca da realização das comemorações de fundação de São Luís, em 1912, a agremiação Festa Popular do

12 Refiro-me à inauguração da via férrea que ligava a capital São Luís ao município de Rosário. Esta seria a primeira etapa da linha que ligaria a capital maranhense ao município de Caxias.

Trabalho anunciou que iria promover Exposições Estaduais como forma de comemorar o tricentenário de fundação dos franceses em 1912. Fundada em 1871, a agremiação tinha como fim, organizar exposições de produtos agrícolas, industriais e artísticos do Maranhão na época sob a presidência de Domingos Perdigão.

As duas primeiras exposições ocorreram consecutivamente em 1871 e 1872. Com o advento do período republicano, a agremiação passou por um processo de adequação à nova realidade política e padrões sociais exigidos pelo regime. Não obstante, os membros sabiamente adaptaram suas atividades ao calendário cívico republicano. A agremiação passou a homenagear o dia do trabalho em suas atividades, sendo assim, organizou em 1906 as Exposições Estaduais entre os dias primeiro de maio (Dia do trabalho) e treze do mesmo mês (Dia da Fraternidade Nacional).

Com o patrocínio do governo do estado, Luiz Domingues, o então governador, tornou-se o presidente honorário da agremiação. Outros dois membros foram escolhidos para compor a comissão, são eles: Justo Jansen, geógrafo e professor da disciplina no Liceu Maranhense e Ribeiro do Amaral, historiador e diretor da Biblioteca Pública.

Esta comissão, que era presidida pelo Dr. Justo Jansen Ferreira, fez sua reunião no Palácio do Governo, ficando resolvido que a comemoração se estendesse do dia 8 de Setembro, data em que foi implantada, em 1612, a primeira cruz, no lugar onde é hoje a Avenida Maranhense, até o dia 1 de Novembro, quando foi celebrada a incorporação dos indígenas da Ilha à civilização do Ocidente pelo compromisso de obediência à França. (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.2).

Os organizadores exerceram funções diferentes na condução dos rumos do certame, contudo, a lógica representativa desses eventos – civilização e progresso – direcionaram os horizontes de atuação.

Como homens da ciência, assumiram múltiplos papéis em campos disciplinares distintos. Escreveram em jornais, publicaram livros e estudos. De maneira geral suas pesquisas gravitavam entre a produção de bens duradouros e “efêmeros” como afirma Ângela de Castro Gomes. Através da legitimidade do trabalho científico, “investiam na construção de um Brasil civilizado”. (GOMES, 2010, p.12).

Especialmente, Ribeiro do Amaral e Justo Jansen publicaram inúmeras obras cuja a temática estava direcionada às questões que envolviam a história e a geografia do estado do Maranhão. Ambos haviam anunciado estudos em homenagem ao tricentenário de fundação de São Luís¹³ antes mesmo de estarem envolvidos na organização das celebrações. Sua atuação nas comemorações ocorreria a partir de duas frentes: a produção de conhecimento e informações com a publicação de trabalhos que se coligavam às comemorações e, no caso específico de Jansen, sua palestra de encerramento lembrou a estrutura dos congressos, reuniões e mesas científicas, os famosos foros presentes nas Exposições Universais.

Ambos os intelectuais, ao assumirem os papéis sociais de cientistas estavam inseridos no contexto de remodelamento das concepções de História e Geografia que envolvia, por conseguinte um debate a respeito do conceito de ciência e cientificidade (GOMES, 2010). Aos “novos” historiadores e geógrafos caberia seguir certos critérios e normas na construção de seus estudos. Tais filtros não estariam endereçados necessariamente ao método das novas pesquisas, mas sobretudo, garantiriam de legitimidade e poder.

Percebe-se que tanto a História como a Geografia eram campos abertos para a possibilidade de revisionismo. Nesse sentido, a Primeira República oportunizou tanto a historiadores, quanto aos geógrafos, uma investida em temas como: identidade nacional, ancestralidade,

13 São elas: *A Fundação do Maranhão* (1912) e *As cartas Geográficas do estado do Maranhão, da Ilha e cidade de São Luís* (1912).

território e riquezas naturais. O continuísmo com o passado e o estabelecimento de uma ideia de região tinham como objetivo promover coesão com o novo regime através da produção de símbolos e ritos. Em específico, os trabalhos de Amaral e Jansen, buscavam estabelecer um continuísmo com o legado fundacional deixados pelos franceses.

Sob a orientação da comissão, a programação do certame investiu em um pequeno ritual cívico. As primeiras horas do oito de setembro foram destinadas a evocar os fundadores. Deixo claro que estas ritualizações não estavam presas ao passado, mas os enunciados instituídos através da *metamemória* se constituíram enquanto “representações de arquétipos ligados ao tempo social em que as ritualizações foram realizadas.” (SOUSA, 2016, p.153). Não se tratou, portanto, de uma encenação fiel aos acontecimentos de 1612, mas que a memória evocada pudesse se articular a um conjunto de posturas e simbologias que pertenciam ao tempo social dos evocadores. Não foi coincidência que o evento tenha sido revestido por um arsenal simbólico muito caro ao regime republicano: hinos, bandeiras, mapas e exposições.

Segundo Anderson (2008), o imaginário é um importante mecanismo na produção de bens simbólicos. O mapa, o hino e a bandeira estariam subordinados à lógica de como certas comunidades se imaginam ou concebem a si mesmas. O autor acredita que tais construções possuem um sentido de finitude. Para compreender tais limites, estilo ou a maneira como são construídas, Benedict Anderson opera com o conceito de *comunidade política imaginada*.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (...). Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenti-

cidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. (ANDERSON, 2008, p.32-33).

Para o historiador inglês, há um limite nessas construções justamente pela forma como elas são imaginadas ou pensadas. Portanto, os símbolos maranhenses são muito bem delimitados por esse sentido de finitude. Por seu turno, esses objetos tinham como fim exteriorizar uma “camaradagem horizontal”, mesmo que no jogo dos sentidos fossem convertidos em símbolos de ordem e hierarquia social. De certo modo, o senso comum sempre interpretou tais simbologias (bandeiras, mapas, hinos) como objetos de coesão e comunhão social, ou seja, de todos aqueles que pertencem à uma determinada região.

Os primeiros passos do ritual ocorreram na Avenida Maranhense, local onde supostamente teriam os franceses fundado a cidade. Como informa Domingos Vieira Filho, em *Breve História das Ruas e Praças de São Luís*: “o velho Largo do Palácio, chão histórico da cidade (...) São Luís, portanto, começa historicamente nessa praça.” (VIEIRA FILHO, 1971, p.151). Segundo o autor maranhense, em 1904 foram realizadas no antigo Largo do Palácio, sob a administração de Afonso Henriques de Pinho, algumas reformas urbanísticas de embelezamento. O local passou a tomar forma de uma avenida, com canteiros, passeios e aleias. Após a conclusão dos reparos, a Câmara Municipal, pela Resolução nº 20, de 27 de dezembro do mesmo ano, renomeou o logradouro com o nome de Avenida Maranhense.

Imagem 1. Avenida Maranhense.



Fonte: Álbum do Tricentenário (1913).

Extraída do Álbum do Tricentenário¹⁴, a fotografia acima é a primeira imagem de São Luís na obra. Por conseguinte, dentre as 59 fotografias do Álbum, é a única referente a uma avenida ou rua. A intenção da fotografia foi sem dúvida conectar a lembrança ao espaço, de forma associativa. Por outro lado, a imagem trata das questões do presente. As reformas urbanas e a reconfiguração do local sob o aspecto de avenida, além do batismo do logradouro, não se traduziriam em uma tentativa, do ponto de vista local, de aproximação do modelo urbano implementado pelo regime republicano, em especial na capital federal? Acredito em uma resposta positiva para a pergunta, creio que a imagem faz uma alusão ao projeto urbanístico-moderno comprometido em posicionar a cidade como expressão do progresso e modernidade.

14 O Álbum do Tricentenário é uma coleção com cinquenta e seis fotografias e um conjunto de textos a respeito do certame de 1912. Além de ser o registro das celebrações, o Álbum também enfoca nas instituições locais, indústrias e registros fotográficos de outros municípios sempre com o objetivo de representar a região como seguidora dos valores republicanos. A obra é acompanhada do relatório feito por Domingos Perdigão onde o mesmo oferece algumas informações específicas sobre os produtos expostos no Palácio. O Álbum ficou pronto em 1913, foram entregues duas cópias à Biblioteca Pública e outras tantas foram distribuídas à instituições e Bibliotecas públicas de outros Estados.

Os escritos de Ribeiro do Amaral retomam a questão sob um prisma mais ilustrativo. Em um pequeno ensaio dedicado a homenagear os trezentos anos de fundação da cidade, o historiador também trata a Avenida Maranhense como um local histórico para o alvorecer da cidade, sob o título de *Uma evocação*¹⁵, o autor não parece estar imerso a uma interpretação decadentista da cidade ao traçar um itinerário de continuísmo, mas ao mesmo tempo, de evolução urbana do local através de acontecimentos, personagens e locais históricos.

– A antiga praça, de que nos fala Cláudio d’Abbeville, primitivo assento da fundação francesa, é, ainda hoje, em si, aparte as transformações nela operadas durante três séculos, a mesma dos dias de Ravardière. As primitivas habitações foram, é certo, sucessivamente, sendo substituídas por outras melhores, de acordo com o engrandecimento e progresso que foi tendo a cidade, mas a praça, essa conservou sempre os seus primeiros lineamentos. (AMARAL, 2012, p.103).

Analisando o trecho acima, a Avenida Maranhense não seria, como tantos outros pontos da cidade, somente um *lugar de memória*. O local seria o centro e gênese da evolução física e histórica da cidade. Local onde ocorreram os mais importantes acontecimentos, por onde também transitaram personagens ilustres. Uma síntese-espacial do passado da cidade.

– Naquela praça, hoje, é tudo uma evocação do passado. Nela desenrolaram-se muitos dos mais memoráveis acontecimentos de nossa vida colonial e de povo livre. Cada casa, ali, do Palácio às mais modestas habitações, é uma história viva. (AMARAL, 2012, p.106).

15 O texto foi acrescido pelo editor Jomar Moraes na última edição da obra em 2012.

É possível, através das citações anteriores, compreender as concepções de história do autor. A arqueologia do local foi realizada a partir de uma ideia progressiva e evolutiva do tempo da cidade, mediada por um jogo de causa e consequência. Cada episódio ocorrido no local contribui para a evolução e o progresso da *urbe*. Não havia, portanto, um sentido nostálgico que subjuga o presente ao passado, pelo contrário, ele seria resultado de um acúmulo de ações pretéritas positivas.

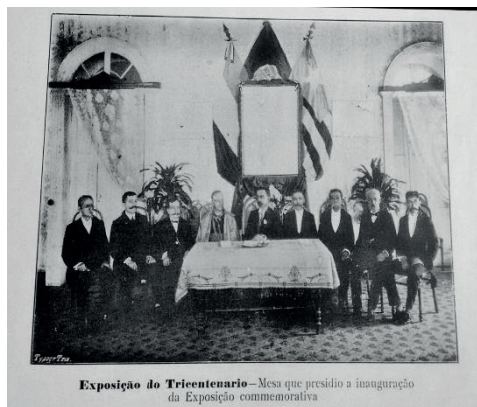
Com o investimento simbólico no local, foi a vez de Luiz Domingues e demais autoridades civis, eclesiásticas e militares “reviverem” o gesto de fundação. O pequeno ritual (re)apresentava o ato fundacional em 1612. Era o encontro dos “heróis” do passado com os “heróis” do presente. O desfraldar dos pavilhões nacional, francês e maranhense ao som dos seus respectivos hinos conferiam, simbolicamente, presença às instituições. Ademais, investiam em unidade e comunhão entre as nações representadas. O pequeno ritual também fornecia outras informações. Os participantes eram em grande maioria homens, brancos, e estavam bem trajados; essa foi, inclusive, uma das exigências para a participação do certame. Para além do sentido coletivo, estiveram eles representando ideias hierárquicas de gênero, raça e classe (re)apresentadas em escalas.

O cerimonial realizado articulou a lembrança da fundação com símbolos contemporâneos de seus evocadores. Na prática, possibilitou que um conjunto de valores pudessem ser espelhados através da invenção de um passado protótipo para a cidade. O objetivo era fazer com que o legado francês se conectasse com a ideologia republicana: patriotismo, fraternidade e civilização.

As autoridades e espectadores voltaram a se encontrar para a abertura das Exposições Estaduais realizadas no Palácio do Governo. Por volta do meio dia, o Palácio começou a receber seus primeiros convidados. Às treze horas, os salões do prédio já se encontravam

cheios, segundo consta em matéria do Diário do Maranhão de nove de setembro de 1912. Tomou o assento da mesa diretora o governador Luiz Domingues, acompanhado dos outros membros: Justo Jansen, José Maria Lima, coronel Vieira Lima, Ricardo Barbosa, Ribeiro do Amaral e Raimundo Campos.

Imagem 2. Mesa que presidiu a inauguração da Exposição comemorativa.



Fonte: Álbum do Tricentenário (1913).

A foto ilustra os membros da comissão dispostos em seus respectivos lugares. Antes da abertura das galerias para o público em geral. Domingos Perdidão e Luiz Domingues proferiram discursos em homenagem à data tão especial. Sigo com um trecho da fala de um dos organizadores das Exposições, Domingos Perdido:

Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos. Eram poucos os que vieram; porém, arrastaram todos os perigos da travessia quase desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, só habitada por selvagens, tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua pátria e da civilização.

Mas era um povo forte, acostumado a andar na vanguarda de

todos os grandes idéias da humanidade, e foi pôr isso que aqui veio, e tudo soube conseguir dos valentes possuidores da terra e, como para dar-lhes um exemplo da civilização européa, fundou a cidade de São Luiz, aqui, justamente no lugar onde existe a gloriosa Athenas Brasileira, formosa Capital do Estado do Maranhão. E isto há trezentos annos, precisamente no dia 8 de Setembro de 1612. Eram poucos, disse eu; poucos também somos nós os membros da Sociedade “Festa Popular do Trabalho”, e temos que lutar contra o indifferentismo, a falta de compreensão do nosso ideal e a despreocupação do povo pelo progresso desta terra. E se elles conseguiram mostrar aos indígenas como se principiava a edificar uma cidade, nós queremos ter a vaidade de continuar a desbravar o caminho do progresso, que foi iniciado pelos fundadores da sociedade promotora da exposição que hoje se inaugura.

O que se tem feito durante trezentos annos na cidade de São Luiz do Maranhão?

Ella própria responderá: -- Eu sou a Capital de um dos Estados da gigantesca Republica Brasileira.

É só esta resposta, synthetisa perfeitamente toda evolução histórica e mostra que longe e separada de seus fundadores, acompanha e aplaude sempre todo o progresso da poderosa e culta Republica Franceza. (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.5-6).

Perdigão estabelece um comparativo entre a missão franceza e as actividades executadas pela agremiação que preside. Nesse sentido, posicionou-se como guardião dos valores dantes defendidos pelos fundadores. A República seria o elo de ligação entre os fundadores e os contemporâneos. Fala de Perdigão posiciona a República no último estágio civilizacional e São Luís é exaltada em um estágio de

evolução satisfatório. Segundo Hansen (2007) era muito comum na literatura cívica republicana associar o regime a melhorias sanitárias das cidades, acúmulo material e meritocracia através do trabalho e esforço intelectual.

Depois das primeiras evocações, de exaltar a memória dos fundadores, os organizadores e o público em geral percorreram as galerias. Nelas, estariam expressas as riquezas materiais do estado.

AS EXPOSIÇÕES: UMA CIDADE PARA O FUTURO

Não foi um caso específico das comemorações de fundação de São Luís a realização de Exposições Estaduais como forma de celebrar o certame. Na verdade, era algo muito comum incluir na programação tais ações com o intuito de associá-las às celebrações que glorificavam o passado. A tônica da relação era estabelecer um continuísmo com o passado através do conteúdo exposto. De maneira geral, as exposições estavam associadas a fatos e datas dignos de serem celebrados como: pontos de ruptura (independências e revoluções) ou marcos definidores (fundações).

A proposta gravitava em torno do *ethos* positivista. Associar as exposições com datas comemorativas tinha como objetivo associar símbolos do progresso, através do conteúdo exposto, com a memória evocada através das celebrações. Como exemplos podemos citar as Exposições da Filadélfia 1876, que comemorou o centenário dos Estados Unidos, Paris que celebrou o centenário da Revolução Francesa em 1889 e a de Chicago 1893, em celebração ao “descobrimento” do Novo Mundo.

(...) no quadro de curto prazo das exposições se inserem três das múltiplas dimensões da cultura histórica: a política, a científica e a estética. Ou seja: o poder, a verdade e a beleza, indispensáveis à qualificação social de histórias que tenham por escopo constituir-se como referência na realidade concreta dos

agentes. Ver a história, exprimiria, assim, a sintonia suposta (e esperada) entre o mostrado (ou escrito) e o observador (ou leitor), na medida em que essas três dimensões encontrariam, na exposição e na compreensão, inteligência comum. (MARTINS, 2011, p. 23).

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil acompanhou de perto a onda das Exposições Universais. Como exibidor o país participou das Exposições de Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1873) e Paris (1889). Vale acrescentar a participação em Exposições de caráter mais restrito como a de Buenos Aires (1882) e de São Petersburgo (1884). Além disso, o país organizou as Exposições Nacionais em 1861, 1866, 1873, 1875 e 1889. Todas como preparação para as Exposições Universais.

No período republicano, as exposições passaram por um processo de reconfiguração simbólica. Não estariam mais diretamente subordinadas às exposições internacionais. Ao estabelecer conexões com momentos históricos, instituíaam definições para as condições atuais em que o país se encontrava. Nesse sentido, eram momentos para a afirmação da soberania nacional.

Como exemplo, podemos citar as Exposições de 1908 e as 1922. A primeira tratou de mobilizar o sentimento nacional das comemorações do centenário de “abertura dos portos”, vista como momento de independência econômica brasileira em relação a Portugal. Já a segunda comemorou o centenário da proclamação da independência brasileira em um momento onde esse tipo de manifestação já se encontrava em desuso.

A esteira das Exposições Nacionais, sem dúvidas, as Exposições Estaduais de 1912 tiveram um papel fundamental na construção da memória “controlada”. Além do fator didático da transmissão das informações através as comemorações, as exposições abraçavam a lógica

do progresso, modernidade e civilidade. Seria uma possibilidade para organizadores e exibidores externar esses símbolos materializados através dos objetos exibidos. Todos esses produtos traduziam a mentalidade do período, simbolizavam o controle humano sobre a produção.

As exposições universais da segunda metade do século XIX e princípios do XX constituem certamente um dos veios mais férteis para o estudo da ideologia articulada à imagem da “riqueza das nações”. Os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma ímpar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação. Encontra-se ali expostos o ideal obsessivo do saber enciclopédico e não menos conhecido europocentrismo, garbosamente fantasiado de cosmopolismo liberal e altruísta. (HARDMAN, 2005, p.63).

Em termos organizacionais, as Exposições Estaduais se inspiraram nas Exposições Nacionais de 1908, ocorridas no Rio de Janeiro, em homenagem ao Centenário de Abertura dos Portos. O evento foi visto como *grand finale* de um primeiro momento de interações culturais e econômicas do país com outras nações. Celebrou-se um país cosmopolita e cada vez mais urbano evidenciando, como uma de suas maiores expressões, as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906.

As exposições foram divididas em cinco seções – Agricultura, Produtos Naturais, Indústria Pastoril, Várias Indústrias e Artes Liberais. As galerias faziam menção às condições de trabalho e habilidades necessárias para a produção e aquisição de determinados bens. De maneira geral, as Exposições Estaduais representariam o grau de desenvolvimento da civilização maranhense.

Além das galerias internas, as celebrações ofereceram ao público um Jardim Zoológico. Apesar da entrada franca, só seria permitida pessoas

que estivessem bem vestidas. A postura, além de uma seleção por critérios sociais, lembrava aos participantes padrões e normas comportamentais. A vestimenta seria um importante código ritualístico. “Ela classifica, separa, hierarquiza, ratifica os contratos secretos do grupo. Mantém as distinções sociais, as condições culturais e as distâncias entre as classes.” (CERTEAU, 2012, p.48). Certamente, os padrões estéticos impostos ao público negligenciaram os trajés sujos e abarrotados dos operários e as simples vestimentas de grande parte da população pobre da cidade.

Sobre a abertura das galerias, Perdígão descreve suas primeiras impressões:

A alegria se estampava em todos os semblantes e eu vos digo com toda sinceridade de minha alma, me sentia feliz, e muito feliz por mais esta victoria alcançada pelo Sociedade Festa Popular do Trabalho, feliz pelo progresso da nossa terra alli demonstrado, feliz pela civilização do povo, que já afflue ás exposições porque lhes conhece o valor moral, e, finalmente, feliz por ver realizado um dos meus ardentes idéaes. (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.16).

Para o líder da agremiação Festa Popular do Trabalho as exposições em homenagem aos trezentos anos da cidade seriam a prova do progresso material de São Luís. A celebração seria uma ode ao acúmulo material e a transformação de recursos em riquezas. O apreço do público para com os objetos expostos seria o atestado civilizacional, pois estariam atentos aos ideais de modernização. Sobre as Exposições, Barros tece algumas críticas ao que considera como sonho febril pelo progresso no Maranhão. “Como não havia máquinas de primeira linha a serem expostas, apresentavam produtos de mercearia, bordados, esculturas de gesso e sementes agrícolas, numa clara demonstração da crença, de que, onde quer que houvesse trabalho, existiria uma semente do progresso”. (BARROS, 2001, p.18).

Para a autora, a concepção de moderno no Brasil serviu como um dispositivo de diferenciação social das elites cultas do resto da população, e não como um conjunto de mudanças relacionadas a exigências do sistema capitalista. As Exposições de 1912 seriam claro exemplo de uma concepção de moderno mais decorativa do que real, restrita a certos espaços e círculos sociais.

De maneira geral, a retórica das exposições fortalecera os laços entre as concepções de República do centro político do país e a nova tradição republicana instituída através da fundação francesa. Por outro lado, o certame serviu como um lembrete da importância da capital para as demais regiões, seja pela via histórica (fundação), política (poder) ou econômica (produtos expostos). São Luís foi representada nas Exposições em uma escala civilizacional superior às demais regiões do estado. Analisando a participação dos exibidores ludovicensenses, podemos observar seus produtos distribuídos entre as duas principais seções, Várias Indústrias e Artes Liberais, foram os mais concorridos segundo o consta o texto do próprio Álbum. Além disso, os prêmios principais foram destinados aos exibidores pertencentes a essas duas seções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações chegaram ao fim, sendo Justo Jansen, o presidente da comissão organizadora, o encarregado de proferir algumas considerações a respeito do evento. O orador lembra a passagem dos franceses pela região, adesão dos indígenas à fé católica, o cortejo formado pelos franceses e nativos, assim como, o estabelecimento das leis gerais. Assim como se viu em outros textos, Jansen também saúda a evolução física da cidade.

Que era então nossa formosa capital, hoje de perspectiva encantadora, espelhando-se nas águas do Anil e do Bacanga, enfeitada de praças ajardinadas, onde amanhã arvoredo detém

agradavelmente a atenção dos viajantes; possuindo vastos templos, excelentes edifícios e institutos que lhe atestam o valor intelectual; ornada de monumentos erguidos em homenagem aos grandes homens que lhe grangearam o nome de Athenas Brasileira; contendo estabelecimentos industriaes que lhe salientam a importancia nesse ramo da atividade humana?

Simple, esplanada dominada pela Cruz e o estandarte transportado de França!

(ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.11).

No seguir o discurso, o geógrafo afirma que o caráter nacional tem franca relação com o enraizamento do homem ao solo. Nesse sentido, os traços evolutivos da cidade estão em sintonia com acontecimentos e personagens, que ao longo da história, demonstraram dedicação às coisas da terra. Ao relacionar tempo, território e homens ao discurso republicano, Jansen convertia tais representações em símbolos ligados à identidade nacional. Portanto, mais que uma exaltação ao passado de glórias a fala do geógrafo vagueia por questões mais profundas direcionadas para o estágio atual de algumas regiões, em específico o Maranhão.

Pois bem, o artigo promoveu algumas reflexões acerca da relação entre rituais cívicos, concepções de República e políticas de memória. Discorremos sobre as modificações e transfigurações nos rituais maranhenses a partir do diálogo com as *tradições inventadas*. Nesse contexto, as comemorações do tricentenário se configuraram como a assinatura de um contrato simbólico, através da via pretérita, com a República. Tais configurações construíram, simbolicamente, São Luís como uma cidade moderna: burguesa, progressista e materialista. Nesse sentido, civilização e progresso, palavras tão proferidas durante as celebrações, possuem um conteúdo semântico relacionado à posituação do trabalho, cientificismo, patriotismo, modernidade e riqueza material.

Contudo, acredito que tais construções legitimem imagens somente no campo simbólico e sensorial. Imagens essas muito mais ligadas ao reforço de posições sociais, laços contratuais com o centro político do país e lógicas de poder; do que, uma expressão dos (des)caminhos da vida material e cotidiana daqueles que viviam na capital maranhense. Portanto, as comemorações seriam aquilo que Pollak (2010) define como um processo de *enquadramento de memória*. A memória oficial ritualizada seria uma representação de um grupo político, um dispositivo que reforçava de hierarquias sociais e promotor de desigualdades. Se as comemorações não são espaços de horizontalidade como nos faz supor seus participantes, tal problemática nos deslocaria para um outro esforço metodológico de compreender o que não se comemora nesses rituais, por exemplo. Assim, poderíamos levantar questões outras, ou compreendê-las por outros caminhos possíveis.

Levanto essas questões, ou as deixo em aberto, porque considero a temática das comemorações ainda pouco problematizada nos trabalhos locais referentes ao Maranhão na Primeira República. Quando não, ainda estão presas a imagens cristalizadas fruto do enraizamento dessas construções na memória coletiva e no senso comum local.

REFERÊNCIAS

Documentação

ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO. Tipografia Teixeira. 1913.

AMARAL, José Ribeiro do. Fundação do Maranhão: [memória histórica]. 3 ed. São Luís: Edições AML, 2012.

Glorificação a Gonçalves Dias, 1904.

Pacotilha, São Luís, 03 de nov. de 1900.

Pacotilha, São Luís, 02 de mai. de 1910.

Pacotilha, São Luís, 01 de ago. de 1910.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, Valdenira. *Imagens do moderno em São Luís*. São Luís: UNIGRAF, 2001.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. *Fachada da Inserção: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2012.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 2012.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora. 1999.

GOMES, Ângela Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda (org); VIEIRA, Antônio Augusto Passos (org). *Ciência, Civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica na construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação 2007.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeireira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das Tradições*: Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

- JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. IPEA, 2008.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Editora UEMA, 2008.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. Edufma: São Luís, 2006.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Experiência vivida, experiência refletida: a memória no tempo da história. In RAMOS, Francisco Régis Lopes, FILHO, Antonio Luiz Macêdo e Silva. *Cultura e Memória: Os usos do passado na escrita da História*. Fortaleza, Núcleo de Documentação Cultural – UFC, 2011.
- MÉRIAN, Jean-Yves, A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil. In: PINHEIRO, Luís da Cunha e RODRIGUES, Maria Manuel Marques (orgs). *A Belle Époque Brasileira*. CLEPUL, LISBOA, 2012. pp.135-162.
- NASCIMENTO, Dorval do. Antônio Lobo, de Babilônia a Atenas: As estratégias de construção da Nova Atenas em Os Novos Atenienses. BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cherche (orgs). *Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.14, n.26, 2000.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, 1989. reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*, volume 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SELBACH, Jeferson Francisco. Mobilidade urbana nos Códigos de Postura de São Luís – MA. In: *Mobilidade urbana em São Luís/* AL-CÂNTARA JR., José O.; SELBACH, Jeferson Francisco (orgs.). – São Luís – MA: EDUFMA, 2009.

SOUSA, Wendell Emmanuel Brito. *Política, memória e cidade: as comemorações do III Centenário de Fundação da Capital Maranhense pelos Franceses em 1912*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. Maranhão: Gráfica Oficial do Estado, 1971.

SOBRE OS AUTORES

AMANDA DA SILVA E SILVA

Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Bolsista CAPES. Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Graduanda em Artes Visuais na UFMA, onde participa do grupo de Pesquisa e Extensão Imagem Sobre o Papel. Desenvolve pesquisas nas áreas da História e Imagem e das Artes Gráficas.

BARBARA DE SOUSA CASCAES

Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão.

CAYO CEZAR DE FARIAS CRUZ

Graduado em Ciências Sociais - UFPI (2012). Mestrado em Antropologia e Arqueologia - UFPA (2017). É membro do corpo de voluntários do Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias (CEFOL). Participou em 2014 da fundação do Museu Folclórico ligado a essa ONG. Atualmente está produzindo seu primeiro livro infantil afro-

-brasileiro “Como Botar um Boi: manual de guerrilha” .Tem experiência na área de Antropologia Social e desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: violência, gênero, moralidades, cultura popular e antropologia urbana.

DAYANE SOUSA LIMA

Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão, graduada em História pela Faculdade Santa Fe. Doutoranda em História pela UFPA. É membro da equipe executora do projeto universal Luta pela terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências e deslocamentos.

DAISY DAMASCENO ARAÚJO

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre pelo mesmo Programa de Pós-graduação (2012), graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2009). Desde 2012 é Prof.^a do IFMA, lotada no Campus Coelho Neto. É integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão LIDA (Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades) e do Grupo de Pesquisa Estado Multicultural e Políticas Públicas (GPEMPP).

JACIARA LEITE FRAZÃO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão, graduada em História pela mesma universidade. É membro do NEHISLIN (Núcleo de Estudos em Historiografia e Linguagens) e da equipe executora do projeto universal Luta pela terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências e deslocamentos. Atualmente desenvolve pesquisas na área de História do Maranhão Contemporâneo, Questão agrária e Memória e Identidade.

JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão, graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (Centro de Estudos Superiores-Caxias). Professor Adjunto I do Departamento de História e Geografia do CESC Universidade Estadual do Maranhão, é coordenador do Grupo de Estudos de Gênero do Maranhão (GRUGEM/UEMA). Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Gênero, História e Cidades, História e Imprensa e História e Literatura.

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

Professor Dr. Titular do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão e do Mestrado em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Jornalista. Mestre e Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professor Titular da graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade nesta mesma IES. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: Jornalismo, Semiótica, Linguagens, Design Gráfico, Literaturas, História da Mídia.

ISAAC GIRIBET BERNAT

Graduado, Diplomado em Estudos Avançados e Doutor Internacional em História pela Universitat de Lleida. Na atualidade é Professor Adjunto II do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão onde coordena o grupo de pesquisa e extensão Núcleo de Estudos da Questão Agrária Brasileira (NEQAB).

LEILA ANDRÉA FERNANDES DE SENA

Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA (2016); Pós-graduanda em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano-IESF(2013) e Pós-graduanda em Supervisão, Planejamento e Gestão Educacional pela mesma instituição (2018), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão(2013) e em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão(2008) no qual foi integrante como bolsista do CNPQ do grupo de pesquisa do Projeto Resgate da Memória da CUT-MA(2004-2006). Atualmente é Prof.^a visitante na modalidade Educação a Distância da Faculdade do Maranhão-FA-CAM no Curso de Serviço Social.

MARCELO LIMA COSTA

Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão, graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente é professor da rede estadual de ensino do Maranhão e realiza pesquisas na área de História e Cidade.

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

Prof. Adjunta II do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST) desta IES. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Ciências Sociais e Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão. É Membro do NEHISLIN (Núcleo de Estudos em Historiografia e Linguagens) e coordenadora do projeto universal *Luta pela terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências e deslocamentos*. Atualmente desenvolve pesquisas especialmente sobre o Maranhão Contemporâneo nas áreas de História Agrária, História da migração e do trabalho, Memória e Identidade.

PYETRA CUTRIM LINS DAMASCENO

Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão, Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. É Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Luís Monte Castelo. Desenvolve pesquisa nas áreas de História da Loucura e História Urbana.

WENDELL EMMANUEL BRITO DE SOUSA

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão, Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente é Professor da rede particular de ensino de São Luís. Desenvolve pesquisa nas áreas de História e Cidade, História e Cinema, História e Memória, com ênfase em Memória Social. É membro do NEAFRICA (Núcleo de estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global).

Composto em Minion Pro 11